



Universidade Federal da Bahia
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - Doutorado

POLÍTICA DE ESPORTE E LAZER
COMO EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA DA JUVENTUDE
Contradições e Possibilidades das políticas democráticas e
populares

JAMERSON ANTONIO DE ALMEIDA DA SILVA

SALVADOR
2005

JAMERSON ANTONIO DE ALMEIDA DA SILVA

POLÍTICA DE ESPORTE E LAZER
COMO EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA DA JUVENTUDE
Contradições e possibilidades das políticas democráticas e
populares

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Doutor em Educação, aprovada com distinção.

Orientadora: Prof^a Pós Dr^a Celi Nelza Zulke Taffarel

SALVADOR
2005

JAMERSON ANTONIO DE ALMEIDA DA SILVA

POLÍTICA DE ESPORTE E LAZER
COMO EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA DA JUVENTUDE
Contradições e Possibilidades das políticas democráticas e
populares

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Doutor em Educação, aprovada com distinção.

BANCA EXAMINADORA:

Profª Pós Drª Celi Nelza Zulke Taffarel – UFBA – orientadora

Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto – UFF

Prof. Dr. Paulo Carrano – UFF

Prof. Pós Dr. Victor Andrade de Melo – UFRJ

Prof. Dr. Cláudio Gurgel – UFRJ – suplente

Profª Drª Márcia Chaves – UFAL – suplente

SALVADOR
10 de Junho de 2005

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por terem me ensinado a lutar pela vida sempre: mais um passo...

Aos meus irmãos, pelo companheirismo com que vivemos sempre, todos os momentos!

À minha Katha, o meu amor, que tem um jeito manso que é só seu... terminamos duplamente mais uma luta!

Ao meu Camilo, um amor indiscutível: por me chamar para brincar sempre.

À irmã ou irmão de Camilo, que estamos esperando ansiosos, para esquentar ainda mais a brincadeira.

Aos COMPANHEIROS dos Círculos Populares, por tentarem viver o SOCIALISMO hoje, fazendo com que essas palavras não se esvaziem. Aos companheiros da Gestão João Paulo, por estarmos mudando a nossa cidade.

Aos companheiros da LEPEL e do programa de Pós Graduação em Educação da UFBA, pelos debates calorosos enquanto estivemos em Salvador.

À Capes, como uma forma de defender os incentivos públicos à produção do conhecimento... Foi fundamental!

DEDICO

Às juventudes das periferias, do Brasil, da América Latina e do mundo!

RESUMO

Esta tese foi elaborada no interior do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, linha Educação, Cultura Corporal e Lazer e Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Física & Esporte e Lazer. O Grupo tem como objetivo central estudar as problemáticas significativas da práxis pedagógica, da formação de professores, da produção do conhecimento e das políticas públicas em Esporte e Lazer. Trata-se de uma pesquisa-ação realizada junto a Política Municipal de Esporte e Lazer da cidade do Recife, que teve como objetivo investigar as contradições e possibilidades de uma política de esporte e lazer contribuir para a educação emancipatória da juventude, tendo em vista o fortalecimento das classes populares na luta por uma nova hegemonia. Analisando as relações entre o jovem, o tempo livre e o lazer na era da máquina programável sob hegemonia do sistema do capital, o estudo salienta o papel da juventude na luta pela transformação da ordem social, vendo nas manifestações culturais do tempo livre uma importância estratégica no processo de educação emancipatória e defendendo seu espaço nos projetos democráticos e populares. A partir da pesquisa-ação realizada no programa Círculos Populares de Esporte e Lazer, particularmente o seu projeto Esporte do Mangue, cujo foco principal foi a juventude da periferia do Recife praticante de esportes radicais e das culturas relacionadas com o movimento *manguebeat*, o estudo defende a tese de que as possibilidades de uma política pública contribuírem para a realização de uma educação emancipatória da juventude estão ligada as seguintes condições: (1) a existência de uma gestão democrática e popular que esteja em sintonia com os referenciais normativos da política de esporte e lazer; (2) orçamento adequado as necessidades do projeto; (3) equipe gestora e de educadores capacitada para o trabalho coletivo e militante; (4) formação continuada como espaço sistemático de reflexão e reordenação da política pública e não como “mera capacitação”; (5) contanto permanente com as inovações científicas no setor; (6) sistematização de uma proposta pedagógica clara e que garanta a unidade das ações pedagógicas; (7) a extrapolação das ações para outros espaços políticos de disputa do governo da cidade. A investigação também evidenciou que, apesar da precariedade da “máquina administrativa” ter prejudicado significativamente sua execução, o projeto desenvolveu uma política de acumulação de forças no sentido democrático e popular, na medida em que contribuiu para o fortalecimento e criação de novos organismos juvenis de hegemonia, na formação cultural de quadros orgânicos vinculados as classes populares, na conquista e ampliação de direitos no âmbito do esporte e lazer, e na elevação da consciência de classe da população.

Palavras-chave: Esporte-Política Governamental – Recife (Pe). 2.Serviço Social Com A Juventude. 3.Adolescentes. 3.Administração Do Tempo. 4.Lazer-Aspectos Sociais. 5.Educação E Estado. 6.Esportes E Estado. 7.Professores De Educação Física -Formação Continuada.

ABSTRACT

This thesis was elaborated in the interior of the Program of Pós-Graduação in Education of the College of Education of the Federal University of the Bahia, line Education, Corporal Culture and Leisure and Group of Study and Research in Physical Education & Sport and Leisure. The Group has as objective central office to study problematic the significant ones of the práxis pedagogical, of the formation of professors, the production of the knowledge and the public politics in Sport and Leisure. One is about a carried through research-action together the Municipal Politics of Sport and Leisure of the city of Recife, that had as objective to investigate the contradictions and possibilities of one politics of sport and leisure to contribute for the emancipatória education of youth, in view of the fortalecimento of the popular classrooms in the fight for a new hegemony. Analyzing the relations between the young, the free time and the leisure in the age of the programmable machine under hegemony of the system of the capital, the salient study the paper of youth in the fight for the transformation of the social order, seeing in the cultural manifestations of the free time a strategical importance in the process of emancipatória education and defending its space in the democratic and popular projects. From the research-action carried through in the program Popular Circles of Sport and Leisure, particularly its project Sport of the Fen, whose main focus it was the youth of the periphery of practicing Recife of radical sports and of the cultures related with the movement manguebeat, the study defends the thesis of that the possibilities of one public politics to contribute for the accomplishment of a emancipatória education of youth are on the following conditions: (1) the existence of a democratic and popular management that is in tuning with the normative referencias of the politics of sport and leisure; (2) adequate budget the necessities of the project; (3) managing team and of educators enabled to the collective and militant work; (4) continued formation as systematic space of reflection and reordenação of the public politics and not as "mere qualification"; (5) contanto permanent with the scientific innovations in the sector; (6) systematization of a proposal pedagogical clear and that it guarantees the unit of the pedagogical actions; (7) the extrapolação of the actions for other spaces politicians of dispute of the government of the city. The inquiry also evidenced that, despite the precariousness of the "administrative machine" having wronged significantly its execution, the project developed one politics of accumulation of forces in the democratic and popular direction, in the measure where it contributed for the fortalecimento and creation of new youthful organisms of hegemony, in the cultural formation of organic pictures tied the popular classrooms, in the conquest and magnifying of rights in the scope of the sport and leisure, and in the rise of the conscience of classroom of the population.

Word-key: Governmental Esporte-Política - Recife (Pe). Social 2.Serviço With Youth. 3.Adolescentes. 3.Administração Of The Time. Social 4.Lazer-Aspectos. 5.Educação And State. 6.Esportes And State. 7.Professores Of Physical Education - Continued Formation.

SUMÁRIO

1.	CAPITULO I - O PROBLEMA DA PESQUISA-AÇÃO – o lazer e suas possibilidades de educação da juventude.....	9
2	CAPITULO II - PESQUISA-AÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS....	17
2.1.	A pesquisa-ação e o ideal científico.....	18
2.2.	Descrevendo o campo e os objetivos da pesquisa e da ação.....	30
2.3.	A estratégia de coleta dos dados.....	38
2.4.	A modelagem como estratégia de análise.....	46
2.5.	As lições sobre pesquisa-ação.....	49
3.	CAPITULO III - HEGEMONIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E ACUMULAÇÃO DEMOCRÁTICA POPULAR.....	51
3.1.	Estado capitalista e hegemonia.....	53
3.2.	Elementos para a conquista da hegemonia proletária.....	61
3.3.	Políticas públicas como campo e objeto de hegemonia.....	71
3.4.	Alternativa democrática popular e a política de acumulação de forças.....	78
3.5.	Elementos para análise das ações de emancipação e acumulação democrática e popular.....	85
4.	CAPÍTULO IV - A CRISE DO CAPITAL, A LUTA PELO TEMPO LIVRE E OS DESAFIOS DO NOVO PROLETARIADO.....	89
4.1.	A crise do sistema do capital na era da máquina programável.....	90
4.2.	Os desafios do novo movimento proletário.....	108
5.	CAPÍTULO V - JUVENTUDE, TEMPO LIVRE E LAZER NA ERA DA MÁQUINA PROGRAMÁVEL.....	119
5.1.	Os (im) possíveis do lazer na era da máquina programável.....	120
5.2.	A juventude e o lazer nas cidades educadoras.....	129
5.3.	Tempo Livre e Juventude como sujeito em emancipação.....	143
5.4.	Juventude e lazer como organismos de hegemonia.....	151
6.	CAPITULO VI – EDUCAÇÃO NO E PARA O TEMPO LIVRE: Os referenciais normativos da Política de Esporte e Lazer.....	157
6.1.	As diretrizes da Política de Esporte e Lazer.....	158
6.2.	As propostas de Educação no e para o Tempo Livre.....	163
7.	CAPÍTULO VII – MEMÓRIAS DO ESPORTE DO MANGUE: O lazer e o esporte como educação emancipatória da Juventude.....	178
7.1.	O Esporte do Mangue em 2002.....	179
7.1.1.	<i>Primeiros contatos com a juventude radical.....</i>	<i>179</i>

7.1.2.	<i>O movimento “manguebeat” como inspiração.....</i>	181
7.1.3.	<i>A idéia ganhando força.....</i>	185
7.1.4.	<i>Um role pela periferia.....</i>	194
7.1.5.	<i>O primeiro encontro dos Mangueboys.....</i>	203
7.1.6.	<i>Encaminhando as propostas da juventude.....</i>	214
7.2.	O Projeto Esporte do Mangue em 2003.....	218
7.2.1.	<i>Formando novos quadros.....</i>	221
7.2.2.	<i>De novo na periferia.....</i>	222
7.2.3.	<i>As Festivais da Juventude nos Círculos de Convivência.....</i>	226
7.2.4.	<i>As Conquistas da Juventude Radical.....</i>	227
7.2.5.	<i>Construindo a primeira pista de Esportes Radicais.....</i>	227
7.2.6.	<i>As conquistas do Hip Hop.....</i>	231
7.2.7.	<i>A Juventude no OP.....</i>	232
7.2.8.	<i>Construindo organismos juvenis de hegemonia.....</i>	236
7.2.9.	<i>O segundo encontro dos Mangueboys.....</i>	239
7.3.	O Esporte do Mangue em 2004.....	242
7.3.1.	<i>Consolidando os espaços e tempos do lazer.....</i>	243
7.3.2.	<i>Ampliando a participação política nas audiências públicas e conferências.....</i>	244
7.3.3.	<i>A formação dos educadores sobre a juventude.....</i>	247
7.3.4.	<i>O terceiro encontro dos Mangueboys.....</i>	249
7.3.5.	<i>A batalha político-administrativa no interior do Estado contra o Tempo Livre.....</i>	251
8.	LIÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA DA JUVENTUDE, HEGEMONIA POPULAR E PESQUISA-AÇÃO.....	257
	BIBLIOGRAFIA.....	275

CAPÍTULO I

O PROBLEMA DA PESQUISA-AÇÃO

O lazer e suas possibilidades de educação da juventude

Nesses tempos marcados pela efervescência das manifestações culturais do tempo livre e pela crise das instituições tradicionais de educação, o lazer tem sido apontado como uma importante alternativa de sociabilização da juventude, seja nos discursos integradores ou nas perspectivas emancipatórias.

No entanto, na hora de materializar tal proposta, os governos de diferentes matizes ideológicas, têm muitas dificuldades de desenvolver políticas no setor, muitas vezes por falta de recursos, mas não poucas vezes por falta de capacidade técnica e política.

A vitória das forças democráticas e populares na cidade do Recife, em 2000, liderada pelo prefeito João Paulo Lima e Silva, representou um desafio neste sentido, abrindo uma brecha na história que possibilitou a construção de um projeto de Esporte e Lazer inovador para a juventude das classes populares. Neste contexto, fomos convidados a ajudar na construção de uma proposta de trabalho sintonizada com os propósitos centrais da gestão de inverter prioridades, promover a participação popular e contribuir para a elevação da consciência política da população.

Propomos a realização de uma pesquisa-ação centrada na política de lazer para as classes populares da cidade, em particular a juventude, de maneira que pudéssemos sistematizar um conhecimento construído coletivamente e a partir de uma intervenção concreta na realidade. Parte da intervenção que realizamos teve como público alvo os jovens praticantes de esportes radicais como *skate*, *patins*, *bicicross* e adeptos da *cultura hip hop*, os quais representavam uma parcela da população empobrecida e discriminada, mas com uma rebeldia latente. Nosso desafio, então, foi desencadear uma

série de ações que estimulassem a auto-organização e a participação política desses jovens e, ao mesmo tempo, melhorassem as condições de acesso ao esporte e lazer na cidade.

O desafio tornou-se ainda maior ao aprofundarmos o conhecimento sobre a situação da cidade e particularmente do setor de esporte e lazer. O Recife está entre as maiores metrópoles do país e tem uma população de 1,5 mil habitantes. Com avanço das políticas neoliberais e em função do caráter “clientelista” e conservador das gestões anteriores, o setor de esporte e lazer foi encontrado totalmente sucateado quando observados os espaços e equipamentos públicos, o quadro docente e a animação cultural.

Apesar de ser conhecido com um dos grandes pólos culturais do país, o avanço do neoliberalismo nos últimos dez anos vem destruindo as condições para o desenvolvimento cultural e esportivo da cidade, sobretudo para os jovens das classes populares. Neste contexto, era comum se observar jovens da periferia da cidade disputando o espaço das ruas e calçadas por falta de um lugar mais adequado para a prática de esportes radicais e outras manifestações da “cultura juvenil”

No ano de 2000, uma pesquisa realizada pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco observou que “(...) grande parte dos espaços livres utilizados pela população de modo espontâneo, como atividade recreativa, foram incorporados de alguma forma ao cotidiano da cidade”. Apesar disto o abandono e a precariedade destes espaços marcava sobretudo a periferia da cidade. Segundo os dados da pesquisa, em 1998/99 observou-se a existência de 629 espaços livres, distribuídos nas seis Regiões Político-Administrativas (RPA). Destes 629, 318

foram caracterizados como espaços livres públicos¹ (50%) e 311 espaços livres potenciais². No que concerne aos espaços livres públicos a pesquisa identificou 11 tipos diferentes. Em maior quantidade, estão as praças, em número de 219, representando 69% dos espaços livres. Depois aparecem os 24 jardins, e as 19 unidades de conservação. Em seguida vêm as 13 quadras polivalentes, 10 pátios, 08 parques, 06 cemitérios, 06 largos e 02 campi universitários. No que se refere aos espaços livres potenciais, foram identificados 11 tipos diferentes. Em primeiro lugar ficaram os campos de pelada, em número de 161, correspondendo a 51,77%. Em seguida, vêm os terrenos vazios, 116, correspondendo a 37,30%. Após, segue as margens de canais e os recantos, e por fim as margens de rios e os espaços potenciais de valor paisagístico.

Vale salientar que, apesar de possuir uma menor área, em geral a RPA 1, onde estão situados os bairros do Recife, Santo Antônio e Boa Vista, é mais bem provida de áreas livres. Ademais, o estado de conservação das áreas livres também está relacionado à sua localização perto do centro da cidade e nos bairros de renda alta e média. O bom estado de conservação das praças se dá em função do Programa Adoção de Praças, coordenado pela EMLURB – PCR, de acordo com o qual uma instituição pública ou privada assume responsabilidade pela manutenção de uma praça. Assim, as praças

¹ Os espaços livres públicos são caracterizados por serem abertos a população em geral, sob condições pré-estabelecidas pelo poder público – parques, praças, etc. Podem ser classificados de acordo com sua função primordial em: espaços livres públicos de equilíbrio ambiental (unidades de conservação – reservas ecológicas, jardins botânicos, parques nacionais -, campi universitários e cemitérios); espaços livres públicos de recreação (parques, praças, faixas de praia, largos e pátios, quadras polivalentes e jardins); espaços livres de circulação (as ruas, os refúgios, os viadutos, os estacionamentos, entre outros).

² Os espaços livres potenciais, são aqueles criados pela população, a fim de atender a necessidade de espaços de recreação como os campos de pelada e os recantos. Abrange aquelas áreas com possibilidade de uso futuro para a recreação ou momentaneamente dispondo de instalações de recreação de caráter incipiente, que servem indicadores da necessidade de criação de espaços públicos, e contribuem para evitar invasões.

em bom estado, são as 13 adotadas, distribuídas nos bairros da Jaqueira, Graças, Casa Forte e Parnamirim.

Por outro lado, a RPA 6, onde estão situados os bairros de Boa Viagem e Ipsep, concentram a maior parte dos espaços livres públicos (25%), com o maior número de praças – 61. Já as RPAs 1,3,4 e 5 se equivalem, concentrando entre 32 e 39 espaços públicos. Paradoxalmente, no que se refere ao estado de conservação, é também na RPA 6, a maior dentre as regiões político-administrativas, a concentração do maior número de áreas livres abandonadas ou em mal estado de conservação.

É também nos bairros periféricos que se constata o maior número de espaços livres potenciais expressos (...) na forma de campos de pelada, margens de rios e canais, sem tratamento adequado, utilizando terrenos vazios (...) “. Nestas regiões da cidade existe um grande percentual de campos de pelada, perfazendo a ordem de 52% do conjunto dos espaços potenciais e que estão mais presentes em áreas periféricas como Dois Irmãos, Guabiraba, e na porção sul do Recife que abrange os bairros do Ibura, Ipsep e Cohab”. Além dos espaços identificados na pesquisa, também os Centros Sociais Urbanos Afrânio Godoy (RPA 02), Novaes Filho (RPA02), Eraldo Gueiros (RPA 02), Bido Krause (RPA 03) e o Ginásio de Esporte Geraldo Magalhães (Geraldão) são os únicos equipamentos com estrutura esportiva relativamente adequada, porém em mau estado de manutenção e carente de uma programação esportiva e cultural sistemática, e que atinja os vários segmentos da população.

Na verdade o fato é que, apesar de estar previsto da Lei Orgânica do Município, o Lazer e o Esporte nunca foram tratados como política pública capaz de promover o acesso a todos os segmentos da população,

principalmente às classes populares. Além do mau estado de conservação, grande parte dos equipamentos públicos de esporte e lazer, destituídos de qualquer regulamentação, vinham sendo privatizados ou na maioria das vezes e pela ausência do poder público, utilizado pela própria população de maneira restrita e autoritária. Os inúmeros comodatos firmados nas gestões passadas, alguns com vigência de até mais de vinte anos, permitindo que os comodatários cobrassem taxas à população, que ficando vulnerável a todos os tipos de clientelismo e manipulação. Contribuía ainda mais para esse descontrole por parte do poder público, os poucos registros e memórias dos espaços e equipamentos existentes na cidade, principalmente nos bairros da periferia.

O quadro funcional para atuação no setor também estava numa situação de total sucateamento, desviados da Rede Municipal de Ensino, sem referência normativa para atuação, desatualizados e pensando o setor a partir de uma referência técnico-desportiva, demonstrando grandes dificuldades quando desafiados a desenvolver ações no âmbito do lazer. Diante disto era comum o problema de absenteísmo na falta de controle e planejamento na concessão de férias e licenças.

Neste contexto, não é difícil perceber que para os jovens da periferia da cidade o acesso ao esporte e lazer só acontecia como atos de rebeldia, com a “reação” quase sempre discriminatória e violenta da sociedade. Sem infraestrutura adequada, sem educadores qualificados e motivada para a ação comunitária, as inúmeras ações de iniciativa própria da população - tais como os torneios comunitários e as escolinhas esportivas desenvolvidas por voluntários - viram presa fácil do clientelismo e das manipulações de políticos

conservadores e falsos líderes comunitários. Os poucos parques e praças existentes, na ausência de um programa de animação e de uma sistemática de manutenção adequada, aos poucos vão sendo abandonados, depredados e de lugar do lúdico e da cultura, passam a ser o lugar do lixo e da violência.

As *mass media* e o mercado do lazer passa a ser a principal referência de ocupação do tempo liberado da maioria da população, sobretudo as crianças e os jovens, e conflito com a criatividade popular, que não pára de resistir, eles vão impondo significações, moldando os gostos, criando necessidades novas intimamente sintonizadas com os interesses do mercado.

Frente a tal realidade propomos a implantação do programa Círculos Populares de Esporte e Lazer com o objetivo de trabalhar em quatro frentes de ação: 1) a promoção de atividades sistemáticas para crianças jovens, adultos e idosos; 2) a democratização e a requalificação dos equipamentos de esporte e lazer; 3) a formação continuada de quadros; e 4) o apoio às iniciativas espontâneas. O objetivo do projeto era estimular a *autodeterminação* da população no uso do tempo livre.

Especificamente para a Juventude Radical desenvolvemos o projeto *Esporte do Mangue* cujo objetivo foi estimular a autodeterminação da juventude das classes populares através da prática de esportes radicais e das culturas relacionadas ao movimento manguebeat, tais como o Hip Hop, hard core, funk, rock, maracatu, punk etc. Acreditávamos na possibilidade de encontrar nexos pedagógicos e políticos para uma ação comunitária de lazer, através do diálogo com um movimento político cultural que catalisava toda a rebeldia dos jovens

da periferia da cidade, os quais chamava de *mangueboys*³. Para sistematizar os nexos resultantes da dinâmica de desenvolvimento das diversas ações do projeto *Esporte do Mangue*, propomos como problema de pesquisa “*saber as contradições e possibilidades concretas de uma política pública de esporte e lazer contribuir para a educação emancipatória da juventude, visando o fortalecimento da luta pela hegemonia das classes populares.*”

O esforço para responder essa questão visa colaborar com o processo invenção de novos instrumentos de luta contra a destruição capitalista, através da descoberta de novos tempos, espaços e linguagens capazes de promover a elevação cultural, a formação da consciência de classe da população e impulsionar o surgimento de organizações políticas comunitárias sintonizadas com os desafios no nosso tempo.

O assunto nos remete também a uma reflexão científica do lazer como espaço de organização da cultura, situando sua dimensão política e ideológica, ou seja, evidenciando-o como manifestação cultural que expressa *concepções de mundo* e projetos políticos de sociedade. Ao tratarmos a questão atuando no âmbito das políticas públicas, buscamos abrir caminhos e métodos para intervenção no interior do Estado (capitalista) e a partir dele, visando o fortalecimento da luta dos trabalhadores na construção de um novo projeto civilizatório.

³ Segundo o Manifesto do Mangue I “Caranguejos com Cérebro”, mangueboys e manguegirls são: “(...) indivíduos interessados em quadrinhos, tv interativa, anti-psiquiatria, Bezerra da Silva, Hip Hop, midiotia, artismo, música de rua, John Coltrane, acaso, sexo não virtual, conflitos étnicos e todos os avanços da química aplicada no terreno da alteração e expansão da consciência” (Fred Zero Quatro, s/d, mimeo).

CAPÍTULO II
METODOLOGIA
A PESQUISA-AÇÃO COMO GESTÃO DEMOCRÁTICA

Investigar as contradições e as possibilidades concretas de uma política pública de esporte e lazer contribuir para a educação emancipatória da juventude, visando o fortalecimento das classes populares na luta pela hegemonia, demandou uma abordagem de pesquisa que permitisse captar os processos dinâmicos das relações sociais nos exatos momentos em que elas aconteciam, de forma que, através de um procedimento de reflexão permanente e sistemática, fosse possível construir novas práticas políticas e pedagógicas, visando à educação emancipatória da juventude. Isso pressupôs sair da posição de uma observação passiva para o campo da “ação refletida”, em função do quê, optamos pela pesquisa-ação como abordagem científica e política mais adequada às nossas intenções.

2.1 – A pesquisa-ação e o ideal científico.

A abordagem de pesquisa-ação é uma possibilidade para a pesquisa social que abrange uma ampla família de métodos e técnicas que vem se desenvolvendo ao longo dos anos a partir de diferentes estratégias de conhecimento e de ação em diversos contextos sociais e institucionais e internacionalmente, em função de tradições intelectuais próprias a determinados grupos de países (mundo de língua inglesa, mundo latino-americano, mundo francófono).

Entretanto, apesar dos diferentes enfoques, é comum a posição de que a pesquisa-ação é uma linha de investigação associada a diversas formas de ação coletiva orientada em função “(...) da resolução de problemas ou de objetivos de transformação”. Assim, um dos principais objetivos da mesma é

“(...) dar aos pesquisadores e grupos de participantes os meios de se tornarem capazes de responder com maior eficiência aos problemas de situação em que vivem, em particular sob forma de diretrizes de ação transformadora. Trata-se de facilitar a busca de soluções aos problemas reais para os quais os procedimentos convencionais têm pouco contribuído” (Thiollent 1985, p.8).

Michel Thiollent, um dos mais conhecidos e renomados pesquisadores *sobre* e a *partir* da pesquisa-ação na América Latina, em obra publicada no ano de 1985 define a mesma da seguinte forma: “(...) pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo” (Thiollent 1985, p.14). Mais recentemente, demonstrando que a pesquisa-ação continua viva e em pleno desenvolvimento André Morin (2004) define a mesma como aquela que “(...) designa em geral um método utilizado com vistas a uma ação estratégica e requerendo a participação dos atores. É identificada como uma nova forma de criação do saber na qual a relações entre teoria e prática e entre pesquisa e ação são constantes. A pesquisa-ação permite aos atores que construam teorias e estratégias que emergem do campo e que, em seguida são validadas, confrontadas, desafiadas dentro do campo e acarretam mudanças desejáveis para resolver ou questionar melhor uma problemática” (Morin 2004, p.56).

Tanto a definição de Thiollent (1985), quanto a de Morin (2004), deixam aberta a questão valorativa, não vinculando a metodologia da pesquisa-ação a uma orientação da ação por um grupo predeterminado. Muitos

partidários restringem a concepção e o uso da pesquisa-ação a uma orientação de cunho emancipatório e a grupos sociais pertencentes às classes populares com objetivos transformadores. Entretanto, a pesquisa-ação também é utilizada e discutida por grupos com outros tipos de compromisso social de “tipo reformador” e “participativo”, tal como as desenvolvidas em áreas de atuação técnico-organizativa. Desta forma, Thiollent (1985) afirma a existência de abordagens de caráter *militante, informativas e conscientizadoras* das áreas de educação e comunicação, e as propostas *eficientizantes* das áreas organizacional e tecnológica.

Em relação às definições postas, uma discussão bastante freqüente é para saber se existe uma diferença entre pesquisa-ação e pesquisa participante. Embora não aja unanimidade entre os adeptos, Thiollent (1985) diferencia a pesquisa participante da pesquisa-ação, evidenciando que a primeira é baseada numa metodologia de observação participante na qual os pesquisadores estabelecem relações comunicativas com os grupos da situação investigada com o intuito de serem melhores aceitos. A participação neste caso consiste em “(...) aparente identificação com os valores e os comportamentos que são necessários para a sua aceitação pelo grupo considerado” (Thiollent, 1985, p. 15). Já uma pesquisa para ser qualificada como pesquisa-ação, precisa haver realmente uma ação por parte das pessoas ou grupos implicados no problema sob observação. Além do mais essa ação precisa ser não-trivial, o que significa uma ação problemática merecedora de uma investigação para ser elaborada e conduzida. Na pesquisa-ação os pesquisadores desempenham um papel ativo no equacionamento dos problemas encontrados, no acompanhamento e na avaliação das ações desencadeadas em função dos

problemas delineados. O que qualifica a especificidade da pesquisa-ação, portanto é a organização da investigação em torno da concepção, do desenrolar e da avaliação de uma ação planejada.

A pesquisa-ação é pertinente a uma faixa intermediária de observação que fica entre o nível micro e o macrossocial, correspondendo a uma grande diversidade de atividades de grupos e indivíduos no seio ou a margem de coletividades. Portanto, não se trata de psicologia individual, nem é adequada ao enfoque macrossocial. Uma característica fundamental da pesquisa é que ela prioriza os aspectos sócio-políticos das relações sociais e, do ponto de vista sociológico, dá ênfase à análise das diferentes formas de ação. Neste contexto os aspectos estruturais da realidade social não podem ficar desconhecidos, entretanto, considera-se que para analisar a estrutura social são necessários outros enfoques mais abrangentes.

No nível da pesquisa-ação os temas e problemas metodológicos são limitados ao contexto da pesquisa empírica, ou seja “(...) da pesquisa voltada para a descrição das situações concretas e para intervenção ou a ação orientada em função da resolução de problemas efetivamente detectados nas coletividades consideradas” (Thiollent, 1985, p. 9). Começar pela pesquisa empírica não significa desprezo a teorização. Ela se dá exatamente a partir da observação e descrição de situações concretas. A teorização fica como “(...) contribuição específica dos pesquisadores nos discursos que acompanham o desenrolar da pesquisa, levando a uma deliberação acerca dos argumentos considerados para estabelecer as conclusões” (Thiollent, 1985, p. 9). Enfim, sobre o lugar a teoria nas pesquisas, os partidários da pesquisa-ação “(...)

pretendem ficar atentos às exigências teóricas e práticas para equacionarem problemas relevantes dentro da situação social” (Thiollent, 1985, p. 10).

O fato de que o fundamental em pesquisa-ação seja a implicação dos sujeitos têm levado parte da “comunidade científica” a questionar a fidedignidade e a cientificidade dessa abordagem. Por outro lado, entre os partidários da pesquisa-ação e da pesquisa participante é corriqueira a suspeita em relação às teorias, métodos e outros elementos valorizados pela chamado “espírito científico”. A esse respeito Morin (2004) comenta:

“Sugerir, além disso, que o profissional engajado em um sistema social, ou em um sistema de educação formal ou informal, pudesse, por si próprio, empreender pesquisas como ator e como autor em um campo delimitado, sem a pretensão de utilizar os tradicionais protocolos de laboratório, pode parecer uma aventura ousada, com risco de enviesar o estudo com visões subjetivas, parciais, e diminuindo a validade dos resultados obtidos” (p.29).

Contudo, diversas correntes de pensamento têm evidenciado a necessidade de considerar a complexidade da realidade, buscando superar o reducionismo das ciências puras e “duras” que pretendem dominar seu objeto e generalizar suas conclusões. Após quatrocentos anos de dominação, podemos constatar que vários pesquisadores chegam a duvidar da simplificação, de um modelo de ciência dominado por uma concepção de mundo adquirida por meio das ciências experimentais, as quais pretendem controlar e simplificar seu objeto. Segundo Edgar Morin “(...) se esse “ideal da simplicidade” foi bastante fecundo nas ciências físicas, tem sido totalmente estéril nas ciências humana, onde nenhuma lei sociológica não trivial, nenhuma “átomo” social, nenhuma partícula psíquica foram descobertos. As ciências humana e sociais são condenadas a não poderem se furtar ao desafio da complexidade” (Morin 1994, p. 316-317 *apud* Morin 2004, p.30). Para esse autor os pesquisadores que têm

sucumbido à tentação científica do modelo experimental, controlando variáveis dependentes e independentes, têm esquecido numerosas outras interações que são impossíveis de mensurar.

Assim, parecem ser muito mais promissores os estudos descritivos de fenômenos humanos através de um modelo narrativo. Aqueles que permitam narrar, compreender e avaliar o processo, interpretando como as coisas acontecem. A pesquisa-ação, neste contexto, é uma metodologia que tem a mudança como finalidade e como objeto. Trata-se de uma abordagem que visa compreender e dar explicações à práxis de grupos sociais, através da implicação dos próprios grupos e com a intenção de melhorar a sua prática. Com objetivo emancipatório e transformador do discurso, das condutas e das relações sociais, ela vai mais longe ainda porque exige que os pesquisadores se impliquem como sujeitos. Parte do pressuposto de que para compreender e contribuir melhor com o processo de mudança é importante se estar dentro da situação de campo dar destaque às decisões do grupo, observar o grau de implicação dos sujeitos, a expressão de suas motivações, as normas de iniciação à mudança. Neste sentido, a pesquisa-ação não poder ser vista como fachada para esconder uma metodologia linear de pesquisa, com o rigor baseado apenas em protocolos experimentais ou numa visão de disfarçado positivismo. Barbier (1996, p.46 *apud* Morin 2004, p.24) afirma que se trata de um modelo aberto em que “(...) o espírito de criação está no centro da pesquisa-ação sem que nunca se saiba o que vai acontecer no final das contas”. Desta forma, esta proposta se expressará como a “arte de rigor clínico”. O rigor deve ser definido, então, de uma outra forma, mostrando seus múltiplos aspectos, dentre eles, o rigor do quadro simbólico, o da avaliação

permanente da ação, o rigor dos campos conceituais e teóricos, o rigor da implicação, a dialética do pesquisador. Assim, a pesquisa-ação passa a ser identificada como uma nova forma criação do saber na qual as relações entre teoria e prática e entre pesquisa e ação são uma constante. Neste sentido, a pesquisa-ação pode dar uma grande contribuição no sentido da transformação do olhar dos pesquisadores científicos e os cidadãos engajados nas múltiplas formas de ação coletiva acerca de sua própria prática e ação cognitiva. Permite aos sujeitos que “(...) construam teorias e estratégias que emergem do campo e que, em seguida são validadas, confrontadas, desafiadas dentro do campo e acarretam mudanças desejáveis para resolver ou questionar melhor uma problemática. A *démarche* se parece com um círculo em espiral entre três processos que se mesclam: planejamento e ação, combinados com uma constante coleta de informações, quanto ao grupo e a seu próprio contexto” (Morin 2004, p 57).

Segundo Thiollent (1989), o grande desafio metodológico consiste em fundamentar a inserção da pesquisa-ação do ponto de vista científico, sendo a ciência concebida de modo aberto, sem que seja sinônimo de “positivismo”, “funcionalismo” ou de outros “rótulos”. Como já vimos, em pesquisa-ação existem objetivos práticos de natureza bastante imediata: “(...) propor soluções quando for possível e acompanhar ações correspondentes, ou, pelo menos, fazer progredir a consciência dos participantes no que diz respeito à existência de soluções e de obstáculos” (Thiollent 1989, p.20). Entretanto, todos esses objetivos práticos não devem nos impedir de lembra que a pesquisa-ação, como qualquer outra estratégia de pesquisa, possui também objetivos de conhecimento.

Para Thiollent (1989), ao contrário de adeptos que se negam a enquadrá-la em exigências “academicistas”, a pesquisa-ação tem papel próprio no âmbito das ciências sociais, atendendo a um conjunto de expectativas científicas. A pesquisa-ação seria uma espécie de experimentação em situação real, na qual os pesquisadores intervêm conscientemente. Ele adverte que não se trata de experimentação de laboratório que se guie por pressupostos como neutralidade, não interferência do observador e isolamento de variáveis. Numa pesquisa-ação os participantes não são reduzidos a cobaias. Eles desempenham um papel ativo naquilo que está sendo observado, mudando alguns aspectos da situação através das ações que decidiram aplicar. Dessa experimentação real, das observações realizadas, da avaliação dessas ações e da evidenciação dos obstáculos encontrados, resulta uma série de informações a serem sistematizadas como elemento de conhecimento.

Explicitando melhor a exigência científica de uma pesquisa-ação, Thiollent (1989) afirma que as condições de objetividade podem ser parcialmente respeitadas através de um controle metodológico do processo de investigação e com o consenso de vários pesquisadores acerca do que está sendo observado e interpretado. Neste caso temos um modelo muito mais dialógico e sustentado pela argumentação e pelo mergulho dos pesquisadores e das pessoas implicadas no problema investigado. “Na pesquisa ativa há um constante questionamento, sempre é preciso argumentar a favor ou contra determinadas apreciações e interpretações (...) Sob controle metodológico, há também condições de uma constante auto-correção, sempre melhorando a qualidade e a relevância das observações” (Thiollent 1989, p.23). Assim, a compreensão da situação, a seleção dos problemas, a busca de soluções

internas, a aprendizagem dos participantes, ou seja, todas características qualitativas da pesquisa-ação, não são contrárias ao espírito científico, uma vez que não podemos reduzir a ciência ao processamento de dados quantificados.

Ademais, o processo de pesquisa-ação tem algumas qualidades que não encontramos em outros modelos mais convencionais. Através do mergulho na realidade, podemos captar informações geradas pela mobilização coletiva que em torno de ações concretas que não seriam alcançáveis através das observações onde o sujeito está separado do objeto. “Quando as pessoas estão fazendo alguma coisa relacionada com a solução de um problema seu, há condição de estudar este problema num nível mais profundo e realista do que no nível opinativo ou representativo no qual se reproduzem apenas imagens individuais e estereotipadas” (Thiollent 1989, p.24). Por outro lado, na pesquisa-ação as populações não são consideradas como ignorantes e desinteressadas. O saber espontâneo é levado a sério, cotejado com as “explicações” dos pesquisadores, surgindo desse processo um conhecimento descritivo e crítico, com todas as sutilezas e nuances que em geral escapam aos processos padronizados.

Descrevendo as possibilidades e vantagens para os estudos do fenômeno educativo, Morin (2004) destaca a utilidade da pesquisa-ação para os educadores engajados. Segundo ele, os profissionais, sobretudo da educação, estão preocupados com as mudanças sociais, políticas, econômicas e tecnológicas. Eles buscam informações no intuito de melhor desempenhar o seu papel de ensino, para que os alunos aprendam mais, como melhor avaliar os progressos escolares e com as relações interdisciplinares. Em função disto,

eles não só oferecem sua sala de aula como local de investigação, como se tornam parceiros ou co-responsáveis. Dessa forma, para os docentes que participam de pesquisa, há uma melhoria do ensino graças a uma tomada de consciência de uma prática eficaz, como sede de conhecimentos sobre os métodos e abertura de vasta cultura geral, além da atualização de informações. Ele adquire competência em teorização, na escrita ao narrar experiência e exercita o espírito crítico na utilização de pesquisas. “As precedentes reflexões indicam que o profissional que participa, quer seja docente, responsável de formação ou trabalhador social, está concentrado no seu trabalho e no contexto em que o exerce, com vistas a melhorar e a se auto-realizar” (Morin 2004, p.23).

Segundo Morin (2004) resolver os diversos problemas que envolvem a educação está na condição de que na realização de uma pesquisa o pesquisador seja mais bem compreendido e o profissional prático esteja implicado no processo de descoberta de respostas em sua vida social e profissional. Neste sentido, as ciências puras e os métodos experimentais estão perdendo cada vez mais aderentes, uma vez que estas só têm trazido conclusões que se revelaram estéreis uma vez transpostas na prática. Felizmente já se fala em ciências da educação. A educação não pode ser designada como objeto de uma ciência única. A educação abrange um conjunto heterogêneo de fenômenos para os quais se justificam múltiplas abordagens: estruturas institucionais, comportamentos, métodos didáticos, conteúdos culturais e etc. “São objetos recortáveis nesse conjunto ou campo **cujas unidades são de ordem prático-social**, e não de ordem científica” (Gilles Ferry, 1987. p. 19-20 apud Morin 2004, 26). Sendo assim, a significação do

concreto de ciência poderia ser ampliada para representar uma forma de saber que se afasta dos parâmetros existentes há quatrocentos anos.

Em suma, a pesquisa em educação em uma situação real não construída é demasiado complexa para aceitar como verdade um conjunto de instrumentos experimentais. No processo que necessita descortiar o objeto de estudo é necessário fazê-lo com a vontade de unir e estudar as relações e finalidades dos comportamentos. Este é o caminho do profissional que reflete sua prática. “Ademais, sem dúvida, este deverá se comprometer em uma negociação contínua com pesquisadores que não vêem naquela pesquisa o que é exportável, publicável e que admite somente com dificuldades que a práxis possa ser a via privilegiada para alcançar um saber prático também válido. O diálogo entre atores e pesquisadores, entretanto, só poderiam ser enriquecedor ao oferecer ao ator ferramentas para ele desenvolver um saber prático e compará-lo as teorias de pesquisadores altamente qualificados; esse intercâmbio e esse trabalho em comum sensibilizariam o pesquisador profissional às problemáticas mais realistas, mais dinâmicas e, sobretudo, mais complexas. Trata-se de uma negociação entre as duas profissões compartilhando uma finalidade ou uma causa comum” (Morin 2004, p. 29).

Nesta perspectiva, Morin (2004) sintetiza um conjunto de princípios capazes de orientar educadores interessados em realizar um projeto de pesquisa-ação, como segue abaixo:

- a) O profissional consciente do saber que a pesquisa lhe trará responde uma visão científica ampliada, onde o saber emergirá de reflexão sobre sua prática.
- b) Ele deve caminhar com os múltiplos componentes do novo em que está inserido porque não sabe a priori o que é pertinente e o que não é pertinente em seu projeto. Ele deve então aprender a observar e a

descrever “(...) a aventura de uma descrição enriquecida pela lógica informal da vida atual”.

- c) A visão do profissional será marcada pela perplexidade e estudará o seu campo como único com suas configurações locais de tempo e de lugar, e sabendo vê-los a partir de uma visão ampliada, global ou macroscópica. Ele reconstituirá o campo após ter captado suas significações.
- d) A pesquisa do ator será mais semelhante a um projeto voltado para o futuro, um projeto em construção, criando espaço e aperfeiçoando o ator e modelador. E não pode deixar nada de lado. Os pólos históricos, ontológicos e funcionais os nortearão na descrição de seu campo.
- e) Uma vez obtido o retrato descritivo de seu campo, às vezes sob forma gráfica, poderá pensar em sua finalidade de pesquisa que responderá as necessidades do questionamento.
- f) Conseqüentemente, ele escolherá a metodologia mais aberta possível ou um conjunto de métodos complementares que esclareçam melhor quer a compreensão de seu campo, quer suas ações profissionais a ser cumpridas.
- g) Esse caminho obrigará, sem dúvida, a constituição de uma equipe e acercar-se de pesquisadores efetivos, aptos a lhe oferecer instrumentos ou ainda, interessados em trabalhar com ele no campo, para que o projeto seja mais produtivo. “O diálogo com os vários pesquisadores considerará a preocupação com a práxis como sendo prioritária, com vistas à construção de um saber prático”.

É desta prática que poderá surgir uma teorização ou uma perspectiva para outras ações profissionais, em constante renovação.

Uma questão importante na pesquisa-ação é a relação existente entre os objetivos de pesquisa e os objetivos de ação. Uma das especificidades da pesquisa-ação consiste no relacionamento desses dois tipos de objetivos: a) objetivo prático e; b) objetivo teórico. O objetivo prático significa contribuir para o melhor equacionamento possível do problema considerado como central na pesquisa, através do levantamento de soluções e propostas de ações correspondentes às soluções para auxiliar o agente na sua atividade transformadora. É claro que este tipo de objetivo deve ser visto com realismo, sabendo que nem todos os problemas têm soluções em curto prazo. O objetivo de conhecimento significa obter informações que seriam de difícil acesso por meio de outros procedimentos, aumentar o conhecimento de determinadas

situações (reivindicações, representações, capacidades de ação ou de mobilização, etc.).

Segundo Thiollent (1989) os objetivos podem ser de ordem: a) instrumental; b) tomada de consciência; c) conhecimento passivo de generalização. O objetivo instrumental acontece quando a pesquisa tem um propósito limitado a resolução de um problema prático de ordem técnica. Na outra situação, a pesquisa não implica apenas na resolução de um problema imediato, mas sim de desenvolver a consciência dos agentes implicados na atividade investigada. Mesmo que esses problemas não sejam passivos de soluções em curto prazo. Objetivo, então é tornar o problema mais evidente aos olhos dos interessados a natureza e a complexidade dos problemas considerados. Os objetivos passivos de generalização são aquela onde a pesquisa-ação é principalmente voltada para a produção de conhecimento que seja útil não apenas para a coletividade considerada na investigação local. É conhecimento passivo de ser cotejado com outros estudos e suscetíveis a parciais generalizações nos estudos de problemas sociológico, educacionais e outros de maior alcance.

2.2 – Descrevendo o campo e o objeto da pesquisa-ação.

A pesquisa-ação em questão teve como campo de investigação a Política Municipal de Esporte e Lazer da Prefeitura do Recife, no período entre 2001 e 2004, mais particularmente o Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer, *em sua linha de ação voltada para a juventude: o projeto Esporte do*

Mangue. O contexto do projeto Círculos Populares de Esporte e Lazer / Esporte do Mangue foi possibilitado pela ascensão das forças democráticas e populares ao poder executivo municipal, liderada pelo Partido dos Trabalhadores, a partir da derrota do representante das oligarquias do estado de Pernambuco Roberto Magalhães e com a vitória do representante das classes populares, o ex-metalúrgico João Paulo de Lima e Silva.

O início do programa Círculos Populares de Esporte e Lazer / Esporte do Mangue se deu a partir da criação da Diretoria Geral de Esporte, vinculada à Secretaria de Turismo e Esporte, através da Lei 16.662 de Junho de 2001. Conforme documento oficial, os Círculos Populares de Esporte e Lazer foi o programa estruturador da Política Municipal de Esporte e Lazer e tinha como objetivo: “Implementar, nas comunidades de baixa renda da cidade, círculos de convivência social que possibilitem o desenvolvimento de aprendizagens significativas relacionadas ao campo da cultura corporal e esportiva, tendo em vista a educação *no e para* o exercício do tempo livre, estimulando a auto-organização, a elevação cultural, política e da auto-estima da população e contribuindo no combate às diversas formas de violência”.

O programa era composto por quatro projetos: 1) *Círculos de Convivência Social*; 2) *Esporte Popular*; 3) *Plano de Revitalização dos Espaços de Esporte e Lazer*; 4) *Esporte do Mangue*; 5) *Plano de Formação Continuada do Quadro Docente e Funcional do Esporte e Lazer*.

Segundo documento que apresenta o programa, os CÍRCULOS DE CONVIVÊNCIA SOCIAL consistem “(...) na oferta de atividades sistemáticas durante a semana e finais de semana, formando Círculos de Convivência junto aos segmentos da infância, juventude, adultos e idosos. As atividades serão

realizadas na forma de Oficinas Temáticas, Seminários, Festivais e Colônia de Férias, e serão coordenadas por Educadores Populares da área de Educação Física, Educação Artística e Pedagogia, podendo articular-se com a ação de voluntários das comunidades que passarem pelo Curso de Formação de Agentes Comunitários de Esporte e Lazer.

O projeto FUTEBOL PARTICIPATIVO teve como objetivo “(...) apoiar ações, no âmbito do Esporte e Lazer, realizadas por organizações populares tais como associações de bairro, centros esportivos populares, ligas esportivas, etc. As linhas de apoio são: promoção de cursos de aperfeiçoamento técnico, de arbitragem e organização esportiva; fornecimento de material esportivo e de premiações; pagamento de arbitragem. As modalidades de atividades a serem atendidas são as seguintes: a) Realização de campeonatos de futebol de bairro; b) Promoção de escolinhas esportivas; c) Realização de eventos esportivos e de lazer em datas comemorativas”.

O PLANO DE REVITALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DE ESPORTE E LAZER teve como objetivo principal “(...) orientar a revitalização, a construção e a gestão dos espaços e equipamentos esportivos e de lazer como os campos de pelada, quadras, praças e parques da Cidade”. Este plano foi dirigido pela Coordenação de Gerenciamento de Espaços de Lazer e Esporte (COGEL) que de forma articulada com outros setores da administração municipal (URB, EMLURB, DIRMAN, DIRBAM) teve como responsabilidade assessorar e supervisionar os processos de recuperação, construção, normatização e gestão dos espaços e equipamentos públicos voltados às práticas que envolvem as manifestações da Cultura Corporal e Esportiva.

PLANO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DO QUADRO DOCENTE E FUNCIONAL teve a finalidade de promover a formação continuada dos docentes, funcionários, gestores e agentes comunitários que atuam no âmbito do esporte e lazer. O plano se concretizou através de reuniões pedagógicas semanais, realização dos Encontros Municipais de Formação Continuada em Esporte e Lazer, no apoio à participação em eventos ligados ao setor promovidos por outras instituições.

Finalmente, o ESPORTE DO MANGUE foi o Projeto voltado especificamente à juventude e consistiu originalmente em apoiar e incentivo à prática de esportes radicais e as culturas ligadas ao movimento *manguebeat*. As linhas de apoio eram: a formação de uma equipe itinerante de oficinairos para trabalhar com a Juventude dos Círculos de Convivência; fornecimento de material e equipamentos esportivos; apoio técnico para projeção de espaços para prática; apoio a realização de eventos festivos e de formação. As modalidades contempladas no projeto eram as seguintes: *Skate, Patins, Biccicross, Hip Hop e Capoeira*.

Esta pesquisa-ação fez parte de um esforço científico para *saber as contradições e possibilidades concretas de uma política pública de esporte e lazer contribuir para a educação emancipatória da juventude, visando o fortalecimento da luta das classes populares pela hegemonia*, a partir do desenvolvimento do projeto ESPORTE DO MANGUE. O projeto foi elaborado para dar enfretamento aos problemas deste segmento da juventude, principalmente no que tange: *a ausência de espaço e equipamentos adequados para prática sistemática e realização de eventos; dificuldade de conseguir apoio do poder público para realização dos eventos esportivos e*

culturais; discriminação e perseguição pela polícia e população em geral. O projeto foi desenvolvido durante três anos e meio, período no qual teve uma evolução significativa ampliando seus objetivos e abrangência.

Os participantes da pesquisa-ação foram os Gestores e Educadores Sociais da Diretoria Geral de Esporte / Secretaria de Turismo e Esporte, Agentes Comunitários de Esporte e Lazer e um Pesquisador-participante, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia (Doutorado). Os trabalhos desenvolvidos pela DGE contaram também com a ajuda de Colaboradores Externos ligados às diversas universidades brasileiras.

Os participantes citados apesar de representarem contextos diferenciados apresentavam interesses políticos convergentes. **Os Gestores** e Educadores Sociais estavam vinculados aos interesses políticos da gestão democrática e popular que era pautada pelos princípios da “inversão de prioridades na realização dos direitos, combate a exclusão social, participação popular e elevação da consciência política da população”. Na grande maioria, tinham pouca idade e estavam em início da carreira profissional. Recém formados na área de Educação Física, trabalharam em escolas públicas e privadas e participaram de algumas poucas experiências de pesquisa e extensão universitária, na condição de estagiários e monitores de projetos comunitários. A equipe inicial era majoritariamente constituída por ex-militantes do movimento estudantil da área de Educação Física, mas com o decorrer da gestão foi ampliada numa perspectiva multidisciplinar, sendo integrada com novos membros das áreas de Pedagogia, Turismo, Administração de Empresas, Educação Artística, Informática etc.

As crenças dos gestores que mais interferiam nas ações era a noção de a gestão democrática e popular seria um espaço de disputa para acumulação de forças no sentido da superação do capitalismo e da construção de um projeto histórico socialista. Nesta perspectiva, um trabalho de formação da consciência de classe e elevação cultural da população poderia ser realizado a partir das atividades de lazer e esporte, o que chamavam de educação para *no* e *para* o tempo livre. As políticas públicas são vistas como possibilidades de realizar ações educativas e políticas capazes de estimular a autodeterminação das crianças, jovens, adultos e idosos no âmbito do lazer, podendo estas extrapolar para outras esferas da vida social.

O **Pesquisador-Participante** vinculava-se aos mesmos interesses políticos dos gestores, uma vez que era filiado ao partido a frente da gestão em pauta. Entretanto, além da realização bem sucedida das ações eles tinham o explícito interesse em socializar seus conhecimentos e produzir novos saberes a ser aproveitados em outras experiências de governo e organizações sociais. O pesquisador-participante tinha experiência como docente e como pesquisador em políticas públicas na área de educação e também como gestor público. Além de comungar da mesma crença dos gestores, acredita que os demais governos populares, instituições universitárias identificadas com as forças democráticas e populares e movimentos sociais devem adotar a mesma linha de ação da formação de quadros e do trabalho coletivo, sendo possível generalizar esta experiência para outros setores.

Os **Agentes Comunitários de Esporte e Lazer** eram praticantes de esportes radicais e membros de grupos culturais juvenis. Na sua grande maioria não eram filiados aos partidos do governo, sendo vinculados ao

interesse mais imediato da resolução dos problemas da realidade em que estavam inseridos. Os Agentes participavam pela primeira vez de uma experiência com esta, sendo tudo muito novo, desde a mudança da relação estabelecida entre a Prefeitura e a comunidade até a possibilidade de participar de espaços de discussão, formação e planejamento, podendo inclusive influenciar os rumos da política. Finalmente, a crença mais importante dos Agentes Comunitários de Esporte e Lazer se refere à necessidade do poder público assumir a proteção dos segmentos mais vulneráveis da população. Entretanto, existia um misto de revolta e pragmatismo em relação a classe política e aos governos que até então não tinham assumido as suas responsabilidades. Eles também eram bastante revoltados com a discriminação da sociedade em relação aos jovens ligados a uma cultura de rua.

Os **Colaboradores Externos** eram todos pesquisadores especializados em políticas públicas de lazer e esportes, com título de doutor, produção acadêmica significativa na área, com experiência em projetos de extensão universitária e consultoria. Eram todos militantes ou simpatizantes das forças políticas que compunham o governo municipal e, portanto, vinculados ao interesse político de contribuir para o aperfeiçoamento das ações de governo, avaliando-as com um rigor científico próprio as funções que desempenham nas universidades. A crença dos avaliadores externos que mais interferiam nas ações dizem respeito à necessidade de avaliação permanente por parte de especialistas e pesquisadores sem os quais as políticas públicas perderiam em qualidade.

Todos os participantes demonstram uma vontade significativa de participar do trabalho. Os Gestores e Educadores Sociais não só

demonstravam vontade como participavam com bastante entusiasmo e compromisso, mesmo diante de condições de trabalho precárias, com pouco espaço físico, orçamento insuficiente. Isso gerou condições políticas favoráveis, devido a um crescente convencimento dos escalões superiores da gestão e da população da relevância da política que vinha sendo desenvolvida.

O pesquisador-participante participava de maneira militante, influenciando buscando influenciar decisivamente na formulação e execução das ações. Como possuía uma maior experiência em sistematização, a maioria dessas tarefas era realizada por eles. Entretanto era clara a intenção em socializar estes conhecimentos e promover o treinamento dos demais.

Os Colaboradores Externos participavam a convite dos gestores e pesquisadores-participantes nos momentos de avaliação e formação continuada. Todos demonstraram uma grande motivação em participar dos momentos que eram convidados.

Já os Agentes Comunitários, apesar da pouca experiência e conhecimento técnico, e em condições precária de trabalho, demonstravam grande motivação para o trabalho, participando efetivamente de todos os momentos de planejamento, execução e avaliação do processo.

No âmbito do programa existiam um outro projeto de pesquisa-ação coordenado por Katharine Nínive Pinto Silva, também do doutorado em Educação da UFBA, cujo objeto foi relacionado ao processo de formação continuada realizada pelos Círculos Populares de Esporte e Lazer. Embora os objetos fossem diferentes, o diálogo entre as pesquisas e equipes de trabalho era permanente, uma vez que a formação continuada foi uma ação transversal a todos os projetos do programa.

Como os participantes da pesquisa vinham de formações e experiências bastante heterogêneas existia uma diferença na capacidade de compreensão e expressão entre eles. Implementar um processo de Educação para o Tempo Livre demandou um esforço inicial de tornar a comunicação e a compreensão possível, através da utilização de diversas estratégias e linguagens.

2.3 – A estratégia de coleta dos dados

Segundo Morin (2004) a abordagem de pesquisa-ação não possui uma estrutura predeterminada. Seu contrato deve ser aberto, formal, mas não estruturado, devendo preservar a flexibilidade à mudança e a possibilidade de um contínuo questionamento. Por se tratar de uma abordagem que visa resolver problemas ligados à condição humana, é preciso deixar espaço para dinamismo no processo de pesquisa “(...) as seqüências obedecem às leis da vida e de liberdade humana dos atores participantes” (Morin 2004, p. 122). Isso não quer dizer que a pesquisa-ação não precise de um plano. Porém é importante entender que para poder captar o dinamismo da vida e da liberdade humana, no decorrer do processo as hipóteses poderão variar e o discurso evoluir. As estratégias e os papéis poderão mudar. Por isso é preciso também aceitar as prorrogações de tempo, uma vez que durante o processo as interações e questionamentos poderão permitir uma compreensão mais profunda do problema em questão.

Segundo Morin (2004), uma filosofia do diálogo deve ser à base de toda pesquisa-ação. O diálogo é a extensão humana do grupo, sua inteligência e lugar de reflexão e objetivação da ação empreendida e a empreender. Neste caso, Thiollent (1989) sugere que a técnica principal ao redor da qual os sujeitos gravitam seja o seminário. O Seminário Central reúne os principais membros da equipe de pesquisadores e membros significativos dos grupos implicados no problema sob observação. Tem também a função de coordenar as atividades dos grupos satélites (grupos de estudos especializados, grupos de observação, informantes, consultores etc.). O seminário centraliza todas as informações coletadas e discute as interpretações. Com todas as reuniões reunidas, e dentro da perspectiva teórica adotada, o seminário elabora as diretrizes da pesquisa (hipóteses) e as diretrizes de ação submetidas à aprovação dos interessados que serão testadas na prática dos atores considerados. A partir do conjunto de informação processado, o seminário produz material. Parte deste material é de natureza teórica e outra parte é de natureza empírica (levantamentos e análises da situação etc.) Outra parte ainda, às vezes elaborada com colaboradores externos é o material de divulgação, de natureza didática ou informativa, destinado ao conjunto da população implicada nos problemas abordados).

A coleta de dados deve ser feita por grupos de observação e pesquisadores sob controle do Seminário Central. As principais técnicas são a entrevista coletiva no local e a entrevista individual, os questionários convencionais, a análise documental, a observação participante, o diário de campo e outras técnicas de reprodução de situações reais em que vivem os participantes como é o caso do sociodrama. Segundo Morin (2004) O essencial

na pesquisa-ação é o diálogo que se estabelece principalmente de forma oral, e para que as falas não se percam é importante gravá-las ou escrevê-las. Nesta perspectiva, “(...) o diário de bordo, a discussão, os relatos são importantes meios de expressão para enriquecer o conhecimento sobre a ação, ou a ação pelo conhecimento. Os diversos meios e as técnicas, a fotografia, o vídeo, a gravação em áudio são ferramentas preciosas para captar muitas informações, nas entrevistas, durante os trabalhos em grupo ou nas discussões. Também se podem usar algumas outras técnicas de redação coletiva no intuito de estruturar o pensamento, a reflexão ou até a avaliação” (p.130).

No caso da experiência realizada pela Diretoria Geral de Esporte (DGE) a estratégia de pesquisa e ação adotada seguiu as necessidades e a possibilidades postas pela dinâmica política própria da gestão pública. Realizada no período entre o mês de julho de 2001 e dezembro de 2004.

A Equipe de Pesquisa-Ação⁴ foi composta por um Pesquisador Participante, pelo Coodernador do projeto Esporte do Mangue e dois Coordenadores Pedagógicos. As funções da equipe foram definidas segundo as necessidades dos momentos próprios da pesquisa ou das ações do projeto Esporte do Mangue propriamente dita. As funções definidas foram as seguintes:

- PESQUISADOR PARTICIPANTE: coordenação de toda atividade relacionada à pesquisa. Elaboração do projeto de pesquisa e dos

⁴ Esta composição passou por uma alteração em função de uma reestruturação da equipe gestora da DGE, na qual o primeiro coordenador assumiu a função de assessor da DGE ao final do primeiro ano do projeto, passando coordenação para um dos coordenadores pedagógicos dos Círculos de Convivência. Outra alteração foi a chegada de seis Agentes Comunitários de Esporte e Lazer no segundo ano do projeto.

instrumentos da coleta de dados, sistematização dos relatórios de observação, preparação de material para análise, redação de resumos e textos como suporte teórico para o projeto, análise dos dados e elaboração do relatório final.

- **COORDENADOR GERAL:** coordenação de todas as ações político-administrativas do projeto. Representação do projeto nos fóruns de governo e extragoverno, coordenação dos fóruns do projeto, organização da parte logística, coordenação dos eventos do projeto, participação da elaboração de planos e relatório de gestão, elaboração e apresentação de relatórios de observação de campo.
- **COORDENADORES PEDAGÓGICOS:** condução dos trabalhos junto aos jovens, organização dos eventos, coordenação das atividades de sensibilização, articulação e mobilização.
- **AGENTES MUNICIPAIS DE ESPORTE E LAZER:** Auxiliar nas atividades junto aos jovens, realização de oficinas nas modalidades específicas, realização mobilização, articulação e mobilizações. Participação também nas atividades de planejamento, avaliação e formação.
- **COLABORADORES EXTERNOS:** ministravam cursos, oficinas e debates na formação continuada. Participação como facilitadores dos seminários de planejamento e avaliação.

Quanto à participação no processo de pesquisa podemos classificar os componentes da Equipe de Pesquisa-Ação em participantes integrais e participantes parciais. Os participantes integrais são aqueles que participaram de todos os momentos da pesquisa e da ação. Os participantes parciais são os

que participaram de todos os momentos da ação, mas não da pesquisa ou apenas em alguns momentos da pesquisa, no caso dos colaboradores externo. Essa não foi uma classificação *a priori*, mas uma caracterização que foi se revelando no decorrer do processo, em virtude das funções que os participantes cumpriam nas ações do projeto e suas competências individuais. Entretanto, um ponto comum foi a tarefa definida coletivamente de todos participarem nos momentos de planejamento e avaliação, bem como nas atividades de formação. Outra tarefa foi a apresentação dos relatórios de campo de cada atividade que participassem, de maneira que o princípio da ação/registo/reflexão/ação estivesse incorporado nos procedimentos de todos os membros da equipe. Nosso objetivo maior era contribuir para superação das dificuldades individuais no que se refere ao processo de reflexão sistemática, registo e sistematização para que todos pudessem participar, de certa maneira, em todos os momentos da pesquisa e da ação. Em outras palavras, não existia uma divisão insuperável entre os participantes integrais e os parciais. A divisão era apenas conjuntural em direção do objetivo de todos chegarem a ser participantes integrais. Como os participantes vinham de formações e experiências bastante heterogêneas existia uma diferença na capacidade de compreensão e expressão entre eles.

A pesquisa-ação teve como objetivo da ação implementar um projeto de Lazer e Esporte visando promover a educação emancipatória de jovens praticantes de esportes radicais e ligados ao movimento *manguebeat*. Como objetivo de pesquisa buscamos saber as contradições e as possibilidades existentes no desenvolvimento da referida política.

Como estratégia para coleta dos dados, definimos a técnica do “Seminário” ou “Auditório” sugerida por Thiollent (1989) e Morin (2004). Neste sentido, a pesquisa-ação foi desenvolvida tendo como referência a realização de dois tipos de Seminários: os gerais e os específicos.

Os Seminários Gerais dizem respeito aos espaços de planejamento, avaliação e formação comum a todos os projetos que constituíam o programa Círculos Populares de Esporte e Lazer. Esses espaços tinham a participação mais restrita a equipe gestora e educadores sociais do programa. O Seminário com caráter de planejamento era realizado uma vez por ano e contava com a participação de um Colaborador Externo com a função de facilitador do processo. Já os seminários de avaliação tinham também um caráter de formação continuada, participando, além dos sujeitos citados anteriormente, os Educadores sociais e Colaboradores Externos com a função de avaliar o projeto, ministrar cursos e participar de mesas de debates.

Para participar dos Seminários Gerais os membros da DGE eram organizados em grupos satélites a partir dos projetos que faziam parte. Como os seminários de planejamento tinham o objetivo principal de definir as ações estratégicas da política em geral para cada ano, a única forma de registro das informações era um relatório minucioso de todo o processo, elaborado pelo facilitador e aprovado pelos gestores da DGE. Com o auxílio de dois observadores munidos de computadores e impressoras, todas as discussões e propostas eram registradas quase em tempo real visando subsidiar a sistematização do relatório final. Os observadores auxiliares faziam uma espécie de diário de campo informatizado, o que se revelou uma estratégia

bastante eficiente no que se refere ao registro, limpeza, organização e o tempo da sistematização final dos dados.

Já os seminários com caráter de Formação Continuada, compreendiam uma grande gama de procedimentos que incluía a realização de mesa redonda com o objetivo de problematizar os conceitos centrais da nova concepção com o auxílio dos especialistas convidados, oficinas temáticas abordando as diversas linguagens e manifestações culturais desenvolvidas pelos educadores nos núcleos, relatos das experiências desenvolvidas nos diferentes departamentos, projetos e núcleos com parecer específico dos especialistas convidados, os quais eram expostos e debatidos numa assembléia ampliada junto com os demais participantes e convidados. Em todos os Seminários de Formação Continuada, os grupos satélites eram orientados a apresentarem anteriormente aos especialistas um texto coletivo relatando sua experiência e a organizarem uma exposição a partir de uma linguagem mais lúdica que poderia ser a produção de um vídeo, uma peça de teatro, etc. Como forma de salvaguardar as reflexões e o debate instalado, todos os momentos eram filmados integralmente para consultas posteriores.

Já os Seminários Específicos se referem às reuniões realizadas pela coordenação do projeto *Esporte do Mangue* para atividades de planejamento, avaliação e estudos específicos. Esses seminários eram realizados junto com os jovens usuários ou restritos aos membros da equipe gestora do projeto. Desta forma os Fóruns do Esporte do Mangue, os Encontros Regionais, posteriormente chamados de Encontro da Juventude Radical e o Encontro Municipal do Esporte do Mangue eram espaços de reflexão, articulação e definição de diretrizes de ação a partir do contato direto com os diferentes

grupos juvenis. Os relatórios de campo dos grupos satélites e as filmagens produzidas pelos mesmos e pelos próprios jovens foram as formas de registro possíveis. Para ambos os projetos os documentos da imprensa externa e interna à gestão, foram as principais fontes para a reconstituição da dinâmica e analisarmos os impactos sociais e políticos das ações desenvolvidas.

Vale destacar que o projeto Esporte do Mangue passou por dois distintos momentos no seu processo de elaboração. O primeiro durou cerca de 10 meses e consistiu na construção do modelo do projeto a partir da experimentação de diversas atividades junto com os jovens. Foi uma espécie de fase de levantamento de informações e experimentação, cujos dados foram coletados nos seguintes Seminários Específicos:

- I Fórum Municipal do Esporte do Mangue
- II Fórum Municipal do Esporte do Mangue
- Encontros Regionais do Esporte do Mangue das RPA's 1, 2, 3, 4, 5 e 6.
- Encontro Municipal do Esporte do Mangue

O resultado dessas ações foi sistematizado e avaliado, fornecendo as bases para a elaboração da primeira versão do projeto. Após esse momento os Seminários Gerais e Específicos foram os seguintes:

- Oficina de Planejamento 2003
- Encontros da Juventude Radical das RPA's 1, 2, 3, 4, 5, 6
- II Encontro do Esporte do Mangue 2002
- III Encontro de Formação Continuada em Esporte e Lazer 2003
- Oficina de planejamento 2004

- Seminário do projeto Esporte do Mangue
- Fórum do Esporte do Mangue
- Encontros da Juventude Radical
- IV Encontro de Formação Continuada em Esporte e Lazer 2004.

Tanto a estratégia geral de ação e investigação quanto a dos programas específicos sofreram diversos ajustes de conteúdo e de forma, na medida em que a política como um todo ia se desenvolvendo. Tais adequações eram necessárias a cada evolução da política, de acordo com o crescimento numérico da equipe de gestores e educadores, em função das demandas internas e externas que desafiavam a equipe implicada resultado das interações com outros órgãos e com a população. De maneira que podemos afirmar a existência de três fases do desenvolvimento da política as quais exigiram adequações na dinâmica de investigação.

Uma primeira fase podemos caracterizar como sendo de análise inicial da realidade e formulação das diretrizes gerais do programa. Uma segunda fase foi a de início das ações propriamente ditas, os primeiros passos, os primeiros contatos da nova concepção que estávamos formulando com a realidade, e uma terceira fase de aprofundamento e aperfeiçoamento da proposta.

2.4 – A modelagem como estratégia de análise dos dados

A análise dos dados coletados nos seminários e nas observações de campo se deu com o objetivo de saber as contradições e as possibilidades de

educação emancipatória da juventude, através do projeto Esporte do Mangue e suas contribuições para o fortalecimento das classes populares na luta por hegemonia.

Para organização dos dados, inicialmente, precedemos a descrição dos principais eventos do projeto *Esporte do Mangue*, a partir dos relatórios de campo elaborados pela Equipe de Pesquisa, documentos oficiais, vídeos, artigos de jornal e entrevista coletiva com os demais pesquisadores no sentido de consensuar as interpretações sobre os fatos. A descrição foi apresentada em três partes seguindo a cronologia dos anos de funcionamento do projeto.

Os dados contidos na descrição foram analisados no sentido de captar as condições que possibilitaram a realização da política pública em questão, a organização do trabalho pedagógico revelada pelas ações do projeto e seus indicadores de contribuição para educação emancipatória da juventude e fortalecimento a luta pela hegemonia das classes populares. Neste sentido nos valem das seguintes categorias e seus respectivos indicadores para realizar a nossa análise:

1. Organismo de hegemonia popular. Designa a formação de organismo coletivos para defesa dos seus direitos, se envolvem em movimentos social, processo eleitoral ou busca se filiar a partidos políticos.
2. Consciência crítica e unitária ou consciência de classe. Os sujeitos fazem reflexão coletiva e de classe sobre o problema da dominação/exploração, suas formas concretas de manifestação e se põem em movimento.

3. Intelectuais orgânicos. De um grupo começam a surgir lideranças, que se colocam à frente das lutas como organizadores e mobilizadores de uma certa coletividade.
4. Gestão Democrática. Os sujeitos participam das tomadas de decisão, da elaboração, da execução, da avaliação da política e das ações específicas.
5. Conquista de Direitos. As reivindicações/necessidades postas pelos grupos de classe são atendidas total, ou parcialmente, implicando o aplicação de recursos.

Essas categorias podem ser resumidas na grade conceitual abaixo:

Grade conceitual de análise da emancipação e hegemonia popular

SITUAÇÕES	CATEGORIA	INDICADORES
Momento de articulação e discussões políticas entre os grupos para construção de novas entidades.	ORGANISMOS DE HEGEMONIA	Os sujeitos buscam criar organismos coletivos para defesa dos seus direitos, se envolve em movimentos sociais, processo eleitoral e partidos políticos.
Reordenamento do tempo, espaço, da vivência de acesso a cultura ou produção de valor-de-uso.	CONQUISTA DE DIREITOS	As reivindicações/necessidades postas pelos grupos de classe são atendidas total ou parcialmente, implicando o investimento de recursos.
Espaço para reflexão acerca do problema em curso com um amplo coletivo.	CONSCIÊNCIA CRÍTICA E UNITÁRIA	Os sujeitos fazem reflexão coletiva e de classe sobre o problema da dominação/exploração, suas formas concretas de manifestação e se põem em movimento.
Espaço de formação de novos intelectuais.	INTELECTUAIS ORGÂNICOS	De um grupo começam a surgir lideranças, que se colocam a frente como organizadores e mobilizadores.
Espaço aberto para tomada de decisões e avaliação da política (OP, Fórum, Encontro).	GESTÃO DEMOCRÁTICA	Os sujeitos participam das tomadas de decisão, da elaboração, da execução, da avaliação da política e das ações específicas.

Com base nas categorias acima apresentadas realizamos a análise dos dados apresentados, buscando encontrar indícios que caracterizem

a educação emancipatória de juventude através do *Esporte do Mangue*. Para enriquecer a nossa análise utilizamos também outras categorias, a partir de eventos e indicadores que emergiram na descrição sem correspondência direta com a nossa grade conceitual.

Com um dos objetivos de uma pesquisa-ação também é construir inovações metodológicas e técnicas para as ações educativas e comunitárias, utilizamos a técnica da modelagem que consistiu em captar a evolução dos modelos experimentados no projeto analisado, suas retificações e adequações. Neste caso, as categorias utilizadas foram as mesmas sugeridas pelo modelo pressuposto, apresentado no capítulo 6, ou seja, a metodologia da prática social no bojo da Educação para o Tempo Livre. Desse processo de análise foram retiradas às lições, apresentadas como conclusões desse trabalho.

2.5. Lições sobre pesquisa-ação

Para o desenvolvimento desse trabalho foi necessário a adequação dos tempos, dos espaços e dos recursos da pesquisa aos tempos, ações e recursos das políticas de governo em desenvolvimento. Dessa forma, procuramos utilizar os meios e recursos disponíveis na DGE, sem precisar utilizar equipamentos além dos citados. O tempo da pesquisa também não era um tempo diferente. Não existiu um tempo especial de pesquisa.

No caso da nossa pesquisa existe uma série de peculiaridades e características que a faz original. Está no campo educacional, mas na dimensão da política pública para a educação não-formal. É uma pesquisa-ação com uma dinâmica própria que envolve vários movimentos particulares. A

dinâmica política é uma peculiaridade que não dá mesmo para estabelecer uma ação a priori. A dinâmica política apresenta uma disputa que não pode ser revelada e que depende de decisões que fogem ao controle do ator-pesquisador. Por isso o próprio projeto não pode ser acabado e bem amarrado desde o início. Essa pesquisa foi desenvolvida em ambiente particular no qual os atores não tinham o pleno controle de todas as decisões, nem todos os atores de escalões superiores tinham o conhecimento e compromisso com a pesquisa. Seus compromissos maiores eram os resultados políticos das ações realizadas. Isso pode revelar uma nova faceta da pesquisa-ação.

Portanto, ao longo do processo, foi sendo ajustada, a ação (a política), a equipe e a pesquisa, um todo absolutamente indissociável. Essas são as condições para ser pensada a pesquisa-ação como luta política:

- a) o significado da pesquisa ação foi sem dúvida mudar uma dada realidade histórica e ao mesmo tempo produzir conhecimento e tecnologias;
- b) a perplexidade foi uma constante na pesquisa uma vez que a dinâmica política é em si imprevisível. Nunca poderíamos saber onde íamos chegar. Sabíamos onde gostaríamos de chegar e chegamos, mas não nas condições que tínhamos pensado;
- c) assim foi uma pesquisa voltada para o futuro na qual em momento algum deixamos a compreensão histórica, ontológica e funcional, e é nesse sentido que vamos descrevê-la.

CAPITULO III
HEGEMONIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E ACUMULAÇÃO
DEMOCRÁTICA E POPULAR.

Tanto o objetivo de atuar na esfera estatal para promover a educação emancipatória de jovens, através de políticas públicas de esporte e lazer, quanto o de realizar uma investigação científica sobre a ação desenvolvida, nos fez investir no estudo da dinâmica de funcionamento do Estado e as possibilidades de emancipação dos trabalhadores neste processo. O investimento realizado constou da realização de seminários relacionados com o tema nos Encontros de Formação Continuada de Esporte e Lazer, leituras e discussões coletivas nas reuniões pedagógicas semanais e participação em seminários promovidos por outras instituições e entidades políticas.

Dentre as diversas referências que tivemos contato, a abordagem gramsciana foi a que mais nos contemplou, uma vez que sua análise do Estado nas “sociedades complexas” sempre objetivou encontrar/construir armas e estratégias para construção da hegemonia de um novo projeto civilizatório realizado pelos trabalhadores. Esta foi uma discussão que permeou todos os espaços de formação da equipe e inspirou a construção do nosso projeto de sociedade. As idéias e valores que emergiram desse processo foi incorporado, em maior ou menor grau de compreensão, no cabedal de conhecimentos e na vontade política dos membros da nossa equipe.

Este capítulo apresenta uma elaboração das categorias fundamentais para análise das ações desenvolvidas no projeto *Esporte do Mangue*, feitas a partir dos estudos coletivos realizados no interior da DGE e sistematizados pelo pesquisador participante para a realização desta tese. Nele discutimos as concepções de hegemonia, políticas públicas e acumulação

democrática e popular, as quais nos inspiraram na construção dos referenciais normativos da Política Municipal de Esporte e Lazer e, em particular, a proposta político-pedagógica dos *Círculos Populares de Esporte e Lazer / Esporte do Mangue*, a qual denominamos de Educação para o Tempo Livre.

3.1 – Estado capitalista e hegemonia.

Da forma como foi desenvolvido por Antônio Gramsci, o conceito de hegemonia⁵ explicita o modo como as forças sociais heterogêneas se movimentam e se relacionam, através de um conjunto de instituições que mediam a articulação estrutura/superestrutura, disputando a direção política, intelectual e moral de toda a sociedade. Hegemonia fala da possibilidade que uma classe fundamental (dominante ou subordinada) tem de construir sua própria “concepção de mundo” e torná-la história, um modelo civilizatório, uma “civilta”.

Segundo Gramsci (1987), na medida em que as diferentes forças sociais estão íntima e objetivamente ligadas pela estrutura, elas são determinadas pelo grau de desenvolvimento das forças materiais de produção. Nesta perspectiva, a esfera econômica da sociedade representa o *locus* fundamental da dominação de classe, que tem como fim último a extração da mais valia.

⁵ Segundo Anderson (1986) o termo hegemonia aparece nos Cadernos do Cárcere com sentidos diferentes e terminam gerando possibilidades teóricas quase contrastantes. Não aprofundamos o debate acerca de tais diferenças. Entretanto, no sentido de buscarmos uma maior consistência teórica, desenvolvemos o conceito nos valendo dos escritos originais de Gramsci e das análises de interlocutores como Perry Anderson, Luciano Gruppi, Terry Eagleton, Giovane Semeraro e Ivete Simionnato, entre outros.

Entretanto, a dominação capitalista não é unicamente determinada pelo movimento da estrutura. As relações de produção são ordenadas e articuladas segundo valores, normas e leis que constituem um mundo de superestruturas e funciona para regular, legitimar e conferir sentido à toda dinâmica social. Neste campo das superestruturas, as classes são ligadas pela vontade individual e coletiva que, por sua vez, são determinadas pelo seu grau de autoconsciência e de organização. Dessa forma, é no campo político e ideológico que se pode verificar *“o grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais”* (Gramsci, 1987, p.1583).

De acordo com Gramsci, as sociedades capitalistas ocidentais são caracterizadas pela existência de uma superestrutura extremamente complexa, marcada por uma crescente socialização da vida política. Ao olhar para a organização político-social dessas sociedades, Gramsci percebeu que a estrutura de poder se ampliou para além das fronteiras da “esfera política restrita”. Essa constatação o levou a desenvolver uma concepção de Estado ampliado sem o qual não podemos entender os processos hegemônicos e construir novas formas de luta pela hegemonia da classe trabalhadora.

As análises sobre o Estado se desenvolvem a partir da consideração da existência de duas esferas diferentes e autônomas, a saber: a) a sociedade civil e, b) a sociedade política. A primeira se constitui através dos chamados “aparelhos privados” através dos quais as diferentes/divergentes forças sociais disputam a dominação através da construção de consensos. A sociedade civil é o *locus* no qual também pode se constituir um espaço público não-estatal, onde se dão as iniciativas dos sujeitos

modernos, que através das suas concepções de mundo, seus valores ético-políticos e suas dinâmicas de associação, passam a formar identidades coletivas heterogêneas.

Já a sociedade política (Estado em sentido restrito), é constituída, fundamentalmente, pelos aparelhos “públicos” através dos quais a dominação é exercida pela coerção e pelo consenso (Anderson, 1986). É o lugar do exercício legal da violência, ou seja, “[...] o aparelho de coerção estatal assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não consentem nem ativa nem passivamente, mas que é construído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo” (Gramsci 1987, p. 1519).

Semeraro (1999) esclarece que a noção de Estado ampliado então não pode ser entendida mecanicamente como aparelho burocrático-coercitivo, como vulgarmente a maioria da população pensa. Sua dimensão, de fato, não se limitam aos instrumentos exteriores de governo, mas compreende, também, a multiplicidade de organismos da sociedade civil, onde se manifestam as livres iniciativas dos cidadãos, seus interesses, suas organizações, sua cultura e valores, e onde praticamente se enraízam as bases da hegemonia. Nesta ótica é possível dizer que a sociedade civil representa o Estado considerado “de baixo”, enquanto a “sociedade política” é o Estado visto “do alto” (Semeraro 1999, p.75).

Para Gramsci, existe um relação dialética entre a sociedade política e a sociedade civil, a partir da qual uma determinada classe torna-se hegemônica utilizando-se de um conjunto de estratégias que combinam a coerção e o consentimento. Nesta perspectiva, um grupo ou classe social é

hegemônico quando consegue, por meio de sua ação política, ideológica e cultural, unificar e conservar unido um bloco social, marcado por profundas contradições de classe, na direção dos seus interesses e da sua própria “concepção de mundo” (Gruppi, 1978).

Dias (1996) define hegemonia como sendo então:

“Projeto que permite expressar o programa, o horizonte ideológico, no qual as demais classes se movem. Horizonte que, ao proceder à padronização, ao conformismo, desorganiza, inviabiliza, ou tenta, os projetos das demais classes. Desorganiza ativa ou passivamente: ativamente ao sobrepor com seu projeto aos outros projetos e assim descaracterizá-los; passivamente pela repressão pura e simples aos demais projetos. Horizonte que é estruturação do campo de lutas, dos aliados, do permitido e do interdito. Racionalidade de classe que se faz história e obriga as demais classes a pensar-se nessa história que não é a delas” (Dias 1996, p.34).

Segundo Simonnato (1995), em qualquer Estado moderno podemos constatar essa função de coerção e consentimento. Porém, o que vai determinar que a postura do Estado seja menos coercitiva e mais consensual é o modo como, conjunturalmente, se colocam no interior do Estado as organizações de cada esfera de poder. Não obstante, em condições normais de um capitalismo estabilizado, em função de uma grande autonomia da sociedade civil, e da grande proliferação das tecnologias de controle social, a relação entre coerção e consentimento pende para a Segunda (Anderson, 1986).

Dessa forma, tem-se que a dominação pelo consenso nas sociedades contemporâneas é realizada através de uma gama variada de instituições culturais da sociedade civil que, sob o controle dos grupos e classes dominantes, operam para a difusão de idéias, valores e normas, no sentido de articular as consciências das classes subordinadas, segundo seus interesses, sua visão de mundo, conseguindo assentimento para o seu projeto de sociedade.

Segundo Gramsci, em função da divisão do trabalho em manual e intelectual, e da apropriação desigual dos bens materiais e espirituais, as classes dominadas expressam uma consciência fragmentada, incoerente e contraditória da realidade, composta por fragmentos da tradição, idéias construídas da experiência direta com a realidade e a influência da ideologia dominante. Neste caso [...]“*é comum existirem duas concepções de mundo conflitantes nessas ideologias, uma retirada das idéias oficiais e outra decorrente da experiência prática que as pessoas oprimidas têm da realidade social*” (Eagleton, 1996, p.199).

Com isso, em função deste caráter dinâmico e contraditório da consciência das classes dominadas, o consenso das massas precisa ser negociado e articulado constantemente pelas classes dominantes, num processo de disputa constante da ordenação política, intelectual e moral da sociedade. Este trabalho é realizado através dos “aparelhos privados de hegemonia”, tais como a escola, a igreja, os meios de comunicação de massa em geral, os jornais, a moda, etc., através dos quais as classes dominantes conseguem repassar sua ideologia por todo tecido societário, plasmando as consciências de toda a coletividade, equiparando os seus interesses aos interesses da sociedade como um todo e assim produzindo uma universalidade abstrata que esconde as particularidades. “Quando isso ocorre, a subalternidade social também significa subalternidade política e cultural” (Simionatto, 1995, p.43).

Entretanto, a ideologia dominante não é uma consciência ilusória, ela é algo que se objetiva na realidade concreta, histórica e social, tem um peso decisivo na ordenação da vida social e se torna força material, quando ganha a

consciência das massas. Para Gramsci, as ideologias têm um caráter psicológico, moral e gnosiológico. Elas “[...] *organizam as massas e criam um terreno sobre os quais os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição e lutam*” (Gramsci, 1971). Nesse sentido, elas são disseminadas como um conjunto de idéias e valores, que são vivenciados como práticas e se definem como “(...) uma visão de mundo com normas de condutas correspondentes, que se encontram em todos os níveis sociais: econômico, político, científico, artístico etc., em todas as manifestações da vida intelectual e coletiva”. Essas idéias atingem os contextos micro-sociais dos cotidianos, constituindo padrões de comportamento em todos os âmbitos.

Segundo Gramsci (1968), os intelectuais vinculados às classes dominantes, jogam um papel fundamental, na construção e difusão da ideologia dominante. Além de organizadores da função econômica, os intelectuais também são agentes da hegemonia que as classes dominantes exercem na sociedade civil, através das diversas instituições culturais (Escola, Igreja, cinema, rádio, TV, imprensa em geral) e também dos partidos políticos. Em outros momentos, os intelectuais, também organizam a coerção, exercida pelas classes dominantes, através do aparato administrativo, político, judicial e militar.

Nos processos hegemônicos o Estado atua “essencialmente sobre as forças econômicas, desenvolve o aparelho da produção econômica, (...) inova a estrutura. Entretanto o Estado também atua no campo superestrutural. Neste ele é um instrumento de racionalização, coordenação e taylorização, atua segundo um plano, pressiona, solicita e pune (Dias 1996). Segundo Dias (1996) tanto o capitalismo quanto o Estado nacional tende a criação e

utilização de intelectuais. A Especialização típica das formações sociais capitalistas criou para si todo um corpo burocrático composto por escritórios especializados de pessoas competentes para os corpos deliberativos. Um segundo corpo de funcionários mais ou menos voluntários e desinteressados, escolhidos na indústria, nos bancos, nas finanças.

“Este é um dos mecanismos através dos quais a burocracia de carreira terminou por controlar os regimes democráticos parlamentares; atualmente, o mecanismo vai ampliando organicamente e absorve em seu círculo o grande especialista da atividade privada, que controla, assim, quer os regimes, quer as burocracias” (Gramsci, 2000a: 119).

Através do poder especializado a burocracia domina o aparelho do Estado, exercendo de forma aparentemente técnica o domínio das classes dominantes. Estado e capitalismo tende a fundir-se ainda mais intimamente. No momento atual do capitalismo, os funcionários do Estado tendem a integrar-se com os funcionários de empresas formando um corpo cada vez mais homogêneo e intercambiável. Essa integração é resultado do processo de renovação dos dirigentes estatais necessários ao atual estágio do capitalismo.

Particularmente em relação ao nosso estudo, este conceito de intelectuais de Gramsci é fundamental, uma vez que nos possibilita focalizar os formuladores da política de Esporte e Lazer, enquanto sujeitos ativos nos processos hegemônicos.

Em algumas passagens dos cadernos, Gramsci afirma que a hegemonia se realiza no âmbito da sociedade civil. Entretanto, Anderson (1986) afirma que o próprio Gramsci aponta a função ideológica também exercida no Estado (Sociedade Política), ao mesmo tempo em que amplia o conceito de hegemonia para o consentimento revestido de coerção.

O destaque da função ideológica e cultural do Estado está contido na passagem abaixo:

“Todo Estado é ético na medida em que uma de suas funções mais importantes é de elevar a grande massa da população a uma certo nível cultural e moral, nível ou padrão que corresponde às necessidades do desenvolvimento das forças produtivas e, por conseqüência, aos interesses das classes dominantes”(Gramsci *apud* Anderson, 1986, p.31).

Para Anderson (1986), ao considerar a função ideológica da sociedade civil para o Estado, Gramsci destacou apenas as instituições secundárias tais como a *escola e o sistema jurídico*. Porém, o epicentro da dominação ideológica (e portanto cultural, no sentido de cultura espiritual), reside na forma de funcionamento do Estado representativo.

Neste sentido, Anderson(1986) afirma:

“[...] a forma geral do Estado representativo – em uma democracia burguesa – é ela a própria arma ideológica principal do capitalismo ocidental, cuja própria existência priva a classe operária da idéia de socialismo como um tipo diferente de Estado, sendo que os meios de comunicação e outros mecanismos de controle cultural reforçam, além disso, o efeito ideológico central”(p.27).

Segundo Anderson (1986), no capitalismo avançado a ordem econômica é separada da ordem política. O Estado burguês, por definição, representa a totalidade da população, abstraída da sua divisão em classes sociais, como cidadãos individuais e iguais no plano jurídico. “*Em outras*

palavras, ela apresenta os homens e mulheres em posições desiguais na sociedade civil como se elas fossem iguais perante o Estado” (Anderson, 1986, p.28).

Desta forma, a liberdade política, as eleições a cada quatro ou cinco anos como expressão soberana da vontade popular, acabam gerando nas massas a ilusão de que elas exercem uma máxima autodeterminação na sociedade. *“A novidade deste consentimento é que ela toma a forma fundamental da crença das massas de que elas exercem uma máxima autodeterminação no seio da ordem social existente; [...] a crença na igualdade democrática de todos os cidadãos no governo de uma nação”*(Anderson, 1986, p. 30).

Apresentado às massas como a única e suprema encarnação da liberdade, como o fim da história, o Estado representativo constitui o ponto formal que fornece o código para todos os outros mecanismos ideológicos da classe dominante. Esses códigos são tão poderosos e sua mensagem específica é transmitida em qualquer outro lugar, porque os direitos jurídicos de cidadania não são meras ilusões. Muito pelo contrário: *“[...]as liberdades civis e sufrágio da democracia burguesa são uma realidade tangível, cuja realização foi em parte obra do próprio movimento operário e cuja perda seria uma derrota importante para a classe operária”*(Anderson, 1986, p.28)⁶.

⁶ Em nota de rodapé, Anderson(1986) ainda faz o seguinte comentário: “Em outras palavras, é um grande erro entender o parlamento simplesmente como um aparelho ideológico de um poder burguês sem mais problemas. A *função* da soberania parlamentar está inscrita no quadro formal de toda constituição burguesa e está sempre no centro da dominação cultural do capital. Entretanto, o parlamento é também, naturalmente, um aparelho político, investido de atribuições reais de deliberação e decisão que não são, de forma alguma, uma mera fraude subjetiva para enganar as massas. Os parlamentos são estruturas do que foi – e ainda é – uma grande realização histórica, o triunfo dos ideais da revolução burguesa”(p.28).

Não se pode negar o papel “predominante” ou dominante da cultura (Ideologia) no sistema de poder burguês contemporâneo. De fato a dominação ideológica é encarnada com um caráter concreto é irrefutável: *“eleições regulares, liberdades civis, direitos de reunião – todos eles existem no Ocidente e nenhum deles ameaçando diretamente o poder de classe do capital”* (Anderson, 1986, p.41).

No entanto, não se pode esquecer o papel da violência no processo de dominação capitalista sob o risco de cair num reformismo, na ilusão de que o socialismo pode ser dado como força de lei por uma maioria eleitoral, pacificamente, a partir do Parlamento. O próprio Gramsci aponta a importância da violência quando afirma: *“[...]a estrutura normal do poder político capitalista nos Estados democrático-burgueses é, com efeito, simultânea e invisivelmente dominada pela cultura e determinada pela coerção”* (apud Anderson, 1986, p.40).

Para Anderson (1986), na estrutura do poder capitalista as condições normais de dominação ideológica são garantidas por uma força silenciosa que lhes dá o seu valor: o monopólio da violência legitimada pelo Estado. Sem esta força, o sistema de controle cultural seria instantaneamente enfraquecido. *“Com a força, o sistema de controle cultural dispõe de um poder imenso – tão poderoso que pode paradoxalmente passar sem ela: com efeito, a violência deve normalmente aparecer nas fronteiras do sistema”* (Anderson, 1986, p.42).

Dessa forma, tem-se que a dominação capitalista, em um sistema parlamentar, se dá fundamentalmente sob o vértice predominante da ideologia, mas com uma base determinante da violência, “(...) pois historicamente, esse é o aspecto mais essencial, o desenvolvimento de qualquer crise revolucionária

necessariamente desloca o elemento dominante, no seio da estrutura do poder burguês, da ideologia para a violência”(Anderson, 1986, p.42).

3.2 - Elementos para conquista da hegemonia proletária

A grande busca de Gramsci foi superar as visões mecanicistas da história, fazendo notar que as contradições econômicas não determinavam automaticamente a orientação política dos processos revolucionários.

Para ele o elemento determinante da história não são fatos brutos,

“(...) mas o homem, as sociedades dos homens, dos homens que se aproximam entre si, se entendem, desenvolvem por meio desses contatos (civilização) uma vontade social, coletiva, e compreendem os fatos econômicos, e os julgam, e os adaptam às suas vontades, para que estas se tornem o motor da economia, a força plasmadora da realidade objetiva” (apud Semeraro 1999, p.21).

Sustentado pela crença de que não há situação histórica que não possa ser mudada pela livre e consciente ação dos homens organizados, é que ele toma parte ativa dos acontecimentos do seu tempo, fortalecendo a convicção da superioridade da civilização proletária, por um lado, mas, por outro, reafirmando a certeza de que as dificuldades e os custos humanos e materiais de um processo tão radical exigiam mais tempo e complexas formas de preparação. Desta forma, todos os conceitos desenvolvidos por ele, foram armas desse processo de conquista da hegemonia proletária.

Segundo a visão gramsciana no processo de construção da hegemonia, a conquista do Estado (sociedade política) não deve ser a meta final da ação política do proletariado, mas a construção de uma sociedade regulada. Nesta perspectiva, Gramsci evidencia que para o Estado se tornar

realmente democrático faz-se necessário buscar a unidade histórica entre a sociedade civil e sociedade política (entendida dialeticamente), sendo o mesmo superado pela sociedade regulada. Na direção da construção de uma civilização proletária ele atua, “(...) mas para promover a democracia, a liberdade, a elevação das massas à condição de sujeitos ativamente participativos numa sociedade que aprende a se autodeterminar” (Semeraro 1999, p. 77). Nesta perspectiva o Estado proletário se torna ético porque promove o crescimento da sociedade civil sem anular as suas liberdades. Esta ao amadurecer dispensa intervenções exteriores do Estado, porque o grau de socialização e responsabilidade alcançadas “(...) inauguram os tempos novos duma sociedade regulada pelas suas próprias iniciativas” (Semeraro 1999, p. 77).

A hegemonia a ser construída pelo proletariado deve seguir um caminho diferente das formas e dos instrumentos de poder utilizados pela burguesia. Esta última para não alterar as desigualdades sociais e econômicas busca ocultar as contradições e conciliar os interesses opostos. Apóiam-se num consenso manipulado e uma articulação forçada. Diferentemente, a hegemonia das classes trabalhadoras é uma relação político-pedagógica entre grupos que “querem educar a si próprios para a arte do governo e têm interesse em conhecer todas as verdades, inclusive as desagradáveis” (Gramsci 1975, p.1320 apud Semeraro 1999, p. 81). Neste processo, socialização da produção, da política e o desenvolvimento da subjetividade individual e coletiva são ingredientes que andam juntos na direção da eliminação da distância entre dirigentes e dirigidos. Neste sentido a passagem abaixo é bastante ilustrativa:

“No sistema hegemônico existe democracia entre grupo dirigente e grupos dirigidos, na medida em que (o desenvolvimento da economia e, portanto) a legislação (que decorre de tal desenvolvimento) favorecem a passagem (molecular) dos grupos dirigidos ao grupo dirigente”(Gramsci, Q.11, p.1388 apud Semeraro 1999).

Para prescindir da coerção exterior, a participação política das massas e o desenvolvimento do seu protagonismo ativo e consciente é imprescindível. É a forma mais humana e elevada de sociedade, onde os cidadãos se percebem como componentes plenamente integrados numa coletividade e se organizam por razões de liberdade e de participação, chegando inclusive a se considerar funcionários duma realidade socializada e universalizada. Entretanto, para se chegar a tal maturidade humana e social às vezes será preciso manter, por um período de tempo difícil e delicado alguma forma exterior de Estado. Para Gramsci, onde não houver uma sociedade civil antes da formação do novo Estado democrático e popular, pode ser compreensível um período provisório de estatolatria, desde que considerado como momento provisório. O Estado nesse caso, deve passar rapidamente da posição de promotor de liberdades e incentivador das iniciativas sociais que ampliem a esfera da sociedade civil.

A sociedade regulada, no entanto, não pode ser confundida com a inexistência de qualquer estrutura política e social, mas significa a criação de uma esfera de poder mais forte e mais complexa, organização gestada na formação da vontade coletiva e dentro de um novo regime representativo que substitua o regime parlamentar. Portanto quando se fala em superar o Estado, está se referindo ao Estado capitalista, portador de guerras e divisões. Não é a eliminação das instituições necessárias a convivência humana.

A concepção de política-hegemonia de Gramsci, além da ação político-prática, significa, principalmente, a conquista da capacidade teórica e cultural que “avança até a posse real e completa duma “concepção de mundo” coerente e unitária. Pela função que exercem no processo produtivo, as classes dominadas possuem uma concepção de mundo desagregada, contraditória e permeada pela ideologia de outras classes sociais. Essas formas de consciência, quase sempre as jogam numa posição de subordinação intelectual e moral, levando-as à passividade política e à impossibilidade de construção de um projeto social alternativo.

Desta forma, uma primeira tarefa na luta pela hegemonia é a promoção de uma compreensão crítica de si mesmo, entre os sujeitos das classes dominadas. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, o desenvolvimento da consciência de classe), é a primeira fase de uma ulterior auto-consciência, quando teoria e prática se unificam.

Essa tarefa implica na realização de uma análise crítica das ideologias dominantes por parte das classes dominadas, na tomada de consciência dos seus interesses históricos e na educação dos sentimentos espontâneos numa direção crítica e histórica. Nesse sentido, a construção de uma “vontade coletiva” no seio das classes dominadas coincide com a realização de uma ampla reforma intelectual e moral. Por seu turno, tal realização, em última instância, significa a alteração dos padrões do pensar, do sentir e do agir de uma postura passiva e conformista, a uma postura que busque a sua própria libertação.

Dessa forma, tem-se que a luta pela hegemonia se trava no nível das instâncias econômicas e políticas, mas também na esfera cultural (no sentido

de cultura espiritual, da esfera dos significados). Nesse contexto, a “elevação cultural das massas” é uma condição indispensável para que estas possam se livrar das amarras das ideologias das classes dirigentes e ascenderem à condição destas. A batalha cultural, portanto, é um fator decisivo no processo de luta pela hegemonia, na conquista do consenso e na tomada da direção político-ideológica por parte das classes trabalhadoras.

De fato, qualquer movimento político que se pretenda hegemônico precisa não apenas criticar e se separar do projeto global vigente. Ele precisa principalmente apresentar propostas superiores e mais abrangentes de sociedade. Sua ação política concreta, juntamente com o trabalho de desconstrução das bases hegemônicas do grupo no poder, deve vir acompanhada pela apresentação duma reinterpretação mais convincente da realidade. E o lugar onde se gestam os diversos projetos hegemônicos é o amplo e contraditório espaço da sociedade civil. “ No interior das suas múltiplas atividades econômicas, políticas, culturais, religiosas e educativas se estabelecem “lutas de sistemas, lutas entre modos de ver a realidade” (Semeraro 1999, p.83).

É justamente porque se gesta no universo complexo, amplo e plural da sociedade civil, que a conquista da hegemonia pode exigir um longo período de luta, até que um grupo se eleve acima de toda a sociedade, conquistando a direção política e cultural, assumindo a função de verdadeiro Estado educador. Neste caso, ainda que seja organismo de grupo, o Estado deve expandir ao máximo o potencial do grupo, como força motora, de caráter universal, para o desenvolvimento de todas as energias nacionais. Daí resulta a extraordinária importância dos intelectuais e do

partido, os reais construtores do consenso entre as diversas forças políticas da sociedade. A concepção de hegemonia, como já foi dito, supõe diferenças, conflitos, multiplicidade e interdependência entre as diversas forças sociais. Um grupo que se pretenda hegemônico, então, deve demonstrar suas capacidades de 'persuasão' e de 'direção', muito mais do que a força e a dominação. Para Semeraro (1999) a hegemonia proletária

“(...) tem uma íntima ligação com a democracia, entendida como forma de busca pública da verdade, como consenso obtido através duma escola permanente de liberdade e de autonomia, como construção duma racionalidade coletiva, animada pelas paixões e pelos afetos de indivíduos conscientes de suas diversidades. A hegemonia, então não é a incorporação passiva das massas no Estado, sancionada só pelo sistema parlamentar, mas é acima de tudo a permanente movimentação de iniciativas que elevam a capacidade subjetiva e a participação dos indivíduos” (Semeraro 1999, p.85).

Neste sentido, o partido é uma das manifestações mais significativas da sociedade civil. Entendido de forma ampla, segundo Gramsci “ninguém é desorganizado e sem partido. Um jornal, uma revista também podem ser considerados partidos. Uma elite de homens de cultura pode orientar ideologicamente as forças políticas duma sociedade. Entretanto, um partido se torna elemento progressivo de massa quando favorece a formação de “vontade coletiva”, não agindo de fora, como portador da consciência de classe, mas promovendo a articulação de força dispersas e a elaboração do programa proletário. Partido, nessa perspectiva, não significa a criação de um aparelho de funcionários ortodoxos em relação à concepção oficial. Para Semeraro (1999) pensava-se e pensa-se ainda hoje, que a revolução depende só da existência de um tal aparelho e a revolução seja determinada por ele. Pelo contrário, o partido deve ser resultado de um processo dialético no qual convergem o movimento espontâneo das massas revolucionárias e a vontade organizativa e diretiva do centro.

“Só com a criação desse ‘bloco’, um partido pode chegar a se desenvolver integralmente em Estado no sentido mais amplo do termo, capaz de administrar tecnicamente e elaborar uma concepção global que dilate e potencie as necessidades reais, os valores e as possibilidades da sociedade inteira. Completa-se, assim, o circuito que, partindo das atividades da sociedade civil, se fortalece na função coordenadora do partido e se transforma em Estado ético, visto agra não como força exterior e separada, mas como projeto intelectual e moral de amplas dimensões, capaz de criar um ulterior desenvolvimento e uma forma superior e global de civilização moderna” (p. 86).

Assim, a concepção de partido e de Estado em Gramsci é processual e sempre orientada para sua própria extinção. Segundo ele podemos dizer que um partido nunca está completo e formado, no sentido de que todo desenvolvimento cria novas tarefas e no sentido de que determinados partidos, paradoxalmente, se realizam quando não existem mais, quando sua existência se tornou historicamente inútil. A dinâmica do “moderno príncipe” consiste em nascer e morrer projeto-programa de transformar, elevar as massas, o povo “todo” à condição de “sociedade civil” destruindo todas as formas de subalternidade e de exclusão e promovendo a autodeterminação, ou seja, o espírito da nova hegemonia.

A hegemonia proletária não deve se apoiar apenas num forte simbolismo ético-político, mas essencialmente numa economia socialmente orientada. A hegemonia se constitui no terreno sólido da produção, na criação de nova economia e na fundação de nova concepção de Estado. Inclusive, na fase inicial, quando o novo grupo se organiza, ele passa por um período econômico-corporativo, o conteúdo da hegemonia. O conteúdo da hegemonia é prevalentemente de ordem econômica, pois trata-se de reorganizar a estrutura as relações reais entre os homens e o mundo econômico ou da produção. A vontade de mudança, os sentimentos de liberdade e os valores culturais da sociedade civil estão, de fato, vinculados à forma da economia e à organização

do Estado. A filosofia, a política e a economia, partes inseparáveis duma mesma concepção de mundo, possuem convertibilidade entre si. É neste sentido que Gramsci se pergunta: “Pode existir reforma cultural, quer dizer: elevação civil das camadas inferiores da sociedade, sem uma prévia reforma econômica e uma mudança na organização social e no mundo econômico! Uma reforma intelectual e moral, portanto, não pode estar ligada a um programa de reforma econômica. Pelo contrário, o programa de reforma econômica é exatamente a maneira concreta com a qual toda reforma intelectual e moral se apresenta”. Desta forma conquista do poder e afirmação de novo mundo produtivo são indissociáveis: a propaganda para uma é também propaganda para outra. Nessa coincidência reside a origem unitária da classe dominante, que é, ao mesmo tempo econômica e política.

Superada a fase econômico-corporativa e definida a hegemonia na sociedade civil, o grupo que se apropria dos aparelhos do Estado – se for realmente progressivo- deve mostrar não apenas “na carta da lei e dos livros dos cientistas” a vontade firme de adequar a sociedade civil à estrutura econômica, mas é preciso que na direção do Estado estejam os representantes da mudança realizada na estrutura econômica. É aqui que ganha importância os intelectuais para o mundo da produção. Gramsci, neste sentido, evidencia que a formação dos intelectuais comprometidos com as causas populares demanda um longo processo de preparação, “com adesões e dissoluções”, com o risco de ver debandar nas grandes “crises” históricas muitos deles que não vieram de raízes populares. Por isso que a construção da hegemonia não é tarefa fácil, uma vez que esta significa a administração, ao mesmo tempo, os poderes econômico, político e cultural.

A conquista da hegemonia remete à gestão do próprio Estado. É aqui que se dá a unificação das classes subalternas e seu ponto mais elevado de realização política. Segundo Gramsci, ao tornar-se Estado, as classes subalternas não devem reproduzir as estruturas vigentes de poder e seus mecanismos de dominação, mas são chamadas a reinventar uma nova maneira de fazer política e de viver em sociedade. Na explicação de Semeraro (1999), em seu processo de formação a nova hegemonia, construída sobre o consenso e a participação ativa das massas, passaria a ser entendida como gestão democrática e popular do poder. Uma concepção totalmente diferente da forma separada, autoritária, elitista e demagógica. Esse caráter democrático e socializador liga o conceito de “sociedade regulada”.

3.3 - Políticas públicas como campo e objeto de hegemonia.

As políticas públicas podem ser definidas como programas de ação que dão materialidade ao Estado ou, simplesmente, como o “Estado em ação”. Nessa perspectiva, o estudo de uma política pública sugere aprofundarmos um pouco mais as análises acerca do próprio funcionamento do Estado Capitalista.

Como já evidenciamos no decorrer do trabalho, se de um lado as ações do Estado Capitalista expressam os interesses das classes hegemônicas, isto não nos autoriza a dizer que o mesmo é um instrumento monolítico a serviço de um projeto social invariável. A dominação capitalista é contraditória na medida em que o Estado exclui as classes dominadas, mas em certos momentos, em função de necessidades geradas no interior do contexto

da acumulação, suas demandas são contempladas nos processos decisórios da intervenção estatal. Dessa forma, um fato cada vez mais presente na dinâmica das sociedades capitalistas é que o Estado age para assegurar a reprodução do capital, mas também se concretiza através de domínios vinculados à força de trabalho.

Um outro aspecto contraditório do Estado capitalista, diz respeito a sua necessidade de legitimidade. Segundo Jacobi (1993), o Estado burguês assume o papel e aparece como organizador da sociedade, independente de sua condição de suporte de certas relações de dominação, adotando o papel de fiador das relações sociais. Nesta perspectiva, o Estado capitalista não é exatamente o Estado dos capitalistas, uma vez que exerce funções contraditórias de acumulação e legitimação, no sentido de criar as bases de um consenso, através da ação de suas instituições. Nesse caso, o Estado torna-se interlocutor das demandas sociais dos diferentes movimentos reivindicatórios, que podem entrar em contradição com os interesses de reprodução do capital. Assim, o Estado capitalista, em função da sua contradição básica entre a esfera econômica e política, fica dividido entre exigências dificilmente conciliáveis. Dessas contradições decorrem freqüentes crises de legitimação, uma vez que a intervenção maior do Estado e expansão dos seus aparelhos não são acompanhadas de nenhum aprofundamento da participação democrática. “A crise de legitimação surge quando as demandas crescem mais rapidamente do que as recompensas ou respostas”(Jacobi, 1993, p.7).

Assim, embora tenhamos visto com Anderson (1986) que a democracia burguesa promove nas classes subordinadas um sentimento ilusório de uma máxima autodeterminação, entendemos que esses mesmos

mecanismos de legitimação são permanentemente abalados pelas contradições existentes entre a esfera política e a esfera econômica. Desse modo, podemos concluir que a dinâmica de funcionamento do Estado burguês se configura enquanto um conjunto de estratégias através das quais se produzem e reproduzem a dominação de classe e a intensidade das lutas políticas e da resistência.

Essa linha de análise vai coincidir com as afirmações de Azevedo (1997), para a qual a formulação de uma política pública se dá em função de decisões políticas (política-domínio) e, portanto, reflete as relações de dominação e resistência que se travam na sociedade. Mas como se dá a realização de uma política pública nos seus entremeios? Que fatores e mecanismos interagem no sentido de garantir os interesses de uma ou outra classe social?

De acordo com o que sugere Muller, as sociedades modernas/industriais são ordenadas a partir de setores os quais expressam a divisão social do trabalho, as especializações das profissões e das funções. Em função de tais setorizações, as políticas públicas são desenvolvidas também por interesses setoriais. Por seu turno, uma política setorial, que é parte de um planejamento mais global, tem seu ponto de chegada nos diversos setores da sociedade, tais como: transporte, saúde, bancários, o setor dos empreiteiros e o setor educacional.

Conforme Azevedo (1996), no caso da política educacional, a escola e a sala de aula são o espaço de materialização das definições de um projeto social, enquanto um projeto educativo. “O cotidiano escolar, portanto, é o elo final de uma complexa cadeia que se monta para dar concretude a política [...],

entendida aqui como um programa de ação”(p.59). Não discordando, porém ampliando esta visão, acreditamos que o campo de intervenção da política educacional abrange, também, outros espaços educativos que não somente a escola, como é o caso dos espaços informais de esporte e lazer entre outros espaços culturais.

Uma política para um setor é constituída em torno de uma problemática que passa a ser discutida amplamente pela sociedade, fazendo surgir demandas a serem resolvidas pelo Estado. A solução desta problemática vai ser elaborada pelos grupos dominantes em cada setor, os quais vão interferir no sentido de fazer valer seus próprios interesses e do coletivo político que representa.

Dessa forma, entender uma política pública como cercada por padrões culturais significa reconhecer que, enquanto resultado da ação humana esta é ordenada segundo um sistema de significados, intencionalidades e representações acerca da realidade circundante. Neste sentido, os fazedores da política tomam decisões apoiadas em suas concepções de mundo que se manifestam em algum tipo de definição social. Estes sujeitos são grupos de profissionais, sindicalistas, dirigentes de empresas, que se embatem de acordo com suas representações acerca de determinados problemas e de suas soluções.

Segundo Clauss Offe, as soluções das demandas formuladas socialmente são estabelecidas segundo os “mecanismos de seletividade” através dos quais as políticas do Estado se constróem, revelando-se enquanto sistemas de normas ideológicas e culturais que funcionam como filtros que selecionam o que merece ser alvo da ação estatal.

Já Jobert e Muller(1995), ampliando esta leitura de Offe, investigam estes sistemas de seletividade nas concepções e representações sociais que ordenam as ações dos artífices das políticas e dos responsáveis pela sua execução. Para estes, é a partir das representações sociais dos atores que participam da construção da política, que são estabelecidas determinadas ordenações, às quais chama de “referencial normativo” da política. Nesse caso, o “referencial normativo setorial” ou a ordenação da política para o setor, é uma expressão da representação que predomina no setor. Em outras palavras, o referencial normativo de um setor traduz as concepções dominantes a respeito do setor, da profissão ou da disciplina. Nesse ínterim, na disputa pela ordenação da política, muitas vezes quem ganha destaque são os próprios técnicos, funcionários da tecnoburocracia estatal responsáveis pelo setor. É importante retomarmos que, como parte de um projeto global estabelecido pelas classes e grupos dominantes na sociedade, o referencial normativo de uma política setorial articula-se a um referencial global que é a representação social de toda a sociedade. Assim, as ordenações de uma política setorial tendem a ser a reprodução particular de um projeto geral.

Para Jobert e Muller o referencial normativo de uma política pública pode ser evidenciado em duas dimensões que se interligam para compô-las: a dimensão cognitiva e a dimensão instrumental. A dimensão cognitiva é constituída pelas representações sociais e conhecimentos técnico-científicos, que fornecem os elementos através dos quais os artífices da política percebem e interpretam as causas dos problemas a serem resolvidos. São na verdade sistemas interpretativos simplificados da realidade. Já a dimensão instrumental, é representada por uma série limitada de medidas que são concebidas para

enfrentar as causas dos problemas. Mais precisamente, são as instituições, os princípios, as normas e os critérios que estabelecem uma articulação entre os dados técnicos e os valores e normas predominantes.

Destarte, ao afirmamos as políticas públicas de Educação Física, Esporte e Lazer enquanto determinada culturalmente e portanto cercada por distintos padrões culturais, estamos considerando que, assim como nos afirma Jobert:

“Os modelos de política não são independentes da política cultural e dos valores. Suas relações são duplas. Primeiramente, o modelo da política deve dar forma aos conceitos e valores mais gerais da ordem dominante do governo e com as formas de interação entre Estado e sociedade (Jobert 1989, p. 378).

Nessa perspectiva, segundo Azevedo (1997), ao se estudar uma política pública torna-se necessário reconhecer que a dinâmica através da qual se implementa uma política não se desvincula do universo simbólico e cultural próprio da sociedade que esta tem curso e, por conseguinte, esta dinâmica articula-se também às características do seu sistema de dominação e à maneira como se dá a articulação dos interesses sociais nesse contexto.

Entretanto, conforme o mesmo autor, uma vez que o mundo da produção dos bens materiais e seu consumo “[...] *é o móvel que alimenta a existência humana e influencia diretamente as relações sociais*”, o vértice de um planejamento global da sociedade são as diretrizes tomadas para o desenvolvimento econômico. Neste caso, qualquer análise da função do Estado e de suas políticas, seja ela repressiva ou ideológica, não pode se dar de maneira isolada do seu papel econômico.

Com base nas idéias acima apresentadas, podemos conceber as políticas públicas como instrumento de hegemonia, na medida em que se

revelam como um mecanismo de dominação e de consenso. Vasconcelos (1999) afirma as funções das políticas públicas, em particular as políticas sociais como um campo de luta pela hegemonia por excelência. Para o autor:

“Las políticas y programas sociales implican, por un lado, regulación legal, disciplinamiento (la política sindical, por ejemplo), y por otro, mecanismos de búsqueda de consenso y reconocimiento de la población (los programas de seguridad y asistencia social, como ejemplo)” (Vasconcelos 1999, p.74).

Na medida em que a hegemonia implica na direção da organização material da sociedade, as políticas públicas para o autor também apresentam esse caráter de vínculo orgânico com os interesses econômicos dominantes, regulando atividades econômicas globais e ou definindo os agentes estatais e privados para prover os bens e serviços a população, se constituindo, portanto, “(...) en campo y objeto de la lucha de clases” (Vasconcelos 1999, p. 75).

Em particular as políticas culturais, e dentro destas as políticas de esporte e lazer, exercem um papel fundamental, esse caráter de instrumento de hegemonia ganha um sentido específico, na medida em que além de ser um dos instrumentos mais poderosos de legitimação do Estado “(...) é encarregada de disseminar, conservar e difundir a ideologia dominante” (Chauí, 1985). Segundo Marilena Chauí (1985) a política cultural é realizada pelo Estado nas escolas (do ensino fundamental ao superior), nos laboratórios e centros de pesquisa científica, culturais e artísticas, nos planos nacionais da educação e de cultura, pelos meios de comunicação de massa – imprensa, rádio, televisão, propaganda, serviços editoriais, discos e artes visuais.

Para Chauí (1985) a *indústria cultural* e a *política cultural*, na perspectiva conservadora, têm as mesmas finalidades de conservar a ideologia

dominante. Porém a política cultural tem a vantagem de poder se oferecer como política nacional que interessa à sociedade como um todo, ao contrário da indústria cultural que é diretamente determinada pelo jogo do mercado. Nesta perspectiva “(...) a política cultural pode aparecer como incentivo à produção, enquanto a indústria cultural se baseia exclusivamente no consumo dos chamados bens culturais (Chauí 1985, p. 09). Desta forma, desde 1985, a autora defende a idéia de que a política cultural não é algo irrelevante uma vez que ela é um instrumento de legitimação do Estado contemporâneo e de perpetuação da ideologia dominante, cabendo aos trabalhadores *discutir, elaborar e pôr em prática uma outra política cultural, capaz de questionar pela raiz as políticas culturais existentes*”.

Marilena Chauí afirmou essa posição desde a década de 80 no momento em que o Partido dos Trabalhadores estava sendo fundado. Hoje o desenvolvimento da luta de classes possibilitou ascensão à posição de governo (em certas instâncias do Estado burguês), de forças sociais que se propõem a defender os interesses das classes populares. Esses governos, normalmente compostos por uma gama bastante heterogênea de forças políticas, se apresentam como frentes democráticas e populares, assumindo posições que vão da acumulação e forças num sentido da ruptura com a ordem vigente até a perspectiva de desenvolver reformas que impliquem na sua humanização. Esse é o assunto que abordaremos a seguir.

3.4 – Alternativa democrática popular e a política de acumulação de forças

Segundo Casanova (1995) a alternativa democrática e popular consiste em estruturas que se encontram diante do Estado periférico, e que tem como principal política a acumulação de forças. Neste sentido,

“Para os movimentos democráticos e populares a política de acumulação de forças, fora ou dentro dos governos e Estados, radica-se no projeto de não aceitar qualquer pacto de desarmamento que fortaleça o bloco neocolonialista e neocapitalista. Sua tática principal consiste em forjar o processo de acumulação de forças com negociações e concessões que não diminuam o peso do povo trabalhador dentro das alianças, frentes e coalizões, ao mesmo tempo em que se realizem políticas de formação ideológica, organização e aprovisionamento que aumentem o poder emergente dos movimentos democráticos populares. Qualquer passo contrário constitui uma derrota parcial ou total, a curto ou longo prazo. E se em certos momentos é necessário aceitar essa derrota, conservar a presença do povo trabalhador como a principal, em qualquer coalizão ou bloco, continua sendo um objetivo mínimo” (p.154).

Conforme explica Casanova (1995), nos países e tempos em que predomina um capitalismo negociado, as lutas pela consolidação de uma alternativa democrática e popular têm uma legalidade jurídico-política. Esta luta tem uma grande importância no processo de acumulação. Neste contexto, são alcançadas reformas sociais significativas para a acumulação e politização das forças populares. Isso no que se refere às massas e também às vanguardas, na medida em que tendam a transformar-se cada vez mais em destacamentos ou lideranças que orientam e também são orientadas pelas massas, e que prestam contas de sua conduta às organizações de massas, esclarecendo os motivos da mesma, como educação da análise, informação e decisão. Até que provocam a *desestabilização* e a *ruptura*.

Em países e tempos de capitalismo repressivo, a alternativa democrática e popular não encontra canais formais, institucionais: “(...) os sistemas políticos são meros instrumentos de legitimação internacional, ou de legitimação e distração interna, e as reformas sociais são atos simbólicos de palavra ou de papel, que em nada modificam as estruturas reais” (p.154). Neste momento as coalizões populares devem se recolher no anonimato da

sociedade civil, e em ações que são legais em outros países, mas no seu próprio são clandestinas.

Assim como nos momentos de legalidade pode-se chegar a ponto de desestabilização e ruptura, se instaurando a uma política predominantemente repressiva, nos sistemas repressivos e nas insurreições armadas, há um momento em que se impõe a negociação política ou a diplomacia, inclusive de corte militar com características novas. Os movimentos populares não aceitam destruir-se para negociar, e impõem a negociação a partir de posições autônomas, que buscam preservar ao máximo. Neste caso, os fenômenos de autodestruição consentida ou involuntária, assim como a perda de autonomia, são indícios de grave derrota.

Quando se estuda esse assunto a história mostra que negociação e ruptura tendem a se combinar. Nos casos mais graves de luta dão-se fenômenos inusitados de negociação. Já nos casos em que predomina a negociação parecem ocorrer as circunstâncias de uma luta, na qual "(...) a chantagem e a ameaça de um golpe militar é permanente" (p.155). Segundo Casanova (1995), em qualquer dos casos a lógica que predomina parece ser jurídico-política.

"A negociação se baseia na força, em suas possibilidades e limites a nível interno e internacional. Mas a força não se invoca nem se usa sem um convite constante ao diálogo e a paz, ao direito e à conciliação, para ver se com esses, de fato – e mantendo a integridade das organizações democráticas e populares -, os antagonistas aceitam de boa fé, e na prática conseguem fazer as concessões necessárias à maioria, à cidadania, às etnias, ao povo. O problema não é apenas moral, mas político, e, em certas ocasiões, militar" (Casanova 1995, p.155).

Segundo Casanova (1995), o programa dos partidos eleitorais progressistas só é uma parte do programa do povo, uma vez que os partidos, frentes e coalizões eleitorais só são parte das organizações do povo. Se o

programa do partido eleitoral, corresponde a objetivos em grande parte *eleitorais e ilusórios*, no programa das organizações do povo, as eleições, com seus protestos, críticas, demandas e objetivos mínimos, são consideradas como algo mais que uma etapa. São um tipo de luta do povo que obedece a um plano amplo, variado e pouco considerado na teorização dos partidos eleitorais e mais próximo ao das organizações conhecidas como “frente” ou “movimentos”.

Em relação à coordenação geral capaz de conduzir o processo de luta democrática e popular, não parecem existir até agora experiências acabadas nem propostas de importância universal, na teoria ou na prática. As frentes de luta eleitorais precisam analisar as limitações e as possibilidades da democracia eleitoral, “ (...) conscientes de que essas *não servem para transmitir o poder às organizações dos pobres*, nem às forças que centrem sua política na solução do problema social; mas podem servir para obter concessões em políticas sociais e econômicas, e em posições de governo que não apenas beneficiem a grupos ou indivíduos das organizações dos de baixo, mas também à acumulação de forças dessas organizações”(p.157). E nesta perspectiva Casanova (1995) adverte, que “(...) recusar os sistemas políticos eleitorais com o argumento de que são burgueses, ou de que apenas servem para distrair as lutas populares, implica uma visão equivocada dos movimentos populares que já foi reconhecida” (p.157). A função então da luta eleitoral consiste em converter os sistemas eleitorais em mediações próprias para a *formação cultural de quadros e bases*. Ao mesmo tempo, Casanova (1995) evidencia a importância de complementar este primeiro movimento com a *organização de forças que vão mais além dos partidos eleitorais e suas*

alianças. Para o autor o não cumprimento desta tarefa é outro grave erro que, embora conhecido, não deixa de ser atual. “Sua superação se acha em outra importante tradição de luta, que corresponde à formação de movimentos político-sociais indutores da criação de blocos alternativos de poder” (p.157).

Partindo para uma análise histórica, Casanova (1995) explica que a história dos blocos alternativos é, em geral, de destruição ou de integração ao bloco dominante. Segundo ele, muitos governos ou regimes populares, nacionalistas ou social-democratas, não puderam sequer fazer surgir um bloco alternativo emergente. Os poucos que conseguiram viram o bloco alternativo se integrar ao bloco tradicional, inrrompendo a mediação do capitalismo monopolista no seio dos Estados social-democráticos de massas ou populistas, até a sua total reconversão em Estados neoligárquicos, neofacistas, ou burocrático-autoritários com novas formas de dependência, transnacionais ou globais. Os vários países que conseguiram estabelecer como dominantes blocos alternativos, o fizeram com duas importantes características: a) a base nos trabalhadores e nas classes médias urbanas; b) uma negociação, a partir da posição de poder, que permitiu a associação dos integrantes do novo bloco e do antigo bloco em processos de acumulação cada vez mais favoráveis ao capital monopolista, financeiro e especulativo, e à transnacionalização da economia. Com a resistência limitada e governável dos operários organizados e das camadas médias, foi possível a continuidade da vida constitucional não rompendo com seus limites. “Quando as demandas operárias e das classes médias resultaram ingovernáveis, os próprios blocos alternativos de poder fizeram concessões que aumentaram suas contradições e os enfraqueceram. A

ruptura e a queda de blocos e governos alternativos fizeram com que culminasse o processo com regimes de fato” (Casanova 1995, p.159).

Os únicos países que parecem ter conseguido consolidar um bloco alternativo de caráter popular foram aqueles nos quais as vanguardas deram *preferência aos trabalhadores e aos camponeses no controle e na integração dos instrumentos militares e políticos de poder*. Alguns fizeram na órbita dos países socialistas. Outros, dentro de sistemas de economia mista e de pluralismo político “de orientação socialista”, “que buscaram aproveitar todas as experiências anteriores em matéria de blocos e classes para impor uma democracia revolucionária” (Casanova 1995, p.158). Nesses países, o novo bloco dominante concentrou-se, sobretudo, no povo trabalhador e se apoiou em nível internacional nos movimentos socialistas, social-democratas da classe operária ainda sensível aos problemas do Sul e outros movimentos de libertação do Terceiro Mundo. Segundo Casanova (1995), o bloco de poder alternativo não veio somente dos partidos políticos, mas também não veio somente da classe trabalhadora. *“Surgiu de povos e trabalhadores, e de movimentos sociais que tendiam a tornarem-se movimentos políticos ou revolucionários”* (Casanova 1995, p.159). Nesses países, a estruturação de poder se organizou muito mais em torno do povo trabalhador, e em certas ocasiões – como na Rússia e no bloco soviético – exterminou antigas burguesias e senhores de terra.

‘Neles os processos de recuperação ocorreu em meio ao assédio e ao bloqueio externo, e se desenvolveu com o “socialismo de guerra”, com autoritarismo, a corrupção e a acumulação interna de capitais pelas próprias elites stalinistas e breznevianas, de fato também populistas, embora se autodenominassem revolucionárias e - pomposamente marxista-leninistas. Finalmente, a restauração do capitalismo e do colonialismo se deu em termos de derrota total na Rússia e nos seus “satélites”, ou está sendo negociada, como ocorre hoje na China, no Vietnã e em Cuba. Naqueles, com um projeto de resistência não

desprezível; e totalmente exemplar nesta última, salvo no que se refira à recriação de um pluralismo ideológico e cultural” (p.159).

No caso dos países onde, no final do século XX, os movimentos sociais se limitaram à luta contra governos autoritários – civis e constitucionais – ou a uma mudança de regime político autoritário aos civis e constitucionais, segundo Casanova (1995) a história do bloco alternativo dominante é muito incerta. Um único esboço possível de ser desenhado são as organizações do povo que abarcam as experiências de luta formal e informal e que acumula forças para a luta política pela solução dos problemas sociais. Esse tipo de organizações da sociedade civil, às vezes unidas às do sistema político emergente e outras vezes separadas deles, autônomas, tendem a ser dirigidas e coordenadas por frentes, movimentos e coalizões, em que as vanguardas e as bases dão prioridade à luta democrática antes da socialista, e a luta pela soberania nacional, pela defesa das riquezas nacionais, das terras e recursos das comunidades antes da luta de classes. A tendência predominante é a luta por uma democracia com poder antes do que por uma democracia socialista. Essa luta se desenvolve com várias ideologias e posições doutrinárias, e não com uma só.

Segundo Casanova “(...) nenhum dos novos blocos democráticos e populares reproduz as experiências anteriores de democratização e socialização (...)” sem dar uma contribuição original. Neste sentido o autor acredita que seja fundamental desenvolver uma cultura política que faça a crítica das experiências históricas do dogmatismo, do autoritarismo e do patrimonialismo, para não cair também no corporativismo neocapitalista ou no burocratismo socialista. Neste sentido também é fundamental a cultura política que “(...) sabe combinar a luta e a negociação, a autonomia e a conciliação, a

soberania e a diplomacia. Tal parece ser a única esperança de transformação do Terceiro Mundo diferente, e da democracia num governo efetivamente dos povos, para a sobrevivência do mundo” (Casanova 1995, p.160).

3.5 – Elementos para análise das ações de emancipação e acumulação democrática e popular.

Hegemonia, Política Pública, Emancipação Humana e acumulação Democrática e Popular são conceitos importantes trabalhados neste capítulo e se constituíram enquanto categorias de análise das ações do projeto Esporte do Mangue suas contradições e possibilidades de contribuir para educação emancipatória da juventude e para acumulação de forças das classes populares. Segue uma síntese das principais conclusões e idéias definidas como parte do quadro referencial da *intencionalidade subjacente* às ações das políticas públicas desenvolvidas junto a juventude e das categorias analíticas da pesquisa:

1. O Estado capitalista nas sociedades complexas é marcado por contradições e “brechas” nas quais as forças democráticas e populares podem e devem disputar a hegemonia da sociedade. São essas brechas: a) a necessidade de legitimidade das ações do Estado - que para garantir a acumulação capitalista precisa se apresentar como interlocutor das demandas sociais dos diversos movimentos reivindicatórios ligados ao trabalho os quais podem entrar em contradição com os interesses do capital, gerando freqüentes crises de

legitimação; b) a democracia representativa que possibilita a ocupação dos aparelhos de governo por forças democráticas e populares. Neste sentido, se recusar a participar das disputas políticas eleitorais com o argumento de que são burgueses ou servem apenas para distrair as lutas populares é uma visão equivocada que já foi reconhecida.

2. A luta dos trabalhadores pela conquista da hegemonia deve se dar no sentido de construir uma “sociedade regulada”. Portanto sua atuação no Estado burguês deve se articular, fortalecer e formar novos organismos populares na sociedade civil com vista a destruição do mesmo, ou seja, a construção de uma nova forma de Estado (o estado proletário). Nesse processo, os objetivos centrais da sua política devem ser: a) a elevação da consciência política das classes populares, chegando até a formação de intelectuais orgânicos nas comunidades; b) construção de organismo de luta pelos interesses das classes populares, tendo o partido revolucionário como sua expressão ético-política superior; c) Ampliar as conquistas de direitos e bens materiais e culturais que impliquem em reforma econômica; d) Construir mecanismos de participação popular nas decisões frente ao Estado os quais impulsionem superação da distância entre dirigentes e dirigidos, entre trabalho intelectual e manual. Essa relação deve ser permeada de um processo educativo que se faz entre grupos que querem educar a si próprios para a arte de governar. Neste caso não se pode esquecer que a luta dos trabalhadores no interior do Estado deve se dar no sentido de acirrar as contradições que o constitui levando-o ao *limite de suas possibilidades e à ruptura*. As possibilidades de uma educação emancipatória, neste caso, coincidem

com a viabilização desses aspectos que ajudem os seres humanos a se tornarem sujeitos da sua própria história.

3. As políticas públicas, em particular as ligadas ao âmbito cultural, como é o caso do lazer e do esporte, são campo e objeto de luta pela hegemonia, na medida em que são responsáveis por veicular *concepções de mundo* que legitimam ou contestam a ordem social. Os trabalhadores devem travar a batalha cultural com o objetivo de desenvolver a consciência crítica e unitária de mundo, objetivando mobilizar a vontade popular por construir um novo modelo civilizatório.
4. A estratégia da acumulação de forças no sentido democrático e popular consiste em realizar negociações que não diminuam o peso dos trabalhadores dentro das alianças, frentes e coalizões, ao mesmo tempo em que se realizem políticas de formação ideológica, organização e provisionamento que aumentem o poder emergente dos movimentos democráticos e populares. Nesse processo, a função da luta eleitoral consiste em converter os sistemas eleitorais em meios para a formação cultural de quadros e bases, ao mesmo tempo organiza forças que vão além dos partidos eleitorais e suas alianças, criando também blocos alternativos de poder. Entretanto, a história dos blocos alternativos tem sido em geral a destruição ou a integração ao bloco dominante. Os únicos países que conseguiram consolidar um bloco alternativo de caráter popular foram aqueles nos quais as vanguardas deram preferência aos trabalhadores e aos camponeses no controle e na integração dos instrumentos militares de políticos de poder. Nenhum dos novos blocos democráticos e populares reproduz as experiências

anteriores de democratização e socialização sem dar uma contribuição original.

CAPÍTULO IV

A CRISE DO CAPITAL, A LUTA PELO TEMPO LIVRE E OS DESAFIOS DO NOVO PROLETARIADO.

O conceito de hegemonia fala de como as forças sociais em disputa se movimentam política, econômica e militarmente no sentido de conquistar a direção de toda a sociedade. Fala das armas e estratégias que utiliza a cada movimento da luta de classes. Hegemonia, desta forma, não é um conceito estático, ela é puro movimento no tempo e no espaço histórico que permite analisar as relações entre as estruturas e superestruturas sem espaço para nenhum tipo de determinismo, se compreendida na perspectiva gramsciana.

Procurando analisar o momento hegemônico contemporâneo, a Formação Continuada realizada no interior da Política Municipal de Esporte e Lazer, buscou abordar o tema da *“Crise do sistema do capital e os novos desafios do movimento socialista”*, a partir do qual, realizou-se vários seminários e estudos coletivos. Dessas reflexões dialogamos a respeito da centralidade da luta pelo chamado Tempo Livre no conjunto dos novos desafios da luta dos trabalhadores pela construção de um novo modelo civilizatório. Este capítulo apresenta a nossa síntese resultado do acúmulo dos diversos seminários e estudos que realizamos ao longo do processo.

4.1 – A crise do sistema do capital na era da máquina programável

Inicialmente, partimos de um pressuposto afirmado por Mészáros (2003) de que o sistema do capital se articula numa rede de contradições que só consegue administrar medianamente, num curto intervalo de tempo, mas

não consegue superar definitivamente⁷. Na raiz de todas elas está o antagonismo inconciliável entre capital e trabalho, e não importando qualquer tentativa de camuflá-la, este antagonismo se expressa sempre na forma de “subordinação estrutural e hierárquica do trabalho ao capital” (Mészáros, 2003, p.19).

Entretanto, o fato novo da crise atual é que para garantir sua reprodução o capital lança mão de mecanismos destrutivos de forma permanente na tentativa de administrar as contradições abertas pela era da máquina programável.

Segundo Lima (1997), o capital é a síntese de dois aspectos antagônicos: *o movimento da produção do valor e o movimento tecnológico*. O valor nasce do trabalho humano abstrato, que se origina da redução do homem a condição de máquina. Já a tecnologia é a objetivação da máquina. Significa a transferência do saber fazer humano para a máquina, resultando num sistema complexo automático e externo ao corpo humano. É a substituição da máquina humana pela máquina objetiva, do trabalho vivo pelo trabalho morto.

Segundo o autor, o movimento do valor e o movimento tecnológico são antagônicos. “O movimento da produção do valor é a criação e expansão

⁷ Mészáros (2003) cita apenas algumas principais contradições que precisam ser enfrentadas: “produção e controle; produção e consumo; produção e circulação; competição e monopólio; desenvolvimento e subdesenvolvimento (ou seja, a divisão entre norte e sul, tanto globalmente quanto no interior de cada país); expansão das sementes de uma contração destinada a produzir crises; produção e destruição (esta última geralmente glorificada com produtiva ou destruição criativa; dominação estrutural do capital sobre o trabalho e sua dependência insuperável do trabalho vivo; produção de tempo livre (sobretalho) e sua paralisante negação com o imperativo de reproduzir e explorar o trabalho necessário; forma absolutamente autoritária de tomada de decisões no processo produtivo e a necessidade de sua implementação “consensual”; expansão do emprego e geração do desemprego; impulso de economizar recursos materiais e humanos combinando ao absurdo desperdício deles; crescimento da produção a todo custo e a concomitante destruição ambiental; tendência globalizadora das empresas transnacionais e restrições necessárias exercidas pelos Estados nacionais contra seus rivais; controle sobre unidades produtivas específicas e falta de controle sobre seu ambiente (daí o caráter extremamente problemático de todas as tentativas de planejamento em todas as formas concebíveis do sistema do capital; e contradição entre a regulação econômica e política de extração da mais-valia” (Mészáros 2003, p.20).

do trabalho humano abstrato”. Já o movimento tecnológico é o da “substituição do trabalho vivo por trabalho mecânico morto realizado pela máquina não humana” (Lima 1997, p.06). Nesta perspectiva, o capital tem sucesso como modo de produção porque consegue utilizar o processo tecnológico como base para a produção de valor. Assim, a existência do modo de produção baseado no uso generalizado da força de trabalho somente interessa ao capital. Para a classe trabalhadora o que interessa historicamente é a substituição da máquina humana pelo maquinismo objetivo, pela tecnologia. Na verdade essa substituição significa potencialmente, o fim da exploração do trabalhador.

No entanto, sob a lógica da produção do valor, o desenvolvimento tecnológico ao invés de ser libertador ele é opressor do trabalho. Pressionado pela luta de classes, o capital intensifica o processo tecnológico como forma de destruir e sujeitar a força de trabalho. O antagonismo da luta de classes em seus estágios mais agudos só pode ser resolvido com o desenvolvimento das forças produtivas, com a intensificação do processo tecnológico. “Nos períodos em que o processo tecnológico se estagna o uso da máquina humana se aprofunda, e conseqüentemente, a luta de classes se intensifica; em contrapartida, nos períodos de aceleração do movimento tecnológico, a luta de classes se contrai” (Lima 1997, p.08). Assim, podemos compreender que o sucesso do capitalismo se radica na sua capacidade de combinar a produção de valor com o processo tecnológico. O processo tecnológico, no capitalismo é a principal arma de dominação de classe, junto com a repressão do Estado, a alienação, a propriedade privada e a ideologia burguesa em todas as suas formas.

Segundo Lima (1997) o capital sobreviveu à sua própria contradição interna alternando o movimento de destruição e de expansão do valor. Pressionado pela luta de classes o capital lança mão do processo tecnológico para destruir e sujeitar a força de trabalho. Utiliza a intensificação da tecnologia para combater também sua própria concorrência interna. Quando faz isso esbarra na armadilha mortal da redução do valor. Para escapar do abismo da ausência do valor, o capital precisa recriar maciçamente o trabalho humano. Ela faz isso exatamente, através de dois movimentos: *espacialmente* – expandindo os seus mercados para terras virgens – e *qualitativamente* – assumindo e expandindo processos de trabalho ainda não tecnologizados.

Para Lima (1997) podemos observar este processo durante a revolução industrial, que teve como característica importante, um período de intensa destruição da força de trabalho e de generalização do uso da máquina ferramenta na Europa. Este movimento seguiu-se de um outro que foi a ocupação e integração de regiões ainda marginais na Ásia, África e América ao mercado e a dominação capitalista. Por sua vez, este movimento de ocupação e repartição do planeta superou o da destruição do valor, possibilitando uma expansão muito mais ampla que a sua redução. Esse processo foi concluído nos fins do século XIX quando não sobraram mais terras no planeta para serem repartidas, dando início a última e superior etapa do capital: o imperialismo. Esta última, caracterizada pela disputa entre os Estados capitalistas centrais pelo controle político e econômico dos outros estados nacionais (periféricos)⁸.

⁸ Para Mészáros (2003) estas fases acima são três tipos de expressão da história do Imperialismo, que o autor classifica da seguinte forma: “1. *O primeiro imperialismo colonial moderno construtor de impérios* – criado pela expansão de alguns países europeus em algumas partes facilmente penetráveis do mundo; 2. *Imperialismo redistributivista*

Esgotado o espaço territorial, o capital se voltou para o espaço interno ao trabalho humano abstrato. Buscou intensamente movimentos ainda não ocupados pela automação mecânica. Os descobriu nos processo de organização e gestão do trabalho dos novos ramos industriais – metalúrgicos, elétricos e eletrônicos. Esse movimento deu origem aos modos de acumulação conhecidos pelos nomes de taylorismo, fordismo e, atualmente toyotismo.

Por outro lado e contraditoriamente esse movimento que levou a retomada intensa da força de trabalho fez ascender o inimigo mortal do capital que é a luta de classe proletária. Armado com o socialismo científico, o proletariado elaborou a teoria revolucionária para o período do capitalismo monopolista que se baseava na combinação da maquinaria com a manufatura. Com esta base poderosa assaltou o poder e iniciou o movimento real de construção da gestão social da produção. Com esse movimento os trabalhadores do mundo inteiro, sob a luz do socialismo, conseguiram várias conquistas, ameaçando mais uma vez a produção de valor.

Segundo Lima (1997), premido pela luta de classes, mais uma vez o capital tratou de intensificar o processo tecnológico com o intuito de derrubar a força de trabalho rebelde. Todos os centros científicos do mundo foram organizados, ampliados e multiplicados para que o conhecimento da natureza se aprofundasse o suficiente para o capital quebrar a luta de classes na sua espinha dorsal: a destruição da força de trabalho. E como vimos então, o

antagonicamente contestado pelas principais potencia em favor de suas empresas quase-monopolista, chamado por Lênin de “Estágio Supremo do Capitalismo” que envolvia um pequeno número de contadores, e alguns pequenos sobreviventes do passado, agarrados aos restos da antiga riqueza que chegou ao fim logo após o final da Segunda Guerra Mundial; 3. Imperialismo global hegemônico, em que os Estados Unidos são a força dominante, prenunciado pela visão de Roosevelt da “Política da Porta Aberta”, com sua fingida igualdade democrática, que se tornou bem pronunciada com a eclosão da crise estrutural do sistema do capital – apesar de ter se consolidado pouco depois do final da Segunda Guerra Mundial que trouxe o imperativo de constituir uma estrutura de comando abrangente do capital sob um “governo global” presidido pelo país globalmente dominante” (Mészáros 2003, p.72).

resultado deste movimento fez explodir nas últimas décadas com um aporte de transformações tecnológicas em todos os ramos da produção, distribuição e controle.

E aqui reside o centro estratégico da importante descoberta do autor, o fato de que estas transformações representam um único conteúdo comum que é: A OCUPAÇÃO TECNOLÓGICA DA ÚLTIMA FRONTEIRA DO TRABALHO HUMANO ABSTRATO. O fato importante é que tais transformações representam o salto de uma qualidade inferior – produção centrada na máquina humana – para uma qualidade superior – a produção centrada na máquina objetiva, capacitada para substituir completamente a máquina humana. Com efeito, o conjunto destas transformações e, principalmente, o desenvolvimento acelerado de sistemas de computadores, cada vez mais potentes e mais simplificados, tornam o trabalho repetitivo obsoleto e, potencialmente, libera a razão humana para a sua atividade superior de criação.

Este salto qualitativo tecnológico provocou resultados imediatos que logo se fizeram sentir em todas as dimensões da luta de classes. O resultado mais espetacular foi a desagregação do núcleo central do socialismo: a URSS e o aparelho internacional formado pelos partidos comunistas do mundo inteiro. Caiu também toda a máquina sindical mundial, o sistema social-democrata e o pretense Estado do bem-estar. O pior impacto, porém foi sem dúvida na teoria da revolução socialista do nosso século (séc. XX), que tem o seu movimento principal determinado pelo uso intenso e extenso da força de trabalho. O fim deste uso atingiu, em cheio, o centro em torno do qual se articulava o pensamento estratégico revolucionário.

O pensamento revolucionário se centrava nas grandes concentrações fabris, onde era possível a organização de enormes contingentes de operários que produziam manualmente tanto o valor para o capital quanto o contra-poder. Era sobre este centro, combinado com um Estado forte, um partido único e uma expansão militarista que se apoiavam as políticas do socialismo manufatureiro – as políticas estalinistas, suas variações e seus críticos de esquerda – da social democracia, do aparelho sindical mundial e do pretense Estado do bem-estar. Com o ataque tecnológico do capital este centro estratégico perde sustentação e validade enquanto núcleo articulador do plano de ação revolucionária.

Entretanto, Lima (1997) esclarece que esta vitória do capital, mais uma vez traz consigo uma contradição muito mais decisiva e com conseqüências muito mais profundas. Com a ocupação tecnológica da última fronteira do trabalho humano repetitivo “(...) se completa, potencialmente, a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, da máquina humana pela máquina objetiva, esgotando-se, finalmente, a última fonte de valor necessário para produção ampliada do capital” (p.16).

Desta forma, o capital não conta mais com o seu elemento dinâmico: a alternância destruição-expansão do valor. A expansão territorial-técnica está esgotada, o que representa objetivamente o fim objetivo da fonte de valor. Por outro lado, o movimento tecnológico já está fundamentalmente concluído e, finalmente apto para substituir totalmente aquela que é o seu oposto, a expansão territorial-técnica. Enquanto havia espaços geográficos e processos técnicos de trabalho desocupados, o capital pôde superar sua crise

permanente. Mas hoje, o esgotamento destes espaços representa o próprio esgotamento do capital.

Desta maneira, o capital não terá mais nada para apresentar a humanidade a não ser sua face destrutiva. Com o fim da era do capital emerge o seu período crítico, de antagonismo agudo e aberto. Esse período de destruição das forças produtivas coloca em risco a própria sobrevivência humana na terra. Nesta fase crítica e definitiva o capital passa de impulsionador a destruidor das forças produtivas. De criador de novas relações de produção para seu liquidador. De gerente da produção à administrador de crises. De conquistador de novos espaços para seu redutor.

Sobre o caráter destrutivo do sistema do capital em crise Mészáros (2003) destaca várias modalidades de destruição. Uma primeira é a destruição utilizada como equivalente funcional do consumo. Como não pode socializar a produção excedente, o que implicaria na redução do valor, o capital busca a diminuição da taxa de utilização das mercadorias, criando a chamada sociedade do “desperdício” de do “descartável”. Nesta lógica, muitas vezes o que importa para produção do valor não é nem tanto o consumo de fato, mas o consumo-destruição, que faz com que uma mercadoria crie valor apenas por sair da fábrica. Neste sentido o autor afirma:

“A razão pela qual tal mudança é absolutamente viável, nos parâmetros do sistema de produção estabelecido, é que consumo e destruição vem ser equivalentes funcionais do ponto de vista perverso do processo de “realização” capitalista. Desse modo a questão de saber se prevalecerá o consumo normal – isto é, o consumo humano de valores de uso correspondente as necessidades – ou o “consumo” por meio da destruição é decidida com base na maior adequação de um ou de outro – é fazer os requisitos globais a auto-reprodução do capital sob circunstâncias variáveis” (Mészáros 2002, p.679).

Descartável as mercadorias, os instrumento de produção e seus produtores. Uma outra modalidade de destruição é a precarização e a dispensa

de uma parcela enorme da força humana mundial que trabalha. Segundo Antunes (2004) quase um terço da força de trabalho mundial encontra-se precarizada, da qual parcela significativa (a OIT quantifica quase 200 milhões) está desempregada. “Isso porque os capitais globais necessitam cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais de trabalho “part-time”, terceirizado, precarizado, que se encontra em enorme crescimento em todo mundo produtivo, industrial de de serviços” (Antunes 2004, p.124).

Já Mészáros (2003) corrobora que neste contexto, a questão do desemprego foi alterada para pior:

“Ele já não é limitado a um “exército de reserva” a espera de ser ativado e trazido para o quadro de expansão produtiva do capital, como aconteceu durante a fase de ascensão do sistema, por vezes numa extensão prodigiosa. Agora a grave realidade desumanizante do desemprego assumiu um caráter crônico, reconhecido até mesmo pelos defensores mais acrílicos do capital como “desemprego estrutural”, sob a forma de auto-justificação, como se nada tivesse que ver com a natureza perversa do seu adorado sistema”. (Mészáros 2003, p.22)

A destruição do meio ambiente a serviço do interesses cegos do capital também já tomou proporções tais que mesmo que amanhã se reverta o processo, seriam necessárias varias décadas para neutralizar a articulação perniciosa, auto-impelida e auto-sustentada do capital. Ademais, Mészáros também chama a atenção aos perigos potencialmente letais de se brincar com a natureza através do uso imprudente da “biotecnologia”, “clonagem” e pela modificação genética descontrolada de alimentos, sob os ditames de gigantes empresariais gananciosos e de seus governos. “Tais implicações representam a abertura de uma Caixa de Pandora” (Mészáros 2003, p.87).

“Como sabemos, sob as leis do capital, essas atividades – tolhidas pelos imperativos expansionistas do sistema, quaisquer que sejam as conseqüências humanas e ecológicas – representam uma nova dimensão do potencial de autodestruição da humanidade. Essa nova dimensão se acrescenta ao arsenal já existente de armas nucleares, químicas e

biológicas, cada uma delas capaz de infligir muitas vezes um holocausto universal” (Mészáros 2003, p.83).

Finalmente, uma outra modalidade de destruição se expressa através do complexo militar-industrial cada vez mais em desenvolvimento. Para Mészáros (2002) a grande inovação do complexo militar-industrial para o desenvolvimento do capitalismo reside no fato dele obliterar na prática a distinção entre consumo e destruição. Em tempos de concorrência intercapitalista, o complexo militar-industrial consegue se legitimar como um dever patriótico absolutamente inquestionável o verdadeiro desperdício ilimitado de “devorar” recursos equivalentes a milhões.

A principal arma que possibilitou o capital dominar o trabalho humano – a base tecnológica revolucionada – passa a ser o seu principal e único elemento de sustentação frente à crise. A apropriação monopolizada desta base é que lhe possibilita administrar a crise mortal, aumentando a sua sobrevivência. É por isso que agora o capital trata de cada vez mais desenvolver e aprofundar a propriedade capitalista sobre a base tecnológica revolucionada. Ela é a sua única alternativa para adiar o colapso, enquanto classe dominante, cada vez mais próximo. Para isto a cerca de múltiplos cuidados, procurando impedir mesmo, os menores e mais insignificantes movimentos de sua socialização.

Foi graças a essa apropriação, que o capital conseguiu o enquadramento *forçado* de todos os processos econômicos do planeta aos seus interesses. A isso se chamou de “*globalização*”, que nada mais é do que a exacerbação inaudita do caráter monopolista da propriedade capitalista. Através do monopólio da tecnologia revolucionada o capital impôs-se a todas as frações burguesas do mundo inteiro, principalmente a burguesia retardatária

– sua sócia menor da periferia capitalista, que chegaram ao mercado mundial quando este já estava formado e dominado pelas burguesias centrais. Assim, para Lima (1997)

“esta racionalização nada mais é que a criação de um sistema uniforme mundial, que possibilita a drenagem de todo valor produzido sob todas as formas, em todas as condições e em todas as regiões, para o centro” (Lima 1997, p.20).

Portanto, o que se chama de globalização é uma mistificação ideológica de um certo tipo de global: a espoliação máxima do planeta promovida pelo capital hiper monopolizado, que corresponde a um tipo específico de regional caracterizado pela destruição e desagregação das nações, dos seus estados, das suas estruturas econômicas e da sua cultura. Para a burguesia monopolista o desenvolvimento tecnológico só interessa se possibilitar uma maior apropriação do valor, uma maior transferência do valor produzido na periferia para o centro e uma maior extração da mais valia dos trabalhadores empregados. Essa tão encantada globalização só é válida para o centro. Para a periferia o que predomina é a miséria. A lógica real é a monopolização-globalização do capital e a nacionalização da miséria⁹.

É por isso que o capital em vez de aplicar intensa e generalizadamente a nova base tecnológica, a aplica em doses homeopáticas, controladas, pontualizadas e fragmentadas.

“Uma nova tecnologia só é integrada a produção quando for absolutamente necessária para enquadrar as economias periféricas ou frações destas e para intensificar o uso da máquina humana. É por isso que, sob a propriedade burguesa, a base tecnológica revolucionada tem como contrapartida

⁹ Os acordos regionais, a formação de blocos econômicos – União Européia, Mercosul, Nafta – são apresentados como alternativa a redução do mercado mundial. Entretanto, suas tentativas esbarram nas limitações de origem. Por exemplo, o Mercosul e a União Européia tratam de unir economias iguais, com o mesmo perfil produtivo e o mesmo papel na divisão mundial do trabalho. Ora, o Brasil e a Argentina tendo o mesmo perfil agrário-exportador, só podem trocar seis por meia dúzia, em nada acrescentando ao desenvolvimento destes países. Por outro lado acordos como o Nafta são apenas adequadas as economias de rapina.

exatamente o seu inverso: as privatizações, o desenvolvimento de formas retrógradas e ultrapassadas de produção, o aumento da jornada e da intensificação do ritmo de trabalho proletário. É por isso que o aprofundamento do fordismo na sua versão nipônica do toiotismo (com os seus ridiculamente pomposos: qualidade total, ISO-9000) se baseia não na introdução de robôs e da automação as linhas de montagem, mas sim na máxima economia destes recursos tecnologicamente avançados e na máxima utilização da máquina humana” (Lima 1997, p.23-24).

Porém, mais uma vez opera a contradição. Acontece que este controle capitalista do avanço tecnológico é parcial e contraditório. Tem como principal obstáculo a irracionalidade do mercado, característica do próprio capitalismo. A racionalidade do capital tem como objetivo a apropriação do valor; porém o valor é intrinsecamente irracional e anárquico. Eis um novo aspecto da contradição em processo.

Coggiola (1997) concorda com a tese de que as novas tecnologias atuam como suporte material do salto qualitativo na internacionalização da economia em curso atualmente. No entanto, ela é contraditória com os princípios da concorrência que regem o capitalismo.

“Ao mesmo tempo em que expandem a sua produção integrada, a escala mundial, as corporações intensificam a sua rivalidade nacional pelo domínio dos mercados. A “globalização” existe com recrudescimento da batalha pela hegemonia internacional, enfrentada pelos Estados Unidos, Europa e Japão” (Coggiola 1997, p. 54).

Ainda sobre a “globalização” Mészáros (2003) completa a reflexão afirmando que a contradições entre a necessidade de expansão e necessidade de controle do capital faz com que no interesse de salvaguarda e de parcialidade auto-orientada e da insuperável hierarquia estrutural do capital, aborte-se a prometida universalidade potencial no desenvolvimento das forças produtivas.

Segundo Lima (1997) a ideologia que justifica todo esse movimento é chamada equivocadamente de neoliberal. Liberalismo seria uma mitologia

burguesa que advoga um sistema econômico dinamizado pelas leis de mercado, livre de qualquer constrangimento do Estado ou de qualquer força monopolizadora. Entretanto, o autor revela que é num mundo “travado, amarrado, vigiado e imposto, que a burguesia lança sua angélica e doce consigna do livre mercado, da livre iniciativa e da democracia universal”. E, pondera ainda que “isso não nega, de forma alguma, o uso de formas liberais a varejo, quando forem necessárias e, principalmente, quando constituírem justificações ideológicas para massacrar os trabalhadores” (Lima 1997, p.30).

No entanto, o autor revela que apesar de a burguesia propagar a palavra de ordem da desestatização, do fim do Estado, o que realiza concretamente é o *Estado do fim* da institucionalidade das conquistas operárias e avança na liberação do campo econômico para assim poder aumentar seu saque. Ela prega o *fim do Estado* para realizar o *Estado do fim*, onipresente, interventor, que possa administrar (ou para evitar ou para adiar) o seu fim.

Uma característica bastante perigosa do Estado do fim explicitado por Lima (1997), é a destruição dos elementos comunitários básicos que estão presentes no Estado e que constituem condições de existência da nossa espécie. O autor lembra que a sociedade de classes se constitui a partir da comunidade primitiva, mas em sua formação herda alguns elementos comunitários que servem de legitimação da dominação de classes. São estes elementos: a linguagem totêmica, as tradições elaboradas na forma de tabus, o universo harmônico primitivo (xamanismo), a estratificação da liderança. Estes são elementos de centralização “herdados da vida comunitária que se decompôs para camuflar e tornar aceitável por todos a sua essência de poder de opressão de uma classe sobre a outra”(Lima 1997, p.31). Entretanto, as

comunidades primitivas praticavam estes estatutos que impediam o desenvolvimento dos elementos de polarização e poder – conselhos de gens, tribos e frátrias. Mas a sociedade de classes se constituíram a partir da liquidação destes impedimentos.

Acontece que o Estado moderno mantém estes elementos presentes na sua base, constituindo os fragmentos, as migalhas do chamado *bem-estar*, sem os quais os povos não compreenderiam e não aceitariam o Estado. Segundo Lima (1997) a comunidade foi esquecida, mascarada, massacrada, desprezada pelos dez milênios de sociedade de classes, mas não foi destruída. Isso porque, argumenta o autor: “ela constitui um elo fundamental na evolução da espécie humana, um elo na passagem da irracionalidade para a racionalidade, sem o qual não existiria o “homo sapiens”. É através da comunidade que o homem cria a sua racionalidade, a sua inteligência, o seu plano de ação coletivo, a sua capacidade de criar, de fantasiar, de elaborar mentalmente, a sua cultura, enfim. A cultura é a criação humana que possibilita o pensamento, a linguagem.

Entretanto o autor denuncia que atualmente vemos o capital golpear diretamente este aspecto comunitário do seu Estado, buscando aproveitar a correlação de forças que lhe é favorável para dele se livrar definitivamente. Na sua perspectiva, este aspecto comunitário do Estado seria um custo de produção totalmente dispensável nesta época de redução do valor. A resposta a isto tem sido imediata e se expressa através da formação de milícias regionais, de seitas fanáticas, da eclosão de guerras regionais e do surgimento de vários e múltiplos movimentos separatistas e fundamentalistas.

Segundo Lima (1997), nesse processo de globalização-monopolização do capital, para conseguir drenar valor da periferia para o centro, o capital promove a *terceirização* e um conjunto de formas produtivas e de comercialização que chamamos de *economia informal*. É esta a combinação ideal que o capital encontrou para sobreviver sobre a base tecnológica que lhe é antagônica: “a cada ponto produtivo de excelência tecnológica corresponde uma massa de produção retrógrada, terceirizada, informal, toyotista, baseada no uso intenso-extenso da força de trabalho, necessária para alimentá-lo de valor”.

O movimento da terceirização consiste em ativar em torno de unidades tecnológicas mais avançadas do capital, uma malha de unidades produtivas retrógradas, que são utilizadas no uso intensivo-extensivo da força de trabalho e tem a finalidade de fornecer valor para o centro. São sacoleiros, camelôs, contrabandistas, narcotraficantes, micro-empresários, micro-indústrias caseiras, a burguesia retardatária, narcotraficantes, trabalho escravo, a autogestão, a co-gestão das indústrias falidas e tudo mais que surge aparentemente como consequência do desemprego, mas que são fontes de valor necessário à reprodução ampliada do capital. A transferência desse valor da periferia para o centro é garantida através das trocas comerciais desiguais e pelo controle financeiro possível graças à base tecnológica avançada que se encontra monopolizada neste centro. Para o autor, isso cria outro antagonismo:

“cada vez menos o capital extrai valor de sua base produtiva imediata e central para extrair cada vez mais valor da massa produtiva periférica terceirizada. Para conseguir se apossar dessa massa produtiva periférica terceirizada é obrigado a desenvolver sua base tecnológica monopolizando-a ainda mais (...)” (Lima 1997, p.26).

É este movimento que provoca esse fenômeno que alguns teóricos chamam erroneamente de exclusão. Acontece que o capitalismo se reduzindo cada vez mais no centro, criaria zonas de exclusão, que atualmente atingiriam continentes inteiros como é o caso da África, grande parte da Ásia e da América Latina, a totalidade da Europa oriental, a Europa e até mesmo os Estados Unidos. Neste caso Lima (1997), explica que esta é uma concepção oficialista que não expõe a essência do movimento.

Para o autor os excluídos não foram excluídos, mas sim empurrados para a terceira zona, ou seja, “reincluídos” na periferia da periferia, que não está fora do planeta capitalista, mas sim é necessária como fonte inesgotável de valor. Segundo ele,

“(...) o movimento de criação, reprodução, redefinição, ampliação e readequação da periferia é permanente no capitalismo. A desigualdade polarizada entre um centro articulado e dinâmico e uma periferia massiva, submetida e retardatária, é um elemento estrutural da formação e da acumulação capitalista” (p.27).

Portanto a terceira zona,

“(...) é aquela totalmente desregulamentada e desestatizada no que se refere às conquistas sociais, livre de todos os encargos sociais e trabalhistas, que se desenvolve na zona escura e pantanosa do chamado puro capitalismo de mercado, o capitalismo da lei darwiniana da sobrevivência dos mais ferozes. Esta zona serve de anteparo às crises de mercado e tem uma única função: fornecer valor para o centro” (Lima 1997, p.27).

Enfim, para Lima (1997) o movimento de terceirização é o golpe que o capital desfechou, junto com a arma da apropriação monopolizada da base tecnológica, contra o incrível avanço do socialismo e do proletariado em geral no período fordista. As formas que a terceirização assume são o crescimento acelerado do desemprego oficial e da chamada economia informal, o Estado mínimo (somente no que se refere aos direitos sociais conquistados), a seleção de emprego nas empresas de forma a aprofundar ao máximo a “carneirização”

dos trabalhadores e o assalto e saque à acumulação coletiva nacional através das privatizações e dos processos de endividamento.

O autor conclui a reflexão acerca do movimento de terceirização afirmando que o mesmo cria uma nova estrutura social – a estrutura terceira da classe. Neste caso a terceirização cria um proletariado, uma pequena burguesia e uma burguesia terceirizados. “O proletariado é terceirizado via desemprego; e tanto a pequena quanto a (grande) burguesia são terceirizados pelas pressões do sistema financeiro internacional e pela monopolização aguda do mercado mundial” (Lima 1997, p.29).

Também Antunes (2004) avalia o impacto da reestruturação produtiva na estrutura da classe trabalhadora, na era da máquina programável. Ele diz que por causa do avanço tecnológico, da constituição das formas flexíveis de acumulação e dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, houve uma diminuição do operariado manual, fabril, típica do fordismo. Ocorre também uma expansão de inúmeras formas de subproletarização do trabalho, decorrente da expansão do trabalho precário, parcial, temporário, “terceirizado”. Houve um expressivo crescimento do trabalho feminino no interior da classe trabalhadora, aumento dos assalariados médios, especialmente o setor de serviços. Presencia-se a exclusão dos jovens recém-formados nos países capitalistas centrais e a sua inclusão precoce no mercado de trabalho nos países subordinados. “A classe trabalhadora fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se ainda mais” (Antunes 2004, p.72).

Dessa forma, ao contrário dos que proclama “o fim do trabalho” e da “classe trabalhadora”, o que vemos é o surgimento de um novo proletariado,

mais heterogêneo, mais multiforme e mais fragmentado. Contraditoriamente, apesar das mutações tecnocientíficas, nunca os povos dependeram tanto de trabalho e de salário para sobreviver, pois a privação do trabalho, para os “novos proletários do mundo” é o primeiro passo para a privação da dignidade e da sua própria condição de humano.

Como já foi dito antes, para sua própria sobrevivência, o capital passou de impulsionador do desenvolvimento das forças produtivas a seu obstaculizador. E ao bloquear a generalização da nova base tecnológica, o capital acaba criando um abismo cada vez mais profundo e amplo entre o aporte tecnológico-científico e a prática produtiva retrógrada que se expande e se generaliza na sua periferia. Com isto há uma crescente redução do campo de aplicação tecnológica. Conseqüentemente mais e mais o valor produzido se acumula no centro que, por sua vez tem um centro cada vez menor para a aplicação deste capital acumulado. Resta desviar a aplicação deste capital acumulado da produção para área financeira especulativa, formando o que os economistas burgueses chamam de nuvem ou poeira especulativa. E neste sentido Lima (1997) evidencia:

“Trilhões de dólares vão assim se acumulando em progressão exponencial sobre o planeta, transferindo-se dia e noite de uma economia a outra via satélite, na velocidade da luz. Quanto mais aumenta a nuvem, mais ela se torna o centro da atividade econômica, transformando as economias regionais em meros apêndices, e maior se torna o seu efeito destrutivo sobre elas”(p.36).

O mais importante é saber que este superdimensionamento do aspecto financeiro do capital não é nem casual, nem resultado da ganância dos capitalistas. Mais do que isto este super-crescimento reflete a impossibilidade estrutural e crescente de aplicar o capital na produção que se origina na contradição antagônica: quanto maior é o valor agregado ao centro pela acelerada intensificação da extração da mais valia planetária, menor é a base

para investimento produtivo. Ora, cada unidade de capital investida na produção, as conseqüências são profundas em todo o sistema. Isto é um fator de desestabilização e aceleração da crise. E mais este processo deixou de ser resultado da decisão de especuladores individuais e passou a ser um movimento objetivo constitutivo da própria lógica da crise. Assim quanto mais densa e negra é a nuvem, maior é a desproporção entre os sistemas financeiro e produtivo. Quanto mais o primeiro se expande, mais o segundo se contrai, a ponto da nuvem financeira não ter mais correspondência com a atividade produtiva, com o volume total de trabalho humano abstrato produzido.

Em síntese, a máquina programável ocupou a última fronteira do trabalho abstrato. A invenção da máquina objetiva está capacitada para substituir completamente a máquina humana. O conjunto dessas transformações, principalmente, o sistema de computadores cada vez mais potentes e simplificados, torna o trabalho repetitivo obsoleto e potencialmente libera a razão humana para sua atividade superior de criação. O advento do tempo livre do ponto de vista tecnológico nunca teve tantas condições para se realizar. Porém, sob a lógica destrutiva do sistema do capital na sua fase de imperialismo hegemônico global esta tecnologia nos coloca também muito próximo da destruição da humanidade. Isso coloca novos desafios diante do movimento do novo proletariado mundial na luta pela emancipação humana. No centro deste luta está socialização da tecnologia revolucionada, sem a qual veremos a intensificação da exploração da máquina humana, até a sua própria destruição.

4.2 – Os desafios do novo movimento proletário

Segundo Lima (1997) a apropriação capitalista do movimento tecnológico o capital mantém a luta proletária mundial sob seu controle. E sendo assim todos os movimentos do socialismo manufatureiro, do aparelho sindical e político institucional de representação proletária e da social democracia vêm acontecendo no sentido de fortalecê-lo.

Lima (1997) argumenta que à direita, *velhos comunistas e jovens socialistas* assumem, com entusiasmo e convicção, a liquidação das conquistas sociais e políticas do período anterior, inclusive colocando-se na vanguarda da ofensiva capitalista contra o proletariado. Nesta primeira leva o autor inclui "(...) a turma da glasnost-perestrioka nos países do leste, grande parte do aparelho partidário mundial pseudo comunista, os pseudo-socialistas espanhóis, franceses e britânicos (do partido trabalhista)". No Brasil o autor cita os *modernos*, o PPS, a direita petista e os "social-democratas" tucanos. Todos eles empenhados em modernizar a destruição da classe trabalhadora.

Por outro lado, para Lima (1997), à esquerda não se vê nenhum movimento crítico de saída do socialismo manufatureiro. Para o autor o equívoco estaria no fato de que a esquerda ainda está debatendo seus programas nos marcos do uso generalizado da força de trabalho, quando o debate deveria ser em função do uso generalizado da tecnologia revolucionada. Lima (1997) evidencia que os programas políticos da esquerda petista, por exemplo, pregam a retomada do taylorismo-fordismo, a reforma agrária da pequena propriedade, o desenvolvimento da pequena propriedade industrial e comercial, a ativação do consumo interno para a criação do

mercado nacional, ou seja, em síntese um programa socialista de pequenos proprietários e muitos trabalhadores.

Concordando com tal análise, Antunes (2004) explica que o desmoronamento do Leste Europeu e dos países que tentaram um transição pós-capitalista, permitiu que a falsa idéia do “fim do socialismo” fosse assimilada por amplos contingentes da esquerda, restando a acomodação socialdemocrática como a única alternativa possível para resistir ao neoliberalismo e a ordem do capital. Segundo o autor:

“Eliminada a possibilidade de conquista do socialismo, dizem, restaria a para a esquerda somente a busca do caminho “civilizado” dentro do capitalismo. Com a crise do *Welfare State*, durante a avalanche neoliberal, deu-se um processo de regressão no interior da própria social-democracia, que passou a atuar de maneira muito próxima da agenda neoliberal” (Antunes 2004, p.71-72).

Entretanto, se podemos observar por um lado o rebaixamento socialdemocrata do movimento proletário, que o torna impotente frente a ofensiva do capital sob a égide da máquina programada, por outro lado, o campo está aberto para a luta proletária elaborar o novo modo de produção, livre das amarras objetivas do baixo desenvolvimento das forças produtivas centrada na máquina humana.

De acordo com Lima (1997) a racionalidade produtiva é algo impossível no capitalismo, um sistema que intrinsecamente irracional e incontrolável. A simples tentativa de controlar essa irracionalidade produtiva e o garroteamento da luta proletária não bastam para o capital conquistar a permanência estável. Portanto, este antagonismo aberto nos dias de hoje, constitui o melhor momento histórico para se criar e lutar pelo novo modo de produção baseado no fim do valor, no trabalho emancipado do mecanismo da repetição, na ciência e na arte, e não mais na tecnologia.

No centro estratégico da emancipação do trabalho humano, que deverá ser conquistada pela luta organizada dos proletários do mundo inteiro, está a apropriação social da nova base tecnológica revolucionada. Para isso o movimento proletário deve romper com sua política anterior, baseada no uso intensivo da força de trabalho e elaborar uma nova estratégia e tática, centradas na conclusão e generalização do movimento tecnológico.

O período histórico em que vivemos expressa um salto qualitativo e revolucionário das forças produtivas que ultrapassa em muito o suporte das relações de produção capitalistas, questionando-as severamente, desorganizando-as em escala planetária. O século XX viveu a luta competitiva entre o mundo capitalista e mundo socialista, pelo desenvolvimento das forças produtivas. Essa guerra foi vencida pelo capital quando este chegou na base tecnológica revolucionada antes do movimento proletário comunista. Entretanto, ao vencer a luta os capitalistas criaram as condições objetivas para o seu fim e para a implantação do socialismo.

“A base tecnológica revolucionada trouxe a vitória do capital e a sua posse sob a propriedade burguesa garante a sua sobrevivência enquanto modo de produção. Na verdade é apenas essa posse que, na crise que vivemos, garante a hegemonia burguesa no processo social”.

É com ela que a burguesia está submetendo ainda mais a humanidade ao seu domínio esclerosado, gerando um brutal movimento aniquilador para o proletariado e para a humanidade. Portanto, a apropriação social da nova base tecnológica está no centro estratégico da luta proletária. Porém “(...) o fim do capital não será um movimento natural; ele acontecerá a partir da decisão coletiva dos trabalhadores de criar um novo modo de produção”(Lima 1997, p. 38).

No entanto existe um vazio estratégico entre o colapso do marxismo e socialismo manufatureiro e o aguçamento profundo da crise capitalista. A cabeça da revolução ainda está confusa com as idéias do socialismo da força de trabalho. Por outro lado a realidade decadente de um modo de produção agrava todos os problemas de sobrevivência da humanidade. Assim, é da contradição entre a velha idéia e a necessidade urgente do novo que nascerá a nova estratégia da revolução.

Para o autor o marxismo da força de trabalho não se restringiu apenas ao estalinismo, mas esteve presente em toda a produção teórica deste intervalo histórico compreendendo a produção de Trotsky, Gramsci, Luckács, Mao e outros. Todos estes apesar de se oporem a vulgata estalinista, partiam de uma nova base objetiva – a base técnica manufatureira – o que os colocava no interior da mesma problemática. Entretanto é muito importante destacar: o seu colapso não significa invalidade enquanto momento teórico da evolução dos conceitos da ciência da revolução. As produções teóricas de Rosa Luxemburgo, Trotski, Gramsci, Mao e outros orientaram e orientam a prática de milhões de proletários na luta contra o capital, provocaram mudanças de rumos e desencadearam transformações globais na luta pela sobrevivência da nossa espécie. Sem sombra de dúvida eles constituíram a base da qual deve partir criticamente a produção teórica do novo.

Conforme advoga Lima (1997) o nó central da questão estratégica está na apropriação da base tecnológica revolucionada que se encontra firme nas mãos do capital e que lhe garante política do Estado do fim. O atual colapso acontece como esgotamento do movimento tecnológico. Assim, o socialismo terá como condição de existência a introdução do movimento do

trabalho humano na dinâmica científica. Nesta dinâmica o produto mais geral deverá ser *o saber pensar humano*. Isso introduz um elemento fundamental para a elaboração da estratégia revolucionária: *o fato de que a socialização da ciência, da arte e da cultura não pode ser pensada como para depois*. Mais que isso, ela deve ser pensada como condição prévia para o desencadeamento da ação revolucionária. Assim a revolução socialista, ao contrário de todas as outras é a única que acontece a partir da consciência ativa das massas, sendo condição para o seu sucesso. A consciência socialista só pode ser obtida a partir da socialização da ciência, da arte e da cultura com a transformação do tempo de trabalho abstrato em tempo de trabalho intelectual conceitual, que significa gestão e desenvolvimento da máquina objetiva. Com isso o trabalho humano seria puramente científico. Trabalho útil para socialização da ciência, da arte e da cultura até a extinção total do trabalho abstrato.

Na nova estratégia revolucionária em oposição a valorização mecanicista da força de trabalho, entrará como objetivo fundamental socialização da base tecnológica revolucionada como condição para a redução da força de trabalho até a sua extinção total visualizada como emancipação do trabalho humano do aspecto mecânico e repetitivo.

A nova estratégia penetrará fundo na vida real a partir da nova base tecnológica revolucionada apropriando-se dela como sua base e ponto de partida para a nova etapa da vida da espécie. Segundo Lima (1997) todas as transformações que hoje o capital patrocina no nível político, econômico e tecnológico serão apropriadas pelo proletariado revolucionário no sentido de combiná-las com a gestão socialista: a desregulamentação e descentralização estatal, a unidade produtiva automatizada e informatizada, a integração global

eletrônica da atividade produtiva, o gerenciamento exclusivamente técnico da produção.

“Este terá como dinâmica central a transformação do tempo de trabalho humano abstrato (isto é, do valor) arrancado ao maquinismo humano em tempo de trabalho útil, para socialização da ciência, da arte e da cultura, até a extinção total daquele” (Lima 1997, p.58).

A redução e extinção do trabalho repetitivo no socialismo significa a liquidação da atividade mecânica e a liberação da atividade criativa. A diminuição da jornada significa expansão das horas livres para o homem se apropriar da sua humanidade. O aumento da expectativa de vida será vivido intensamente em comunidade.

Como vemos, neste contexto ganha destaque a luta pela redução da jornada de trabalho e pelo tempo livre, como meio e fim da luta estratégica do novo proletariado. Antunes (2004), por exemplo, defende que todos aqueles que se contrapõem a lógica destrutiva do sistema produtor de mercadorias devem buscar alternativas que contraditem fortemente as tendências dominantes e neste contexto a redução da jornada de trabalho merece ser discutida. Para ele a redução da jornada de trabalho/tempo de trabalho é “precondição” para uma vida emancipada e contemporaneamente, constitui-se num mecanismo imprescindível para tentar minimizar o desemprego estrutural. Mas a luta pelo tempo livre, segundo o autor, deve ser relacionada com a luta contra a lógica destrutiva do capital.

“(...) se o fundamento da ação coletiva for voltado radicalmente contra as formas de (des) sociabilização do mundo das mercadorias, a luta imediata pela redução da jornada de trabalho ou do tempo de trabalho torna-se inteiramente compatível com o direito ao trabalho (em jornada reduzida). E a luta pela vida cheia de sentido no trabalho torna-se fundamento para a vida cheia de sentido fora do trabalho. Duas batalhas obrigatórias no mundo contemporâneo” (Antunes 2004, p.52).

Como podemos observar nas reflexões de Antunes (2004) e Lima (1997) luta pela redução da jornada de trabalho coincide com luta pelo aumento do tempo disponível a ser dedicado à *ciência, arte e cultura*. Entretanto, vimos também com Lima (1997) que no atual estágio da crise estrutural do capital a socialização da ciência, da arte e da cultura não pode ser pensada para depois, pois que ele é condição das transformações radicais necessárias rumo a gestão coletiva da máquina revolucionada. Nesta perspectiva é que vemos a luta pelo tempo livre como “meio e fim” da luta do novo proletariado.

Luta essa que deve partir de uma avaliação do fracasso da esquerda operária mundial para poder enfrentar os novos desafios. Dentre eles, um importante desafio é superar o caráter *setorial* e *defensivo* do movimento proletário, onde o resgate do sentido de pertencimento de classe é uma tarefa fundamental. Segundo Meszáros (2003), desde o seu início o movimento operário se constituiu de forma fragmentada, *setorial* e *defensiva*. Tal pluralidade setorial do trabalho está intimamente ligada à pluralidade conflituosa hierarquicamente estruturada dos capitais, tanto no interior de cada país como na escala global.

No mundo contemporâneo onde a classe trabalhadora é mais complexa, heterogênea e fragmentada do que aquela existente no período do fordismo, desenvolver formas de resgatar o sentido de pertencimento de classe, contra as inúmeras fraturas, objetivas e subjetivas impostas pelo capital, segundo Antunes (2004) é um dos desafios mais prementes do mundo contemporâneo. Neste contexto, impedir que os trabalhadores precarizados fiquem à margem das formas de organização social e política de classe, requer

o entendimento das complexas conexões entre classe e gênero, trabalhadores estáveis e precarizados, trabalhadores nacionais e imigrantes, trabalhadores qualificados e sem qualificação, entre trabalhadores jovens e velhos, entre incluídos e excluídos, “(...) enfim, entre tantas fraturas que o capital impõe sobre a classe trabalhadora, torna-se fundamental, tanto para o movimento dos trabalhadores e das trabalhadoras, como para a reflexão da esquerda anticapitalista” (Antunes 2004, p.119).

Um segundo desafio é a criação de novas formas de atuação autônomas, capazes de articular e dar centralidade às ações de classe. Acontece que com a postura defensiva¹⁰ os partidos políticos operários adotaram um modo de operar que separa as ações econômicas, realizadas pelos sindicatos e as ações político-parlamentar, realizadas pelo partido. Os sucessos relativos implicaram no desvio do movimento sindical e seus objetivos originais, pois na estrutura parlamentar capitalista, em troca da aceitação da legitimidade dos partidos operários, tornou-se absolutamente ilegal usar o braço industrial para fins políticos. Entretanto, o capital é extraparlamentar e qualquer tentativa de superar esse sistema que se atenha à esfera institucional estará impossibilitada de derrotá-lo. Superar a separação entre a ação econômica, realizada pelos sindicatos e a ação política

¹⁰ Segundo Mészáros (2003) em condições favoráveis esse movimento setorial e defensivo operava enquadrado nas premissas estruturais do sistema do capital, como interlocutor legalmente constituído e regulado pelo Estado. Essa posição significou uma espécie de *autocensura* anestesiante, uma vez que aceitou tratar a ordem socioeconômica e política estabelecida como requisito necessário de tudo que poderia ser considerado como “realisticamente viável”, delimitando as formas legítimas para se resolver os conflitos. Enquanto essa postura defensiva de “interlocutor racional” do capital, *sob condições favoráveis*, foi capaz de produzir ganhos relativos para os trabalhadores, a *legitimidade* da estrutura política e reguladora geral do capital permaneceu inquestionada. Mas, uma vez sobre pressão da crise estrutural, o capital teve que retirar todas as concessões feitas anteriormente, atacando sem piedade o Estado de bem-estar e todas as salvaguardas legais de defesa e proteção do seu “interlocutor legal”.

parlamentar, realizada pelos partidos políticos. A luta contra o domínio do capital deve articular luta social e luta política num complexo indissociável.

Finalmente, um outro desafio a ser enfrentado diz respeito ao fato de que o socialismo somente poderá ser concebido como um empreendimento global/universal. Segundo Mészáros (2003) ao longo do último século e meio, *quatro Internacionais* foram fundadas para tentar criar a unidade necessária de um movimento internacional. Para o autor todas elas foram incapazes de pelo menos se aproximar de seus objetivos declarados, mas não podemos relacionar tal fato apenas em termos de traições, “(...) ignorando as ponderáveis determinações objetivas que não podem ser esquecidas caso se pretenda remediar essa situação no futuro” (Mészáros 2003, p.98). No início deste século XXI observamos o desenvolvimento de movimentos sociais de esquerda, que demonstram um forte apelo internacionalista contra a completa mercantilização do mundo. Antunes (2004) cita o movimento social e político dos zapatistas, no México, o MST no Brasil, as explosões sociais dos trabalhadores desempregados e as batalhas de Seattle, Nice, Praga, Gênova. Para o autor “(...) são novas formas de organização dos trabalhadores e dos precarizados, dos novos proletários do mundo que se rebelam contra o sentido destrutivo do capital e sua forma mundializada” (Antunes 2004, p.117).

Concluindo provisoriamente esse ponto, mais uma vez recorreremos a Lima (1997) quando afirma que a máquina programável foi criada no contexto da máquina humana e é dirigida portanto, pelos nexos mecânicos da sociedade de classes. É com os nexos mecânicos que pretendemos tratar e usar uma máquina que tem uma dinâmica oposta ao do mecanismo humano. Tentamos nos encaixar novamente num mecanismo que nos repele porque é da sua

natureza ser exterior ao nosso corpo orgânico. No máximo isso só pode acontecer onde a máquina programável ainda não penetrou. Mas é só uma questão de tempo que seu ciclo se complete e ele substitua todas as tarefas produtivas repetitivas que o corpo humano ainda teima em realizar.

Aplicamos a nova força produtiva utilizando o velho plano de ação mecânico e é nesta contradição que reside todos os nossos sofrimentos atuais, toda crise do desemprego, de destruição dos serviços sociais. Enquanto não livrarmos desta velha concepção de usar o corpo humano como máquina esta contradição irá se aprofundando atingindo graus cada vez mais insuportáveis até que seja alcançada a nova vida emancipada do mecanismo ou a barbárie. Estamos navegando na fronteira entre a barbárie e a liberdade.

CAPITULO V

**JUVENTUDE, TEMPO LIVRE E LAZER NA ERA DA MÁQUINA
PROGRAMÁVEL**

Os primeiros contatos com os jovens das classes populares, durante os seus momentos de lazer, nos fez pensar que era necessário fazer uma incursão em estudos que pudessem relacionar os temas “*Tempo Livre, lazer e juventude*” com o objetivo de iluminar nossas ações neste campo. Inicialmente isso se concretizou numa oficina com o mesmo título realizada durante o II Encontro de Formação Continuada em Esporte e Lazer, porém ele provocou desdobramentos posteriores em outros eventos e fóruns de debate político. Neste contexto, percebemos que a juventude das classes populares têm um papel importantíssimo na luta dos trabalhadores na era da máquina programável, que os chamados conflitos geracionais têm um forte conteúdo de classe e que a relação dos jovens com o lazer e o tempo livre pode potencializar política e ideologicamente a sua “*rebeldia com causa*” ou causas. A partir das idéias que se seguem formulamos muito dos nossos instrumentos políticos e pedagógicos.

5.1- Os (im) possíveis do lazer na era da máquina programável

Um tecido cada vez mais denso de técnicas e meios de difusão, em pleno processo de globalização, caracteriza definitivamente as sociedades contemporâneas. Neste contexto, o lazer desponta como uma importante dimensão da vida social, e uma forte marca desse período civilizatório é o surgimento do *homem-de-após-trabalho*.

Segundo Friedmann (2001), concorreu para isso, as transformações impulsionadas pelas revoluções industriais, com a introdução da jornada de

trabalho de oito horas, após 1919; a difusão do taylorismo e dos métodos de organização científica do trabalho; a legislação social; o descanso remunerado e a aparição dos períodos de férias.

Entretanto a afirmação definitiva do lazer se deu a partir da Segunda Guerra Mundial, mediante as conquistas de melhores condições de vida pelos trabalhadores que se expressaram através da *sociedade afluyente*, nos EUA, e *sociedade do bem-estar social*, na Europa. Nesta ocasião, a proteção do trabalho avançou sedimentando-se em legislação específica, ampliaram-se os *direitos socais* que implicavam o envolvimento público com a educação, saúde, aposentadorias e seguridade social. Segundo Vieitez (2002), neste contexto a jornada semanal seguiu uma linha descendente que se iniciara na etapa anterior, marcando 38,7 horas no setor industrial, em 1950; 38,1 em 1960; 37,9 em 1970; e 36,8 em 1975. Evolução semelhante ocorreu com os rendimentos dos trabalhadores industriais, mas no sentido do seu aumento: 58,32 dólares por semana em 1950; 89,72 em 1960; 107,5 em 1970 e 207,6, em 1976. Neste período o capital seguiu sua marcha expansiva, que pode ser observada no crescimento dos assalariados nos EUA, que em 1900 representava 61,8% da população ativa livre e passou a representar 90,1% em 1970. Para o autor, o que esses números mostram é que as relações capitalistas de trabalho generalizaram-se por toda a economia americana, sendo válido também para as outras economias centrais. As relações mercantis propagaram-se por toda a sociedade, o que aparece mais no crescimento do setor de comércio e serviços.

Segundo Vieitez (2003), foram imensas as implicações desse fenômeno para a utilização do tempo livre e para o lazer. O que no período

anterior tinha aparecido de maneira incipiente, passou a ser organizado de modo empresarial e, portanto, oferecido ao público como qualquer outra mercadoria.

Conforme Friedmann (2001), muito embora esse fenômeno tenha se apresentado de forma diferente quando considerado o funcionamento das instituições e o comportamento dos indivíduos, essas características teve traços análogos em diversos países e uma essência universalista. Para o autor, se em algum momento da história, existiram civilizações que viveram e morreram à margem das técnicas descobertas por outros grupos humanos, hoje esse isolamento é quase impossível. As revoluções industriais, sob este ponto de vista tendem a unificar o mundo.

O fato principal é que, no geral, por onde triunfa a técnica fica uma esteira de tempo liberado e todos os *possíveis* do lazer. Tais fatos impuseram a dicotomia entre tempo de trabalho e tempo liberado fazendo surgir o *homem-de-após-trabalho* (Friedmann, 2001), suscitando o surgimento do lazer como uma característica marcante da civilização contemporânea. Segundo Friedmann (2001), a busca da felicidade incessante e onipresente é hoje um dos traços mais significativos da civilização tecnicista. Essa busca se expressa com extrema diversidade, de nações, contextos sociais e culturais, heranças históricas, diferenças no interior de cada país. Entretanto, todos são igualmente polarizados pelo atrativo das facilidades, cujos principais modelos se difundem pelo planeta inteiro, penetra sociedades de tradições e estruturas muito diversas: saídas por estradas, viagens, sol da praia ou na neve, formas úteis no alojamento, na vestimenta, no conforto, etc.

Por outro lado, apesar de traço universal, está corrida pelo lazer não significa para todos a possibilidade de criação, descoberta, compreensão e fruição. As legislações trabalhistas, por exemplo, se querem idênticas em todos os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, mas existem diferenças importantes entre elas: os países desenvolvidos têm acesso a um conjunto de atividades de lazer como um importante setor da vida social e nos subdesenvolvidos a principal fonte de lazer é a *mass media* sob as formas mais grosseiras, que caem sobre as populações antes mesmo destas terem acesso aos bens primários do bem-estar material (habitação, alimento, vestimenta).

A questão central, então, é que, embora o advento da máquina programável tenha completado o ciclo de emancipação do trabalho humano e o atual estágio de desenvolvimento tecnológico, suscite um aumento significativo do tempo liberado, sob a hegemonia do capital globalizado, este tempo de não-trabalho potencial não se constitui enquanto tempo livre. E neste sentido, a felicidade e a técnica estão presentes, são teoricamente possíveis, mas nem as sociedades nem os indivíduos estão em condições de realizá-las.

Sob a lógica destrutiva do capital em crise são vários os impedimentos à realização do tempo liberado em tempo livre. Um primeiro é a destruição do tempo liberado como conquista do período anterior, através da terceirização e precarização do trabalho e o crescimento do desemprego estrutural. Neste contexto de “Estado do fim”, os trabalhadores vêm solapadas todas as conquistas trabalhistas obtidas no pós-guerra. Para o trabalhador desempregado o tempo liberado vira um tempo desocupado ou no máximo de busca incessante por emprego. Já os empregados vêm o tempo liberado, cada vez mais invadido pelo tempo de trabalho. Acontece que vem se tornando uma

característica cada vez mais presente, inclusive nos países mais prósperos como EUA e França, o fato de muitos trabalhadores, empregados e pequenos funcionários suprimirem os seus lazes para trabalhar, comercializar e especular. Assolados por uma cultura de consumo, submetidos à injeção constante de necessidades novas “ou reforçadas”, o trabalhador busca ganhar mais dinheiro para aumentar seu conforto, melhorar seu equipamento doméstico, sua moradia etc.

Neste contexto o tempo liberado é também invadido pelo tempo de transporte, características cada vez mais presentes nas extensas e imensas zonas urbanas e suburbanas. Depois de haver desperdiçado horas entre o domicílio e o lugar de trabalho, os trabalhadores não encontram mais energia e disponibilidade para muitos meios de divertimento e ainda mais de desenvolvimento da personalidade. Se muito, admitem algum tipo de passatempo.

Entretanto, o maior obstáculo à realização do tempo livre na era da máquina programável hegemonicamente controlada pelo sistema do capital em crise é que também o lazer se transformou em setor de mercado, setor de realização do valor. Ademais, nas últimas décadas, o próprio lazer tem se desenvolvido velozmente como um grande setor do mercado. O turismo vem emergindo como atividade econômica promissora. Os esportes disseminaram-se e também se profissionalizaram, fazendo surgir um comércio milionário. A indústria cultural e a mídia, na forma de radiodifusão e da televisão já alcançam todas as classes sociais, e assim longe de significar uma fonte de liberdade, para a maioria da população o crescimento do lazer como negócio é uma das expressões da generalização do capital por todos os setores da vida social,

sendo sua ampliação a ideologia de importantes setores das classes dominantes. Conforme vemos em Sader (2002), até esse “tempo livre” acaba organizado e enquadrado pelos mesmos mecanismos de exploração que marcam seu outro tempo: exploração do lazer pelas empresas como forma de obtenção de lucro.

Além de um grande negócio, o manejo pela classe dominante, em suas formas e conteúdos, vem transformando o lazer numa forma de controle social, de natureza até então desconhecida. A televisão é um exemplo que melhor expressa essa situação. Embora seja o principal meio de lazer e de aquisição de cultura da massa trabalhadora, esta não tem o seu controle, ocorrendo justamente o contrário: “é esse meio de lazer, concomitantemente, meio de informação e formação que a controla” (Vieitez, 2002, p.143). Sob esta lógica, ao invés de contribuir para o livre desenvolvimento de potencialidades humanas, este lazer *alienado* acaba por castrar “a criatividade, a imaginação e a fantasia das pessoas, enquadrando o tempo livre em atividades predeterminadas” (Sader, 2002, p. 26).

Sobre a chamada *mass media* Friedmann (2001) evidencia a sua ação decisiva e ambivalente no tecido social. Ao mesmo tempo são capazes de assegurar a difusão de informações, de suscitar novos interesses, de aumentar a instrução, de alargar o horizonte, de integrar o indivíduo na sua região, no seu país, no seu planeta, de desenvolver seu gosto, sua cultura intelectual, artística , enfim, de torná-la, de cem maneiras mais possíveis, mais presentes ao acontecimento, à arte, ao pensamento. Por outro lado, as *mass media* são também capazes de manipular, degradar, alienar em todos os sentidos do termo. Podem-se manipular o indivíduo psicologicamente (intelectual e

afetivamente) para fazê-lo aceitar uma guerra ou seguir uma ditadura. Mas também podem induzir as pessoas para comprar um outro produto, obedecer a uma nova necessidade: as *mass media* podem, com efeito, com uma eficácia calculada, apressar a maturação de necessidades novas. Segundo o mesmo autor as *mass media* tem um efeito decisivo e dissolvente sobre a “cultura proletária” e no desenvolvimento da “consciência de classe”. Pelo seu caráter universalista, o operário uma vez fora da fábrica torna-se um consumidor semelhante a milhões de outros membros da sociedade industrial.

Também as práticas corporais, e o esporte em particular, desempenham um papel fundamental nesse processo de alienação do lazer. Atividade corporal de caráter competitivo, surgido por volta do século XVIII, o esporte é resultado da modificação de elementos da cultura corporal inglesa, através da incorporação de princípios que passaram a reger a sociedade capitalista industrial, tais como: a competição, o rendimento físico-técnico, record, a racionalização e cientifização do treinamento (Bracht, 1997).

Apesar da aparente unanimidade na defesa do esporte como fator de formação humana, sobretudo da juventude, diversos estudiosos do assunto têm denunciado o caráter excludente e alienador que o mesmo assume sob os moldes acima citados. Para Kunz (1994), por exemplo, o esporte como é conhecido na sua prática hegemônica, nas competições esportivas, nos meios de comunicação (televisão), não apresenta nenhum elemento de formação geral para se constituir uma realidade educacional. Nem mesmo para a saúde física como é mais preconizada. O esporte vivenciado nas escolas e também no lazer, como cópia do esporte de alto rendimento, segue os princípios básicos da “sobrepujança” e das “comparações objetivas”, oferecendo, por

isso, vivência de sucesso para uma pequena minoria e de insucesso e fracasso para uma ampla maioria. Para o autor, esses são motivos que contribuem para que o ensino dos esportes, e que influenciam a crescente *perda da liberdade e perda da sensibilidade* do ser humano.

Por outro lado, mesmo considerando todas as forças hostis que citamos, sabemos que não podemos afirmar que o homem médio do nosso tempo está irremediavelmente condenado à apatia e ao embrutecimento. A realidade também mostra o contrário, que malgrado todo os obstáculos que consideramos, o ser humano demonstra uma capacidade de resistência, sobretudo, diante das oportunidades que lhes são oferecidas e que se encontram ao seu alcance. Sabe-se que o *homem-de-após-trabalho* é condenado ao confinamento em sua moradia, seja um grande prédio ou uma pequena casa, principalmente pelo distanciamento das instituições de lazer, de vida coletiva, política, sindical e cultural. Ele é constrangido a se 'ausentar', mas é neste exato momento em que ia se fechar em sua casa e a si mesmo, que esse mesmo homem é tomado, diante de sua mesa, por jornais, revistas, ou mesmo diante do seu aparelho de televisão ou de rádio, esse entrelaçamento de valores, esse infinito de possíveis.

Encontrar caminhos para enfrentar a problemática do tempo livre acima apresentada, não é tarefa fácil. O tema tem sido objeto da dedicação de diversos pesquisadores e militantes no mundo inteiro. A empreitada requer a análise dos significados do lazer nas diferentes sociedades, o reconhecimento com precisão das reações diferenciadas do *homem-de-após-trabalho* segundo as idades, situações socioprofissionais, contextos culturais, as formas possíveis de compensação, de participação ou de ausência que eles

encontram nas *mass media* e que eles organizam segundo suas tendências individuais.

Para enfrentar o problema, Fridmann (2001) sugere que as sociedades lutem por um lado pelo tempo liberado, e por outro, para a criação de instituições de lazer, urbanas, suburbanas ou rurais, que sejam numerosas, acolhedoras, bem equipadas, e dêem acesso a todas as formas de cultura, de divertimento, de desenvolvimento da personalidade. Segundo o autor, a preparação de um lazer mais rico já é caso para a pedagogia, ou seja, um problema de formação humana. Neste contexto, a interferência das *mass média* que foi esboçada anteriormente condena o modelo *laisser-faire*. A solução, então poderia ser encontrada no desenvolvimento intenso e multiforme de educação, dotando cada um dos meios de exercer, em cada etapa de sua existência, as escolhas conforme seus gostos, a sua personalidade, multiplicando as instituições em que estas escolhas podem se nutrir, e exprimir, através de toda gama de atitude que vão do simples abandono a atividade criadora. Para o autor é responsabilidade dos governos desenvolver o combate no sentido de difundir autênticos valores culturais com as armas de que fazem uso os mestres do setor comercial, apoiados sobre o progresso das ciências sociais. Tendo penetrado graças a elas nos segredos do meio técnico e de seus efeitos, voltariam seus conhecimentos ao serviço da descoberta do homem por si mesmo através da transmutação do tempo liberado em tempo livre.

5.2 – A juventude e o lazer nas cidades educadoras.

A era da máquina programável sob a hegemonia destrutiva do capital, ao mesmo tempo em que vem trazendo graves conseqüências para os jovens do mundo inteiro, por outro lado, tem colocado a questão do “tempo livre” e do lazer no centro do debate sobre as políticas de juventude como perspectiva de emancipação.

Na verdade as transformações ocorridas nos últimos tempos têm alterado inclusive o próprio conceito de juventude. Segundo Abad (2003) anteriormente a condição juvenil estava relacionada com as idéias de *incorporação à vida adulta* e à *aquisição de experiência*. A juventude era caracterizada, “(...) em certas camadas sociais, como a etapa vital entre a infância e a maturidade, determinada pela vinculação com as instituições de transição ao mundo adulto” (Abad 2003, p. 23). Essas idéias sobre a juventude não se sustentam mais. O processo de *desinstitucionalização* dos jovens é um fato e tem como causas o surgimento de novas formas de família, o esgotamento da ilusão da ascensão social através da educação e do pleno emprego, a emergência de novos atores reivindicando políticas específicas, etc.

Segundo Abad (2003), a infância quase que desapareceu, encurralada por uma adolescência que desponta muito cedo. Por outro lado, juventude se prolonga até depois dos 30 anos, o que significa um terço da vida. Hoje um terço da população tem esse rótulo impreciso, porém muito poderoso. A relativização da cultura do emprego e do salário transforma a transição linear, simétrica e ordenada da juventude para a vida adulta (marcado pelo

circuito família – escola – emprego), num circuito mais prolongado, indeterminado e descontínuos tanto para os jovens quanto para o adultos. A conformação de uma verdadeira cultura juvenil quase universal, heterogênea e constante, com forte influência dos meios de comunicação, vem se dando em paralelo, em substituição ou contradizendo com as tradicionais instituições de transição tais como a família, a escola e o emprego assalariado. Tudo isso vem abrindo condições para que hoje não se possa negar que os jovens têm se convertido numa “(...) categoria social, interclassista e comum a ambos os sexos, definida por uma condição específica que demarca interesses e necessidades próprias, desvinculada da idéia de transição e suas instituições responsáveis “ (Abad 2003, p. 22).

Buscando superar as concepções que reduzem a juventude a uma determinada faixa de idade cronológica, à noção de amadurecimento biológico ou a uma idéia de transição, Carrano (2003) entende ser mais adequado compreender a juventude como uma complexidade variável, que se distingue por suas diferentes maneiras de existir nos diferentes tempos e espaços. Para o autor, a própria noção de juventude é resultante da experiência histórica social de um determinado tempo histórico e “(...) varia segundo as formações humanas” (p.110). No entendimento de Carrano (2003), os jovens não constituem uma classe social nem um grupo homogêneo e as idealizações que tentam unificar os sentidos dos movimentos juvenis, tendem a ser ultrapassadas pelo contínuo movimento da realidade. A juventude, nesta perspectiva, *é uma definição cultural que se dá em permanente mutação.*

Diferentemente de outros tempos nos quais as identidades culturais juvenis estavam mais presas a territórios, atualmente a relação com o espaço

se modifica frente a uma crescente *desterritorialização* e enfraquecimento da referência estável do território como realidade física básica da identificação. Para o autor os referimentos temporários têm se multiplicado, as novas tecnologias têm impulsionado *possibilidades culturais e associativas de expansão do território* do jovem para outros limites, relativizando a dimensão física e transformando os horizontes simbólicos. Essa redefinição das coordenadas espaço-temporais modifica também o comportamento dos grupos culturais juvenis, tornando a *multifuncionalidade* uma marca importante dos novos grupos e a identificação uma escolha temporal e variável¹¹.

Neste contexto, a *incerteza* seria também uma característica importante desse segmento social, resultante da abertura temporal e da variabilidade dos cenários nos quais se situam as escolhas que os jovens têm pela frente. A experiência do ser jovem e seu jeito de ser e se expressar se apresentaria menos como um dado e mais como uma realidade construída permanentemente¹². Porém, essa *incerteza* não é de tudo má, para o autor ela é o elemento fundamental do processo de individuação do jovem. Não no seu sentido negativo, mas no sentido dele estar aberto ao possível, uma vez que uma das características fundamentais da incerteza é a possibilidade da *reversibilidade* e da inovação. “As experiências adolescentes, portanto são enormes laboratórios de inovações, não porque as projetam, mas porque já as praticam. Para os adolescentes o fundamental não é a construção de metas para um mundo futuro, mas a experimentação do sentido de mudança no

¹¹ Carrano (2003) sugere que uma das chaves para saber o que acontece nos grupos sociais da juventude seria analisar o entrelaçamento de fenômenos coletivos e experiências individuais, sabendo que grande parte da experiência dos jovens é socialmente construída nas redes de relações e dos significados deixados pelas grandes orientações de uma cultura de caráter global.

¹² “A maneira de se enfeitar, os gêneros musicais, e o pertencimento ao grupo funcionam como linguagens provisórias e variáveis, através das quais os indivíduos se identificam e enviam sinais de reconhecimento frente ao exterior” (p.116).

presente” (p.119). Outrossim, o autor pondera que diante de tanta glorificação do presente os adolescentes correm um risco de viver um presente pobre e memória carente de futuro.

Num mundo de incertezas com amplas possibilidades de decisão e de reversibilidade, a vida nas cidades, para Carrano (2003) indica a experimentação de múltiplas identidades que acionam múltiplas personalidades requeridas nas relações sociais. Para o autor, o conceito de identidade, “(...) não pode comportar nenhum sinal que implique isolamento ou fixação. Se, por um lado, num passado pré-moderno o mundo estava aprisionado em relações sociais rígidas e hierarquicamente fixado por outro, hoje vivemos num mundo em permanente movimento e relações” (p.120). Nesse caso o eu é relacional e móvel, e isso gera um verdadeiro obstáculo à maneira de assegurar a unidade entre o sujeito e a continuidade da história individual e coletiva. Sob essas circunstâncias se abriria um campo para toda a sorte de manipulações, inclusive as provocadas pelas drogas e seitas religiosas.

Por outro lado, existe para o autor uma beleza da experiência multiforme da complexidade, onde o processo de referimento do sujeito diante das múltiplas redes relacionais possibilita que a aquisição da identidade seja vivida com um verdadeiro processo de aprendizagem em direção à autonomia. Neste contexto, abre-se a necessidade de aquisição de novos conteúdos cognitivos, bem como o desenvolvimento da capacidade de resolver problemas a cada momento. A necessidade de se tornar reflexivo, aprendendo a aprender como um “imperativo existencial” num mundo de complexidades que requer uma mudança constante de papéis, de códigos e de novas formas de relações. Assim, a aquisição de uma identidade adulta pode ser entendida como a

capacidade continuada de produzir nova identidade, integrando passado presente, na unidade e na continuidade de uma biografia individual. Segundo Carrano (2003), o vigor dessas reflexões estaria no reconhecimento de que a reflexão sobre a multiplicidade exige a consideração da identidade não como essência, mas como um campo de ação social.

E quanto à identidade coletiva, segundo Carrano (2003) é ela que assegura ao grupo sua continuidade e permanência. A identidade coletiva seria um processo de construção de um sistema de ação. A identidade coletiva se define por interações e partilhas produzidas através de um número de indivíduos e diz respeito às orientações de suas ações e ao campo de oportunidades e constrangimentos no qual suas atividades acontecem. Para o autor a identidade coletiva nunca é inteiramente negociável no interior dos grupos, já que as ações coletivas não podem ser reduzidas à relação custo-benefício. Ela envolve emoções e sentimentos tais como paixão, ódio, amor, fé e medo. Neste sentido a existência de uma identidade coletiva pressupõe habilidade auto-reflexiva, noção da causalidade e pertença e habilidade de relacionar passado e futuro.

Diante deste contexto a juventude para Carrano (2003) é um verdadeiro desafio simbólico, que precisa ser enfrentado superando o distanciamento da vida cultural e social dos jovens, principal motivo para produção de preconceitos e estereótipos. Segundo o autor esse distanciamento e a priorização dos estudos das instituições, sobretudo as educacionais e não os próprios jovens, suas percepções e formas sociabilização, tem levado, por exemplo, a se associar juventude com violência, sendo o jovem tratado muito mais como um problema do que como um campo possível de problematização.

Para o autor esse não é o melhor caminho para tratar do assunto na sua complexidade. Primeiro porque muitos dos problemas que são atribuídos aos jovens são, na verdade, “(...) elementos sociais e ideológicos que atravessam a totalidade das estruturas e relacionamentos sociais” (Carrano 2003, p.131). Segundo porque impede de ver o outro lado da moeda. Com o afastamento da perspectiva da complexidade dos processos culturais perdemos a capacidade de perceber as “(...) maneiras como os jovens estão reconstruindo o tecido social em inúmeros *rituais de solidariedade e expressividade estética*” (Barbeiro 1998 apud Carrano 2003, p. 132). Acontece que o autor considera que mesmo diante dos graves problemas estruturais de reprodução da vida social, os grupos sociais da juventude elaboram saídas criativas para as inúmeras crises de realização cultural da vida contemporânea. Algumas ações buscam contornar a precariedade material, os jovens atribuem novos sentidos aos espaços da cidade, chegando essa *juvenização* dos espaços a criar a consciência de que os jovens não vivem a mesma cidade que os adultos vivem. Neste caso um importante desafio que se apresentaria para o campo educacional é o de conseguir os necessários “vistos” e “passaportes” para a viagem, que é dialogar e mesmo compartilhar dos sentidos culturais que são elaborados nas múltiplas redes sociais juvenis.

A respeito de uma possível cultura juvenil, Carrano (2003) diz ser impossível estabelecer um mínimo denominador comum, tal a multiplicidade e ambivalência. “Num mesmo ambiente, em uma mesma festa familiar se pode encontrar o jovem punk e o executivo; o ateu e o religioso; o sério e o cínico; o que não fala com os pais e aquele que, ao contrário, estabelece com eles uma relação intensa (...)” (Carrano 2003, p.133). Arriscando apontar algumas

tendências gerais das expectativas e ação políticas dos movimentos juvenis, o autor afirma que a luta pelas grandes causas que caracterizaram a ação política dos jovens nos anos 60 e 70 já não são predominantes entre os jovens. O que não autoriza desconhecer os movimentos que se articulam em torno de questões estruturais ou com ampla perspectiva territorial. Na perspectiva do autor, os jovens de hoje estariam mais preocupados com “inúmeras redes de interesses cotidianos”. Os conflitos que envolvem a juventude, não se reduzem a investir nas lutas relacionadas ao processo produtivo, mas se dirigem prioritariamente ao espaço, às relações e ao ser do indivíduo. Suas maiores preocupações estariam relacionadas com a morte, saúde, relação com a natureza, identidade sexual, recursos comunicativos etc.

Uma outra característica importante é que os jovens de hoje estão resistentes às ideologias do progresso e as doutrinas e fórmulas que se voltam para as promessas de um futuro melhor. Para eles o tempo exige uma emergência. “O futuro distante passou a ser considerado, por sua imprevisibilidade, uma força intangível. A juventude grita/canta/dança que o futuro é agora! Evidencia-se em muitos sinais uma ideologia resposta de desconfiança nas instituições e ideologias do progresso” (Carrano 2003, p.135). O autor, a esse respeito, chega a comentar que uma determinada derrota eleitoral das esquerdas italianas estaria vinculada ao imobilismo da estrutura partidária tradicional e de sua práxis, incapaz de lidar com a política sincrética dos novos movimentos alternativos.

Em relação ao trabalho, conforme o autor, os jovens estabelecem um sentido de ambivalência, caracterizado por um misto de desejo e incerteza, uma vez que o trabalho regular já não pode ser considerado como um dado

estrutural e inevitável para todos nas sociedades capitalistas. Neste contexto do trabalho transformado em ocupação precária, essa incerteza social no mundo do trabalho estaria impossibilitando a passagem do adolescente à vida adulta, gerando uma verdadeira *geração canguru* – de jovens que seguem morando com os pais e não vêem perspectivas de sair de casa, mesmo com a união conjugal ou gravidez.

Diante deste contexto, o “tempo livre”, para uma gigantesca parcela da humanidade se expressa, não como democratização da era dos lazers, mas como precarização e empobrecimento. Um dos resultados mais perversos desse processo é a produção da subjetividade humana no contexto do “tempo livre” resultante da desocupação. Esse tempo precário de saturação semiótica e escassez – ética e material – do capitalismo neste fim de século.

Segundo Carrano (2003), a juventude atual enfrenta o desafio de construir uma experiência do tempo cotidiano que permita a existência da memória, num contexto histórico de grande complexidade social que exige a reinvenção permanente do futuro. Neste contexto o autor vê o lazer, como campo de potencial liberdade, que pode se constituir numa chave para o necessário equilíbrio entre a autoconsciência e a alteridade, elementos que considera como fundamentais na constituição das sociedades democráticas. Os fenômenos relacionados com as atividades de lazer estão no centro dos processos de formação da subjetividade e dos valores sociais nas sociedades contemporâneas.

Carrano (2003) toma emprestado o conceito de lazer desenvolvido por Elias & Dunning (1992), os quais situam o lazer naquele espectro do tempo livre “(...) em que os indivíduos buscam formas de excitação agradável, de

expressão e realização individual e que permitem uma fuga temporária à rotina que comanda as atividades cotidianas de trabalho e obrigações sociais” (Elias & Duninng 1992, p.139). Para esses autores nestes espaços/tempos é possível afirmar que estão diminuídos os constrangimentos da vida social, sendo a sociabilidade, a mobilidade e a imaginação os três elementos básicos que o constitui.

O autor concorda com a idéia de que o lazer se desenvolveria num espectro do tempo livre, no qual estariam suspensas as rotinas da vida cotidiana, sendo comum que as pessoas brinquem com normas socialmente estabelecidas, podendo, por vez, até ir longe demais. Para ele o lazer teria normas específicas de ação social, permitindo que as pessoas possam fazer uma experimentação de si próprias. Nos momentos de lazer essa concentração sobre si própria teria uma maior peso do que nos momentos de trabalho profissional.

Partindo dessa concepção, o autor destaca que os lazeres são vividos pelos jovens como uma oportunidade de afrouxamento ou suspensão das tensões impostas pelos processos de *regulação moral* e da denominada *educação civilizante*. Entretanto, esse potencial de liberdade do tempo e do espaço faz com que as gerações adultas cultivem certas desconfianças em relação capacidade de *utilização sadia* desse tempo livre. Assim, surgem os diferentes preconceitos dos higienistas (lazer saudáveis) ou dos que relacionam a liberdade do lazer com o uso de drogas, violência e alienação social.

Para Carrano (2003), a saída para os “perigos das ruas” não seria o cerceamento da autonomia e a mutilação da liberdade. Para ele não é possível

educar para liberdade em condições de aprisionamento. Nesse sentido, as tensões entre liberdade e responsabilidade, que as atividades de lazer proporcionam, precisam ser vividas pelos jovens. A capacidade de realizar escolhas alternativas é um princípio fundamental da existência humana, e no lazer a liberdade de escolhas se evidencia fortemente. No entanto, essas escolhas não se dão de forma isolada. Opção e liberdade não se dão fora dos constrangimentos que são criados na totalidade da vida social. A liberdade do lazer está, portanto, profundamente associada com a consciência que se tem das reais possibilidades de realização. Segundo Carrano (2003) o lazer é um momento que permite que a realidade social cotidiana seja representada em condições de ludicidade e fantasia, e nesse sentido é um rico espaço para experimentação das múltiplas identidades necessárias ao convívio cidadão. Nesta perspectiva, o autor é contrário à proposta de organização de uma educação global que integre os tempos pessoais dos alunos, da escola e dos lazeres. Para ele existe a necessidade do lazer como um momento para o risco e a experimentação da liberdade, para além do controle das instituições educativas. Segundo o autor, "(...) em condições sociais de ludicidade se apresentam alternativas, se fazem escolhas, se efetivam relações e se experimentam subjetividades. É na perspectiva desse diálogo social que as práticas de lazer se afirmam como redes relacionais decisivas para a elaboração das identidades urbanas da juventude" (Carrano, 2003 p.143).

Estudando grupos culturais de juventude, Carrano (2003) afirma que os jovens radicais de hoje se afastam dos sentidos ideológicos atribuídos à denominação de radicais dos anos 60 e 70. Existe novas formas e conteúdos de um certa rebeldia mais pragmática, que não se orientam só para o futuro,

mas buscam radicalizar o presente. Que não vivem apenas com seriedade e rigor, mas assumem também o compromisso com a alegria, com o prazer e com a festa. Neste contexto, se pode observar que nos diferentes conflitos urbanos onde existe um envolvimento direto e majoritário da juventude, a presença de grupos de identidades referidos a práticas culturais do tempo livre e lazer, os colocam numa posição de reserva política das mobilizações nos territórios das cidades. No comportamento desses jovens poderiam se expressar elementos de desvios, mas também impulsos de inovação e formas de conflitos que consideram os modos de produção e de apropriação dos recursos simbólicos que a cultura coloca a disposição para definir a identidade. Nessa batalha no plano simbólico, os jovens não são apenas consumidores de mercadorias culturais, eles apresentam uma grande capacidade de colocar sua marca de sensibilidade estética e de solidariedade nas mercadorias culturais que recebem como resultado da dinâmica capitalista. Neste sentido os jovens não são apenas alvo das campanhas publicitárias. Na verdade eles são o componente principal da elaboração dos sentidos de jovialidade social compulsória que se dá no movimento de produção, circulação e consumo das mercadorias culturais portadoras desses signos. É partindo da observação dos modos de vida juvenis que são montadas as estratégias da indústria cultural para influenciar o consumo de produtos, gostos e comportamentos. Assim os centros de comando das indústrias culturais “(...) permanecem cada vez mais atentos aos sentidos comunitários e às táticas comunicativas da juventude que emanam das realidades locais” (Carrano 2003, p.150).

Entretanto, a radicalização do presente, a ênfase no local e no cotidiano não autoriza reduzir os grupos culturais juvenis à categoria de *tribos*

urbanas, com caráter localista, territorializado e desprovido de nenhuma dominância cultural. Para Carrano (2003) a existência de muitos centros de comunicação e poder nos obrigam a entender as cidades como constituídas por tensões e dominâncias de ordem cultural, econômicas e políticas. Neste caso, até as próprias redes de amizades que se constituem nos grupos de lazer são condicionadas diretamente pela localização física e pela inserção dos sujeitos em determinada estrutura social. A amizade, freqüentemente idealizada como sendo resultante de atitude de índole da pessoa e privada, é menos livre do que possa parecer. Conforme Carrano (2003)

“(...) o entorno social imediato tem grande influência na vida social dos sujeitos. As relações que os jovens estabelecem nos espaços das cidades são resultantes de constelações de circunstâncias que definem a conjunção dos efeitos sociais de cada sujeitos sobre si mesmo e outros. Fatores tais como sexo, faixa etária, classe social, ocupação, lugar de origem territorial, família, instrução, estigmas pessoais ou de envolvimento relacionais são de fundamental importância no processo de formação de grupos e amizades. A influência de cada um deles será maior ou menor segundo cada configuração social específica e estrutura social dominante” (p.155).

O autor conclui, então, que os grupos culturais de juventude devem ser compreendidos como resultantes de processo de elegibilidade mútua em territórios social e politicamente condicionados, e não apenas como fruto da ação social e política de tribos autônomas. Os jovens se reúnem em grupos de estilos, mas essa adesão não se esgota na adesão estética. A noção de grupos de estilos deveria ser acrescentada à idéia de *grupo de atitude compartilhada*, como forma de evidenciar os múltiplos sentidos que conferem identidade às práticas culturais das redes sociais da juventude.

Num sentido propositivo de uma pauta alternativa à hegemonia neoliberal, Carrano (2003) sugere o reconhecimento da cidade como espaço legítimo e necessário da educação em condições de pluralismo cultural, “(...) o

investimento na esfera pública como campo privilegiado de negociação e conquista de direitos sociais, a luta contra a privatização do Estado e a inversão da lógica da exclusão social da cidade privatizada”.

O autor aposta em uma nova ética nos relacionamentos na cidade que possa inverter a lógica de privatização dos conflitos sociais que a cidade urbano-industrial capitalista favorece, de segregação de seus habitantes conforme a posição que cada um ocupa no mercado econômico simbólico.

Uma das preocupações centrais de Carrano (2003) é de perceber como as cidades podem se constituir em objetos de investigação e territórios de práticas para o campo educacional. Num contexto em que a escola vem perdendo sua relevância e funcionalidade, ele vê na crescente complexidade dos contextos culturais que marcam a vida nas cidades, um elemento cada vez mais decisivo para a formação das subjetividades. Nesta perspectiva ele defende a educação não somente como sistema de aprendizagens institucionais, mas também como processo social de *compartilhamento de significados* em espaços não institucionais, onde ocorrem *descontínuos processos de aprendizagem*. A pedagogia é vista aqui como aceleração de processos.

Os processos culturais dos grupos da juventude indicam a possibilidade de se assumir o potencial educativo das formas descontínuas de aprendizagem, abrindo possibilidades para a incorporação do inesperado e da flexibilização educacional, segundo os sentidos e interesses das diferentes subjetividades em curso.

Porém esse é um desafio que exige uma redefinição epistemológica e metodológica do pensamento educacional. O pensamento simplificador deve

dar lugar ao pensamento complexo (Morin, 1996) como metodologia de ação cotidiana, se abrindo para o fato de que o aleatório, o difuso e o imprevisível, presentes nas práticas sociais concretas também são elementos do processo educativo.

Carrano (2003) vê a rua com um rico potencial educativo. Para a função educativa de uma cidade corresponde à oferta e organização das estruturas sociais e culturais urbanas. Neste sentido a rua já foi mais representativa do encontro e da comunicação viva entre os sujeitos, expressão local da cultura e da sociabilidade prática. Atualmente a rua transformou-se em espaço de circulação programada e fonte de insegurança coletiva. As ruas hoje são caracterizadas pelo controle das gerações adultas sobre as atividades das crianças e jovens.

Para Carrano (2003) a prática do lazer programado (escolinhas esportivas, artísticas etc.) e o investimento na *ludicidade* de natureza individual e privatizante transformaram radicalmente a perspectiva da cultura lúdica da infância e da juventude. O curso do desenvolvimento urbano das cidades. A rua foi condenada como espaço educativo. Entretanto, transformadas em espaços públicos de sociabilização cidadã, as ruas podem ser ao mesmo tempo educativas e culturalmente públicas. A perda da cultura pública, no quadro de privatização das práticas sociais, leva ao desconhecimento do próprio sentido da cidade.

Desta forma, para o autor a cidade educativa não é somente aquela que planeje pedagogicamente os espaços de aprendizagem. Elas podem ser educativas também no contexto de redes informais de sociabilidade e

conhecimento. As formas difusas e contínuas, assumidas nos espaços praticados, surpreendem com as suas criativas experiências não planejadas.

Finalmente Carrano (2003) conclui o seu livro apontando que a transformação da cidade em objeto da educação se identifica também com a luta contra a exclusão, e significa buscar a superação dos elementos de mistificação da realidade que o urbano estrutura. “É neste sentido que considero o combate à naturalização das desigualdades parte do amplo processo social de orientação dos movimentos educativos de uma cidade” (p.164).

5.3 – Tempo livre e juventude como sujeito em emancipação.

Miguel Abad (2003) numa crítica política às políticas de juventude também coloca a questão do “tempo livre” no centro do debate. Segundo ele a *desinstitucionalização* dos jovens a qual nos referimos anteriormente, abriu espaço para um maior desdobramento da subjetividade juvenil, que se realiza num tempo liberado, que embora ainda não plenamente agenciada e nem recuperada como possibilidade de liberação, proporciona uma oportunidade única para enriquecer as identidades sociais e culturais, mais do que qualquer outro grupo de idade. Isso explica o potencial transformador da juventude em áreas tão dispareas como a participação social e política, a expressão artística, as concepções sobre o ócio, os consumos e as produções de objetos culturais, e as relações sexuais e afetivas, entre outras.

Segundo Abad (2003) essa nova condição juvenil se caracteriza por uma forte autonomia individual (especialmente no uso do tempo livre e do

ócio), pela avidez em multiplicar experiências vitais, pela ausência de grandes responsabilidades de terceiros, por uma rápida maturidade mental e física, e por uma emancipação mais precoce nos aspectos emocionais e afetivos, ainda que atrasada no econômico, com o exercício mais precoce da sexualidade.

O autor lança mão da noção de *moratória social*, ou seja, de dilatação do tempo de passagem para a vida adulta, para caracterizar essa nova condição juvenil. Neste contexto, os jovens das classes populares “(...) gozam de abundante tempo livre, embora se trata de um tempo de espera, vazio, em virtude da falta de trabalho, de estudo e de alternativas de um ócio criativo e vitalmente enriquecedor. Não é um tempo legitimado pela família e pelos pares, mas sim um tempo do ficar “marcando bobeira” numa esquina, exposto aos agentes da limpeza social” (Abad 2003, p. 26).

Já os jovens das classes sociais com possibilidade de uma postergação legitimada das responsabilidades adultas, existe uma prorrogação do período de formação, seja em função da complexidade dos conhecimentos exigidos para uma inserção profissional, seja pela falta de um destino econômico assegurado pela educação. “A estes os anos de capacitação, mais que uma certeza de inserção trabalhista, aparecem como um imaginário de esperança passível de amainar as incertezas da brecha cada vez maior entre o capital e o trabalho, como prolongar uma idade *sem maiores exigências produtivas de renda* e o amparo das instituições educativas” (Abad 2003, p. 16-17).

Embora, ainda que em situações diferentes, ambos são jovens e compartilham em termos de geração à mesma condição de desinstitucionalização da juventude, que se subjetiviza no *tempo* e espaço

liberados. Essa situação leva muitos cientistas a definirem *ontologicamente* a atual condição juvenil como uma metáfora da sociedade atual: “(...) a contradição entre uma ilusória promessa de liberdade individual e a possibilidade de uma verdadeira conquista coletiva” (Abad 2003, p.27). Neste contexto, o mercado se torna instância ordenadora da sociedade e oferece para que possa pagar a promessa de liberdade, representada no consumo de objetos e discursos. A juventude é capturada como fonte de valores que nutre o imaginário, sendo também *mercado político*, e que os interpela através do novo, do último, do rápido, “(...) para terminar numa juventude que faz de si mesma um objeto de consumo, fechando o círculo” (Abad 2003, p 27). Por outro lado, a desinstitucionalização também oferece a *conquista da liberdade*, como uma oportunidade de enriquecer seu itinerário biográfico com experiência socializantes menos controladas pelos adultos, com possibilidade iminente de subverter o destino que, pela origem de sua classe, lhes corresponderia na estrutura social, ocupando um potente campo de inovação social e cultural para a sociedade.

Como contraponto as doutrinas liberais, interessadas em garantir as liberdades individuais por meio da igualdade perante a lei e o Estado, o desafio é alcançar uma *liberdade que seja para todos, e até as últimas conseqüências*, o que significa contemplar e atender os iguais como iguais e os desiguais de maneira desigual. Neste contexto, para Abad (2003), o sujeito juvenil passa a ser um ator político chave da transformação, como sujeito em emancipação e emancipador, “(...) a cujas históricas “rebeldias” devemos muito do posicionamento de utopias tão razoáveis, como a igualdade, a liberdade e a justiça, e do questionamento de diferentes tipos de opressão, desde as

econômicas até as sexuais, contribuindo no modificar e renovar dos “hábitos do coração”, para usar a maravilhosa expressão de Tocqueville” (Abad 2003, p.28).

Nesta perspectiva o autor chama atenção a necessidade de superarmos as perspectiva de políticas públicas que se limitam a promover a focalização como uma competição entre os pobres, a descentralização como estratégia de debilitar coalizões com potencial de mudança e também a sistemática ignorância da igualdade social e de seu caráter essencialmente político. O problema da cidadania social da juventude da América Latina não pode ser enfrentado através de respostas técnicas que desconsiderem os obstáculos políticos econômicos e sociais. “Os que trabalham nesse campo devem reconhecer que a realidade aceita pouquíssimos graus de manobra pela via técnica” (Abad 2003, p.28). Neste contexto a escassa rentabilidade das políticas de juventude no cumprimento de seus atos não se deve tanto as aplicações tecnoburocráticas que se mostram incapazes de melhorar a sua eficiência. Tal ineficiência é política e reside na resistência em abordar e transformar, de maneira sistêmica e concorrente com os grupos hegemônicos, os problemas políticos e distributivos de nossas sociedades.

Desta forma, uma tarefa libertadora do potencial transformador dos jovens não estaria na mistificação de mais instituições e programas “salvadores”, ou na concessão de subsídios focalizados, o que apenas faria reestruturar o mecanismo que sustenta o capitalismo – o da renda diferencial - e consolidar a estabilização de sua fonte política no Estado. A tarefa política libertadora está na destruição do mecanismo de renda, através da luta pelo aumento, diversificação, universalização e controle do Gasto Público Social

(GPS), até tornar impossível o domínio do capital sobre as condições de sua reprodução.

Isso não significa tangenciar o tema das políticas sociais de juventude, mas de orientar as políticas para reforçar o papel que as gerações de jovens cumprirão nos próximos anos, junto com outros grupos, no sentido de mudar a importância que antes tinha o salário nas relações com o capital e o Estado, na direção do problema do GPS e seu controle democrático. Para o autor isso significa, não a luta pelo salário social, hoje novamente na moda, mas sim pelo reconhecimento da unidade do trabalho da sociedade, mais além dos adultos produtores, o que o Capital deve pagar, na medida em que dele desfruta. Em nota de rodapé, Abad (2003) fundamenta sua posição afirmando que:

“As possibilidades de revolução encontram expressão atual e substrato material na queda tendente da renda, a base econômica que impulsiona o capitalismo que, na sua atual fase de mundialização, empurra para uma crescente *desmaterialização* das relações de produção, que leva ao enfrentamento direto com as subjetividades emancipadas do trabalho material, frente à mencionada ruptura da relação entre capital trabalho e salário: a decisão anti-capitalista torna-se eficaz somente ali onde a subjetividade é mais forte, ou seja, meninos e meninas, jovens, mulheres, pobres do mundo. Do contrário, ao não se contentar com essas condições materiais, qualquer alternativa libertária não seria nada mais do que uma “estupidez de colegial” (Abad 2003, p.32).

Nesta perspectiva é preciso complementar as políticas de *integração dos jovens na sociedade*, com o impulso a *autovalorização dos jovens na sociedade*, levando em conta, em primeiro lugar os interesses dos mesmos jovens, e em especial dos mais pobres, reforçando o seu vínculo de geração com as lutas reivindicatórias de outras coletividades. Essa proposta de política de juventude se diferencia das atuais, por enfatizar a condição juvenil na sociedade favorecendo a equidade entre gerações no acesso aos bens e

serviços públicos, por apoiar as organizações e os movimentos de jovens e aquelas que advogam por seus direitos, por fomentar o incremento do controle direto de recursos por parte dos jovens e por sensibilizar a opinião pública sobre as situações de discriminação que os afetam como grupo social. Para Abad (2003) todos esses aspectos facilitariam sua transição à fase adulta com também a legitimação política enquanto atores sociais com interesses, necessidades e propostas próprias. As ações públicas em favor da afirmação da condição juvenil na sociedade estariam orientadas a *cidadanização* dos jovens, sobretudo os mais pobres “(...) como capacidade de construir objetivos pessoais e coletivos, de comunicar e defender publicamente a legitimidades de seus interesses e necessidades, e de atuar com plena consciência de seus direitos. Em outras palavras, constituir-se em atores sociais de mudança, com um pensamento crítico autônomo emancipador, antes de tudo, frente as suas próprias alienações começando pela ambígua “liberdade” que paradoxalmente lhes impomos” (Abad 2003, p.31).

No sentido de ilustrar o enfoque exposto, o autor apresenta um quadro o qual reproduzimos abaixo:

	Políticas de integração	Políticas de autovalorização
Enfoque	Os jovens	As relações entre gerações
Problema político	Exclusão dos jovens no mundo	A desigualdade nas relações sociais adulto-jovem
Meta	Integração do jovem na sociedade	Autonomia e autodeterminação dos jovens
Orientação política	Reprodução da sociedade	Mudança social e política
Concepção de	Ator estratégico do	Sujeito de direitos

juventude	desenvolvimento	
Ênfase prioritária	Competitividade/modernização	Auto-estima/capacitação
Concepção de desenvolvimento	Produção de capital humano e capital social	Geração de capacidade humana
Principais beneficiários	Jovens pobres, mas integrados	Jovens com dificuldades de integração
Estratégia de intervenção	Coletiva-institucional	Individual-social
Horizonte da ação	No futuro: a transição	No presente: a atuação
Valor ético	A experiência (como acumulação) do adulto	A experimentação (como vivência) da cidadania

Finalmente uma última abordagem que coloca a questão do “tempo livre” como importante na luta da juventude, em especial dos jovens proletários, por sua emancipação é feita por Melo (2003) quando analisa *o lazer como cultura e a cultura como forma de mobilização da juventude*. Segundo o autor, a possibilidade de atuar junto a jovens das camadas populares, visando mobilizá-los para conscientização da necessidade de superação da ordem social, parece estar bastante ligada ao âmbito cultural. Entretanto, é importante considerar que além da carência de opções de lazer e outros bens necessários à sobrevivência, a juventude de hoje está fortemente cercada por diversas iniciativas de manipulação cultural, uma vez que é um dos principais nichos de mercado. Como consequência vemos jovens enclacrados em si mesmos, descrentes do futuro e preocupados em sobreviver num mundo de desemprego, supostamente se afastando e se negando a participar e intervir ativamente na sociedade. Apesar disto tudo, Melo(2003) chama atenção as formas de resistência e uma cultura específica que os jovens constroem no seu cotidiano, o que nega a tese da completa vitória da indústria cultural. Neste

sentido ele cita Anthony Giddens (2000) para afirmar que os adolescentes de hoje resistem, mas de maneira diferente dos jovens gerados pela contracultura dos anos 60. Para ele os jovens de hoje estão menos interessados com a luta de classes, dando mais atenção a questões como direitos humanos, ecologia e direitos sexuais; enfim, valores mais universais do que antes.

O autor explica que não quer negar a situação de risco, opressão e dominação que os jovens estão submetidos. Sua busca está no sentido de evidenciar a necessidade de buscarmos perceber que por dentro e em tensão com a dominação “(...) surgem forma de resistência nem sempre vinculados ao sentido “clássico” da política”(Melo 2003, p.95). E nesta perspectiva, uma grande preocupação do autor é com as formas de trabalho com as diversas linguagens em uso e/ou gerada pelos jovens, tais com o clip, Internet, publicidade, cultura hip hop (e o movimento Rap em geral). Para ele estes são elementos com os quais devemos aprender a lidar com urgência. Melo (2003) adverte quanto aos cuidados que devemos no trato crítico dessa questão, evitando os riscos do “culturalismo” e a desconsideração das questões econômicas e da luta de classes. Para ele trata-se da necessidade de pensar novas formas de atuação e intervenção para além das formas usuais e tradicionais sem, no entanto, dispensá-las. Para ele não significa também utilizar a “cultura” como chamariz da “política”, mas considerar que na “cultura” em si existem formas de conscientização e resistência que se diferenciam do sentido clássico da “política”.

Colocando o lugar do lazer nesta proposta, Melo(2003) vê uma grande possibilidade de trabalho com os jovens a partir da atuação dos animadores culturais e dos programas de lazer. Advertindo sobre os paradoxos

da cultura (ao mesmo tempo forte instrumento de dominação e grande possibilidade de reflexão), o autor admite as dificuldades da proposta. Chama atenção para o desafio de romper as rígidas fronteiras entre de uma universidade burocratizada e deteriorada pela ação dos governantes irresponsáveis e destaca os interessantes projetos com jovens de comunidades de baixa renda desenvolvido por artistas e/ou pessoas das comunidades, e nem sempre por professores e grupos acadêmicos organizados.

Por fim reconhece que a atuação no âmbito da cultura “(...) não é suficiente para promover uma completa mudança na ordem social. Neste sentido ele propõe que o animador cultural seja um mediador, “(...) que trabalhando com as especificidades locais procura também resgatar elementos da cultura popular deteriorada, difundir manifestações da cultura erudita e resistir a ação da indústria cultural, sempre considerando as possibilidades da cultura para direta ou indiretamente contribuir para o ampliar da consciência social do local onde se insere”. Para trabalhar nessa perspectiva precisaríamos compreender esses movimentos que são gerados pela juventude, compreendendo melhor a dinâmica de vida desses jovens, afastando-nos de qualquer resquício de moralismo e conservadorismo em nossas abordagens.

5.4 – Juventude e lazer como organismos de hegemonia.

A luta pelo tempo livre e suas formas de manifestação cultural tem significado central na construção de um novo projeto histórico para além do capital (Meszáros 2002). Tal afirmação ficou evidenciada nas diversas abordagens anteriormente apresentadas. Como vimos com Lima (1997) no

capítulo 4, a tecnologia revolucionada apresenta todas as condições para substituir a máquina humana e liberar o homem do trabalho repetitivo para sua atividade superior de criação. No entanto sob a hegemonia do capital as novas tecnologias são utilizadas para flexibilizar a produção, precarizar o trabalho e intensificar a exploração, como forma de continuar produzindo valor, gerando graves problemas como desemprego, destruição do meio ambiente etc., chegando a colocar em risco a própria sobrevivência da humanidade (Mészáros 2003). Com Antunes (2004) vimos que a alternativa para o aproveitamento do potencial emancipador da máquina programada é a redução da jornada de trabalho articulada a superação da lógica destrutiva do capital. A diminuição da jornada, nesta perspectiva, significa para o trabalhador a expansão das horas livres para o desenvolvimento das “múltiplas potencialidades”. Entretanto, tal feito somente será possível numa outra hegemonia, anticapitalista, que tenha como centro estratégico a apropriação social da nova base tecnológica revolucionada. Por conseguinte, uma vez que o *saber pensar* é elemento central do processo produtivo, a ciência, a arte e a cultura é uma arma fundamental da batalha simbólica, econômica e política por uma nova hegemonia. Neste sentido, a cultural é fim e meio da luta proletária na era da máquina programável.

Neste sentido o lazer deve ser encarado como um forte organismo de hegemonia, uma vez que interfere na organização da cultura e na formação das subjetividades, atuando como instrumento de persuasão, podendo servir como mecanismo de controle social a serviço das classes dominantes (Vieitez 2002, Friedmann 2001), mas também com um forte potencial de resistência e crítica da dominação (Carrano 2003, Melo 2003).

Em função da liberdade potencial quando comparada a outras esferas da vida, Carrano (2003) vê no lazer um campo para uma educação entendida como *compartilhamento de significados* onde ocorrem *descontínuos processos de aprendizagem*, podendo os jovens experimentar múltiplas identidades e desenvolver o equilíbrio entre a autoconsciência e alteridade, valores fundamentais da convivência democrática. Neste sentido, defende a oferta e organização de estruturas sociais e culturais que transformem as cidades em “cidades educadoras”, em contraposição aos lazeres programados, individualizados e privatizados.

Melo (2003), por sua vez, entende que a mobilização da juventude das camadas populares para superação da ordem social está ligada ao âmbito cultural. Compreendendo que, apesar de estarem sujeitos a diversas iniciativas de manipulação por parte da indústria cultural, os jovens inventam formas de resistência, defende que devemos aprender a lidar urgentemente com as linguagens como o clip, Internet, publicidade, cultura hip hop. Diferentemente de Carrano (2003) ele vê uma grande possibilidade de trabalho com os jovens a partir da atuação de animadores culturais e programas de lazer.

Essas duas abordagens suscitam um debate entre os métodos de trabalho mais formais e diretivos que caracterizam os lazeres programados e os mais informais e espontâneos, baseados na experimentação e no estímulo à auto-organização dos jovens. À primeira abordagem caberia a crítica ao autoritário controle da cultura juvenil pelas gerações adultas e a segunda a crítica ao espontaneísmo e ao *laissez-faire* reprodutor dos valores da indústria cultural.

Na verdade essa é uma polêmica que deve ser abordada em termos político-pedagógico, uma vez que num tempo encharcado pela indústria cultural não existe o lazer “desprogramado”, totalmente livre e autônomo. “A indústria do ócio (por exemplo, o brinquedo industrial, os brinquedos eletrônicos, a TV etc.) tenta permanentemente que a nossa conduta, no tempo liberado de obrigações, mantenha o seu caráter heterocondicionado e, portanto, não-livre (Waichmann 1997, p. 81). Considerando o sentido formativo existente nas práticas culturais do lazer o que é preciso se levar em conta é a “*concepção de mundo*” e o *tipo de homem* que esses programas revelam. Numa perspectiva emancipatória de educação o lazer programado tem como sentido resgatar a condição protagônica do ser humano, de ser crítico, criativo e sujeito da sua história. E neste caminho, aprender a *liberdade* pressupõe espaços e tempos educativos que articulem o sistemático e o espontâneo, o programático e o criativo, sabendo que os valores apreendidos no lazer são válidos para os jovens no todo do seu tempo. Waichmann (1997) nós aponta uma contribuição quando reflete a essência da *recreação* diferenciando-a do *entretenimento*:

“(…) a essência da recreação não é apenas o tempo em que ela se manifesta, mas também as características educativas que se lhe outorgam. O participante gerará aprendizagens para o uso desse tempo liberado fora das estruturas do sistema recreativo (colônia de férias, clubes da terceira idade, oficinas de expressão para adolescentes etc.) Isto é, a recreação tentará gerar aprendizagens de vida não apenas relativas a sua atividade específica. Nisso ela se diferencia nitidamente do entretenimento, já que este tem como preocupação fundamental o uso do tempo como um fim. Em síntese, a recreação buscará educar *no* tempo liberado *para* gerar um processo de liberação no indivíduo em *todo* o seu tempo (Waichmann 1997, p 141).

Essa abordagem nos indica que em termos de políticas públicas, num sentido emancipatório e de desenvolvimento do protagonismo juvenil são

necessárias tanto ações mais *programáticas e sistemáticas* quanto a estruturação de espaços e tempos nas cidades em que os jovens possam experimentar livremente uma série de *aprendizagens descontinuas*. Entretanto é preciso não confundir o sistemático com “escolarização” (no sentido capitalístico), sob o risco... Parece-me então que o desafio é programar/organizar espaços e tempos educativos que possibilitem o desenvolvimento de aprendizagens que sejam significativas, articulando a *liberdade potencial* e relativa do lazer com a necessária *aquisição sistemática de conhecimentos* que ajudem ao florescimento da capacidade crítica e protagônica que caracteriza os seres humanos.

Neste sentido, se a juventude é determinada culturalmente como vimos com Carrano (2004), podemos também dizer que o perfil da juventude que temos hoje é resultado da hegemonia de uma dada concepção de jovem. Então precisamos responder que tipo de jovem o nosso projeto nosso projeto histórico almeja. O projeto para a juventude na era do imperialismo global hegemônico é o “*juventude-mercadoria*” ou a “*juventude-destruída*” – o que no final significa a mesma coisa. Neste sentido não tem saída para a juventude da periferia, se não lutar contra a barbárie com todas as suas forças e instrumentos que têm a sua disposição.

Mas um projeto emancipatório de juventude não é uma obra somente dela. A libertação da juventude da periferia depende da libertação de toda a periferia do jugo do imperialismo. Nesta perspectiva não demais lembrar as palavras de Antunes (2004) quando chama a atenção para o desafio de desenvolver o *sentido de pertencimento de classe* no novo proletariado mais heterogêneo, fragmentado e precarizado.

A educação emancipatória da juventude, se está articulada de fato a construção de um projeto civilizatório para além do capital, não pode se negar a contribuir para desenvolvimento da consciência de classe. E se hoje as identidades juvenis são múltiplas, o desafio é articular essa diversidade de interesses e manifestações sem dissolver as diferenças, mas superando as desigualdades. Por outro lado, a característica mais pragmática da juventude de hoje ao invés de ser considerado um obstáculo para o combate necessário contra a destruição capitalista, deve ser visto com sua potencialidade, uma vez que no contexto de um capitalismo em crise estrutural, todas as chamadas lutas cotidianas possuem nexos profundos com as lutas gerais pelo território, em defesa do meio ambiente ou pelo direito aos meios de produção material e cultural. O fato de colocar a sua marca nas mercadorias culturais que consome precisa ser estimulado e potencializado pedagogicamente, no caminho da construção de valores e de uso e da *autodeterminação* no tempo livre e nos outros tempos da vida social.

CAPÍTULO VI

EDUCAÇÃO *NO E PARA* O TEMPO LIVRE:

Os referenciais normativos da Política de Esporte e Lazer

Toda política pública tem um referencial normativo setorial, que são as crenças hegemônicas no setor. No caso da Política de Esporte e Lazer da Cidade do Recife, eles foram construídos em dois processos: durante o planejamento de 2002, envolvendo gestores, técnicos e educadores da Diretoria Geral de Esporte, resultando num documento denominado Política Municipal de Esporte e Lazer para o Recife e; na elaboração da proposta pedagógica para o setor, sistematizada no Livro Círculos Populares de Esporte e Lazer: fundamentos da Educação para o Tempo Livre, publicado em 2004 pela Editora Bagaço.

As referências contidas nesses dois documentos orientaram a prática política e pedagógica, fornecendo princípios e valores para as experiências desenvolvidas no projeto Esporte do Mangue. Neste capítulo apresentaremos uma síntese dessas referências normativas como forma de explicitarmos o campo das intencionalidades que nortearam as ações dos gestores, educadores e Agentes Comunitários de Esporte e Lazer.

6.1 – As diretrizes da política de esporte e lazer

Segundo o documento que explicita a Política Municipal de Esporte e Lazer (PMEL 2002), a missão da Diretoria Geral de Esporte estaria em consonância com as diretrizes gerais do governo municipal as quais prevêm “(...) uma gestão pública radicalmente democrática apoiada na mobilização popular; a promoção da cidadania e na luta contra a exclusão e as desigualdades sociais”. Como norte que orientará ações sobre os problemas específicos do setor ficou estabelecido como missão da Diretoria de

Esporte/Secretaria de Turismo e Esporte o “Desenvolvimento do Esporte e Lazer Popular”. Conforme o documento, essa missão “(...) traduz-se na intenção de superar as práticas elitistas e clientelistas das administrações passadas e promover o Esporte e Lazer como direito social para todos os segmentos da população, focalizando prioritariamente as camadas populares da cidade”.

O documento também prevê os valores que deveriam orientar todas as ações, programas e projetos em todas as suas dimensões. O ESPORTE COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO HUMANO traduz a compreensão do Esporte como “fenômeno histórico cultural” e “parte das manifestações de cultura corporal”. “Como fator de desenvolvimento humano, permite a união entre o ato criador e o movimento humano, a reflexão crítica sobre suas diversas determinações, e é vivenciado numa coletividade democrática”. No PMEL, o lazer é considerado como INSTRUMENTO PEDAGÓGICO DE ELEVAÇÃO CULTURAL E DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA da população. Nesta perspectiva o lazer “(...) constitui um conjunto de práticas sociais de caráter lúdico, vivenciadas no tempo liberado do trabalho e de quaisquer obrigações relacionadas à sobrevivência, caracterizadas pela liberdade de escolha e por acontecer a partir de diversas manifestações culturais. Enquanto instrumento pedagógico possibilita a reflexão crítica da realidade e desenvolve o exercício autodeterminado do tempo liberado tornando-o tempo livre”. O documento PMEL também considera o ESPORTE E LAZER COMO FATORES DE INCLUSÃO SOCIAL. Nesta perspectiva, considerados como “direitos sociais” o esporte e lazer “(...) são fatores de emancipação humana e exercício da cidadania quando desenvolvem formas humanizadas de sociabilização”.

Tais princípios buscam orientar a atuação da Diretoria Geral de Esportes e Lazer na execução de suas atividades de modo a ressaltar o papel do esporte e do lazer na construção de uma sociedade cidadã. Esta atuação estará ressaltada no instante em que esteja pautada na contribuição para o desenvolvimento de aprendizagens sociais que permitam o exercício autodeterminado do tempo liberado do trabalho, tornando-o tempo livre.

Segundo o documento esta situação implica na alteração dos parâmetros atuais de execução das atividades de esporte e lazer, principalmente no que diz respeito à relação das comunidades com o setor público municipal. Os novos parâmetros buscam alterar a realidade a partir de uma nova postura de Diretoria, onde as relações com as comunidades se pautarão inicialmente através do seguinte processo:

“a) Gerenciando as políticas com a participação popular incentivando o protagonismo e a auto-organização; b) Democratizando o acesso aos bens e manifestações culturais, esportivas e de lazer; c) Construindo, revitalizando e/ou desprivatizando espaços e equipamentos públicos de lazer e esporte; d) Valorizando as diversas manifestações da cultura corporal, esportiva e de lazer das comunidades, incentivando o resgate da identidade cultural; e) Investindo na formação do educador para que ele possa intervir e gerir com a comunidade nas ações acerca das manifestações da cultura corporal, esportiva e de lazer” (PMEL, 2002).

Esta forma de construção dos novos parâmetros permitirá contribuir para uma sociedade onde o esporte e o lazer assumirão seus reais papéis de direito na vida das pessoas. Assim, a visão de futuro desta nova sociedade, no que tange ao esporte e ao lazer, valorizará o papel das comunidades e servirá como orientação às ações em andamento. Para a concretização desta política são necessárias ações que busquem o equilíbrio entre as condições do poder público municipal com a sociedade de modo a que o processo do

exercício da cidadania se faça presente em cada uma das atuações da Diretoria. É ponto fundamental, desta forma de gestão, que as comunidades gradativamente, por um processo pedagógico de construção de novos saberes, assumam a gerência e a determinação da construção dos seus tempos livres.

Para dar conta das orientações acima foi criado um programa estruturador da política denominado Círculos Populares de Esporte e Lazer. De acordo com o documento oficial foi estabelecido como objetivo geral do programa

“Implementar, nas comunidades de baixa renda da Cidade, Círculos de Convivência Social que possibilitem o desenvolvimento sistemático de aprendizagens significativas relacionadas ao campo da Cultura Corporal e Esportiva, tendo em vista a educação *no* e *para* o exercício do tempo livre, estimulando a auto-organização, a elevação cultural, política e da auto-estima da população e contribuindo no combate às diversas formas de manifestação da violência” (PMEL, 2002).

O programa é estruturador de quatro projetos, a saber: a) Círculos de convivência social; b) Futebol Participativo; c) Esporte do Mangue; e) Plano de revitalização dos espaços públicos de esporte e lazer.

Segundo o documento matriz Os Círculos de Convivência consistem “(...) na oferta de atividades sistemáticas durante a semana e finais de semana, formando Círculos de Convivência junto aos segmentos da infância, juventude, adultos e idosos. As atividades serão realizadas na forma de Oficinas Temáticas, Seminários, Festivais e Colônia de Férias, e serão coordenadas por Educadores Populares da área de Educação Física, Educação Artística e Pedagogia, podendo articular-se com a ação de voluntários das comunidades que passarem pelo Curso de Formação de Agentes Comunitários de Esporte e Lazer”. O Esporte popular visa apoiar ações, no âmbito do Esporte e Lazer,

realizadas por organizações populares tais como associações de bairro, centros esportivos populares, ligas esportivas, etc. As linhas de apoio são: promoção de cursos de aperfeiçoamento técnico, de arbitragem e organização esportiva; fornecimento de material esportivo e de premiações; pagamento de arbitragem. As modalidades de atividades a serem atendidas são as seguintes: realização de campeonatos de futebol de bairro; promoção de escolinhas esportivas; realização de eventos esportivos e de lazer em datas comemorativas.

O Esporte do Mangue é o projeto voltado especificamente à juventude que consiste no apoio e incentivo a prática de esportes alternativos. As linhas de apoio são: formação de uma equipe itinerante de oficinairos para trabalhar com a Juventude dos Círculos Populares de Esporte e Lazer – Círculos de Convivência; fornecimento de material e equipamentos esportivos; apoio técnico para projeção de espaços para prática; apoio a realização de eventos festivos e de formação. As modalidades contempladas no projeto são as seguintes: Skate; Patins; Biccross; Hip Hop; Rapel e trilhas; Surf.

O Plano de Revitalização dos Espaços de Esporte e Lazer teve como objetivo principal “(...) orientar a revitalização, a construção e a gestão dos espaços e equipamentos esportivos e de lazer como os campos de pelada, quadras, praças e parques da Cidade. Este plano é coordenado pela Coordenação de Gerenciamento de Espaços de Lazer e Esporte (COGEL) que de forma articulada com outros setores da administração municipal (URB, EMLURB, DIRMAN, DIRBAM) tem como responsabilidade assessorar e supervisionar os processos de recuperação, construção, normatização e

gestão dos espaços e equipamentos públicos voltados as práticas que envolvem as manifestações da Cultura Corporal e Esportiva” (PMEL, 2002).

6.2. A proposta de Educação no e para o tempo livre.

A proposta de educação do projeto Esporte do Mangue se desenvolveu sob a inspiração da idéia de Educação para o Tempo Livre (Silva e Silva 2004), ao mesmo tempo em que alimentou a abordagem com suas experiências. A seguir explicitaremos uma síntese das suas principais idéias ressaltando as principais categorias de um modelo pressuposto que servirá a análise dos dados e o processo de modelagem pedagógica.

1. LAZER COMO EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL. O lazer entendido como educação não-formal não deve ser confundido com entretenimento e nem como ocupação do tempo ocioso das pessoas com práticas espontaneístas. Nesse sentido, é importante considerar que o lazer é “um conjunto de práticas sociais desenvolvidas no tempo liberado das obrigações de sobrevivências, políticas e religiosas, em sua multiplicidade de formas – culturais, artísticas, recreativas e esportivas, entendemos que no seu exercício crítico, este deve ser compreendido para além da sua função, reprodutora e de recuperação psicossomática” (Silva e Silva, 2003, p.21-22). Sendo assim, enquanto “um instrumento capaz de, no exercício de formas objetivas, contribuir para a elevação do nível de conhecimento e participação daqueles para quem está voltado” (Siqueira, 1992, p. 62), é necessário que o educador que atua no âmbito

do lazer não abra mão de garantir a direção pedagógica que permitirá a concretização de sua tarefa de educar, através da organização de “possibilidades de lazer que combinem a liberdade de escolha, a ludicidade e o prazer com uma direção político-pedagógica de crítica e transformação da realidade” (Silva e Silva, 2003, p. 22). Portanto, os Círculos Populares podem ser caracterizados enquanto educação não-formal, pois são organizados a partir dos seguintes fundamentos deste tipo de educação (a partir da discussão de Combs e Ahmed, 1997): “(...) servir de complemento à educação formal, possuir formas diferentes de organização, agentes e métodos diversos e por suas atividades estarem voltadas para pessoas cujas idades, interesses e origens são diversos, mas que procuram voluntariamente tal benefício. A educação não formal também não culmina com a entrega de diplomas ou credenciais, e seu ritmo, sua duração e finalidade são flexíveis e bastante adaptáveis” (Silva e Silva, 2003, p. 22).

2. EDUCAÇÃO PARA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL. Considerando que a educação é “(...) mediadora de um contexto social determinado, ela relaciona-se com o seu tempo e não pode deixar de refleti-lo. Ela sempre está a serviço dos interesses de classe e de um certo projeto histórico de sociedade” (Silva e Silva, 2003, p. 23), é um dos fundamentos dos Círculos Populares a educação para a transformação social, no sentido da perspectiva emancipatória.

“Educar numa perspectiva emancipatória significa recuperar o desenvolvimento da própria natureza histórica do ser humano. Parte-se do pressuposto de que o homem se humaniza quando, pela necessidade de sobrevivência, aproveita ou transforma a natureza a partir de uma ação consciente e planejada, produzindo, assim, o mundo da cultura. Dessa forma, entende-se

o homem como um ser socialmente protagonista que se distancia cada vez mais dos outros animais na medida em que constrói a história por meio da sua participação coletiva e intencional. O protagonismo social ou a emancipação, então, se traduz como a capacidade de autodeterminação do ser humano, o que implica em conhecimento e intervenção racional na realidade” (Silva e Silva, 2003, p. 23).

No entanto, considerando que a autodeterminação/emancipação se dá historicamente e que a historicidade se desenvolve através de um processo educativo, é necessário o desenvolvimento de “(...) aprendizagens sociais que instrumentalizem homens e mulheres para participarem efetivamente das soluções dos problemas concretos, imediatos e históricos que estão a enfrentar, o que deve se dar, não a partir de modelos abstratos, mas na relação direta com o contexto no qual estão inseridos” (Silva e Silva, 2003, p. 23-24). Portanto, a partir de uma autoconsciência crítica, que pressuponha “(...) a compreensão dos interesses de sua classe as questões essenciais que derivam da luta de classes” (Silva e Silva, 2003, p. 24). E isso, segundo Pistrak (1981), consiste na formação de uma consciência mais clara e exata dos objetivos sociais da classe trabalhadora que se estabelece a partir dos seguintes objetivos educacionais:

“(...) a formação de um homem *que se considere um membro de uma coletividade internacional constituída pela classe trabalhadora em luta contra um regime agonizante e por uma vida nova*, por um novo regime social em que as classes sociais não existam mais. Em termos mais concretos, é preciso que a nova geração compreenda, em primeiro lugar, qual é a luta travada atualmente pela humanidade; em segundo lugar, qual o espaço

que deve ser ocupado por cada um adolescente; e finalmente, é preciso que cada um saiba, em seus respectivos espaços, *travar a luta pela destruição das formas inúteis, substituindo por um novo edifício*” (Pistrak 1981, p.34).

Para realizar uma educação para a transformação social, portanto, é necessário se estar com a realidade atual e todas as suas contradições. “Assim, o objetivo fundamental da educação emancipatória é, portanto, estudar a realidade atual, viver nela. Neste sentido, a realidade atual deve invadir a escola, mas invadi-la de forma organizada, ou seja, inspirada na luta pela sua transformação” (Silva e Silva, 2003, p. 25).

3. LAZER COMO EDUCAÇÃO NO E PARA O TEMPO LIVRE. Tendo como objetivo fundamental a conquista do Tempo Livre, o lazer passa a ser estratégico na luta pela hegemonia e destruição das “formas inúteis” substituindo-as por ‘um novo edifício’” (Silva e Silva, 2003, p. 25).

“Apesar do desenvolvimento tecnológico que supostamente levaria ao aumento do tempo livre, a realidade atual vem demonstrando justo o contrário. A automação crescente da produção aumentou o desemprego numa escala sem precedentes, jogando a maioria da população na luta pela sobrevivência, na prisão das *necessidades* primárias. Quanto ao tempo liberado, este é aprisionado pelos mesmos mecanismos de exploração que marcam o tempo de trabalho (alienado), transformando o lazer em objeto de consumo, numa liberdade cada vez mais organizada pelo capital, como outra forma de obter

o lucro e de reproduzir uma concepção burguesa do mundo. Mais uma vez resta para a maioria da população um tempo liberado controlado, “*heterodeterminado*” e, portanto, um tempo não livre. Eis a forma inútil que precisamos destruir! “ (Silva e Silva, 2003, p. 25-26).

Portanto, a construção do tempo livre, caracterizada enquanto atitude de liberdade, enquanto autodeterminação, “pressupõe a construção de aparelhos empenhados em colocar o lazer a serviço da luta pela criação de uma nova ordem econômica, política, intelectual e moral. Neste sentido, é tarefa fundamental de tais organizações promover o lazer como educação emancipatória, “*no*” e “*para*” o tempo livre, o que consiste em: 1 - Contribuir para o desenvolvimento de uma concepção crítica, unitária e coerente de mundo; 2- Criar formas superiores de lazer; 3) Lutar pela emancipação do trabalho e do lazer” (Silva e Silva, 2003, p. 26). No sentido da construção de uma consciência crítica e unitária, que unifique as lutas comunitárias, é importante que o lazer enquanto educação emancipatória promova “um conhece-te a ti mesmo como produto do processo histórico até hoje desenvolvido que deixou em ti uma infinidade de traços acolhidos sem análise crítica” (Gramsci, 2001, p.94). Para tanto, é um elemento fundamental a democratização da cultura existente tendo como objetivo a elevação cultural das massas e a construção de novos valores: “criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas originais; significa também, e, sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas” (Gramsci, 2001, p.95-96). Isto,

para Gramsci (2001) é mais importante do que “a descoberta por parte de um gênio filosófico, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos intelectuais” (p. 96). Visto que, se o acesso às verdades já sistematizadas estiver relacionado com a vida política da comunidade, irá “orientar ações vitais para a construção de uma nova ordem intelectual e moral, ou seja, a vivência de valores e normas dessa nova sociedade que se quer construir” (Silva e Silva, 2003, p. 28). Portanto, “criar uma forma superior de lazer não significa negar o existente, mais tomá-lo como ponto de partida de uma atividade que deve ser crítica e autodeterminada coletivamente” (Silva e Silva, 2003, p. 28). E isto se faz, segundo Gramsci (2001) a partir dos seguintes procedimentos: “(1) não se cansar jamais de repetir os próprios argumentos (variando literalmente a sua forma): a repetição é o meio mais eficaz para agir sobre a mentalidade popular; 2) trabalhar de modo incessante para elevar intelectualmente camadas populares cada vez mais vastas, isto é, para dar personalidade ao amorfo elemento de massa, o que significa trabalhar na criação de intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para se tornarem seus espartilhos” (Gramsci, 2001, p. 110). Considerando que uma educação emancipatória necessita também da organização da vontade coletiva e a catalização das lutas políticas, a “conquista do tempo livre depende também da capacidade de construção de associações culturais empenhadas em transformar a crítica do lazer/senso comum em novas formas superiores, porque autodeterminadas, de lazer” (Silva e Silva, 2003, p. 28). Para tanto, o

Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer organiza as ações a partir da construção de Círculos de Convivência Social, enquanto reunião planejada e sistemática “que na luta concreta pelo acesso a cultura possa fazer nascer uma nova concepção de lazer e de mundo. Tais círculos têm como objetivo fundamental, unir consciência crítica e vontade coletiva, o lúdico e a autodeterminação, a política e o lazer, numa perspectiva emancipatória. Nesta perspectiva, a conquista do tempo livre como processo educativo no contexto da luta de classes, finalmente sugere o alargamento de sua condição objetiva fundamental que é a existência de tempo liberado” (Silva e Silva, 2003, p. 29).

4. PRINCÍPIOS PARA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO.

Trabalho socialmente útil, desenvolvimento da cultura popular, intergeracionalidade, auto-organização e trabalho coletivo. O **trabalho socialmente útil** propõe o entendimento de que toda educação que está ligada a uma perspectiva emancipatória deve se dar através do trabalho como princípio educativo, esta deve ter como elemento integrador com a realidade social o trabalho socialmente útil, que se organiza a partir da satisfação das “(...) necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia” (Marx, 2002, p.57). Dessa forma, esta educação estará produzindo valores de uso e não valores de troca.

“O lazer em particular está predominantemente aprisionado pela lógica da troca, estando, portanto *heterodeterminado*, por corresponder às necessidades externas aos homens e mulheres. Resgatá-lo como valor-de-uso requer uma ação política e pedagógica possível somente quando tomado o trabalho como princípio educativo” (Silva e Silva, 2003, p. 34).

Para tanto, é necessária a apropriação de todas as dimensões de relações humanas na produção/construção dos bens materiais e “espirituais” necessários para o processo de humanização. “Uma vez que o lazer na prática social está em íntima dependência das condições materiais, políticas e espirituais, tais desafios extrapolam a esfera própria do lazer, ampliando a necessidade de transformação social para o contexto global no qual os sujeitos estão inseridos” (Silva e Silva, 2003, p. 34). Sendo assim:

“(...) a ciência deve ser ensinada como meio para conhecer e transformar a realidade, no quadro de seus mais amplos objetivos, isto é como conhecimentos científicos cuja necessidade seja incontestável, que ajudem os alunos a se apropriarem solidamente dos métodos científicos fundamentais para analisar as manifestações da vida (Pistrak, 1981, p. 20)”.

No que se refere ao trabalho socialmente útil numa educação no e para o tempo livre, estamos tratando de “produção cultural lúdica, a partir das suas formas de manifestação, esportiva, artística, intelectual etc. Desta forma, educar para a conquista do tempo livre, tendo por princípio o trabalho socialmente útil significa colocar os sujeitos diante das situações concretas que configuram a produção cultural - seja ela artística, esportiva ou intelectual -, no tempo liberado” (Silva e Silva, 2003, p. 35), além da formação de hábitos socialmente úteis em relação ao convívio social e à preservação da ecologia e do patrimônio material e imaterial. Baseando-se no princípio de utilidade social:

“(...) poderemos estimular a participação na preparação de clubes operários ou de jovens, em ocasiões festivas, na organização de

campos de jogos e de esportes nesta ou naquela campanha política etc.” (Pistrak, 1981, p.51).

O **desenvolvimento da cultura popular** também deve ser a inspiração de um trabalho educativo *no* e *para* o tempo livre. Segundo Bosi (1986), a cultura popular é aquela que, ao lado da chamada cultura erudita, transmitida na escola e sancionada pelas instituições, “(...) é criada pelo povo e articula uma concepção do mundo e da vida em contraposição aos esquemas oficiais” (p.64). Na verdade, ela é resultado de uma apropriação desigual do capital cultural e realiza “(...) uma elaboração específica das suas condições de vida através de uma intenção conflitiva com os setores hegemônicos” (Cancline, 1983, p. 26). Portanto, “ (...) é ambígua e contraditória, tecida de ignorância e de saber, de atraso e de desejo de emancipação” (Silva e Silva, 2003, p. 36). A cultura popular é fundamentalmente, segundo Gramsci (2001), “(...) uma concepção desagregada, incoerente, incoerente (...)” em relação à posição social das multidões das quais ela é a filosofia: as classes populares. Na cultura popular podemos encontrar “(...) elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista, preconceitos de todas as fases históricas passadas, estreitamente localistas e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado” (Silva e Silva, 2003, p. 37). Considerando que na Cultura Popular, ao mesmo tempo em que existe um convite à resignação e paciência, existe também um convite à reflexão e à criação, a partir do que Gramsci (2001) chama de identificação do núcleo de bom senso que existe no senso comum, é

que se dá o desenvolvimento da cultura popular, através da transformação desse senso comum em “algo unitário e coerente” (Gramsci, 2001, p. 98). É importante destacar também que “(...) não existe contradição intransponível entre cultura erudita e cultura popular, filosofia científica e filosofia vulgar. A questão central assim é de democratização e acesso crítico aos bens culturais socialmente construídos pela humanidade e seu desenvolvimento de acordo com os interesses de emancipação das maiorias. Assim, uma programação de lazer inspirada no desenvolvimento da cultura popular, deve rejeitar a recorrência simplista aos modelos importados e desenraizados, privilegiando o desenvolvimento crítico das iniciativas oriundas das camadas populares, tornando unitário e coerente àquilo que as classes populares são capazes de produzir” (Silva e Silva, 2003, p. 37-38).

O **estímulo à auto-organização e ao trabalho coletivo** é mais um princípio dos Círculos Populares, que se materializa a partir do exercício do trabalho coletivo, que significa: “saber organizar e dirigir um grupo quando é necessário e também saber obedecer quando for preciso. Tal exercício pode se dar através da organização de grupos de dança, de música, equipes esportivas, grupos de ginástica e também da organização de eventos participativos, onde todos assumam responsabilidades no interior da estrutura de organização (a própria organização dos Círculos, que pressupõe a divisão de responsabilidades e tarefas)” (Silva e Silva, 2003, p. 38).

“Para atingir este objetivo, é preciso, na auto-organização das crianças, que todos, na medida do possível, ocupem

sucessivamente todos os lugares, tanto as funções dirigentes como as funções subordinadas” (Pistrak, 1981, p.40).

No que se refere ao princípio da auto-organização, é importante considerar que “as crianças não se preparam para se tornar membros da sociedade, mas já os são, tendo seus problemas, interesses, objetivos, idéias, já estando ligadas à vida dos adultos e do conjunto da sociedade” (Pistrak, 1980, p.42).

“Neste caso, a organização das estruturas recreativas nos bairros é tarefa que levam todos a enfrentar os diversos desafios, que vão desde a reforma e a construção dos espaços esportivos e culturais, passando pela organização de programas e eventos, e se estendendo a lutas mais amplas pela emancipação das classes populares” (Silva e Silva, 2003, p. 39).

O princípio da intergeracionalidade parte do pressuposto gramsciano para o qual a “(...) a geração antiga realiza *sempre* a educação dos ‘jovens’” (p.63). Isto significa que existe entre as gerações uma coexistência social inerente à condição humana. “Os conflitos e discórdias existentes são superficiais e próprios a todas as obras educativas e de ‘refreamento’” (Silva e Silva, 2003, p. 40). Porém, segundo Gramsci (2001), existe uma questão fundamental e uma contradição principal que diz respeito à “interferência de classe”, que se dá através da direção realizada pelos “velhos” da classe progressista, em relação aos “jovens” da classe dirigente, que se rebelam em relação a um conjunto de problemas concretos, com causas profundas, “(...) sem que eles possam analisá-las, criticá-las e superá-las (não de modo conceitual e abstrato, mas histórico e real)” (Gramsci 2001, p.63). No entanto, “por questões de hegemonia, mesmo que existam todas as

condições para que os “velhos” de uma outra classe possam dirigir estes jovens, estes não conseguem prepará-los para a sucessão” (Silva e Silva, 2003, p. 41). Isto se dá porque existe um sufocamento de sua luta, em função do sistema de dominação, pois este “(...) liga-se como uma gangrena dissolutora à estrutura da velha classe, debilitando-a e apodrecendo-a (...) (Gramsci 2001, p. 62)”. Dessa forma, as novas exigências de educação dos jovens são maiores do que pode garantir a velha estrutura.

“O fato da geração mais velha não conseguir guiar a geração mais jovem é também, em parte, a expressão da crise da instituição familiar e da nova situação do elemento feminino na sociedade. Dessa forma, a educação dos filhos é cada vez mais confiada ao Estado ou a iniciativas privadas de educação, causando um empobrecimento sentimental em relação ao passado. Em algumas situações, a velha geração chega a renunciar sua missão educativa, caindo, inclusive em formas diversas de “estatolatria”. Assim, fica reduzida a importância afetiva da memória passada de geração para geração, ficando esta a cargo do sistema dominante” (Silva e Silva, 2003, p. 42).

Nesse sentido, o princípio da intergeracionalidade significa a superação da segmentação entre as gerações (etárias), de forma a garantir a “preservação da memória cultural e política, fortalecida pelos vínculos sentimentais inerentes aos coletivos familiares. Por outro lado, faz-se imprescindível que tais mecanismos de coexistência possam reaproximar a velha geração com a dinâmica contemporânea da sociedade e suas exigências. Esta combinação de fatores é fundamental para a educação comum tanto da “nova” quanto da “velha” geração, sendo também o caminho comum de ambas no processo de análise, crítica e superação coletiva e histórica dos problemas que os assolam” (Silva e Silva, 2003, p. 42). Sendo assim:

“o princípio da Intergeneracionalidade, possui uma complexidade em virtude de na Prática Social dos sujeitos, em qualquer idade, se ter que conviver com três problemáticas principais: a necessidade do resgate da memória cultural; a necessidade do acesso ao moderno e a necessidade de se construir soluções coletivas. As duas primeiras temáticas dizem respeito ao princípio da contemporaneidade, que significa a inter-relação do tradicional e do moderno para a construção do novo. Sendo assim, é direito social das crianças, jovens, adultos e idosos, o acesso e o domínio desses elementos da contemporaneidade, aliado ao amadurecimento da construção coletiva” (Silva e Silva, 2003, p. 42).

5. O MÉTODO DIDÁTICO. Diz respeito à forma como organizamos as condições para a realização do processo educativo, ou seja, como organizamos o trabalho pedagógico no sentido de garantir: “a formulação dos objetivos de ensino, a proposição de conteúdos, a utilização de métodos, formas de planejamento e avaliação, a relação entre educadores e educandos, a gestão do processo pedagógico” (Silva e Silva, 2003, p. 43), tendo como finalidade a produção de conhecimentos sobre a realidade social.

“um conhecimento que leva as pessoas a mudarem a sua condição na prática, é ele mesmo uma força social e política, um conhecimento emancipador. Entretanto, esse conhecimento emancipador só é possível se ele parte da situação material que examina” (Silva e Silva, 2003, p. 43).

O método didático que norteia a Organização do Trabalho Pedagógico no Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer, do ponto de vista epistemológico, se baseia na dialética materialista. Sendo assim, “o método dialético entende que a realidade concreta é uma síntese de múltiplas determinações e por isso não pode ser diretamente apreendida, devendo, para tanto, ser mediatizada pelo pensamento, isso porque, de imediato, a nossa representação da realidade é caótica, uma

vez que ainda não conhecemos suas determinações. Por isso, a compreensão da realidade é, para o pensamento, um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida da observação imediata e da representação” (Silva e Silva, 2003, p. 44). Do ponto de vista pedagógico, o método didático da prática social, proposto por Saviani (1995), pode ser outro parâmetro para a organização do trabalho pedagógico, realizando um processo de trabalho que se dá através do “pensamento, que começa sobre um todo abstrato, constituído de relações gerais e determinações simples e parte para o concreto, constituído de relações múltiplas e determinações complexas” (Saviani, 1995, p. 25). Portanto, a forma de Organização do Trabalho Pedagógico adotada pelo Programa, se dá através: **Da PRÁTICA SOCIAL**, que “é o ponto de partida do método comum a professores e alunos, uma vez que se posicionam de maneiras diferentes enquanto agentes sociais inseridos nesta prática. O professor, a princípio, teria uma compreensão sintética da realidade, na medida em que ele já domina uma série de conhecimentos e experiências sobre a mesma. Porém sua síntese ainda é precária porque ainda não conhece a compreensão dos alunos de maneira orgânica. Já os alunos no início têm uma compreensão sincrética da realidade na medida em que não são capazes de articular a experiência pedagógica e a prática social da qual participa” (Silva e Silva, 2003, p. 44-45). **Da PROBLEMATIZAÇÃO**, que é o segundo momento e “que consiste em detectar os problemas postos pela realidade, as questões que precisam ser resolvidas no âmbito da prática social e em consequência, o conhecimento que é

necessário dominar para resolvê-los” (Silva e Silva, 2003, p. 45). **Da INSTRUMENTALIZAÇÃO**, que se trata de “impulsionar a apropriação dos instrumentos teóricos e práticos necessários ao equacionamento dos problemas identificados na prática social. Estes instrumentos são conhecimentos produzidos socialmente e preservados historicamente pela humanidade. A sua apropriação pelos alunos está na dependência da transmissão direta pelo professor ou a partir da indicação de meios através dos quais essa transmissão venha acontecer. Trata-se, então, da aquisição pelas camadas populares das ferramentas culturais necessárias à luta social que travam diuturnamente para se libertar da condição de exploração e opressão em que vivem” (Silva e Silva, 2003, p. 45). **Da CATARSE**, que é o quarto momento do método, que se trata “da expressão elaborada da nova forma de entendimento da prática social a que se ascendeu. É a expressão da efetiva incorporação dos instrumentos culturais transformados agora em elementos ativos de transformação social. Este também é chamado o momento da criatividade e sem esse passo o processo não se completa” (Silva e Silva, 2003, p. 45). **Da PRÁTICA SOCIAL**, que é o momento “no qual o pensamento do aluno volta à prática social, porém agora adquirindo um conhecimento sintético sobre esta. Neste momento, reduz-se também a precariedade da síntese que o professor tinha no início do processo e sua compreensão passa a ser mais rica e mais orgânica” (Silva e Silva, 2003, p. 45).

CAPÍTULO VII

**MEMÓRIAS DO ESPORTE DO MANGUE:
O lazer e o esporte como educação emancipatória da
juventude.**

No interior do programa Círculos Populares de Esporte e Lazer o primeiro projeto elaborado para atender a juventude da cidade, especialmente a *juventude radical* foi chamado de “Esporte do Manguê”. Este projeto nasceu das reivindicações da parcela da juventude praticantes de esportes radicais e adeptos do hip hop, da capoeira e outras manifestações artísticas.

Este capítulo recupera o desenvolvimento do projeto, dando ênfase aos espaços e tempos construídos para o desenvolvimento de aprendizagens de autodeterminação no tempo de lazer dos jovens da periferia do Recife. O texto está organizado em três partes, relativas a cada ano de desenvolvimento do projeto e destaca os eventos mais importantes e significativos.

7.1 – O Esporte do Manguê em 2002

7.1.1 – *Primeiro contatos com a juventude radical.*

Ao iniciar o ano de 2002 já sabíamos da existência de jovens praticando esportes radicais pela cidade. Era comum observarmos skatistas disputando espaço nas ruas com automóveis, ônibus e pedestres. Também sabíamos das “rodas de break” que aconteciam nos finais de semana no centro da cidade, no camelódromo da Av. Dantas Barreto ou na Pracinha do Diário, em meio aos camelôs e ambulantes, sempre olhadas de forma curiosa e discriminatória pela população. O que não sabíamos é que eram tantos, centenas, milhares.

Nosso primeiro contato com o segmento se deu a partir da Federação Pernambucana de Bicicross, que ao saberem da existência de uma Diretoria Geral de Esporte (DGE) buscaram apoio para um evento de BMX¹³ que iria acontecer no Parque da Jaqueira, situado num bairro nobre da cidade. Com o apoio da DGE, logo a notícia se espalhou e começamos a receber reivindicações também de outras tribos. Primeiro vieram os skatistas, dos quais recebíamos o maior número de reivindicações. Reclamavam da falta de espaços próprios para a prática esportiva e reivindicavam principalmente a construção de uma pista de skate. Junto com eles vieram também os jovens dos patins e do bicicross que andavam nas ruas “amocegando” os ônibus. Depois recebemos os surfistas do bairro do Ibura, que solicitavam transporte para as praias do interior em função dos freqüentes ataques de tubarão que estavam ocorrendo nas praias do Recife. Finalmente conhecemos o grupo de Hip Hop “Êxito d’rua” que solicitavam apoio para realizar um trabalho social com jovens na periferia da cidade.

A cada conversa ficávamos sabendo também de diversos casos de violência contra os jovens, desde a apreensão dos skates por estarem correndo em lugares proibidos, até casos de espancamento policial por pura discriminação. Sobre a violência, os jovens chegavam mais para uma conversar com a equipe de gestores, não fazendo nenhuma denuncia efetiva por receio de sofrer alguma represália. Um caso que ficou marcado em nossa memória aconteceu com um skatista do bairro da Macaxeira que chegou à DGE com vários hematomas e escoriações graves, relatando ter sido espancado por policiais civis quando estava andando de skate no bairro onde

¹³ BMX: modalidade do bicicross que se pratica em circuitos fechados de corrida com diversos obstáculos.

mora. Imediatamente o levamos à delegacia para prestar queixa e fazer exame de corpo delito e o orientamos a ficar mais esperto. Outra forma de violência era cometida pela própria guarda municipal que tomava o skate dos jovens que se aventuravam a correr na Praça do Marco Zero ou na Calçada da Igreja de Casa Forte, onde aconteciam maiores números desses casos. Se o jovem quisesse recuperá-lo tinha que se submeter a uma entrevista ou a pagamento de multa. Outro fato ocorreu no parque treze de maio quando alguns patinadores estavam andando no corrimão de acessibilidade para pessoas com deficiência e teve seus patins apreendidos pelos guardas municipais, que os devolveram após esclarecermos sobre o trabalho que estávamos iniciando junto ao segmento.

7.1.2 – O movimento “manguebeat” como inspiração

Durante essas primeiras conversas com os diferentes segmentos da juventude, começamos a perceber que, apesar de se apresentarem de maneira desarticulada, existia uma identidade comum entre as diferentes tribos. Observamos que o modo de vestir, o gosto musical, os pontos de encontro e os problemas cotidianos que enfrentavam eram aglutinados pelo movimento “Mangue Beat”. Então tivemos a idéia de elaborar um projeto que utilizando a linguagem “mangue”, desse relevo às práticas esportivas, artísticas e sociais dessas diferentes tribos. Então a idéia de chamar o projeto “Esporte do Mangue” tentou seguir o legado do “Movimento ManguêBeat” que foi fruto de um grupo de jovens da periferia do Recife, provocando um estilo, uma discussão sobre os problemas sociais da cidade, através das letras das

músicas, do jeito de vestir, do resgate de certos aspectos da cultura popular, que trazia na palavra mangue, uma identidade que chamava esses grupos para discutir seus problemas. A gente percebeu que os jovens demandantes, apesar da diversidade, possuíam uma identidade com o movimento mangue. “O cara que andava de skate também tinha uma banda de garagem. O cara que curtia o Hip Hop, também gostava de Chico Science e Fred 04. Então, existia essa sinergia, a palavra Mangue pegava muito bem. Daí veio o Esporte do Mangue”. No início não usávamos o termo esporte radical, por acharmos que esse termo já estava muito carregado, com o estigma do esporte espetáculo divulgado pela mídia, então chamávamos esportes alternativos. Depois passamos a usar radical para fazer uma ponte com a radicalidade necessária na política. A gente viu que o termo radical era mais aproximado com o modo de vida dessa juventude, mais do que o alternativo. Nasceu então a idéia do projeto Esporte do Mangue, elaborado para dar enfrentamento aos problemas esportivos dos jovens de uma cidade onde os manguezais simbolizam os problemas políticos, econômicos e sociais de um povo.

Baseados nos princípios da auto-organização e da participação popular elaboramos a primeira versão do projeto. O objetivo central dessa primeira versão foi realizar um grande encontro municipal, onde os jovens pudessem vivenciar práticas esportivas e artísticas, discutir seus problemas sociais, econômicos e políticos, e organizar suas reivindicações. O encontro então teria o caráter de sensibilização para a participação dos jovens nos processos decisórios da política municipal de esporte e lazer. Sabendo da resistência desses segmentos a participarem dos mecanismos de participação tradicionais, estávamos preocupados em construir formas que se adequasse a

expressão dos diversos segmentos. Assim, a realização do I Encontro Municipal do Esporte do Mangue resumia o primeiro desafio da DGE junto à juventude da cidade, onde tudo estava por ser construído.

Para poder dialogar bem com as tribos do movimento mangue, buscamos conhecer melhor o significado da proposta. A principal referência que procuramos no momento foi “Manifesto Caranguejo com Cérebro”, elaborado por Chico Science e Fred 04, documento que marcou o início do movimento. O texto diz da necessidade de organizar vontade popular para salvar a cidade da destruição e da atitude que precisa ter um “*mangueboy*” para isto. Vale a pena recorrer o manifesto na íntegra:

“MANGUE - O Conceito

Estuário. Parte terminal de um rio ou lagoa. Porção de rio com água salobra. Em suas margens se encontram os manguezais, comunidades de plantas tropicais ou subtropicais inundadas pelos movimentos das marés. Pela troca de matéria orgânica entre a água doce e a água salgada, os mangues estão entre os ecossistemas mais produtivos do mundo.

Estima-se que duas mil espécies de microorganismos e animais vertebrados e invertebrados estejam associados à vegetação do mangue. Os estuários fornecem áreas de desova e criação para dois terços da produção anual de pescados do mundo inteiro. Pelo menos oitenta espécies comercialmente importantes dependem do alagadiço costeiro.

Não é por acaso que os mangues são considerados um elo básico da cadeia alimentar marinha. Apesar das muriçocas, mosquitos e mutucas, inimigos das donas de casa, para os cientistas os mangues são tidos como os símbolos de fertilidade, diversidade e riqueza.

MANGUETOWN - A Cidade

A planície costeira onde a cidade do Recife foi fundada é cortada por seis rios. Após a expulsão dos holandeses, no século XVII, a (ex) cidade “maurícia” passou a crescer desordenadamente às custas do aterramento indiscriminado e da destruição de seus manguezais.

Em contra partida, o desvario irresistível de uma cínica noção de

"progresso", que elevou a cidade ao posto de "metrópole" do Nordeste, não tardou a revelar sua fragilidade. Bastaram pequenas mudanças nos "ventos" da história para que os primeiros sinais de esclerose econômica se manifestassem, no início dos anos 60. Nos últimos trinta anos a síndrome da estagnação aliada à permanência do mito de "metrópole", só tem levado ao agravamento acelerado do quadro e miséria e caos urbano.

O Recife detém hoje o maior índice de desemprego do país. Mais da metade dos seus habitantes mora em favelas e alagados. Segundo um instituto de estudos populacionais de Washington, é hoje a quarta pior cidade do mundo para se viver.

MANGUE - A Cena

Emergência! Um choque rápido ou o Recife morre de infarto! Não é preciso ser médico pra saber que a maneira mais simples de parar o coração de um sujeito é obstruir as suas veias. O modo mais rápido, também, de infartar e esvaziar a alma de uma cidade como o Recife é matar os seus rios e aterrar os seus estuários. O que fazer para não afundar na depressão crônica que paralisa os cidadãos? Como devolver o ânimo, deslobotomizar e recarregar as baterias da cidade? Simples! Basta injetar um pouco de energia na lama e estimular o que ainda resta de fertilidade nas vaís do Recife. em meados de 91 começou a ser gerado e articulado em vários pontos da cidade um núcleo de pesquisa e produção de idéias pop. O objetivo é um "circuito energético", capaz de conectar as boas vibrações dos mangues com a rede mundial de circulação de conceitos pop. Imagem símbolo: uma antena parabólica enfiada na lama.

Os mangueroys e mangueroys são indivíduos interessados em quadrinhos, tv interativa, anti-psiquiatria, Bezerra da Silva, Hip Hop, midiotia, artismo, música de rua, John Coltrane, acaso, sexo não virtual, conflitos étnicos e todos os avanços da química aplicada no terreno da alteração e expansão da consciência" (*Fred Zero Quatro*).

Trabalhamos muitas letras de músicas para estimular os jovens a pensar seus problemas. Usávamos as músicas nas reuniões, buscando aproximar o entendimento e as linguagens da política e da arte. Outra fonte importante foi o livro vermelho do Hip Hop, que conta um pouco da história do movimento e compara a discriminação racial e as condições de vida dos negros da periferia dos EUA e do Brasil.

7.1.3 – A idéia ganhando força.

Para nós gestores era uma questão de princípio e uma condição para o sucesso da idéia, desenvolvê-la junto com os jovens. A expectativa em relação ao governo petista era bastante elevada e os primeiros contatados com os grupos no revelou um misto de expectativa e desconfiança por parte dos mesmos. Resolvemos então convocar um fórum para apresentar as diretrizes gerais da política municipal de esporte lazer e debater a primeira versão do projeto Esporte do Mangue. A idéia do Fórum foi mobilizar, reconhecer e formular com os jovens um grande encontro. Apresentar aos jovens o início de um governo democrático e popular que marcava o início de um novo relacionamento com a *juventude radical*. Ouvir e aprofundar as demandas, cadastrar os grupos, levantar contatos, conhecer as lideranças.

O primeiro convite para o fórum foi feito através de contato telefônico e distribuição de panfletos junto às lideranças dos grupos. A reunião foi marcada para o auditório principal do prédio sede da Prefeitura do Recife com a seguinte pauta: “1. *Apresentar a Política Municipal de Esporte e Lazer da Prefeitura do Recife*; 3- *Realizar o primeiro cadastramento das entidades e grupos, conselhos populares e movimento sociais contemplados pelo projeto*; 4 - *Definir a estrutura para o Encontro Municipal do Esporte do Mangue*”.

A chegada dos *jovens radicais* na sede da Prefeitura gerou um certo estranhamento por parte dos funcionários e população que normalmente transitam pelos corredores. Eram “figuras” não comuns naquele espaço, usando bermudas rasgadas, camisetas desenhadas com grafites pornográficos, argolas, pierces, cabelos despenteados e sempre carregando

seus skates nas mochilas ou em baixo do braço. Entretanto, não houve nenhum tipo de hostilização, nem rejeição direta, uma vez que sabendo dessa possibilidade procuramos nos antecipar informando a guarda municipal que o encontro estava sendo coordenado pela DGE e que aqueles jovens deveriam ser bem recebidos por todos. Por parte dos jovens o clima inicial era de desconfiança, observação do terreno e curiosidade. A ocupação da Prefeitura pelos *jovens radicais* permaneceu durante um bom tempo nos comentários dos funcionários e nós ficamos com a referência de ter ajudado a abrir a Prefeitura para os jovens da periferia da cidade. No final do fórum os jovens estavam bastante animados, discutindo as idéias de como se organizar melhor, inclusive alguns grupos que não se reúnem há muito tempo.

O fórum contou com a presença de mais ou menos 90 jovens representando cerca de 22 grupos dos esportes radicais, capoeira e bandas musicais, etc. Inicialmente foi feita uma apresentação dos grupos e em seguida foi realizada a apresentação da Política Municipal de Esporte e Lazer pelo Diretor Geral de Esporte. A tônica da fala do Diretor de Esporte foi apresentando que existia uma gestão nova com corte de inversão de prioridades determinado pelo governo que ia se refletir nas diversas áreas, inclusive nos esportes radicais. Expressou seu reconhecimento e compromisso em valorizar a produção dos grupos locais, valorizar bem a participação dos jovens e de todos os envolvidos. Foi uma fala que estimulou a participação dos jovens, os quais expressaram uma reação bastante positiva, abrindo espaço para os relatos sobre a condição de vida desses jovens, principalmente os relacionados à violência. Existia uma grande desconfiança no ar em relação ao poder público, inclusive porque diversas skateatas já haviam sido realizadas,

vários vereadores já haviam prometido e nada tinha sido resolvido. Existia inclusive uma confusão entre o poder legislativo e executivo. Se o vereador não cumpria uma promessa era visto como o mesmo que a Prefeitura. A desconfiança então, não era com a idéia era com a possibilidade de responder todas as demandas específicas com um projeto só. Os jovens não acreditavam que o Encontro do Esporte do Manguê ia conseguir reunir as diversas juventudes, da Capoeira, do Hip Hop, de Esportes radicais. Eles achavam que era mais interessante a prefeitura investir em ações específicas para cada segmento.

Em seguida falou o coordenador do projeto Esporte do Manguê apresentando especificamente a proposta do evento. Ele fez uma caracterização do movimento manguê, expôs a proposta inicial do encontro e depois franqueou a palavra. A polêmica maior veio de alguns grupos querendo que os problemas fossem resolvidos especificamente o que não era possível, pela falta de recursos e por uma legitimidade do projeto ainda por ser conquistada dentro da gestão. A nossa visão era que precisaríamos reunir as diferentes tribos para termos força no governo, podendo assim conseguir recursos suficientes. O representante da Federação de Skate se apresentou como o principal representante dos skatistas da cidade, reclamou que em outras gestões já tinha solicitado à Prefeitura a construção de uma pista de skate e não foi atendido e reivindicou que o equipamento fosse construído na orla de Boa Viagem. Em toda a sua exposição, ele passava uma idéia de que possuía uma maior autoridade para dialogar sobre o assunto do que os outros jovens, chegando a destacar que todas as iniciativas relacionadas ao assunto necessitavam do seu aval, sejam elas da Prefeitura ou dos próprios jovens. Os

skatistas de Casa Amarela, que se organizavam no bairro com cerca de oitenta jovens, reagiram de imediato, destacando que os bairros da periferia eram carentes de espaços e equipamentos de esporte e lazer e, portanto a construção da pista de skate deveria acontecer não em Boa Viagem, mas nesses bairros. Eles também aproveitaram o espaço para falar da falta de acesso ao Centro Social Urbano Afrânio Godoy, informando que com a chegada dos novos gestores, se os obstáculos que eram antes guardados numa das salas do centro tinham sido jogados na rua e levados pelo caminhão do lixo. Ressaltaram que não entendiam como aquele caso poderia ocorrer com uma gestão do Partido dos Trabalhadores.

Não tínhamos um conhecimento mais aprofundado sobre cotidianos daqueles jovens. Entender suas linguagens era sempre um desafio para nós. Durante o fórum, observando a ata de frequência, observamos que um dos jovens registrou sua presença com o código “SK8 Casa Amarela”. Perguntamos o que significava e o mesmo explicou que era o skatista número oito do grupo de Casa Amarela. Conversando com um experiente grafiteiro do grupo de Hip Hop “Êxito d’rua”, ele nos alertou da importância de buscarmos entender os diversos tempos, formas de comunicação e expectativas daqueles grupos. Alguns queriam fazer um trabalho comunitário, outros queriam apenas espaço para tocar e apresentar suas produções, outros iriam só ficar olhando e quando o encontro ficasse pronto participavam mais ativamente. O “Êxito d’rua” passou a ter um pouco o papel de mediador e tradutor nesse processo de diálogo, o que para nós significava uma certa adesão ao projeto. Ficamos satisfeitos por se tratar de um grupo com experiência de trabalho comunitário bastante reconhecida na cidade. Ao final do fórum avaliamos com uma

surpresa felicidade que a receptividade em relação á proposta tivera sido ótima, que os jovens se envolveram bastante com o nível do debate e se identificaram com a iniciativa. Para nós foi uma grata surpresa porque esperávamos uma certa resistência em função da forma como eles foram tratados pelas gestões anteriores.

Apesar da participação de um bom número de entidades, avaliamos junto com os presentes que era preciso ampliar ainda mais, uma vez existiam outras que não souberam da iniciativa, sendo importantes buscá-las. Não podíamos ainda fechar a proposta do I Encontro Municipal do Esporte do Mangue sem uma representatividade maior. Então decidimos fazer uma segunda reunião com o mesmo caráter e os próprios grupos ali presentes iriam divulgar e mobilizar outras organizações. Marcamos a reunião para o dia três de maio seguindo a mesma pauta.

Essa segunda reunião teve a participação diminuída, uma vez que a divulgação não foi feita da mesma forma. Muitos grupos que participaram da anterior esqueceram a data, mas ocorreu uma certa mobilização. De certa forma o objetivo de ampliação foi alcançada, uma vez que compareceram ao evento, novos grupos que não tinham participado da primeira reunião. O público, porém, foi um pouco mais diversificado. Além de alguns jovens que vieram para reunião anterior, participaram pessoas adultas, associações de bairro e delegados do orçamento participativo. Cerca de vinte pessoas. Depois do relato da reunião anterior, abrimos o espaço para informes das entidades e organizações presentes. A Federação de Skate convidou os presentes para um campeonato de skate no SESI do bairro do Ibura. O grupo de Hip Hop *Êxito d'rua* informou sobre a realização do I Seminário de Formação Política do Hip

Hop¹⁴ e solicitou o apoio da Prefeitura. Os skatistas do bairro do IPSEP reclamaram que o equipamento de skate construído na praça Presidente Kennedy era totalmente inútil, em função dos diversos erros técnicos no projeto. Um delegado do OP salientou a necessidade da organização desses jovens para demandarem suas reivindicações junto ao OP para que fossem orientados recursos. Uma liderança comunitária da zona oeste, parabenizou a Prefeitura pela iniciativa e se comprometeu em mobilizar mais jovens no seu bairro. Após os informes entramos na discussão do I Encontro Municipal do Esporte do Mangue. O coordenador apresentou uma programação de três dias composta por mesas para debater temas importantes, a serem definidas pelo grupo, oficinas das diversas modalidades dos esportes radicais e outros conteúdos culturais, visando aprofundar as problemáticas e levantar as reivindicações coletivas e shows noturnos com apresentações dos grupos de Rock, Pank, Hip Hop, Hard Core, Mangue, organizados nos bairros.. O coordenador sugeriu uma mesa de abertura com o tema “Identidade Cultural e Políticas Públicas de Esporte e Lazer”, a ser composta por um representante do movimento da juventude radical e outro do poder público. A nossa intenção era discutir os pontos de identidade cultural das várias tribos presentes como eixo para formulação de políticas públicas de Esporte e Lazer. Aberta a discussão, todos concordaram com a idéia, exceto o representante da Federação de Skate, que dizia ser desnecessário realizarmos qualquer debate no interior do encontro. Segundo ele o evento deveria ser prático e se nós quiséssemos um exemplo poderíamos copiar o modelo que estava sendo realizado no SESI do Ibura. Houve uma primeira reação dos jovens da

¹⁴ O Seminário de Formação Política do Hip Hop foi apoiado pela DGE que discutiu a proposta e se fez presente no evento.

periferia, salientando a necessidade de se discutir esse tema. O representante da Federação de Skate propôs, então, convidar um representante do Governo do Estado para compor a mesa. Neste momento, mais uma vez um grande número de jovens se posicionou contrariamente, alegando que o Governo do Estado não deveria participar desse espaço, uma vez que passaram muito tempo a frente da gestão municipal e nada fizeram pelo segmento. Agora o Governo do Estado não se identificava com os anseios da juventude. Com a ofensiva dos jovens da periferia o representante da Federação de Skate retirou sua proposta e foi sugerido um rol de nomes da cena cultural local e também de outros Estados.

Em relação às oficinas sugerimos as seguintes: skate e patins; bicicletas; Hip Hop; atividades verticais e capoeira. As oficinas seriam coordenadas por um jovem do movimento e um educador da DGE, com o objetivo de aprofundar a problemáticas para prática dessas modalidades na cidade e levantar demandas a serem apresentadas para a Prefeitura. A proposta da oficina de skate e patins juntos causaram uma polêmica. Os skatistas não estavam concordando porque achavam os patins uma modalidade pouco radical. Tentamos aprofundar a divergência e percebemos que se tratava da reprodução artificial de um “rixa” entre skatistas e roler’s que só existia em revistas especializadas, onde se tentava caracterizar os roler’s como uma atividade menos nobre na escala dos radicais em função de suas manobras serem realizadas com o implemento colado aos pés, enquanto o skate era solto, sendo, portanto mais difícil. Respondemos que essas diferenças não tornavam “menor” nenhuma das modalidades e não justificavam separá-las uma vez que as necessidades da prática seriam bastante

semelhantes. Eles usam a mesma pista, com os mesmo obstáculos, precisam dos mesmos equipamentos de proteção, realizam monobras tecnicamente semelhantes e precisam se organizar coletivamente para terem mais força política. A oficina de bicicletas também tinha diversas modalidades: Dirt Jump, Free Style e o Ciclismo. Esta oficina foi aceita sem polêmica. Quanto a oficina de Hip Hop, o Êxito d'rua chamou atenção ao fato de era preciso discutir os cinco elementos constituintes da cultura Hip Hop: o DJ, o B.Boy, o MC, o Graffite e trabalho comunitário de resgate do jovens envolvidos com a marginalidade. A oficina de Capoeira foi bem aceita sem maiores observações. A oficina de atividades verticais como escalada e rapel, foi observado que em função do valor dos implementos, aquela oficina teria o caráter de realizar vivências para os iniciantes sem esse caráter problematizador. Seria uma atração a mais durante o encontro ou um mini-curso de iniciação. Foi definido também que as oficinas seriam coordenadas por um jovem que fosse especialista nas modalidades e um educador do projeto, os quais teriam a função de problematizar o tema, socializar conhecimentos e novidades da modalidade (ume técnica nova, aparelhos, formas de organização etc.) coordenar o debate e sistematizar as propostas levantadas pelo grupo.

Ao final da reunião, avaliamos que foi dado um passo importante na construção coletiva do I Encontro Municipal do Esporte do Mangue e no processo de diálogo e organização das diferentes tribos presentes. A proposta do encontro contemplava o aspecto lúdico e de discussão dos problemas enfrentados pelos jovens que, por sua vez, estavam satisfeitos com a proposta, mesmos que ainda estivessem preocupados com que suas reivindicações mais uma vez não fossem atendidas em função da amplitude do encontro. Eles

queriam respostas imediatas e nós estávamos construindo uma proposta que dava respostas somente a partir do encontro.

Ficando ainda um rastro de desconfiança no ar, sentimos a necessidade de fortalecer politicamente a idéia do I Encontro Municipal do Esporte do Mangue. Resolvemos então convocar o II Fórum do Esporte do Mangue, agora com a presença do Prefeito da Cidade e o Secretário de Turismo e Esporte. O objetivo era selar o compromisso do chefe do poder executivo e os jovens radicais da periferia. A reunião foi marcada para o dia 17 de junho de 2002, mais uma vez no auditório do prédio sede da Prefeitura do Recife. Era manhã, o auditório contava com a presença de quarenta e sete jovens representantes de organizações e grupos juvenis, que receberam o Prefeito de maneira muito simpática. A reunião foi aberta pelo assessor da DGE que fez um resgate de todo o processo realizado até o momento. Em seguida destacou os problemas que haviam sido levantados pelos jovens, inclusive os casos de violência, concluindo que o trabalho que estava sendo realizado junto ao segmento era no sentido de estimular a auto-organização e a participação política.

As palavras do Prefeito foram bastante agregadoras. Ele comentou que como jovem de família pobre tinha muita clareza das dificuldades que a juventude pobre enfrentava. Fez referência uma séria de ações que seu governo estava realizando na área de educação, saúde, cultura, esporte e lazer, e se comprometeu em apoiar todas as iniciativas que ajudassem a estimular a participação política da juventude. “A juventude precisa ser radical no esporte e na luta pela transformação social”, afirmou o Prefeito. Os jovens ouviram atentamente aquelas palavras e responderam com aplausos,

expressando a confiança de que as ações planejadas iam de fato “sair do papel”.

Com a saída do Prefeito, o coordenador do projeto apresentou uma síntese da programação do I Encontro do Esporte do Mangue e abrimos mais uma vez o espaço para ajustes finais. Identificamos a necessidade de ir ainda mais perto dos jovens. Conhecer suas comunidades, os equipamentos de esporte e lazer nelas existentes, suas condições de mobilização e organização. Era preciso conversar também com os outros jovens que aquelas lideranças representavam. Era importante que eles também soubessem de perto o que estávamos fazendo. Muitos deles não participaram das outras reuniões estavam na escola ou não tinham dinheiro para pagar passagem, etc.

7.1.4. – Uma rolé pela periferia

Nesse momento o processo tomou um novo caminho. Adiamos o encontro, sem data marcada e resolvemos realizar encontros regionais, aglutinando jovens de comunidades vizinhas. Marcamos seis encontros por Região Político-Administrativa (RPA). Estava se desenhando um processo de descentralização. Dividimos responsabilidades na organização dos trabalhos. Definimos que o objetivo dos encontros regionais seria mobilizar e conhecer mais de perto a realidade dos jovens radicais da periferia. Foi definido também que os jovens de cada região da cidade ficariam responsáveis por ajudar os educadores na mobilização, na organização e na coordenação dos trabalhos. Ficou acertado também que os encontros por região combinariam um momento de problematização e debate e outro uma programação cultural ou esportiva

organizada pelos jovens da localidade. Construimos coletivamente uma pauta permanente, podendo ser acrescentado algum outro tema pelos jovens da localidade. A pauta era a seguinte: *“(1) apresentação do projeto; (2) cadastramento dos jovens; (3) problemas e demandas da região; (4) apresentação cultural”*.

18 de julho

O primeiro encontro descentralizado foi realizado na RPA 6, zona sul da cidade, numa escola do Governo do Estado, situada no bairro do IPSEP, que tinha uma vice-diretora petista, que nos franqueou o espaço. Era noite e o salão principal da escola comportou cerca de setenta jovens de todos os bairros da região. Entre os presentes estavam skatistas, ciclistas, componentes de bandas de rock, surfistas e capoeiristas. O encontro iniciou com a apresentação do projeto pelo seu coordenador e logo após a palavra foi franqueada para que os jovens apresentassem seus problemas e reivindicações para melhorar as condições do esporte e lazer da juventude naquela região. Durante alguns minutos o silêncio se fez presente. Os jovens estavam ficaram calados e com um olhar desconfiado para nós. Um dos gestores então resolveu fazer uma provocação. “Por que estão calados? Vocês são o tempo todo reprimidos pela polícia e agora que podem contar a versão de vocês, vão ficar calados?”

Rapidamente os jovens reagiram. Os skatistas do Ibura, mais uma vez reclamaram das praças com rampas inadequadas tecnicamente. Chamavam essas praças de “Praças Macabras”. Os surfistas do Ibura, mais

uma vez reivindicaram transporte para irem para as praias do interior nos finais de semana, em virtude dos ataques dos tubarões. Os grupos de capoeira reclamavam da falta de espaço para suas rodas e alegaram que foram discriminados, quando procuraram o SESI do Ibura. Embora, cada grupo tenha apresentado sua reivindicação, existia uma crítica comum relacionada aos equipamentos de lazer existentes. Segundo os jovens às “praças macabras”, eram todas iguais, todas desatualizadas em relação aos interesses culturais da juventude, mal iluminadas e mal conservadas. A única praça da região que tinha obstáculos de esportes radicais, a rampa de skate e patins foi construída com um erro técnico que inviabilizava seu uso, em cima da pista de bicicross, inutilizando também um trecho desta última. Estava nítido que aquela praça foi construída sem um mínimo diálogo com os seus usuários. O encontro foi encerrado com a apresentação de um animado o grupo de capoeira.

Ao final avaliamos que uma forte característica desse encontro foi a solicitação de ajudas imediatas. Os skatistas estavam preocupados com a praça, os surfistas com o transporte e os capoeiristas com um lugar para a roda. Chegamos até a provocar os surfistas a abrirem uma discussão na cidade sobre as causas dos sucessivos ataques de tubarão, mas eles estavam mais preocupados com o imediato.

No encontro da RPA 6 marcou a presença de um grande número de jovens que não tinham participado dos encontros anteriores. Isso se deu em função da rede de comunicação existente entre os jovens e a adequação do horário e do local, mais próximo aos jovens. Os grupos de mobilização funcionou bem, a divulgação foi feita com o auxílio de um panfleto, onde nos preocupamos com a linguagem mais dirigida aos diferentes grupos. Ao final do

encontro avaliamos que o caminho era esse mesmo, mas precisávamos ainda tornar o encontro mais lúdico e mais leve, os jovens passaram muito tempo sentados discutindo e os próprios gestores tinham falado demais, precisando assumir o papel mais problematizador.

27 de julho

Na Escola Municipal Pedro Augusto no bairro da Boa Vista aconteceu o encontro da RPA 1. Também era noite e o encontro coincidiu com o segundo dia do Encontro de Formação Continuada dos Círculos Populares que estava ocorrendo no Colégio Salesiano, no mesmo bairro. Diferentemente do encontro da RPA 6, a equipe não pode comparecer em peso, indo somente o coordenador do projeto e o assessor da DGE Marcelo Russo. A participação não foi muito grande, contando com a presença de apenas 20 pessoas. Entretanto, outros sujeitos marcaram presença. Os jovens do bairro do Coque, que por falta de espaço na sua comunidade, buscavam participar de atividades em bairros vizinhos e até mesmo em outras cidades. Na ocasião pudemos observar que esses jovens estavam em mais próximas de uma situação de *marginalização*, alguns, inclusive, em meio as ferramentas e acessórios, portavam uma garrafinha de cola de sapateiro na mochila. Mas estavam ali para discutir esporte a chamado da Prefeitura do Recife. Também apareceu no encontro a turma do Hip Hop, Galo, Uel, Jog e deu para ver que apesar de um mesmo movimento, eles tinham perspectivas e reivindicações diferentes. Uelke do grupo Marinambuco reivindicava uma ajuda para ao movimento cultural alternativo, com agenda de eventos, a serem realizados no

centro da cidade ou nas comunidades. Um lugar onde as bandas “Under Grund” pudessem se apresentar. Galo do grupo Êxito D´rua estava preocupado com o trabalho social que o Hip Hop poderia fazer dentro das comunidades. Apresentava disposição para fazer um trabalho com graffit, com rap, com break dentro das comunidades em parceria com o projeto. Tinha-se uma idéia de que depois do I Encontro do Esporte do Mangue, pudéssemos estruturar ações sistemáticas nas comunidades. Jog do Grupo Hip Hop Recife defendia a idéia de que se precisava construir mecanismos que abrisse o mercado para os produtos do Hip Hop do Recife, que tinha acúmulo de vários anos, mas não tinha espaço nas gravadoras, a estúdio e nas rádios. Um pouco mais tarde chegou o grupo de jovens que iria fazer a apresentação cultural, mobilizados pelos coordenadores do Orçamento Participativo. Durante a apresentação chegou ainda um jovem Michael Jackson Cover e outra para apresentar a dança do ventre. Apesar das diferentes linguagens as apresentações foram respeitadas.

10 de agosto

O encontro da RPA 2 aconteceu no Centro Social Urbano Afrânio Godoy, no bairro do Alto de Santa Terezinha. Daquela região já tínhamos cadastrado cerca de oitenta jovens nos encontros anteriores, que eram skatistas do Alto do Pascoal. Eles tinham problemas com os administradores dos CSU´s e com o projeto Centro da Juventude, que ao ser implantado no Centro Social, retiraram os equipamentos dos jovens das salas e colocaram na rua. Resolvemos fazer o encontro justamente no CSU para que pudéssemos

juntos resolver essa dificuldade. Esperávamos pelo menos a presença de cento e cinquenta participantes. Ao chegarmos no local observamos que, apesar de termos reservado o espaço com antecedência, a direção do CSU não tinha comunicado a um grupo cultural da comunidade que utilizava o mesmo espaço, causando um choque entre duas atividades. Conversamos com o líder do grupo Afros Mangue, explicando o caráter da atividade, que prontamente, cedeu o espaço, resolveu se cadastrar e participar também do encontro. Compareceram ao encontro cerca de quarenta jovens, na sua a grande maioria skatistas. Sua principal reivindicação estava relacionada a problemática do espaço, particularmente o fato de que não tinham acesso ao próprio CSU. Neste encontro também se aproximaram do projeto um grupo de jovens do programa Pernambuco Alternativo, que acontecia numa rádio comunitária. Já o representante do Afros Mangue, destacou a importância daqueles jovens começarem a refletir sobre as verdadeiras causas da violência naquele bairro. Perguntou se existia alguma refinaria de drogas dentro da comunidade. Se existia alguém que fosse produtor. Os jovens responderam que não, que tudo isso vinha de fora e que existia algum agente muito poderoso que estava colocando essas coisas ruins dentro da comunidade. Falou que achava muito importante a idéia do projeto de reunir as várias juventudes para refletir e realizar ações conjuntas para a área e esporte e lazer e combater os problemas sociais. Em relação aos equipamentos dos skatistas, buscamos uma mediação com a direção do Centro que cedeu o espaço para que os jovens pudessem guardar seus novos trilhos e rampas, que eles estavam construindo novamente. Para ajudar a divulgar o projeto os componentes do

programa da rádio comunitária Pernambuco Alternativo, abriu espaço no programa, que ocupamos por várias vezes.

24 de agosto

O encontro da RPA 4 foi chamado para o bairro da Várzea, nas instalações do CICA II, um atrativo equipamento com quadra de esportes e área livre. Era uma tarde de sábado e ao chegarmos no local nos deparamos com alguns skatistas praticando suas manobras na quadra. “De cara” os jovens já se identificaram com o lugar e a medida em que iam chegando se dirigiam logo para a quadra onde estavam os skatistas. De maneira que para iniciarmos as atividades tivemos que fazer várias chamadas e outras inúmeras buscas. Eram mais ou menos setenta jovens, entre capoeiristas, adeptos do Hip Hop e skatistas. Nesta tarde a programação foi invertida, iniciando com a apresentação cultural, uma vez que era impossível chamar a atenção dos jovens para outra coisa. Estava prevista uma apresentação de capoeira e outra de Hip Hop, porém o membro do grupo de capoeira responsável pelo berimbau estava atrasado e DJ esqueceu o microfone. Os grupos se reuniram e resolveram fazer uma única apresentação misturando o Rap e as Ladainhas de capoeira. Então foi feita uma fusão onde o ritmo da capoeira foi feito através de uma pick-up e os golpes da capoeira foram misturados com os passos do break dance. Esse foi um dos momentos mais alegres do encontro e que demonstrou a grande capacidade de improviso desses jovens radicais. Isso motivou bastante a equipe de gestores e educadores ali presentes. Alguns pais também vieram observar o encontro. Queriam saber o que estava sendo feito

pela Prefeitura. Saíram satisfeitos do encontro em saber que os jovens não estavam sendo incentivados à vadiagem.

As demandas levantadas no encontro foram as seguintes: o grupo de capoeira reivindicava apoio para o grupo participar de eventos fora da cidade, aluguel de ônibus e ajuda de custo. O grupo participava de apresentações e competições fora da cidade. O Hip Hop reivindicava acesso ao próprio espaço do CICA para fazer grafiteagem, o que foi possível de imediato. Os skatistas reivindicavam a construção de pistas de skate no parque Arraial Novo do Bom Jesus. Os skatistas do bairro de San Martin queriam alternativas mais próximas ao seu bairro e os skatistas da Iputinga buscavam ajuda para ter acessos às escolas públicas para prática do skate nos finais de semana.

05 de setembro

Também numa tarde de sábado realizamos o encontro da RPA 3 no salão do Sítio da Trindade, bairro de Casa Amarela, zona oeste. Participaram cerca de setenta jovens, lotando o salão do parque. Eram praticamente todos skatistas, apenas com alguns jovens do bicicross do Parque da Jaqueira. Nesta ocasião conhecemos um skatista antigo que logo depois do encontro foi aprovado no concurso da guarda municipal, entrando para o corpo da guarda. Seu discurso expressou um grande descrédito em relação ao poder público, relatando as diversas “skateatas” que tinha realizado em defesa da construção de uma pista de skate, além das promessas de vereadores e que não foram cumpridas. “Eu não acredito em promessa de vereador e nem de Prefeitura, é tudo comédia”, afirmou o skatista. O conflito ficou ainda maior porque no sítio

onde acontecia a reunião estava em plena construção alguns equipamentos de ginástica, pista para caminhada muito semelhantes às rampas usadas para prática do skate e eles estavam impedidos de entrar com skate no parque.

Uma outra demanda apresentada pelos skatistas foi a de ampliação da programação de eventos. Segundo eles os eventos realizados pela Federação de Skate eram insuficientes, necessitando de um calendário de eventos, inclusive sem o envolvimento da Federação.

12 de setembro

O último encontro regional foi o da RPA 5, realizado na Praça Heróis da Restauração no bairro de Areias. O encontro contou com a presença de cento e cinquenta pessoas. Eram skatistas, biker's, grupos de Hip Hop, com destaque para a "crio" Conspiração Pernambuco, associações de bairro, representantes do Orçamento Participativo. As demandas apontadas pelos jovens foram a democratização da quadra da "Praça das Lavadeiras" que estava sendo usada de forma privada, a recuperação da praça Heróis da Restauração e o grupo do bicicross reivindicava construção de um espaço permanente para a prática do "Dirt Jump". Estávamos ali para discutir esportes radicais, mas acabamos discutindo também a reforma da quadra que existia na praça, o local onde o encontro estava sendo realizado. Embora várias tribos estivessem apresentado suas demandas específicas, existiu um consenso em torno da reforma da praça heróis da restauração. No final foi feita uma apresentação de Dirt Jump, quando os jovens tiveram a oportunidade de

apresentar toda a coragem e técnica dos saltos fantásticos numa pista improvisada.

Encerrados os encontros regionais tínhamos cadastrado cerca de quinhentos e oitenta jovens. Os encontros serviram também para uma melhor divulgação do projeto, o que pudemos observar através do grande número de jovens que não participaram das reuniões e procuraram a DGE para se inscrever. Entretanto, o maior saldo do encontro foi o intercâmbio que fizemos com os jovens nos bairros, onde pudemos conhecer mais de perto a luta pelo tempo livre travada pelos jovens da periferia. No decorrer dos encontros também conseguimos identificar aqueles jovens mais experientes e que se dispunham a contribuir com as oficinas temáticas assim como as bandas musicais que pretendiam se apresentar na Praça do Marco Zero.

7.1.5 – O primeiro encontro dos mangueboys

Depois de todo processo de construção coletiva e mobilização da juventude radical do Recife, enfim a programação do I Encontro Municipal de Esporte do Mangue estava pronta. Tivemos uma certa dificuldade de encontrar o local mais adequado para a proposta do encontro. Um local que desse visibilidade à iniciativa, comportasse os 652 jovens inscritos, oferecesse estrutura para realização de oficinas, mesas de debates, shows e servir as refeições. Ao mesmo tempo estávamos certos de que a Praça do Marco Zero seria o lugar de mais apropriado em termos de visibilidade. Depois de muita procura chegamos a conclusão de que não existia na cidade um lugar que reunisse todas essas características e por isso deveríamos realizar o evento

em mais de um local. Escolhemos então três locais estratégicos: o Forte da Cinco Pontas, onde funciona atualmente o Museu da Cidade do Recife. Um lugar bonito, com importância histórica e onde são realizados grandes eventos políticos e culturais. O segundo dia do encontro aconteceu na Rua da Moeda, um tradicional ponto de encontro da juventude mangue, local que a maioria dos participantes já estavam bastante familiarizados. E a Praça do Marco Zero, principal praça de eventos da cidade, um lugar bonito, de onde podemos observar o Cais do Porto do Recife e que os jovens eram reprimidos pela guarda municipal, ao tentarem andar de skate sobre a rosa dos ventos desenhada no piso de pedras portuguesas. Em três lugares diferentes tivemos que coordenar os trabalhos com uma grande dificuldade de comunicação para que os participantes não se dispersassem durante os deslocamentos.

Para coordenar a programação do encontro constituímos uma comissão organizadora composta por mais ou menos setenta pessoas, divididas em onze sub-comissões. As sub-comissões eram as seguintes: a) coordenação de oficinas; b) relatores de oficinas; c) coordenadores da gincana; d) organização de material; e) equipe de transição; f) comissão de alimentação; g) inscrições; h) apoio volante; i) coordenação de palco; j) controle do material esportivo; l) comissão de segurança.

Com as comissões estabelecidas, tínhamos um grande desafio pela frente: realizar um evento para seiscentos e cinquenta e dois jovens, grande parte deles marcados por uma “cultura de rua”, num ambiente semi-aberto e sob a fiscalização impiedosa da “opinião pública”. Nossa a proposta era tentar passar uma mensagem da necessidade deles dialogarem entre si e unificarem suas lutas pelo direito a autodeterminação no esporte e lazer e em outras

esferas da vida. Além do mais, precisávamos fazer isso acontecer de maneira lúdica, prazerosa e motivadora para os jovens.

Somente uma equipe com bastante sintonia e compromisso seria capaz de tal realização. Buscamos essa alternativa junto aos educadores, estagiários de agentes comunitários dos núcleos dos Círculos Populares de Esporte e Lazer. A experiência mais próxima que essa equipe tinha vivenciado fora a Colônia de Férias realizada para quatrocentas pessoas nos Centros Sociais Urbanos. Era um desafio diferente, mas sabíamos que a competência adquirida na colônia nos serviria como referência. Realizamos uma reunião de preparação onde dividimos as tarefas e esclarecemos as funções, deixando claro que o nosso papel naquele encontro era fundamentalmente educativo. Neste sentido, o exemplo e o diálogo seriam os nossos principais instrumentos e que precisaríamos criar uma referência positiva para aqueles jovens, já encharcados pela violência e repressão. Combinamos também que ao final da cada dia iríamos fazer uma reunião de avaliação e preparação para o dia seguinte, o que seria preciso um grande sacrifício de todos. A programação do encontro ficou da forma apresentada pelo quadro abaixo:

PROGRAMAÇÃO DO I ENCONTRO MUNICIPAL DO ESPORTE DO MANGUE

LOCAL	DATA	TURNO	HORA	ATIVIDADE
FORTE CINCO PONTAS	27/SET	MANHÃ	08:00	CRENCIAMENTO
			09:00	ABERTURA CULTURAL <ul style="list-style-type: none"> • DJ Júnior/Êxito d'rua
				ABERTURA OFICIAL <ul style="list-style-type: none"> • Prefeito da Cidade do Recife – João Paulo • Secretário de Turismo e Esporte – Romeu Neves Bapstita • Convidados
			10:00	MESA TEMÁTICA <ul style="list-style-type: none"> • “Resistência Cultural e Juventude” PALESTRANTES: Jamerson de Almeida – Prefeitura do Recife Nelson Triunfo – Zulu Nacion/Diadema-SP
			12:00	ALMOÇO
		TARDE	14:00	OFICINAS <ul style="list-style-type: none"> • Skate – Pedro Dust • Hip Hop – Nelson Triunfo e Galo Souza • Biccross – Gilmar e Manuel • Capoeira – Junior

MARCO ZERO		NOITE	18:30	<ul style="list-style-type: none"> • Atividades verticais – Alexandre Calderano APRESENTAÇÃO DE BANDAS <ul style="list-style-type: none"> • Arcanjos • Radicais do Rap • Banda Hufo • Os Cachorros Mostra de vídeo nos intervalos das apresentações
RUA DA MOEDA	28/SET	MANHÃ	09:00	OFICINAS <ul style="list-style-type: none"> • Skate – Pedro Dust • Hip Hop – Nelson Triunfo e Galo Souza • Bicicross – Gilmar e Manuel • Capoeira – Junior • Atividades verticais – Alexandre Calderano
			12:00	ALMOÇO
		TARDE	14:00	GINCANA "Recife do Esporte de Resistência"
			17:00	JANTAR
MARCO ZERO		NOITE	18:30	ESPAÇO SOLTANDO O VERBO Relato de experiência dos Grupos de Rua
			19:00	Apresentação de Bandas <ul style="list-style-type: none"> • Conspiração PE • DZR Hard Core • Êxito d'rua • Sorriso Banguela
MARCO ZERO	29/SET	MANHÃ	09:00	GINCANA "Recife do Esporte de Resistência"
			12:00	ALMOÇO
		TARDE	14:00	RELATO DAS OFICINAS
			15:30	AVALIAÇÃO DO ENCONTRO
				JANTAR
		NOITE	17:00	APRESENTAÇÃO DE BANDAS <ul style="list-style-type: none"> • Banda NOB • Nação Corrompida • Codnome ZULu • Letal • Girimum e seus Maxixes • Banda Marinambuco

Na sexta-feira pela manhã os jovens chegavam ao Forte da Cinco Pontas e no credenciamento recebiam um crachá de identificação e uma camisa preta com a marca do encontro, que era um skatista com cabeça de caranguejo, desenhado por um dos jovens participantes dos encontros regionais. Os jovens se identificaram bastante com a camisa do encontro, que era na verdade a principal credencial do participante.

Antes de iniciar a programação propriamente dita uma figura estranha ao cenário chamava a atenção dos jovens que iam chegando. Um sujeito alto, de meia idade, mas com jeito de jovem. Touca afro colorida

escondendo o cabelo black power, calça frouxa, camiseta com uma estampa escrita “Hip Hop Elements”, um medalhão em forma de mapa do continente africano e um andar meio dançado atraía a curiosidade dos jovens. Sabiam que era alguém importante, mas que não era da cena cultural recifense.

Como previa a programação, o encontro seria aberto com uma apresentação do DJ Júnior e o grupo Êxito d’rua. No entanto, por motivos técnicos e Êxito d’rua não pode tocar e o grupo “Procurados” assumiu o comando do show de abertura. Iniciada apresentação, o “figurão estranho” abriu uma roda de break, chamou os jovens para dançar, tirou a touca, expondo seu black power e animando a festa de abertura. Em plena abertura cultural chegaram várias autoridades juntas com o Prefeito da Cidade e o encontro estava começando com um clima muito animador, prometendo ser uma grande realização.

Terminado o “baile” de abertura as autoridades foram convidadas para compor a mesa em frente de uma duzentas cadeiras plásticas, onde os jovens estavam sentados e atentos. O toldo armado numa das laterais do Forte das Cinco Pontes estava lotado e ainda restavam várias pessoas em pé. O Prefeito da Cidade conversou uns quarenta minutos com os jovens, repetindo o discurso que fez no II Fórum do Esporte do Mangue. De forma muito descontraída, falou da sua juventude no bairro onde morava e das dificuldades que enfrentou como filho de uma família pobre, contou um pouco da sua história como militante, cantou, dançou e mais uma vez firmou o compromisso de investir em políticas que ajudassem a promover a participação popular e a elevação da consciência política da juventude. “O futuro nós estamos construindo no presente e é por isso que temos lutado e feito reuniões como

esta”, afirmou o Prefeito. Ao final da saudação do Prefeito, naquele mesmo espaço foi dado início ao debate sobre o tema “Resistência cultural e juventude”.

Para debater o tema foram convidados o Prof. Jamerson de Almeida, representando a Prefeitura do Recife e Nelson Triunfo, o Nelsão, representando a organização Zulu Nation. Pernambucano da cidade de Triunfo, Nelsão foi um dos precursores do movimento Hip Hop no Brasil da década de 1970. Na ocasião se mudou para São Paulo onde desenvolve até hoje vários trabalhos sociais em comunidades pobres, tendo o Hip Hop como instrumento. Durante sua palestra Nelsão falou de forma muito simples sobre a importância da educação na vida do jovem e criticou a escola que está distante da vida dos jovens da periferia. Contou várias histórias dos projetos que desenvolveu, destacando o Hip Hop como uma forma de sociabilização que pode conscientizar a juventude a não se envolver com drogas, nem com violência e lutar contra a discriminação social. “Ensinando um jovem a fazer um “rap”, eu troco um revólver por um microfone”, explicou Nelsão. O prof. Jamerson enfatizou a necessidade de organização política dos jovens da periferia para não só ter força para lutar contra a discriminação e a violência, mas também para realizar transformações mais profundas na sociedade. Segundo ele a cultura e o esporte é um dos instrumentos contemporâneos de mobilização e de resistência da juventude, que deve ser considerado como política pública. Para o professor o Esporte do Mangue seria uma iniciativa que busca esta direção.

As oficinas tiveram como objetivo socializar experiências comunitárias a partir das linguagens do skate, patins, hip hop, bicicross,

atividades verticais e capoeira, levantar problemas encontrados pelos jovens e definir ações para serem realizadas pela Prefeitura. Como previsto nos encontros regionais foram ministradas por um educador do projeto e uma liderança dos grupos juvenis. Contando com uma ampla participação dos jovens, as oficinas apresentaram as seguintes propostas:

(1) Biccross:

- Disponibilizar cursos e matéria prima para construção de bicicletas e demais equipamentos esportivos;
- Criar uma rede de articulação entre grupos jovens e toda a cidade e a Prefeitura através do fortalecimento dos Círculos Populares de Esporte e Lazer e do Esporte do Manguê;
- Construção de espaços esportivos multifuncionais adequados à prática dos Biccross em todas as suas modalidades;
- Promover e incentivar encontros, festivais e campeonatos que fortaleçam a organização de uma rede de jovens esportistas;
- Incentivar e auxiliar a organização de novos grupos;
- Apoio a grupos e atletas para participação em encontros e campeonatos em outros estados;
- Garantir o direito dos jovens a praticar esportes.

(2) Hip Hop:

- Fortalecer e ampliar as parcerias com os grupos de Hip Hop;
- Criar espaços de discussão coletiva de maneira sistemática com os integrantes do Hip Hop;
- Apoiar eventos de Hip Hop nas comunidades;
- Realizar o sonho do movimento Hip Hop do Recife com a construção da Casa do Hip Hop.

(3) Capoeira:

- Continuar o diálogo entre a Prefeitura do Recife e os grupos de Capoeira da cidade na tentativa de ampliar os debates sobre as problemáticas enfrentadas;
- Estabelecer ações públicas que valorizem e possibilitem a expressão dos aspectos educativos da Capoeira;
- Criar uma agenda de eventos e ações de parceria dos grupos de Capoeira com a Prefeitura do Recife;
- Criar seminários de fóruns permanentes de discussão da Capoeira;
- Garantir parcerias para utilização dos espaços públicos;
- Criação de um folder de divulgação e informação da Capoeira de Pernambuco;
- Apoiar as ações jurídicas de grupos de Capoeira contra o CONFEF – Conselho Federal de Educação Física.

(4) Skate e patins:

- Construção urgente de parque de skate e patins em locais públicos potenciais da cidade;
- Consulta a um grupo de skatistas para a construção da pista;
- Construção de uma pista de no Centro Social Urbano Afrânio Godoy e na Macaxeira;
- Estabelecer representações de skatistas por RPA;
- Utilização sistemática dos obstáculos nas comunidades;
- Criar formas de baratear os equipamentos esportivos.

A programação também previa o fornecimento de alimentação para todos os participantes do encontro. Avaliamos que para todos os jovens terem uma dedicação integral ao evento como queríamos, era imprescindível o projeto fornecer duas refeições por dia: o almoço e o jantar. O grande desafio, porém, seria a forma de organização para servir o almoço para uma grande quantidade de jovens. A hora a alimentação era muito esperada e os

jovens ficaram muito satisfeitos com a iniciativa, chegando a comentar que estavam surpresos pelo fato de a Prefeitura além de está fazendo algo para fortalecer a iniciativa dos jovens ainda garantir alimentação. Existiu uma verdadeira simbiose entre o “rango” e o “skate” que ficou bastante clara nos momentos em que os jovens colocavam a esperada “quentinha” em cima do skate e ia comer junto aos amigos. Como nos organizamos com uma quantidade a mais de alimentação para que não faltasse para ninguém, um público de moradores de rua terminava também sendo servidos, já que era tudo acontecia num espaço aberto ao público. Também decidimos que todos os educadores iriam se alimentar da mesma forma que os demais participantes, uma vez que esse procedimento faria com os mesmos pudessem continuar o processo educativo e de integração com os jovens, durante a “hora do rango”. Os jovens regiram positivamente, aos não poucos apelos dos educadores para jogar o lixo na lixeira. Ao mesmo tempo o serviço de utilidade pública dava o reforço. No segundo a limpeza do refeitório já foi mais fácil.

Um outro momento importante foi o espaço “*Soltando o verbo*”, cujo objetivo foi o jovem ou grupo subir ao palco para expor uma mensagem, fazer uma crítica, apresentar uma reivindicação sobre problemas do seu cotidiano. Esse momento foi enriquecido pelos jovens através do rap, apresentação de danças e manobras radicais com a bicicleta, o skate e o patins. O espaço também foi aproveitado pelas bandas que não foram encaixadas na programação noturna, o que tornou o momento ainda mais animado. Esse momento aconteceu no segundo dia do encontro antes do início do show noturno.

A programação noturna era o momento da apresentação das bandas das comunidades e para todos os demais era um momento de prestigiar os jovens artistas dos bairros. Um detalhe importante foi que ao final dos encontros regionais tinham mais bandas cadastradas do que era previsto na programação. Então resolvemos fazer uma reunião com os representantes das bandas e buscar conjuntamente uma solução. Um procedimento utilizado foi que fosse dada uma preferência àquelas bandas que participaram dos encontros regionais e os demais espaços fosse sorteado. Outra orientação foi para algumas bandas dividirem o palco. Os shows aconteceram com bastante animação durante os três dias, contando mais uma vez com a presença do prefeito João Paulo, que saudou os jovens dançando na roda de break puxada por Nelsão.

O show rolando e ao mesmo tempo outros jovens faziam suas manobras na arena de esportes radicais montada na praça. Com a carência de espaço constatada nos encontros regionais e a repressão até então existente, o jovem ao se deparar com uma arena de 30 x 30 m, bonita, com arquibancada e aberta especialmente para ele, não queria mais parar. Mais do que um interesse particular, a iniciativa foi percebida como um estímulo a mais. Eram centenas de skatistas, biker's e patinadores, executando manobras em plena praça pública, fato até então desconhecido pela população que assistia a tudo da arquibancada ou da rua mesmo. Em alguns momentos os educadores tinham que interferir na organização dos jovens, dividindo o tempo na pista entre as diferentes tribos: trinta minutos para os skates, mais trinta para as bicicletas, trinta para os patinadores e trinta para os iniciantes. Terminado o

horário, ainda ficavam jovens “varando a madrugada” e alguns que vinham do interior chegaram a dormir na pista.

Ao final do Encontro tiramos várias lições. Estávamos propondo uma política de esporte inovadora, que inclusive foi fundamentada no II Encontro de Formação continuada que ocorrera dias antes do I Encontro do Esporte do Mangue, porém ainda existia uma certa insegurança em relação às possibilidades de realização daquilo que pensávamos ser necessário fazer. A experiência do Esporte do Mangue mostrou que era possível realizar essa política inovadora. Trazer para o cenário do esporte e lazer um outro formato, uma outra perspectiva de trabalho, relacionando a participação da comunidade com a elaboração e execução das ações. Para equipe gestora foi um grande desafio que rendeu muitos desgastes pessoais, próprios de um desafio como esses. Entretanto, foi uma aprendizagem muito importante para todos os gestores. Entramos pela primeira vez num universo até então inexplorado por professores, principalmente os de Educação Física. Apreendemos junto aos jovens radicais, diversas linguagens ligadas à cultura corporal que não conhecíamos. Recebemos um verdadeiro “passaporte” para entrar em alguns lugares que antes não nos eram permitido o acesso. Aprendemos um pouco mais como lidar com os jovens radicais. Conhecemos suas formas de organização, seus anseios e revoltas. Como gestores aprendemos a lidar com uma máquina administrativa para realizar um evento como este. Isso foi uma frustração geral que precisa ser relatada especificamente. Uma coisa muito marcante é olhar a memória desse encontro e ver que os jovens passaram a tirar fotos com os educadores e gestores fazendo gestos que antes eles só faziam entre si, passaram a nos convidar para as rodas de break, ou seja,

passamos a fazer parte de um cotidiano que não existia antes para nós. E os jovens passaram a contar mais um pouco com um agente que antes para eles só era presente como repressão.

7.1.6 - Encaminhando as propostas da juventude

Diante dos problemas e propostas apresentadas pelos jovens o desafio agora era encaminhar as ações necessárias como continuidade do projeto. Já sabíamos de antemão que várias daquelas ações seriam realizadas em médio prazo em função da insuficiência de recursos financeiros e dispositivos administrativos disponíveis na DGE naquele momento.

Em relação aos encaminhamentos da oficina de Capoeira buscamos uma articulação com o Núcleo da Cultura Afrobrasileira da Secretaria de Cultura para encaminhamento daquelas propostas. Dessa articulação e da ação conjunta com cerca de vinte entidades ligadas à prática da Capoeira, realizamos ainda em novembro do mesmo ano a I MOSTRA DE CAPOEIRA DO RECIFE. O evento que teve sua abertura festiva também na praça do Marco Zero, reuniu capoeiristas dos mais diversos grupos do Estado de Pernambuco, que durante quatro dias (18 a 21/11) participaram de uma programação composta de apresentações culturais dos grupos de capoeira, relatos de experiências dos mestres, mostra de vídeo das entidades, feira de materiais dos grupos e debates abordando os temas a *“História da Capoeira em Pernambuco”* e *“Capoeira e Afrodescendência”*. Esses debates tiveram como problematizadores os Mestres de Capoeira e Professores Universitários pesquisadores do tema. Foi um evento inédito pela programação, pela articulação e mobilização de grupos que possibilitou e pelo sentido de

afirmação afrodescendente que promoveu. Durante os debates ocorridos desde o processo de planejamento até os seminários, os conflitos de idéias entre os representantes de diversas versões da capoeira foram constantes num sinal de que mais uma batalha ideológico-cultural e seus desdobramentos políticos estava sendo travada num sinal de viva democracia. Também foi lançado no evento o folder divulgando a história da capoeira em Pernambuco e com informações importantes sobre os grupos. Em função da

especificidade, das dimensões da demanda e do caráter intersetorial do tema avaliamos que as políticas para o setor mereciam um tratamento especial, sendo necessária sua articulação com uma série de políticas de afirmação afrodescendente o que estaria mais adequada às funções do Núcleo de Cultura Afrodescendente, extrapolando o raio de abrangência do projeto Esporte do Mangue. A Mostra de Capoeira foi realizada no ano posterior sob a coordenação da Secretaria de Cultura, entrando para o calendário das comemorações afrodescendente.

Em relação às demandas levantadas nas oficinas de Biccross, Skate/ Patins e Hip Hop, observamos que elas se classificavam em categorias que sugeriam quatro linhas de ação: *a) construção e requalificação de equipamentos, b) apoio a eventos realizados pelos grupos, c) programação de atividades nas comunidades, e d) apoio a formação de novos grupos de juventude.*

Diante das linhas de ação traçadas, avaliamos que em função da disponibilidade de recursos partes das demandas seriam respondidas em curto prazo, pois só bastava um esforço de reordenar os recursos existentes. Uma outra parte, especialmente a *construção de equipamentos de esporte e lazer,*

era um pouco mais complexa, demandando mais tempo e articulação político-administrativo, em função de implicar na aquisição de recursos financeiros e na intervenção física em espaços públicos com legislação ambiental extremamente rigorosa, às vezes significando processo de desapropriação entre outros procedimentos legais.

Para dar andamento a demanda de construção/requalificação, resolvemos realizar uma série atividades de ordem técnica e outras de ordem política, ligadas a definição de recursos. As ações de ordem técnicas foram: o aprofundamento dos estudos sobre espaços/equipamentos potenciais existentes na cidade, sua situação jurídica e a viabilidade técnica da construção. Resolvemos fazer também um estudo sobre as especificações técnicas e arquitetônicas dos modelos de equipamentos mais utilizados pelos jovens no Brasil e em outros países. Por outro lado, retomamos a articulação com os jovens no sentido de esclarecê-los de que os recursos destinados à realização de obras seriam definidos no Ciclo do Orçamento Participativo 2003, necessitando que os mesmo se organizassem para eleger suas prioridades. Além disso, observamos que algumas obras de requalificação já estavam sendo realizadas pelas empresas de obras e de manutenção do Município (URB e EMLURB) tendo espaço para incluir algumas demandas definidas pelos jovens. A nossa coordenação de gestão de equipamentos, auxiliada por uma comissão de jovens e usando a Internet como ferramenta principal, caiu em campo nesse estudo, de maneira que o projeto a ser apresentado fosse condizente com os interesses dos demandantes e começou a fazer algumas articulações internas para incluir algumas demandas nas obras em andamento. Por outro lado, a coordenação do projeto Esporte do Mangue, articulada aos

demais projetos dos Círculos Populares, iniciaram um processo de preparação dos jovens para participação no Ciclo 2003 do Orçamento Participativo.

O ano de 2002 significou para os gestores e coordenadores do projeto Esporte do Mangue, sobretudo, o sentimento de que era possível, não sem dificuldades, realizar um projeto de esporte e lazer *para e com* a juventude, fundamentado em valores diferente dos hegemônicos numa sociedade capitalista, que pudesse resgatar a auto-estima dos jovens da periferia da cidade, elevando a consciência política e estimulando a auto-organização. Para os jovens ficou a sensação de que algo de novo tinha acontecido na cidade e que o poder público agora estava tendo uma atenção interessante para eles. Isso pode ser ilustrado como a fala do jovem Galo de Souza do grupo Êxito d'rua:

“Pra mim o significado é dar continuidade ao que já existe e fortalecer o que já vem existindo às margens da sociedade. (...) As coisas que estavam acontecendo e ninguém dava importância, ou que viam mas não identificavam a potencialidade disso. (...) É o significado da vida, do esporte, à essa juventude que está praticando e fazendo, cada um dentro de suas áreas, da sua especificidade. Esse é o papel desse projeto. É uma resposta do governo que a gente nunca tinha escutado. (...) Esse governo está perguntando o que a gente quer. Essa é a importância essencial desse projeto.”

O conceito de Círculos Populares de Esporte e Lazer estava sendo inventado na prática e na teoria. Olhando para trás observamos que tínhamos vivenciado, com a riqueza das contradições da realidade, os valores elaborados para a política de esporte e lazer, os princípios e momentos da proposta pedagógica ainda em formulação naquele momento. Em termos pedagógicos o conceito de Círculos Populares de Esporte e Lazer já contava com diversas experiências para enriquecê-lo: os núcleos dos círculos de

convivência; a experiência com o futebol que se desenhava e o Esporte do Mangue como ação específica para a juventude. Também foi um momento que percebemos com mais nitidez que o segmento *Juventude* precisava de uma atenção específica em função de sua condição juvenil e suas formas de organização. Isso demandava ainda um certo investimento em formação continuada dos educadores visando capacitá-lo para o trabalho com o segmento, o que veio a acontecer através da oficina “*Esporte, Lazer e Juventude*”, ministrada com o professor Paulo Carrano no III Encontro de Formação Continuada em Esporte e Lazer, em junho de 2003.

Do ponto de vista administrativo terminamos o ano com a sensação de que era necessário mudar muita coisa para que o projeto pudesse ser realizado sem tantos sacrifícios pessoais. Politicamente, porém, a avaliação foi que demos um passo importante na construção da legitimidade da política de esporte e lazer, junto à população, sobretudo os jovens e internamente à gestão, particularmente nas suas instâncias superiores que acompanharam as ações da DGE.

7.2 - O Projeto Esporte do Mangue em 2003

O ano de 2003 da Diretoria Geral de Esporte iniciou com a realização da oficina de planejamento nos dias 16, 17 e 18 de janeiro, no Colégio Salesiano. A intenção de realizar o planejamento era fazer uma máxima otimização dos poucos recursos que se tinha, tentando suprir as dificuldades que tínhamos passado no ano anterior.

A oficina contou com a participação dos integrantes da DGE e teve como objetivo “(...) a construção de uma estratégia de ação para o período de 2003 e 2004 e, orientar a montagem da estrutura administrativa da Diretoria em função da valorização das ações de Esporte e Lazer na construção de uma sociedade Cidadão¹⁵(Recife 2003, mimeo)”.

A oficina avaliou as ações do projeto em relação aos valores que orientam a Política Municipal de Esporte e Lazer, chegando as seguintes conclusões:

- *O esporte como fator de desenvolvimento humano:*

“O modelo trabalhado no projeto propicia o desenvolvimento humano no momento que convoca a juventude para refletir sobre sua realidade, contextualizada a partir dos seus momentos de lazer e esporte. E quando potencializa a tomada de decisão e construção coletiva, a partir da reflexão sobre a realidade e sobre os limites e possibilidades do projeto”.

- *O lazer como instrumento pedagógico de elevação cultural e da consciência política:*

“Mesmo contando com apenas 12 momentos de interação com os jovens simpatizantes e praticantes de esportes radicais, o projeto possibilitou uma ampla reflexão crítica sobre a realidade da juventude e desenvolveu ações iniciais para a busca da conquista da emancipação autodeterminada”.

- *O lazer e o esporte como fatores de inclusão social:*

“O projeto reconhece a necessidade da garantia dos direitos sociais de acesso e permanência ao esporte e lazer. Essa inclusive tem sido a principal tônica das discussões com os grupos jovens. Podemos dizer que existe um reconhecimento da necessidade da garantia desses direitos por parte dos jovens, expressado na identificação das problemáticas e na proposta de solução apresentada à prefeitura. Porém, há de se reconhecer a falta de condições materiais objetivas para garantia desses direitos”.

Durante a oficina foram definidas também as prioridades estratégicas para o período. Os resultados do quadro de priorização dos projetos apontaram

¹⁵ O genérico termo “Sociedade Cidadã” foi sugerido pelo facilitador da oficina de planejamento em função possibilitar diversas definições ideológicas. Entretanto, era forte na equipe a intenção de usar o termo “Sociedade Socialista”.

os Círculos de Convivência Social como o mais estratégico por permitir a operação dos demais projetos, em função de estar voltado aos diversos segmentos da população e por possibilitar uma melhor aproximação dos técnicos com o público alvo, facilitando a convivência destes com os demais participantes de outras modalidades esportivas.

O Esporte do Mangue foi avaliado como a segunda prioridade uma vez que, embora atingindo uma clientela muito específica, possuía um significado muito especial por atender um segmento em situação historicamente discriminada e excluída, e em busca de uma ação mais radical, procurando se diferenciar dos demais. Conforme o relatório da oficina de planejamento, as metas definidas para o período de 2003, consta das seguintes ações:

- III Fórum do Esporte do Mangue;
- Encontro de Formação dos Agentes Comunitários de Esporte e Lazer;
- Oficinas itinerantes nas comunidades;
- Pólo Hip Hop;
- Casa do Hip Hop;
- Produção de equipamentos esportivos, moda e primeiro emprego;
- Construção de equipamentos;
- II Mostra de Capoeira.

Também foi levantada a necessidade de se ampliar as atividades do projeto para outros segmentos da juventude, principalmente aquelas mobilizadas pelos Círculos de Convivência Social, promovendo o diálogo entre as juventudes da periferia e suas diversas linguagens. Programamos realizar, além dos encontros regionais, os Festivais de Juventude dos Círculos

Populares de Esporte e Lazer. Para dar conta dessa ampliação foi constatada também a necessidade de se reestruturar a Equipe de Gestores, sendo definida a implantação do Departamento de Esporte e Juventude.

Definir metas para o Esporte do Mangue foi uma tarefa não muito difícil, uma vez que o I Encontro do Esporte do Mangue já havia levantado as demandas dos grupos jovens. Neste sentido o planejamento foi mais importante por ajudar a equipe a perceber as fragilidades e potencialidades do projeto, identificar parceiros que pudessem contribuir na realização das metas e elaborar estratégias para disputa de recursos internos e externos. Assim, percebemos que para cada uma das metas definidas existia um caminho viável ou por dentro do próprio projeto ou através de parcerias com outras Secretarias. Ao final do planejamento a equipe já estava mais segura dos passos a serem dados e com o fôlego renovado para continuar o projeto.

7.2.1 – Formando novos quadros

O projeto iniciou seus trabalhos com a realização do I Encontro de Formação de Agentes Comunitários de Esporte e Lazer. O encontro teve como objetivo capacitar e selecionar dez jovens para atuarem nas diversas ações do projeto.

“Os Agentes irão desenvolver Oficinas de Esportes Radicais nas comunidades no intuito de trabalhar a auto-organização dos grupos jovens e de desenvolver atividades educativas, em conjunto com a coordenação do projeto Esporte do Mangue e corpo docente dos Círculos Populares de Esporte e Lazer, que socialize conhecimentos da cultura corporal, potencializando o protagonismo juvenil” (Documento oficial).

A idéia, também, era que o projeto contasse com a atuação de jovens praticantes das diversas modalidades esportivas e culturais contempladas no projeto: bicicross, hip hop, skate e patins. A iniciativa se deu por avaliarmos que a participação dos jovens em todo processo de mobilização e elaboração do I Encontro tivera sido decisiva para o sucesso do projeto, tanto do ponto de vista técnico quanto político. Realizamos um encontro de vinte horas, onde foram abordados os seguintes temas: a) Protagonismo Juvenil: a juventude buscando sua autodeterminação; b) Autodeterminação no lazer e no esporte; c) Esportes Radicais: aspectos históricos e procedimentos pedagógicos nas Oficinas; e) Mobilização juvenil nas comunidades. Ao final do encontro os jovens elaboraram um Plano de Ação Comunitária que foi colocado em prática num Arrastão de Lazer realizado num dos núcleos onde funcionava um Círculo de Convivência Social. As oficinas foram ministradas pelos coordenadores do projeto e ao final, dos dez participantes, seis foram contratados pela DGE. A equipe do projeto Esporte do Mangue, que era composta por dois estagiários de Educação Física, recebeu o reforço de mais seis jovens praticantes de skate e patins. Os jovens do hip hop desistiram durante o encontro de formação e como um dos coordenadores fazia parte do movimento hip hop, avaliamos que não era necessário contratar mais nenhum jovem. No relatório da atividade os coordenadores pedagógicos avaliariam que “(...) a iniciativa foi bastante positiva, criando uma expectativa para se iniciar o projeto, seguido da clareza da seriedade do mesmo” (Relatório EFACEL).

7.2.2 – De novo na periferia.

Em 2003 as atividades do projeto Esporte do Mangue foram modificadas em função da necessidade de adequação a nova realidade e suas metas. Os principais procedimentos do projeto, que já estavam sistematizados, eram os seguintes: 1) Fórum do Projeto Esporte do Mangue – com caráter de sensibilização e mobilização; 2) Encontros Regionais – com o caráter de sensibilização, levantamento dos problemas dos grupos jovens e definição da programação do encontro; e o 3) Encontro Municipal do Esporte do Mangue - cujo caráter foi de discussão dos problemas e apresentação de propostas. Em 2003 além de mudar o sentido de cada um desses momentos, o calendário do projeto foi acrescido de uma outra série de atividades que se desdobraram das metas estabelecidas pela DGE.

O III Fórum do Projeto Esporte do Mangue foi realizado no Armazém 14 no Bairro do Recife e contou com a participação de cerca de quinhentos jovens de toda a cidade. Durante a programação foram anunciados a implantação do Pólo Hip Hop com data marcada para 1º de abril, o lançamento da oficina de esportes radicais da Aurora do Lazer, foi apresentado o calendário dos encontros da Juventude Radical (novo nome dos encontros regionais que antes era chamado de Encontros por RPA) e houve apresentações das bandas de Rock, Rap, Maracatu, Funk entre outros ritmos ligados ao movimento Mangue Beat. O evento contou com uma estrutura de um teatro de arena e os jovens skatistas, patinadores e biker's puderam dispor da arena móvel de esportes radicais montada no espaço externo do Armazém e na rua interditada. O Fórum do Esporte do Mangue, que no ano anterior teve o objetivo de mobilizar e discutir a proposta o Encontro Municipal passou a ser um espaço de divulgação das ações que iam ser realizadas no sentido de

responder as demandas levantadas pelos jovens. Também foi apresentado para discussão o projeto da pista de esportes radicais a ser apresentada a empresa de obras e ao final os jovens manifestaram suas reflexões e propostas:

“- (...) queria deixar um recado: as ações da prefeitura dependem da participação dessa juventude nas plenárias do Orçamento Participativo, até mesmo para termos o direito de cobrar” (Jovem do hip hop).

“- Nós temos que participar do fórum para fortalecer o Pólo Hip Hop” (Jovem do hip hop)

“- (...) a falta de iniciativa da juventude para defender suas prioridades, faz com que a prefeitura realize obras de encostas de barreiras, que caem na primeira chuva e deixe de construir a pista que queremos” (Jovem skatista).

Com o aumento da participação e diante das metas com previsão de oficinas itinerantes e programação esportiva, os encontros regionais foram ampliados passando a ser realizadas em dois dias e com atividades esportivas e culturais. O novo modelo, dos agora chamados Encontros da Juventude Radical, passou a ter a seguinte programação: a) oficinas de skate, patins, bicicross e hip hop; b) construção do I Campeonato Participativo de Skate e Patins; c) debate e avaliação das ações do projeto; e d) apresentações culturais das bandas locais. Os encontros da Juventude Radical foram problematizados pelo pergunta: “*O Recife é da Juventude?*”. Esse tema deveria ser respondido pelos jovens através de uma síntese a ser apresentada no II Encontro Municipal do Esporte do Mangue. Conforme o projeto, os encontros se justificavam da seguinte forma:

“A indústria do lazer e do esporte tem fortalecido uma organização de cunho individualista da juventude em seu tempo liberado. Tal fato tem fortalecido a construção de um jovem

consumidor, pouco criativo ou criativo controlado como acontece geralmente na prática esportiva formal. Nesse sentido a potencialização de espaços de encontro e reencontro de jovens para a construção coletiva de seu tempo liberado de obrigações se mostra como uma valorosa estratégia de resgate da cidadania. Os Encontros JUVENTUDE RADICAL DO ESPORTE DO MANGUE são estratégias de aproximação com a juventude, procurando fortalecer a organização dos grupos jovens comunitários e elevar a consciência cultural e política da juventude das áreas da periferia da cidade, reconhecendo suas demandas e aspirações coletivas e propondo uma ação conjunta a partir do projeto Esporte do Mangue” (Documento Oficial).

Esse novo modelo ressignificou os encontros regionais, os quais passaram a realizar as metas das oficinas itinerantes e abrindo espaço para realização de um campeonato de skate e patins envolvendo praticantes de toda região metropolitana da cidade. As oficinas itinerantes possibilitaram a divulgação e a iniciação de jovens ao skate, patins, bicicross e hip hop. Já o campeonato participativo contemplou os iniciados e veteranos que reclamavam do fraco calendário de competições existente na cidade. Vale salientar que toda a construção do campeonato, desde a elaboração das regras e do regulamento até a narração das manobras, foi feita junto e pelos jovens. A premiação com medalhas e troféus era feita para todos os participantes, se diferenciando dos caros e elitizados eventos realizados pela Federação Pernambucana de Skate. O projeto chegou a realizar uma eliminatória com a participação de oitenta jovens Para as bandas musicais foi disponibilizada uma estrutura de palco e som, o que possibilitou que mais jovens pudessem se apresentar em sua própria comunidade. O momento de debate passou a servir para se fazer um balanço das ações do projeto e articular estratégias de acompanhamento das metas. Na verdade os Encontros da Juventude Radical passou a ser uma versão resumida e descentralizada do Encontro Municipal do Esporte do Mangue.

7.2.3. - Os Festivais de Juventude nos círculos de convivência

Como resposta á demanda de ampliar das ações do Esporte do Mangue para outras juventudes, foram realizados os Festivais de Juventude junto com os jovens usuários do projeto Círculos de Convivência. Os núcleos do Parque do Caiara e Dois Irmãos foram pioneiros na iniciativa.

Os festivais de juventude envolveu um público de 1000 jovens, envolvendo 26 grupos culturais das comunidades e oportunizando uma aproximação desses grupos com a equipe dos círculos populares. As comunidades mais envolvidas forma: Dois Irmãos, Córrego da Fortuna, São Braz, Parque do Caiara, Iputinga e Torre. Com intuito de atender uma nova demanda, os festivais possibilitaram a construção de um espaço de discussão para identificação dos elementos que contemplassem e atraísse as diferentes juventudes. Houve uma participação predominante em torno das atividades de futebol, voleibol e skate. A programação foi estruturada da seguinte forma: 1º) primeiro dia - palestras, oficinas, apresentação teatral (grupos das comunidades), torneios esportivos e apresentações culturais da comunidade; 2º) segundo dia - Final dos torneios, apresentações culturais e socialização das oficinas.

Os comerciantes dos bairros também se envolveram com o evento, contribuindo com o pagamento do carro de som e a alimentação de toda a equipe dos Círculos Populares de Dois Irmãos e Caiara. Também foi significativa participação familiar dos jovens para prestigiarem seus filhos, nas atividades realizadas. Os festivais se caracterizaram como uma ação integrada

com as comunidades nos diferentes segmentos, de comerciantes, associações comunitárias locais, direções de escolas municipais e estaduais e os jovens das comunidades. Reconhecemos que os festivais de juventude representou a reestruturação do projeto Esporte do Mangue apontando para um novo formato, com uma maior amplitude de interesses e de novas linguagens culturais e esportivas das juventudes.

7.2.4 – As conquistas da juventude radical.

Durante o ano, várias outras ações foram realizadas no sentido de cumprir as demandas levantadas pelos jovens radicais no I Encontro Municipal. Algumas eram realizadas por dentro dos Encontros da Juventude Radical e outras em atividades paralelas. Das metas ligadas ao *Skate e Patins* foram realizados o I Campeonato Participativo de Skate e Patins, as Oficinas Itinerantes de Skate e Patins nas comunidades, oficinas e arena montada quinzenalmente na Aurora do Lazer, Oficinas e Arena montada durante os Festivais dos Círculos de Convivência Social. Das metas ligadas à *Cultura Hip Hop* foi implantado o Pólo Hip Hop na rua da Moeda, foram realizadas as Oficinas Itinerantes de Break, Rap, DJ e Grafite. A roda de Break no Parque 13 de Maio recebeu apoio e foi formada mais uma Roda de Break na Aurora do Lazer. No segmento da *Capoeira* foi realizada II Mostra de Capoeira do Recife, agora sob a coordenação do Núcleo de Cultura Afrodescendente.

7.2.5 – Construindo a primeira pista de esportes radicais

Destas realizações vale destacar a implantação do projeto Aurora do Lazer, que tinha o objetivo de realizar quinzenalmente a animação esportiva e cultural do Cais da Aurora, ação demandada pelos moradores dos bairros da Boa Vista e Santo Amaro durante o ciclo do Orçamento Participativo do ano de 2002, que além da animação também aprovou a reforma de um trecho do calçadão prevendo a implantação de equipamentos esportivos, como parque infantil, quadra esportiva, pista de caminhada e uma pista de skate. Para viabilizar o projeto Aurora do Lazer foram articuladas ações da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que montava a Feira do Programa de Desenvolvimento de Artesanato do Recife (Prodart), a Secretaria do Orçamento Participativo apoiava na mobilização e a Secretaria de Turismo e Esporte através da DGE realizava a animação cultural e esportiva através da oferta de oficinas de jogos esportivos, jogos populares, jogos de salão etc. A comunidade organizada através do grupo Amigos da Aurora construiu conjuntamente a programação, após várias reuniões, além de acompanhar a Secretaria de Serviços Públicos na limpeza da área e preparação do campo de futebol, após a capinação e aterro de um terreno baldio beirando o manguezal.

A implantação do projeto Aurora do Lazer mudou a realidade de abandono do Cais da Aurora. Um espaço localizado no Centro da Cidade, as margens do Rio Capibaribe, habitado pela classe média, que apesar da memória boêmia, estava muito maltratada. O projeto teve um grande impacto e junto com a previsão da sua requalificação (com recurso aprovado no BNDES), com início marcado para o final de 2003, ganhou as páginas dos principais jornais da cidade. O Diário de Pernambuco divulgou:

“Por muitos anos refúgio de boêmios no Recife, a Rua da Aurora, no bairro da Boa vista, deverá tornar-se a partir deste domingo uma das

principais opções de diversão para as comunidades locais. Às 14h, a Prefeitura da Cidade do Recife estará lançando o Arrastão do Lazer, com o objetivo de divulgar para a população o programa Aurora do Lazer, que, a partir do próximo dia 29, vai desenvolver atividades esportivas e culturais no local. O evento de hoje, aberto para todas as idades, funcionará como uma espécie de prévia do projeto, com oficinas de cultura corporal, jogos esportivos, banco de trocas de livros, torneios de dominó e uma arena para prática de esportes radicais” (DP 2003, p. c1).

Para dar visibilidade as demandas da juventude radical, resolvemos incluir na programação do projeto a realização de oficinas de skate e patins e foi formada mais uma roda de break. Com a previsão da requalificação do espaço, tornaram-se concretas as possibilidades da construção da primeira pista de skate da cidade. Tal informação fez com que a juventude radical se tornasse freqüentadores assíduos da Aurora do Lazer, contrastando com as pessoas que procuravam a feirinha de artesanato e os jogos de dominó e damas. A presença dos jovens não se deu sem os olhares enviesados e os comentários discriminatórios, pois muitos dos participantes do projeto vinham dos vizinhos Santo Amaro e Ilha do Leite, bairros marcados pela pobreza e com grande fama pela violência: uma “periferia” no “centro”. A abertura do projeto Aurora do Lazer foi uma grande festa, com destaque para os Círculos Populares de Esporte e Lazer, que além das diversas oficinas esportivas e artísticas, realizou o festival junino dos Círculos de Convivência, tornando o evento ainda mais animado. Nessa cena os jovens radicais fizeram um show à parte. As apresentações de dirt jump, a arena móvel de skate, patins e a roda de break com os b.boys “rodando de cabeça pra baixo”, se misturaram com as quadrilhas matutas e cirandas das crianças, jovens e, principalmente dos adultos e idosos que vinham dos bairros em ônibus contratados pelo programa. Os Agentes Comunitários de Esporte e Lazer fizeram a sua parte, ministrando

oficinas para crianças e jovens interessados em aprender a andar de skate ou dançar break, o que se mostrou uma estratégia bastante eficiente para quebrar na idéia de *criminalização* da Juventude Radical. Aos poucos os pais começaram a acompanhar seus filhos nessas oficinas. No outro dia saiu no Diário de Pernambuco:

“**Aurora** vira espaço para brincadeiras e lazer grátis. Cultura e esporte foram atração para a garotada neste domingo”. (...) embora tenha atraído pessoas de todas as idades, as crianças foram as que mais curtiram o evento. Jorge Luiz Vicente, 9 anos depois de aprender movimentos iniciais do skate e acompanhar o vôlei, não tirava os olhos das manobras radicais das bicicross. “Eles são feras. Da próxima vez que vierem aqui vou querer aprender”, comentou”(DP 09/06/03, p. A-6).

A cada domingo os jovens radicais demarcavam seu pedaço naquele território com um objetivo claro: *a construção da primeira pista de esportes radicais da cidade*. A montagem da arena móvel durante a Aurora do Lazer era obrigatório e as reuniões organização do movimento eram permanentes. Até que recebemos na DGE uma convocação da empresa de obras, a URB, para uma reunião onde iria ser discutido o projeto de requalificação da Aurora. Na reunião identificamos que, mais uma vez, o projeto era totalmente distante do que a população pensava e a pista de skate era igual às aquelas que existiam nas “praças macabras”. Sugerimos a formação de uma comissão composta pelos Amigos da Aurora, Jovens Radicais e gestores do Esporte do Mangue para reelaborar o desenho e acompanhar as obras. Uma nova proposta, em lápis cera, foi apresentada aos arquitetos e engenheiros da URB que redesenharam o projeto e a ordem de serviço foi assinada pelo Prefeito João Paulo num domingo festa. Com o início da obra a participação dos jovens radicais, dos Agentes Comunitários e gestores do projeto se destacaram pela verdadeira

assessoria que prestaram aos engenheiros e mestres de obras em relação às especificações técnicas da pista de esportes radicais. Os jovens radicais chegaram a fazer amizade com os trabalhadores, uma vez que visitavam a obra diariamente. O novo Cais da Aurora foi inaugurado no dia 06 de junho de 2004 com uma grande festa, que em meio a chuva, teve como protagonista a insistência principal da Juventude Radical que se negou a sair do local.

7.2.6 – As conquistas do Hip Hop

Em 2003 as duas conquistas mais significativas para a Cultura Hip Hop parecem pequenas mais não são. As rodas de “break dance” ou “dança de rua”, assim como grande parte das manifestações da comunidade afrodescendente, sempre tiveram que se organizar de forma marginal, sendo permanentemente discriminadas pela população e reprimidas pela polícia. O caso da roda do 13 de maio não era diferente, se “organizava na base da resistência” e sem maiores atenções do poder público. As rodas aconteciam nas tardes de domingos, quando os jovens levavam os seus sons portáteis, encerado e extensão elétrica. Quase sempre tinham que negociar com os vigilantes do parque para poder montar sua estrutura e estavam sempre sujeitos aos humores da polícia. Para resolver a demandas desses grupos, aproveitamos uma obra de acessibilidade que tinha sido autorizada no parque e sugerimos a empresa de manutenção (EMLURB) que incluísse no projeto a um espaço exclusivo para a roda de break, que era a construção de uma roda de cimento e um ponto de energia. Inicialmente houve uma grande resistência, perpassada por uma séria de preconceitos, por parte dos gestores e técnicos

da EMLURB, levando os jovens a exigirem uma reunião com os dirigentes da empresa no sentido de reforçar a reivindicação. Apesar de bastante tensa, a reunião teve resultado positivo para os jovens, que além do espaço no parque, conquistou o respeito político do poder público. A DGE também passou a disponibilizar um serviço de som mais adequado para os eventos além do acompanhamento sistemático dos Agentes Comunitário de Esporte e Lazer.

A propaganda Hip Hop foi ampliada com a implantação do Pólo Hip Hop na Rua da Moeda no Bairro do Recife Antigo. O Pólo foi um espaço aberto, totalmente custeado pelo projeto, uma vez por mês para realização de oficinas de break, grafite e DJ, debate sobre temas afetos ao cotidiano da juventude e apresentação de bandas ligados a Cultura Hip Hop. O Espaço era gerido coletivamente pelos jovens do movimento, gestores da DGE e do Núcleo de Cultura Afrodescendente os quais, durante o processo de organização, debatiam constantemente sobre os objetivos do Pólo, a necessidade de democracia e transparência na condução dos trabalhos e nos critérios de escolha das bandas que iriam tocar e, também, da necessidade de elevação políticas dos jovens. Essa polêmica acontecia sempre que o formato do Pólo era tencionado para um lado mais voltado para promoção artística.

Em relação as metas de *construção de equipamentos* tais como a pistas de esportes radicais e a Caso Hip Hop como foi dito antes sugerimos que os jovens se organizassem para eleger suas prioridades no Ciclo do Orçamento Participativo.

7.2.7- A juventude no OP

A participação das pessoas ligadas aos Círculos Populares de Esporte e Lazer, em particular a Juventude Radical, foi um grande diferencial no Ciclo do Orçamento Participativo de 2003. Neste ano, com o objetivo de envolver o segmento de esporte e lazer no processo, resolvemos realizar uma capacitação de todos os participantes do projeto sobre a metodologia do OP na escolha das prioridades para investimentos na cidade. Foram realizadas várias reuniões, com o auxílio dos técnicos da Secretaria de Orçamento Participativo e Gestão Cidadã e educadores dos Círculos Populares, onde participavam grupos de idosos, clubes de mães, skatistas, equipes de futebol, grupos musicais etc. Em seguida vieram as reuniões de articulação das comunidades para combinar suas prioridades, contando sempre com a participação de lideranças comunitárias e delegados do OP. Em todas as reuniões nas comunidades a participação da Juventude Radical era destacada pela energia com que colocavam suas idéias e defendiam seus interesses. O argumento do esporte e lazer como instrumento de combate à violência era o mais utilizado para defender a prioridade do tema. De outro lado, os educadores dos Círculos Populares de Esporte e Lazer procuravam alargar o argumento colocando em debate a perspectiva do Esporte e Lazer como Direito Social. Iniciadas as plenárias, a cada noite um resultado surpreendente. O tema Esporte e Lazer, que tinha ficado nas últimas prioridades nos anos anteriores, começavam a aparecer entre as três prioridades em várias regiões da cidade, terminando em segunda colocação na classificação geral. Várias eram as demandas colocadas e entre elas constava a construção da pista de skate, patins e bicicross no Parque do Caiara, na orla de Brasília Teimosa e na Av. Caxangá, dentre outros locais da cidade. A novidade surpreendeu a todos de uma

maneira que o Jornal do Comércio publicou uma matéria que dizia o seguinte:

“Recifense quer mais áreas de lazer e esporte. Cerca de 69 mil recifenses que participaram das plenárias regionais do Orçamento Participativo (OP) decidiram que um dos investimentos prioritários do Orçamento de 2004 deve ser feito na construção de áreas de esporte e lazer. Os gestores do programa se surpreenderam com o fato, pois essa foi a primeira vez que a demanda por esse tipo de obra foi incluída entre as prioridades. A novidade foi divulgada, ontem, pelo prefeito João Paulo, durante o balanço do OP, feito para a ocasião da posse de 56 novos conselheiros” (JC 24-09-2003 p.2).

Além de ter colocado os equipamentos de esporte e lazer entre as prioridades, a Juventude Radical também conseguiu eleger vários delegados regionais, que têm a função de acompanhar e fiscalizar a realização das obras. Todo esse processo foi motivo de grande alegria para o setor de esporte e lazer e, em particular a juventude, em virtude do empenho com que assumiram a tarefa. A juventude do Hip Hop, porém não se envolveram no processo. A dose foi repetida na plenária temática de *Urbanismo e Meio Ambiente* e depois na de *Juventude*. Na primeira foi reforçada a prioridade da reforma do Parque do Caiara, com o detalhe da construção da pista de *skate, patins e bicicross* e também foram eleitos delegados entre os jovens, para acompanhar e fiscalizar os encaminhamentos para a realização das obras.

A plenária temática de juventude foi realizada sob os mesmos moldes que as demais. Diante de uma cédula com os projetos e programas dos diversos setores voltados para o segmento jovem, os participantes escolheram as prioridades após uma breve apresentação dos objetivos e realizações de cada projeto pelos seus respectivos gestores. Na plenária de juventude de 2003, votaram 405 participantes, candidataram-se 48 jovens e 23 foram eleitos

delegados. As prioridades eleitas, segundo relatório do OP foram: Assistência Social (Ação: Centro da Juventude) com 662 pontos; Esporte e Lazer (Ação: Esporte do Mangue) com 537 pontos; Formação Profissional e Geração de Renda (Ação: Programa Primeiro Emprego).

Os encaminhamentos das demandas priorizadas no OP foram encaminhadas com uma certa demora, em função de várias delas implicarem liberação de recursos externos. Particularmente as pistas do Parque do Caiara e da orla de Brasília Teimosa dependiam de recursos externos (Banco Nacional de Desenvolvimento e Banco Interamericano de Desenvolvimento) até então contingenciados pelo Governo Federal. Outras demandas já estavam em plena execução como foi o caso que relatamos sobre o Cais da Aurora. As prioridades da temática Juventude também estavam sendo encaminhadas pelos programas e projetos específicos de cada Secretaria.

A Juventude Radical ligada ao projeto Esporte do Mangue em 2003 participou de praticamente todos os espaços de participação popular abertos pela gestão. Entretanto a continuidade dessa participação através dos delegados eleitos não teve solução de continuidade tanto nas plenárias gerais, quanto nas temáticas. Apesar de serem convocados de várias formas (telegrama e telefone) para as atividades do Fórum de Delegados e do Conselho do Orçamento Participativo, a participação dos jovens foi diminuindo a cada dia, até inviabilizar a instalação do Fórum Temático de Juventude pela falta de quorum.

A partir dos contatos que fizemos com os jovens buscamos levantar as justificativas que os mesmos apresentavam para as ausências nas atividades do Fórum. Alguns jovens alegaram que *as reuniões aconteciam no*

horário escolar ou no horário de trabalho, outros diziam não ter dinheiro para o transporte e outros que as reuniões eram monótonas e desinteressantes. Uma outra parte ligada a Associação dos Skatistas da Iputinga, explicou que só tinha interesse mesmo na construção da pista que tinha demandado e não ia acompanhar as demais obras encaminhadas para a região.

7.2.8 – Construindo organismos juvenis de hegemonia.

Todos esses espaços de participação política fizeram surgir várias organizações juvenis para reivindicar e lutar por direitos. Duas delas chamaram atenção pela capacidade de mobilização e iniciativa política: a Associação de Skatista da Iputinga e a Associação Metropolitana de Hip Hop.

A ASI surgiu a partir dos “picos de skatistas”, onde os jovens se encontravam para praticarem o skate, utilizando um trilho e um caixote, em algumas ruas do bairro da Iputinga. Com o Esporte do Mangue e as plenária do OP, surgiu a necessidade de organização dos grupos para representar os membros do grupo. Os jovens fizeram várias reuniões e encaminharam vários pedidos de informações de como construir uma associação de skatista, ou seja, quais seriam os mecanismos para que eles pudessem fundar fundarem uma associação. Então marcamos uma reunião especificamente para discutir os instrumentos necessários para criação de uma associação, que contou com a participação dos jovens da Iputinga e da coordenação do Esporte do Mangue.

Após criação da associação, os objetivos dos jovens apontavam para a necessidade de fortalecimento da luta pela conquista da pista de skate do Parque do Caiara. Foi desencadeando assim, um processo de articulação e mobilização entre os jovens nos diferentes espaços de decisões da gestão. Os jovens skatista estabeleceram uma verdadeira maratona para ocupar os espaços de decisão do orçamento participativo, em plenárias regionais, intermediárias e plenárias temáticas (juventude e Meio ambiente e desenvolvimento urbano), elegendo delegados para representar os interesses dos jovens, que de certa forma exigiu uma ampla articulação com setores e atores da comunidade, para definirem como prioridade em Esporte e lazer: a requalificação do parque do Caiara – Arena de skate. Tudo isso, fez com que os jovens fizessem acordos em votar em outras prioridades de outros grupos da comunidade, com intuito de conquistar votos para a prioridade de esporte e lazer.

Um fato marcante aconteceu, no dia da plenária do OP RPA 4.1, onde os jovens da Associação se organizaram, na porta de entrada e abordavam os participantes com um folheto “vote primeira prioridade esporte e lazer para comunidade da Iputinga,” procurando convencer da importância daquela prioridade para comunidade enquanto um instrumento, no combate a violência naquela área da cidade. Desta forma, os jovens skatista se articulavam e defendiam os seus direitos sociais. Essa iniciativa da ASI serviu de exemplo para uma série de grupos da cidade, participantes do Esporte do Mangue, a se organizarem nas diferentes regiões da cidade fazendo surgirem: Skatista de Cristo do Jordão; Skatista do Córrego do Genipapo; Skatista da Guabiraba; Skatista de Jardim São Paulo, entre outros. Uma iniciativa recente

que consideramos importante, pois extrapola os limites do Recife e vem articulando os jovens do bicicross , em especial os da Vila da Sudene, é o processo desencadeado para criação da associação Metropolitana de bicicross.

Uma outra iniciativa nesse mesmo caminho foi a criação da Associação Metropolitana de Hip Hop. A idéia os jovens era construir uma associação com abrangência estadual, mas como o movimento tinha dificuldade de se locomover para o interior, os esforços foram canalizados para a região metropolitana do Recife. A intenção era fundar um órgão legal cujo objetivo era aglutinar os diversos grupos hip hop para reivindicar e fazer ações em conjunto com o poder público. Ao longo desse processo o fortalecimento do movimento vem sendo canalizado, cada vez mais, através dos espaços proporcionados através do poder publico. Há uma ampliação dos espaços de interlocução com o movimento, a tal ponto de estabelece um canal permanente de diálogo com a DGE e outros órgãos da prefeitura.

Desta maneira, o significado político da iniciativa era organizar os seus membros para que eles tivessem força para reivindicar coisas para o movimento hip hop: pólo hip hop ser uma coisa permanente, gerida por eles e custeada pelo município. A casa do hip hop neste mesmo modelo. A idéia era institucionalizar o movimento para que ele tivesse força frente ao poder público. Ser uma entidade que unificasse todo o movimento hip hop considerando toda sua diversidade de conteúdo e forma. Ao longo de todo processo da relação com o movimento hip hop foi possível reconhece que alguns grupos têm uma organização mais horizontalizada e tem como objetivo organizar os jovens das comunidades através de trabalhos sociais. Outros grupos vêm o hip hop como

alternativa para uma vida profissional artística. Tudo isso, foi identificado durante o processo de criação da associação Metropolitana de hip hop, que não deixa de ter inúmeras contradições e dificuldades políticas, como descreve um dos jovens componentes do movimento:

“A gente lá começou a sentir a necessidade de se ter um estatuto e aí houve a participação de todo mundo que estava envolvido na construção desse estatuto. Sendo que chegou num certo ponto que a gente viu que se começou a se ferir o próprio estatuto que a gente estava construindo. A direção ia ser só para ficar no papel, mas prática ia ser uma direção horizontal, onde todo mundo ia ter o poder igual, podendo opinar igualmente e o que se percebeu foi que no próprio dia da eleição uma das figuras que estavam desde o começo na construção, chegou a ponto de dizer que não achava justo que as pessoas que estavam chegando mais recentemente se candidatassem para ocupar alguns cargos dentro da direção da associação. Mas a gente tinha botado no estatuto que a coisa ia ser democrática com igualdade para todo mundo. A associação seria horizontal, mas nesse momento a gente tem um retrato bem claro que é uma coisa bem autoritária. É o que a gente percebe da postura da galera que está na direção. É um grupo que quer se destacar como a referência do hip hop pernambucano e se não for com eles não é movimento hip hop. É uma coisa bem esdrúxula mesmo!” (Jovem do hip hop).

Dessa maneira, ao longo do processo de discussão com outros atores sociais, as contradições se fizeram presentes nos diferentes espaços de interlocução do movimento com o poder público. Ao longo do projeto Esporte do Manguê as novas demandas e interesses das juventudes apontaram a necessidade reestruturar os formatos dos projetos e estabelecer novas metas para o podermos acompanhar esse processo de elevação política e organizativa da juventude.

7.2.9 – O segundo encontro dos mangueboys

Chegamos ao grande Encontro Municipal do Esporte apresentando um novo formato resultado do novo estágio que o projeto se encontrava. Dessa vez o Marco Zero concentrou toda a programação, já que tínhamos disponível também as instalações do Terminal Marítimo da cidade que é situado no mesmo local.

As oficinas de hip hop, skate, patins, bicicross e capoeira tiveram um caráter mais de vivência lúdica e menos reflexivo. A única oficina que teve o caráter propositivo foi a de Construção de Projetos de Equipamentos de Esporte e Lazer coordenado pelo Departamento de Gestão de Espaços de Esporte e Lazer. O objetivo da oficina foi elaborar junto com os jovens, dez maquetes de pista de esportes radicais, a serem apresentadas ao conjunto do governo. A oficina socializou com os jovens o resultado da pesquisa sobre equipamentos para práticas de esportes radicais realizadas pelo departamento, levantou os locais da cidade que os jovens estavam interessados que ganhassem uma pista e orientou a confecção das maquetes cujos desenhos se adequassem aos locais sugeridos.

Também foram realizadas a finais do I Campeonato Participativo de Skate e Patins que teve suas eliminatórias realizadas durante os Encontros da Juventude Radical. Uma outra novidade foi a realização da I Batalha Participativa de B. Boys. A batalha é uma atividade tradicional do hip hop que simboliza as guerras de gang's através dos confrontos de "*break dance*" individual ou coletivamente. É uma espécie de concurso de "dança de rua" onde uma comissão julgadora formada pelos membros mais experientes avaliou os competidores. O termo "participativo" conferido à batalha se deu pelo fato de o processo ter sido todo construído com a participação direta dos

jovens, nos Encontros da Juventude Radical. Aliás, esse foi o caso também do campeonato de skate e patins. Ao final na hora do podium foi realizada a premiação dos campeões das duas competições e apresentado o relatório da Oficina de Construção de Equipamentos de Esporte e Lazer, quando os jovens apresentaram as maquetes aos demais.

A programação noturna com os shows mesclando as bandas das comunidades com bandas de renome, mais uma vez abriu espaço para os diversos ritmos produzidos pelos jovens da periferia. Dessa vez os estilos foram ainda mais diversificados contemplando os mais variados gostos: DJ Dolores e Orquestra Santa Massa, Slave, Compulsivos e Subversivos, Matalanamão, Mc Pooblay, Procurados, Ameaça ao Sistema, Êxito d´rua, Funk & Cia e Faces do Subúrbio, Maracatu Nação Erê, Afros Mangues, Saga Nordestina, Marinabuco, Na Base da Resistência, B.U e Banda Victória. O “som rolando” e a várias tribos voando na arena montada, com suas manobras que fizeram a praça lotar nas três noites. Além dos radicais, participaram também os jovens dos Círculos de Convivência, perfazendo a presença de cerca de 2.500 jovens, todos mobilizados para responder o tema do encontro: *Recife é da Juventude?* Esse tema foi discutido também nos Encontros da Juventude Radical. A conclusão foi que não, pois precisava de equipamentos para a juventude e também de ações que diminuíssem a discriminação da população em relação aos jovens das camadas populares da cidade.

O II Encontro Municipal do Esporte do Mangue, promoveu grande repercussão na cidade, dando boa visibilidade à Política de Esporte e Lazer com atenção a juventude participante do projeto Esporte do Mangue. Contou ainda com a participação do Prefeito do Recife e divulgação na mídia local. O

encontro veio consolidar as novas demandas apontadas pelos diferentes grupos juvenis, como também, apresentou um novo formato que veio fortalecer a organização e participação de novos grupos juvenis.

7.3 – O Esporte do Mangue em 2004

2004 foi ano decisivo para os Círculos Populares de Esporte e Lazer e para a DGE como um todo. Final de gestão, ano eleitoral, onde tudo fica mais difícil, mais acelerado e os interesses se aguçam. Para nos preparar melhor começamos o ano em dezembro do ano anterior, com a Oficina de Planejamento, nos dias 27 a 29 de dezembro no Hotel Piaba de Ouro em Olinda, sendo finalizada no dia 13 de janeiro no Colégio Salesiano, em Recife.

Em relação ao Esporte do Mangue a oficina apresentou os seguintes resultados. Os principais problemas a serem superados no ano eram os seguintes:

- “(a) Deficiência na integração do movimento hip hop com os movimentos dos esportes radicais”.
- (b) Deficiência na política de ampliação do projeto para os diversos perfis da juventude.
- (c) Formação acerca do trabalho com a juventude deficiente e pouco conhecimento do universo de trabalho da juventude” (Documento Oficial).

Como ações estratégicas ficaram definidas as seguintes:

- “(1) Fortalecer o Pólo Hip Hop, garantindo a realização dos seminários, mostras dos elementos da cultura hip hop e implantando a arena de esportes radicais. Realizar festivais de hip hop como fechamento das oficinas itinerantes”.
- (2) Desenvolver ações junto aos diversos segmentos da juventude: a) Esportes radicais; b) Hip Hop; c) Escolinhas Esportivas (Futebol, Vôlei e Capoeira); d) Grupos Culturais (grupo de dança e teatro); e) Movimento Estudantil (DA's e DCE's); f) Movimentos Religiosos; g) ONG's.
- (3) Realizar e apoiar a realização de rodas de break da cidade. Realizar a II Batalha Participativa de B.Boys. Realizar o Encontro

Recifense de Hip Hop. Iniciar o processo de implantação do Centro de Cultura Hip Hop.

(4) Realizar o IV Fórum do Esporte do Mangue. Articular a juventude radical para apresentar, discutir e propor conjuntamente as ações de 2004. Realizar oficinas itinerantes. Realizar 12 encontros da Juventude Radical com o objetivo de articular e mobilizar a juventude na construção do III Encontro Municipal.

(5) Ampliar o número de agentes para atuarem junto as comunidades com ações de esporte e lazer

(6) Realizar a formação dos docentes e agentes acerca do tema "Juventude" (Documento Oficial).

7.3.1 – Consolidando os espaços e tempos de lazer

2004 foi um ano de consolidação da ocupação dos espaços da juventude radical. Em todas as atividades realizadas pelos Círculos Populares era garantida a presença dos jovens radicais do skate e hip hop. Foi assim no Festival de Carnaval dos Círculos Populares, onde foi garantida a tenda eletrônica. No campeonato do SESI, onde foi garantida a montagem da arena de esportes radicais, uma batalha de b.boys. Também significou o estreitamento da juventude dos núcleos dos Círculos de Convivência com a juventude radical. Houve reivindicações dos jovens dos núcleos por atividades de skate patins e hip hop nos festivais. Colônia de Férias teve uma participação muito grande na oficina de skate e hip hop.

O IV Fórum do Esporte do Mangue já indicou que o ano seria promissor. A nossa meta era atingir a participação de 500 jovens. A mídia contabilizou 2000 jovens. O evento teve grande repercussão e foi evidenciado como a política de juventude da gestão. Um avanço é que neste ano conseguimos apresentar um calendário de atividades do projeto no ano. O

objetivo do fórum foi realmente apresentação do calendário e mais uma vez com a saudação do Prefeito e dessa vez com a presença de vários vereadores. Os Encontros da Juventude Radicais também foram reformulados. Cresceram em demanda e também em programação. Foi ampliado o espaço para os grupos culturais apresentarem suas produções. Os momentos de oficinas, que antes ocorriam somente no encontro geral, passaram a ser incorporados também. Os debates sobre os problemas e propostas também foram garantido. Teve a participação de grupo de rap a grupo de brega, funk, grupo de danças populares. No encontro ocorrido no Ginásio de Esporte Geraldão os ciclistas reivindicaram a construção de um circuito de bicicross que foi reproduzido no III Encontro do Esporte do Mangue. O encontro do Geraldão também foi o momento de discussão da batalha participativa de B. Boys. Com a ampliação da participação para os jovens do CEPL's conseguimos identificar as demandas dos jovens dos núcleos, desde o brega até a dança popular.

Também foi uma novidade a elaboração de “*fanzines*” pelos próprios jovens. Os conteúdos dos *fanzines* eram as reflexões feitas nas oficinas, as propostas levantadas pelos jovens e os fatos interessantes que aconteceram nos encontros. Inclusive dentro das oficinas foi produzida uma metodologia que sistematizava os conteúdos junto com os próprios jovens. Os desenhos eram tirados das oficinas, tinham entrevistas e a elaboração final ficou sob a responsabilidade de um membro da banda Subversivos e outro da banda Guajiro.

7.3.2 – Ampliando a participação política nas audiências públicas e conferências

A novidade da participação política da Juventude Radical em 2004 foi a presença nas audiências públicas nas esferas legislativas e as conferências municipal, estadual e federal.

A audiência pública sobre política de juventude, realizada pela Comissão Parlamentar da Assembléia Legislativa, foi provocada pelo Governo Federal através Câmara Federal de Deputados com o objetivo de colher propostas para Conferência Nacional de Juventude. Como forma de preparação várias entidades mobilizaram jovens de todos o Estado para discutir proposições a serem apresentadas na Conferência Nacional. Estrategicamente jovens radicais se dividiram nos diversos eixos temáticos de maneira que pudessem se apropriar das outras discussões. Era um espaço novo para conhecimento de como funciona o poder legislativo. Vários educadores participaram da organização da audiência pública. Existia uma polêmica se a audiência tinha poder deliberativo, demonstrando que a juventude queria não somente ser consultada. Segundo o coordenador a experiência foi muito positiva para os jovens. “A cada participação a galera sai mais madura, passam compreender várias coisas e o ponto principal é a descoberta da necessidade de se organizar para conquistar seus direitos” (Coordenador). A partir da audiência estadual os jovens do projeto sentiram a necessidade de se fazer uma audiência municipal. Vários grupos provocaram a Câmara de Vereadores para realização de uma audiência pública sobre “Política de Juventude na Cidade do Recife”. A audiência contou com a presença de varias entidade que trabalham com a juventude. Os jovens dos Círculos Populares de Esporte e Lazer participaram de uma preparação na

qual discutiram suas intervenções em defesa da política de esporte e lazer, ao mesmo tempo em que faziam críticas sobre os pontos fracos da política. Usaram o espaço para reivindicar melhoras no projeto.

Outra participação importante foi a Etapa Recife da Conferência Nacional de Esporte de Lazer. Foi feita uma preparação nos núcleos dos círculos, onde se discutiu o objetivo da conferência, definição dos candidatos a delegado. Na conferência municipal discutiram propostas para o setor, participaram da elaboração da Carta do Recife e da eleição dos delegados às conferências estaduais, incluindo entre os eleitos os skatistas e grafiteiros. O diálogo dos jovens radicais com outros do movimento estudantil foi fundamental e em muitos momentos eles conduziram as articulações e debates. Ao final foram aprovadas várias propostas encaminhadas pelos jovens, com destaque para a construção de equipamentos de esporte e lazer.

Para conferência estadual, foram mobilizados cerca de setenta jovens. O destaque dessa conferência foi o embate com os gestores do governo do Estado que. Os jovens participaram das articulações que elegeram dois delegados da juventude que representaram as propostas da juventude para o setor.

Sobre esses processos de audiências e conferências a avaliação que podemos fazer é que os jovens aprendem justamente que o Estado representativo é feito para barrar a democracia. Isso foi objeto de reflexão crítica sobre a necessidade da criação de outras formas de enfrentamento para conquista de direitos. Por outro lado, nestes processos os jovens tiveram contato com outros grupos e movimentos, o que ajuda a conhecer o universo heterogêneo da luta de classes.

7.3.3 – A formação dos educadores sobre a juventude

A formação continuada de Educadores Sociais e Agentes Comunitários de Esporte e Lazer se deu através da participação nas reuniões pedagógicas, da formação de grupos de estudos, da participação dos Encontros de Formação Continuada, da participação em eventos científicos realizados por outras instituições e pela participação em espaços de debates promovidos pelo poder legislativo e pelas organizações e movimentos da sociedade civil.

Neste contexto os relatórios consultados apontam que a Equipe de Educadores e Agentes acompanharam com uma certa dificuldade as reuniões pedagógicas e os grupos de estudos, em função do calendário de atividades muito ter sido muito corrido neste último ano. No entanto essa lacuna foi compensada nos outros momentos mais intensivos, no quais o envolvimento da equipe foi bastante produtivo, com foi o caso do IV Encontro de Formação Continuada, realizado no mês de julho e a participação no IV Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer, realizado em Caxias do Sul. Destacamos, neste contexto, a apresentação de trabalhos elaborados pelo grupo, dando forte indício de que um novo de pensar a política de esporte, lazer e juventude estava amadurecendo. Segue os resumos de alguns dos textos elaborados coletivamente e apresentados nos eventos:

AUTORES	RESUMO
José Nildo Caú, Fabiane Araújo, Sérgio Gomes Pena	JUVENTUDE E POLITICAS PÚBLICAS: UMA INTERVENÇÃO NO ÂMBITO DO ESPORTE E LAZER NA CIDADE DO RECIFE. O presente artigo tem por objetivo refletir a política Municipal de Esporte e Lazer a partir do segmento da juventude, abordando a relação dos

Santos, Elisângela
Nunes cordeiro,
Sérgio Ricardo
Cavalcanti Matos,
Eraldo Tavares Sobral
da Silva, Eduardo
Felipe de Lima
Cosmo, Guilherme
Gomes da Silva,
Pedro Henrique da
Silva Costa, Thiago
Sampaio de Araújo
Ribeiro, Sérgio
Ferreira de Lima
Júnior, Saulo Antônio
da Silva

Ana Paula Ferreira;
Andréa Souza; Fátima
Maria de Souza Caú;
Felipe Canova
Gonçalves; Josué
Severino da Silva
Filho; Karla Juliana
Pinto da Silva; Perlla
Barbosa; Reynildes
Junior; R-mulo
Campos; Tatiana
Flávia Lima.

Jane Claudia Bezerra;
Sandra Cristhianne
França Correia

princípios de valores que orientam as intervenções, nos diferentes espaços esportivos e culturais. Trazer também à discussão a grande relevância social que a temática da juventude vem ganhando nos diferentes setores da sociedade. Buscaremos contextualizar a concepção de juventude, numa trajetória que tem como foco de estudo, o programa Círculos Populares de Esporte e Lazer a partir do projeto estruturador Esporte do Mangue, ação que integra a Política Municipal de Esporte e Lazer da prefeitura do Recife, com foco de atenção na população jovem. Este estudo apontará como princípios norteadores do Programa se materializam a partir da forma de intervenção que privilegia a formação e elevação da consciência política e uma visão crítico-reflexiva dos problemas sociais dos jovens envolvidos nos diversos processos, junto aos segmentos dos esportes radicais (skate, patins, bikes) e movimentos culturais (hip hop e capoeira). Serão abordadas como categorias de reflexão neste artigo a relação lúdico x político, tomando como referência a forma de intervenção junto aos segmentos juvenis envolvidos nos diferentes canais de participação estabelecidos pelo projeto. Ao mesmo tempo será apontada a forma de controle social da política, ou seja, como é avaliado todo processo de intervenção, da implementação a sua consolidação.

CIRCULOS POPULARES DE ESPORTE E LAZER NA COMUNIDADE DE DOIS IRMÃOS: NOVAS POSSIBILIDADES DE LAZER E PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE. O presente artigo relata e reflete a partir das experiências desenvolvidas pelos Círculos Populares de Esporte e Lazer (CPEL), uma iniciativa da Prefeitura do Recife – PE, na comunidade de Dois Irmãos, evidenciando a participação do segmento da juventude local, tanto em oficinas sistemáticas de esporte e artes, nas quais buscam ocupar o tempo livre de forma orientada, como também na discussão e construção de novos espaços que possibilitem a expressão dos vários grupos de jovens, visto que a comunidade apresenta uma pluralidade cultural juvenil. Os princípios norteadores do CPEL (trabalho socialmente útil, auto-organização, intergeracionalidade e valorização da cultura nacional popular) são vivenciados nessa construção de novas possibilidades, permitindo uma discussão mais ampla sobre políticas públicas para a juventude na comunidade.

A INTERAÇÃO PELO FUTEBOL E A QUESTÃO DE GÊNERO: UMA EXPERIÊNCIA COM A JUVENTUDE DO CPEL ARRAIAL NOVO DO BOM JESUS

O futebol é um esporte que possibilita um ambiente educativo e social com grande poder de mobilização popular. Na praça do Forte do Bom Jesus o futebol é vivido pelas crianças e pela juventude como prática de lazer e sistematizado pelos professores do CPEL nas práticas pedagógicas visando alcançar a participação popular. Nesta prática, há uma forte presença de jovens do sexo feminino interagindo muito bem com os rapazes dentro do campo. Desenvolvemos oficinas com vivências teórico-práticas onde discutimos a temática futebol buscando (re) criar e (re) significar novas práticas, nas quais são abordados temas transversais como violência, comunicação, gênero, dentre outros que possam surgir no decorrer do processo, a partir da realidade da comunidade. Ao trabalhar o futebol nessa perspectiva, estamos (re) construindo possibilidades pedagógicas com novos sentidos e significados, vislumbrando no interior do CPEL uma política pública que valoriza as relações de gênero pela prática de futebol.

Outros espaços mais informais, segundo a opinião da equipe também serviram à formação sobre o tema Juventude, como é o caso da participação nas

“(...) Audiências Públicas (municipal, estadual e federal); Conferências de Esporte e Lazer (etapas municipal, estadual e nacional); Conferência Nacional de Juventude; Seminários (Redes de Juventude e Fórum das Juventudes do Recife); o Dia D+ Jovem e a Plenária Temática do Orçamento Participativo. Todos esse eventos contribuíram para o processo de formação” (Relatório de Avaliação).

Nesses espaços, os jovens e a Equipe, não somente se apropriaram do nível de discussão que estava ocorrendo no Brasil, como também puderam expressar suas opiniões e apresentar propostas para compor as diversas cartas elaboradas nas audiências e conferências.

7.3.4 – O terceiro encontro dos mangueboys

O III Encontro Municipal do Esporte do Mangue, foi realizado na rua da Aurora espaço já revitalizado pela Prefeitura e com a primeira pista de skate da cidade, recém construída. Realizar o evento naquele espaço tinha um significado político muito forte porque representava uma grande conquista que resultou da luta da juventude radical. A idéia era perpetuar o exemplo não só com os skatistas.

O Encontro foi permeado por várias novidades na programação. A primeira delas foi a ampliação e diversificação das oficinas para contemplar os jovens dos Círculos de Convivência que tinham outros interesses que não os esportes radicais e o hip hop. Neste sentido, foram realizadas oficinas com

outros temas esportivos e culturais tais como *percussão, dança popular, jogos esportivos, comunicação popular* etc.

Uma outra foi a consolidação do Campeonato Participativo de Skate, Patins e Bicycross, potencializado pela construção da pista de esportes radicais. Dessa vez, os Agentes Comunitários de Esporte e Lazer assumiram a coordenação dos trabalhos demonstrando o amadurecimento do desempenho das suas funções. Destaque para o fato de que as referências normativas da Política Municipal e da proposta pedagógica estavam sendo bastante cobrados e exercitados pelos Agentes.

Também foi assim com a Batalha Participativa de B. Boy's, que ganhou nova estrutura e maior visibilidade, com o encerado montado na quadra recém construída no Cais da Aurora. A batalha foi aberta em grande estilo e julgada pelo Funk & CIA e Nelson Triunfo, que iniciaram os trabalhos com uma oficina de Break Dance, abordando os vários estilos e contando a história da Dança de Rua. A grande novidade da Batalha foi a competição feminina, revelando os vários grupos de Break existentes em nossa cidade e que mais do que os homens não tinham visibilidade.

A articulação com outras Secretarias foi muito importante para ampliar as ações educativas do Encontro. A Secretaria de Saúde, durante todo o encontro desenvolveu uma campanha de controle dos riscos de DST/AIDS, combate os uso de Álcool e outras drogas e controle do tabagismo. A campanha desenvolveu atividades com um passeio ciclístico, oficinas, um ponto de informações e conversou bastante com os jovens.

A programação noturna foi novamente o ponto de celebração do encontro. Dessa vez, os jovens de toda a cidade já conheciam o evento e

foram para a Rua da Aurora participar da festa. Houve espaço para cerca de quarenta bandas de todos os ritmos do *manguebeat*. O III Encontro do Esporte do Mangue aos poucos passou a compor a cena mangue que inspirou o projeto, ao lado do *Abril Pro Rock*, *Festival Viva a Música*, *Manguetronic*, com diferença da ênfase no esporte e na realização de oficinas educativas.

A ênfase do evento foram as atividades lúdicas, consolidando o encontro como um momento de catarse de todas as atividades realizadas no ano. A avaliação feita por parte da equipe foi que a programação poderia ter garantido algum espaço a mais para realização de debates e por isso o evento tinha sido despolitizado. Uma outra parte, porém concordou com a reflexão de um educadora social para a qual:

“No encontro não houve um momento de discussão e deliberação, mas o que ficou foi que todo o investimento que se fez durante os fóruns, durante os encontros regionais, de elevação da consciência política, de conquista de direitos, estava expresso no Encontro Municipal como um todo. Foi o encontro que juntou mais gente e, em função do processo coletivo, foi o que demandou menos esforço. A harmonia que foi construída estava expressa ali no encontro. Apesar dessa história da dificuldade com uma parte do movimento hip hop, mas o debate foi político e isso é legítimo. Se quebrou um pouco a idéia que se tinha que juventude dá trabalho, quando vimos os jovens envolvidos, construindo, participando, sem problema nenhum de brigas etc. Com os problemas de estrutura de alimentação que tivemos, nunca houve uma paciência tão grande de se esperar mais de uma hora numa fila. Eu acho que essa construção da identificação com o projeto, em função de ter construído sido construído junto com os jovens gerou aquele sentimento de pertencimento ao projeto, essa dimensão política estava expressa no projeto mais do que tudo que a gente já fez. Chegava à noite os moradores esperavam a briga... e nada! Um dia, dois dias, três dias e nada!” (Educadora Social).

7.3.5 – *A batalha político-administrativa no interior do Estado contra o tempo livre*

O projeto Esporte do Mangue e todo o programa Círculos Populares de Esporte e Lazer se desenvolveram sob uma precária estrutura político-administrativa, com grandes dificuldades a serem enfrentadas pela jovem equipe da DGE. A começar pela informalidade com que seus gestores se submeteram para iniciar o trabalho no ano de 2002. Esse aspecto foi observado no relatório institucional de 2002 da seguinte forma:

“A estrutura administrativa formal que foi construída de forma provisória, posteriormente não foi reestruturada de acordo com as “reais necessidades” da política de esporte e lazer. O quadro funcional por não ter perfil adequado para os respectivos cargos, foram desviados de função, gerando um déficit de pessoal para formular e executar a política. Por outro lado, os componentes da “estrutura informal” se submeteram a uma jornada de trabalho extenuante, ficaram impedidos de participar oficialmente de projetos integrados e de representações da DGE e ainda sofrendo restrições no que se refere aos recebimento de diárias e despesas com transporte” (Documento Oficial).

Não só a estrutura administrativa, mas também a precariedade da estrutura física, onde funcionou a DGE, gerou grandes dificuldades no desenvolvimento do programa:

“As instalações e equipamentos insuficientes e inadequados representaram um desconforto diário na realização das tarefas. Foram insuficientes também os dois ramais telefônicos que dispõe a DGE, bem como o único computador, tornando lento e pesado o fluxo do processo administrativo” (Documento Oficial).

Operando em difíceis condições de trabalho, a equipe esteve sempre acometida por problemas de relacionamento, desgastes pessoais e sacrifícios inúmeros, chegando por vezes a comprometer as atividades finalísticas. Tratar o aspecto das relações pessoais da equipe se tornou meta permanente nas oficinas de planejamento.

Já o aspecto orçamento apresentou mais problemas nos dispositivos para a execução do que na sua existência propriamente dita. Foi o conhecido “tem-se dinheiro, mas não se tem como gastá-lo”. No ano de 2002, de fato o orçamento da DGE sofreu vários cortes, mas que foram recuperados, nos anos posteriores, em função da repercussão política que o projeto estava tendo, apesar de tudo.

“O orçamento sofreu várias anulações logo no início do ano de 2002, o que inviabilizou a implantação do programa Círculos Populares de Esporte e Lazer desde o início do ano e fazendo com que a execução financeira ficasse abaixo do estabelecido na Lei Orçamentária Anual/2002 (Lei nº 16.725), inclusive não executando o aportado pelo Conselho do Orçamento Participativo (COP), arriscando a credibilidade dos mecanismos democráticos da gestão. Com os recursos sofrendo anulações periódicas e sistemáticas, várias ações de grande relevância e abrangência foram interrompidas (Campeonato Iburão, da Ponte do Maduro, do Campo da Macaxeira), os professores dos Círculos Populares de Esporte e Lazer receberam seus salários com até três meses de atraso, além dos atrasos também nos pagamentos de serviços prestados em outros eventos” (Documento Oficial).

O orçamento foi recuperado em 2003, após uma série de disputas nos bastidores do governo, ocorrendo os entraves a partir de então na lentidão burocráticas das licitações e implantação de dispositivos para execução financeira. Na oficina de planejamento de 2003, avaliamos que o fato se devia muito mais ao pioneirismo do trabalho, uma vez que a demanda por Esporte e Lazer nunca tinha impactado as estruturas administrativas do município daquela maneira.

“Neste contexto, dois outros problemas tomam forma em função deste pioneirismo. O primeiro relativo à lentidão burocrática que vem em decorrência do envolvimento dos demais organismos da prefeitura no entendimento da proposta e na sua oportunidade de atendimento da formação de uma sociedade cidadã. Um dos motivos ressaltados desta lentidão é a necessidade de apresentar resultados em pouco tempo de execução da proposta, que por sua vez vem enfrentando uma situação de mudança da cultura

vigente do esporte, este focado como do alto rendimento” (Documento Oficial).

Essa verdadeira estrutura do Estado contra o tempo livre tinha também sua expressão no desenho da cidade e sua falta de atenção com os equipamentos de esporte e lazer, causando uma grande dificuldade no desenvolvimento das atividades. A intervenção dos Círculos Populares de Esporte e Lazer estava deixando mais exposto do que nunca esse perfil do Estado preparado apenas para contemplar os mais contemplativos. Como observa o relatório 2002:

“O segundo diz respeito ao pouco investimento nos espaços de esporte e lazer, onde a mudança de atitude da DGE requer que a população tenha a auto-organização de suas atividades na conquista de seus respectivos tempos livres. Esta situação é agravada pela necessidade de mudança da visão atual na recuperação e implantação destes espaços de esporte e lazer. Os espaços deixam de serem vistos apenas como praças de encontros, descanso e lazer e passam a ser os espaços dos esportes populares, onde o processo de sua manutenção e gerência seria a auto-gestão da comunidade na promoção destas atividades” (Documento Oficial).

Em frente a tal desafio, a arma utilizada para superar essas dificuldades foi o trabalho competente, o compromisso e a capacidade de negociação política que nos permitisse fazer avançar nas metas planejadas. Vale destacar que por trabalho competente, entenda-se tudo aquilo que foi construído no que se refere aos valores e referenciais normativos do projeto político e as ações que já relatamos descrevemos no decorrer deste memorial. De maneira que, apesar de todos os entraves da máquina administrativa, o projeto tornou-se vitorioso na base da política.

Aos poucos o projeto foi ganhando peso político, chegando ao status de programa estratégico da gestão, quando foi formado um grupo de gestão

intersetorial, composto por diferentes Secretarias, o que melhorou sensivelmente o funcionamento, que teve uma atenção maior.

Com status de programa estratégico, o orçamento foi sendo ampliado ano a ano. Em 2001 o orçamento do programa Círculos Populares de Esporte e Lazer foi de R\$ 150.000,00, subiu para R\$ 374, 577,00 em 2002, passou para R\$ 1.902.500,00 em 2003, terminando em 2.500.000,00 em 2004. O Esporte do Mangue acompanha a evolução desse quadro (R\$126.277,00 em 2002, R\$ 291.500,00 em 2003 e R\$ 305.000 em 2004). A segunda prioridade no Orçamento Participativo não aportou recursos para o programa, mas reforçou sua legitimidade popular do programa, o que garantiu uma maior tranquilidade do trabalho, apesar da burocracia ainda emperrar a execução financeira. Esse problema persistiu até o final da gestão, em função do fato de que a alteração desse quadro implicava em reforma administrativa e aprovação de lei na Câmara de Vereadores e, avaliamos que não havia tempo para tal esforço.

Os motivos da superação desses entraves da máquina do Estado foram vários, mas achamos importante salientar o mais importante de todos, relatado em todos os relatórios das oficinas de planejamento. O documento de 2002, então, avalia:

“(...) vale destacar que os avanços alcançados em 2002 se devem, principalmente, à Estrutura Administrativa “informal” implantada e à capacidade de trabalho do pessoal que a compôs, quando se dispuseram a trabalhar com o mínimo de estrutura e do máximo entusiasmo, demonstrando capacidade técnica e, sobretudo, compromisso político com o projeto social protagonizado pela gestão” (Documento Oficial).

Uma das conclusões da oficina de 2003 mais uma vez ressalta a capacidade de trabalho da equipe:

“A equipe da Diretoria vem desenvolvendo ações de forma tomizada embora atendendo aos princípios que aos serem construídos denota a capacidade de iniciativa e a disposição da equipe em buscar formas de fazer acontecer a discussão dos novos paradigmas da importância das atividades de esporte e lazer na construção de uma sociedade cidadã” (Documento Oficial).

Finalmente, 2004 consolida a posição de que apesar da precária máquina do Estado as características da equipe fizeram a diferença:

“Observa-se que as potencialidades de realce estão pautados nas capacidades individuais de cada técnico da Diretoria, requerendo um procedimento geral que busque a unidade de esforços para a construção de objetivos comuns. Isto implica dizer que das potencialidades apresentadas frente as oportunidades, a mais atuante diz respeito ao trabalho desenvolvido nos Círculos Populares, a segunda, é um resultado do esforço realizado até o presente, o que demonstra o acerto na condução do processo de trabalho e principalmente no cumprimento das diretrizes estabelecidas (Documento Oficial).

Assim, terminamos esse memorial que conta uma parte de um trabalho que se desenvolveu em meio aos entraves e disputas no sentido de educar a juventude numa perspectiva emancipatória e que representasse uma contribuição para a luta das classes populares por uma nova hegemonia. Se conseguimos atingir a meta ou não é objeto de reflexão e alimentação de outras experiências com a mesma intenção.

CAPITULO VIII

**LIÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA DA JUVENTUDE,
HEGEMONIA POPULAR E PESQUISA-AÇÃO.**

Esta pesquisa-ação teve como objeto de estudos as contradições e possibilidades de uma política pública de esporte e lazer contribuir para a educação emancipatória da juventude, tendo em vista o fortalecimento das classes populares na luta por uma nova hegemonia. Essa investigação se deu através do desenvolvimento do projeto Esporte do Mangue que se tratou de um dos componentes do amplo programa Círculos Populares de Esporte e Lazer, que teve como foco os jovens praticantes de esportes radicais e demais simpatizantes do movimento *manguebeat*.

Este capítulo tem como objetivo apresentar as lições que apreendemos com as práticas políticas e pedagógicas desenvolvidas no interior do projeto Esporte do Mangue e, também, sobre a investigação dessas práticas. Neste sentido, as lições caminham em três direções: a) sobre a educação emancipatória da juventude que se desenvolveu no projeto Esporte do Mangue; b) sobre a pesquisa-ação como mecanismo de gestão participativa de políticas públicas; c) sobre políticas públicas como instrumento de hegemonia e acumulação proletária.

Nos Círculos Populares de Esporte e Lazer, educação emancipatória significa construir espaços e tempos para o desenvolvimento de aprendizagens significativas que contribuam para recuperar o desenvolvimento da própria natureza humana que é a capacidade de autodeterminação e de transformação da realidade social na qual está inserido. Educar para emancipação é o mesmo que educação para a autodeterminação. A emancipação então é um processo político e pedagógico ao mesmo tempo, uma vez que requer a aquisição de uma série de conhecimentos e competências e, também é conquista de poder e hegemonia. Por isso a educação emancipatória deve está ligada à realidade,

vivendo dentro dela, com o objetivo de transformá-la. Para isso, ela pressupõe a elevação cultural e ao mesmo tempo desenvolvimento da consciência crítica e do sentido de pertencimento de classe. A educação emancipatória da juventude das classes populares, num contexto do *imperialismo global hegemônico* acontece, portanto, quando os sujeitos jovens tomam consciência da realidade de dominação/destruição que os acomete e lutam pela sua libertação. Educação emancipatória, então, é tudo que os sujeitos aprendem no seu processo de libertação.

Os princípios que nortearam a educação da juventude através dos Círculos Populares/Esporte do Mangue foram quatro: trabalho socialmente útil, desenvolvimento da cultura popular, intergeracionalidade e, auto-organização e trabalho coletivo. O método da prática social foi utilizado como base da organização do trabalho pedagógico, a partir do qual todos espaços e tempos para apropriação/produção de saberes foram elaborados. Do confronto desses princípios com o desenvolvimento da experiência do Esporte do Mangue na educação da juventude radical em Recife, buscamos indícios de uma perspectiva emancipatória da educação, processo esse que nos revelou importantes lições.

Uma primeira lição é que as aprendizagens desenvolvidas no interior do projeto foram significativas para os jovens radicais na medida em que elas se deram coladas a realidade a ser transformada, que teve como porta de entrada as atividades de esporte e lazer, mas que ao entrarem todos os sujeitos envolvidos no processo tiveram que se envolver com outras dimensão da realidade social. Na medida em que as condições para o acesso ao lazer estão ligadas a outras dimensões da vida, principalmente com o

território, o tempo e a cultura, a luta dos jovens pelo direito ao lazer teve desdobramentos relacionados a esses outros aspectos.

Neste contexto, a educação foi significativa para os jovens na medida em que as suas lutas estiveram voltadas à produção de *valores-de-uso* no âmbito do lazer. Ela foi permeada o tempo todo pelo princípio do **trabalho socialmente útil**, como no caso da construção coletiva do I Encontro Municipal do Esporte do Mangue, do I Campeonato Participativo de Esportes Radicais ou da I Batalha Participativa de B. Boy's. Marx diz que o trabalho socialmente útil é todo aquele que produz valores-de-uso e que esses devem responder as necessidades do estômago ou da fantasia. O lazer como um valor de uso, nós já vimos com Carrano (2004), Melo (2003) ou Abad (2003), é um dos ricos espaços de sociabilização da juventude, com um diferencial motivacional muito mais forte do que a atual escola que temos. Uma lição que tiramos a esse respeito foi que a construção coletiva de objetivos produtivos nos quais os jovens devam e engajar é um forte componente do processo de educação emancipatória, garantindo a permanência dos mesmos até o fim. Produzir algo que eles se enxerguem e se identifiquem como seus produtores.

Nesse processo de produção do lazer como um valor-de-uso a ser construído coletivamente partimos dos interesses dos jovens com a prática de esportes radicais e hip hop, quando descobrimos como expressão mais desenvolvida o movimento “manguebeat”, a partir do qual descobrimos uma diversidade de chaves e passaportes para dar seguimento a mediação pedagógica cujo objetivo foi a reflexão crítica sobre as condições de existência e suas determinações. O diálogo com a juventude a partir da expressão

manguebeat são indícios do trato com e a partir da cultura popular, buscando contribuir com o seu desenvolvimento.

O processo de construção de valores-de-uso, como contribuição para a transformação das condições para prática de lazer na cidade, mediada pelos códigos e símbolos do movimento manguebeat é um elemento que indica o **desenvolvimento da cultura popular**. Esta última entendida como a cultura produzida pelas classes populares, diante das condições de existência que lhes restaram. Uma cultura contraditória, ao mesmo tempo expressão de resistência e dominação, resultado a apropriação dos conhecimentos que circulam através dos diferentes meios de comunicação e informação e da capacidade de produção própria dos jovens. Nessa perspectiva, foram vários os indicadores de que os jovens conferem novos significados às mercadorias culturais que têm acesso, colocando nelas as suas marcas, segundo seus interesses (Carrano 2004; Melo 2003). Isso nos faz lembrar os inúmeros momentos nos quais os jovens radicais, a partir dos conteúdos que dispunham e das problematizações levantadas pelos educadores sociais, produziram novos conhecimentos, como no caso da mistura entre o hip hop e a capoeira, na ocasião do encontro na RPA 4, no dia 24 de agosto de 2002. Outro momento foi a gincana “*Recife do Esporte de Resistência*”, onde os jovens elaboraram letras de rap e grafites os quais expressaram as condições da prática de lazer na cidade, levando-os a se pensarem nesse contexto. Esses elementos nos falam muito das diversas possibilidades de trato com a cultura popular e das diversas linguagens que a compõe. As oficinas temáticas, as palestras e seminários realizados foram os momentos em que ficaram mais

evidentes as mediações pedagógicas com vistas ao enriquecimento da cultura popular.

Essas mediações impulsionaram a batalha cultural entre os valores-de-uso produzidos pelos jovens e os modelos hegemonicamente marcados pela cultura dominante que se expressaram na produção da Batalha Participativa de B. Boy's e no Campeonato Participativo de Esportes radicais, onde houve o confronto entre a proposta da Federação Pernambucana dos Praticantes de Skate e os Skatistas de Casa Amarela. O próprio acesso ao lado sistematizado das culturas *manguebeat* através do Manifesto Caranguejo com Cérebro e o Livro Vermelho do Hip Hop é o um exemplo expressivo de enriquecimento da cultura popular.

É importante destacar o valor dos elementos aqui levantados na construção de uma nova cultura proletária e o caráter potencialmente internacional e universal que ela possui, em função do diálogo sobre as condições de existência, as formas de resistência e de luta hegemônica das classes populares de diferentes países do mundo que permite, potencializados pelas novas tecnologias de comunicação. O Livro Vermelho do Hip Hop, por exemplo, é uma forte arma que fala da luta dos negros da periferia dos Estados Unidos e as compara com a luta dos negros no Brasil.

A **auto-organização e o trabalho coletivo** foi o princípio que forneceu o código para a organização do trabalho pedagógico no lazer como educação emancipatória da juventude. Esteve presente nos documentos que indicaram os referenciais normativos do projeto, na realização dos fóruns, Encontros da Juventude Radical e no Encontro do Esporte do Mangue. É possível afirmar que as mediações realizadas nesses diferentes momentos

foram fundamentais para o processo de auto-organização dos jovens, gerando iniciativas cada vez mais autônomas como no caso da organização dos jovens para o processo de participação no Orçamento Participativo e na formação dos organismos juvenis de hegemonia. Esse processo também pode ser observado na formação dos Agentes Comunitários de Esporte e Lazer que levou os jovens a coordenarem vários momentos do III Encontro Municipal de Esporte e Lazer sem a interferência direta dos Educadores Sociais.

O princípio da intergeracionalidade se manifestou na relação dos jovens com os Educadores Sociais, gestores e com os adultos das comunidades que tiveram que negociar nas plenárias do Orçamento Participativo e conferências. Esse princípio diz do fato histórico de que a geração antiga sempre realiza a educação das gerações mais jovens e que este é um elemento importante da luta hegemônica. No contexto atual, como vimos com Abad (2004), a maioria dos “conflitos geracionais” tem um caráter de classe, uma vez que todas as instituições referências das gerações passadas que garantiam a transição para a vida adulta não atendem mais as necessidades e expectativas da juventude, abrindo as condições para todas os tipos de cobranças e rebeldias que marcam os conflitos geracionais. No contexto em tela, a mediação dos Educadores Sociais possibilitou aos jovens o acesso as experiências educativas na perspectiva da luta de classe, que dificilmente eles teriam nos ambientes educacionais tradicionais e muito menos através da indústria cultural. Eles também nunca se eximiram em colocar suas opiniões e estimular a reflexão sobre a realidade fundamentados na luta de classes. Esses indicadores podem ser observados no decorrer de todo memorial apresentado, inclusive na fala do prefeito quando da abertura do I

Encontro Municipal do Esporte do Mangue. Nesse caso específico o diálogo foi propriamente geracional. Isso reforça a idéia de que toda mediação pedagógica tem uma direção política e ideológica. Porém, numa perspectiva emancipatória, essa teleologia não pode ser confundida com “doutrinação”. Ela deve se dá a partir de uma organização do trabalho pedagógico que tendo o diálogo democrático como meio, promova uma reflexão crítica da realidade em que os jovens estão inseridos.

Enquanto mediadores do processo de educação emancipatória dos jovens, o que observamos também foi que ao educar os jovens os educadores também se educaram. Foram inúmeros os espaços de formação construídos em decorrência da necessidade que surgidas do desafio de educar os jovens. Vale destacar que os conhecimentos que acessados nesse processo foram aqueles que respondiam as necessidades concretas apresentadas pelas relações travadas com os jovens e os conteúdos culturais a serem trabalhados.

É importante destacar também que nesse processo houve a combinação de mecanismos não-formais e informais de educação configurando uma complexa forma de organização do trabalho pedagógico. Os não-formais foram os cursos, seminários e oficinas desenvolvidas tanto para os jovens, quanto para os Educadores e Agentes Comunitários de Esporte e Lazer. Os informais resultaram dos conhecimento e competências adquiridas nos espaços propriamente políticos das audiências, conferências etc. Uma dimensão dessa complexidade reside no fato de que muitas vezes esses espaços informais desdobram outros momentos não-formais. Não significa porém que os espaços totalmente auto-organizados não devam ser

considerados importantes. Pelo contrário, eles devem ser meio e fim de uma educação emancipatória.

Em relação a consciência crítica e o sentido de pertencimento de classe pudemos observar indício de ambos em vários momentos, entre os quais destacamos a resistência que os jovens tiveram ao representante do Governo do Estado na mesa redonda do I Encontro Municipal do Esporte do Mangue, por identificar que o mesmo não tinha nenhum compromisso com os jovens da periferia. O sentido de pertencimento de classe também se expressou na disputa da escolha dos locais para construção da pista de esportes radicais, momento em que a Federação Pernambucana de praticantes de Skate indicava a orla de Boa Viagem – local mais propício a transformação da prática em valor-de-troca -, e os skatistas da periferia os reivindicava em suas comunidades. É importante frisar que nesse contexto da luta de classes, também observamos indícios de luta intraclasse, como foi caso do hip hop e suas constantes disputas com os skatistas ou suas próprias rivalidades internas.

Neste sentido, acreditamos que o grande desafio de uma educação emancipatória é estabelecer estratégias para promover as mediações necessárias no sentido de elevar o sentido de pertencimento de classe de um nível econômico-corporativo, aos político-jurídico e ético-político (Gramsci 1978). No interior dos Círculos Populares os momentos importantes de elevação da consciência de classe ao nível político-jurídico foram as audiências e conferências, como também os inúmeros momentos em que o processo de construção conjunta dos eventos era um princípio básico para o funcionamento do processo, chegando a ser uma exigência. Os momentos de

negociação gerados no OP também serviram a essa construção, ao contrário das teses que afirmam que nas condições de poucos recursos esses processos colocam o trabalhador contra trabalhador. O que observamos foi que isso pode acontecer caso não seja estabelecida a mediação necessária e esclarecedora dos reais motivos dos poucos recursos.

Esse processo nos revelou também que a formação da consciência de classe não é uma questão estática e linear, mas é viva e contraditória, demarcada conjunturalmente, com possibilidade de avanços e recuos, necessitando de permanentes negociações e convencimentos. Observamos também que as culturas juvenis praticadas nos lazeres dos jovens da periferia são um rico espaço para esse despertar. Nesse contexto, a luta pela socialização dos meios de produção cultural está na ordem do dia dos movimentos culturais e como vimos com Lima (1997) na era da máquina programável ela deve ser meio e fim da luta dos trabalhadores. A luta dos jovens pelo direito ao esporte, lazer e a cultura, mais do que nunca questiona o capital nas suas bases fundamentais, uma vez que fazem emergir questões relacionadas ao território, ao tempo, a comportamento de liberdade e ao conhecimento com todas regalias que proporcionadas pelas novas tecnologias. Sobretudo nesses tempos de produção flexível onde as unidades produtivas estão cada vez mais próximas do bairro, da rua e da casa das pessoas, a luta pelo lazer como tempo livre levada pela juventude é fundamental.

Em função da grande intensidade e extensão das novas tecnologias de comunicação, as condições para uma consciência proletária internacional também são bastante estimuladoras para um trabalho cultural com a juventude da periferia. Neste sentido, uma das tarefas mais importantes

para o desenvolvimento da educação emancipatória da juventude, no e para o tempo livre, na era da máquina programável são os estudos dos nexos entre as diferentes expressões culturais das juventudes do mundo inteiro, no sentido de transformá-las em mediações educativas, visando contribuir na construção da nova consciência proletária. O conteúdo principal desses nexos são as condições de existência e as formas de resistência cultural da juventude proletária do mundo. Os canais para essa comunicação são vários e estão dados. São todos os resultados da luta pela socialização das novas tecnologias de comunicação.

Desta forma, em virtude dos indícios apresentados e da argumentação feita no sentido de interpretar seus sentidos e significados, é que defendemos a tese de que o trabalho desenvolvido pelo projeto Esporte do Mangue se aproximou de uma educação emancipatória da juventude. Esse processo nos possibilitou também realizar um exercício de modelagem da proposta de organização do trabalho pedagógico, não com a pretensão de construir um “tipo ideal”, mas de servir como referência para novas experiências. A modelagem resulta do cruzamento dos passos do método da prática social com os indicadores construídos na experiência do Esporte do Mangue. Vejamos o quadro abaixo:

PASSOS DO MÉTODO	FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO TEMPO PEDAGÓGICO	OBJETIVO
Problematização da Prática Social	Fórum do Esporte do Mangue e Encontro da Juventude Radical	Identificar os principais problemas da realidade dos jovens no que se refere às práticas sociais relacionadas ao lazer e suas condições objetivas e subjetivas. Nesses momentos são planejadas ações

		coletivas de ordem políticas e pedagógicas necessárias à resolução dos problemas levantados
Instrumentalização	Oficinas Temáticas, Seminários e Encontros de Formação.	Apropriação e produção de conhecimento teóricos e práticos necessários a resolução dos problemas identificados. Aqui são gerados conhecimentos de ordem técnica e/ou política, sobre uma ou várias manifestações culturais, formas de organização de atividades etc.
Catarse	Encontro Municipal, Festivais, Batalha de B.boy, Campeonato de Esportes Radical.	Expressar a nova forma a que ascendeu as manifestações do lazer e sua compreensão após a aquisição dos novos conhecimentos adquiridos.
Prática Social	Novas formas de lazer, espaços de luta e reivindicação, organismos formados e que se tornaram permanentes no cotidiano dos jovens.	Possibilitar a compreensão sintética e prática orgânica dos jovens e suas práticas de lazer na sua comunidade, cidade, país e no mundo.

Como já foi dito a modelagem acima apresentada é resultado da experiência do Esporte do Mangue e certamente precisa ser adequada a realidade específica que irá ser inserida. Sobre a experiência específica observamos a necessidade de aperfeiçoamento nos seguintes aspectos:

- (1) A problematização deve ser mais bem elaborada e sistematizada, através da focalização dos principais dimensões do lazer relacionadas ao: *tempo, espaço, atitude e conteúdos culturais*. É importante o desenvolvimento variado de técnicas de problematização, utilizando

diversas linguagens, adequando sua aplicação para grandes e pequenos coletivo, para tempo mais longos e curtos etc.

- (2) Na instrumentalização poderiam focalizar melhor os conhecimentos teóricos e práticos para solução de problemas relacionados ao lazer e seus elementos fundamentais. As técnicas para instrumentalização poderão considerar estratégias mais dirigidas pelos educadores e outras mais autônomas. O estudo e o uso das diversas linguagens e mais modernas tecnologias de comunicação.
- (3) Os momentos de catarse são condicionados e diretamente relacionados com a instrumentalização. No Esporte do Mangue esses momentos ainda foram muito dirigidos pelos educadores, podendo evoluir para formas cada vez mais organizadas pelos próprios jovens.
- (4) Uma nova prática social no lazer ainda está muito na dependência da existência do projeto Esporte do Mangue. Com o surgimento de organismos populares de novo tipo e que tenham transformado a nova prática em movimento cultural, cabe pensar num momento do método que possibilite a existência de um período de carência, no qual o projeto possa acompanhar com um processo de avaliação periódica e nova instrumentalização se necessário.

Um outro elemento importante na defesa da tese de que uma pública de esporte lazer pode contribuir para uma educação emancipatória juventude é a lição que tiramos sobre a experiência da pesquisa-ação como instrumento de gestão na qual a participação seja um elemento fundamental. A esse respeito, apreendemos a lição de a pesquisa-ação pode ser uma importante arma nas mãos da classe trabalhadora que deve ser articulada como instrumento de

aproximação entre o saber científico e o saber popular. Digo isso tanto pelas aproximações quanto pelos distanciamentos que tivemos dos jovens e dos educadores. As aproximações traduzem a pesquisa-ação como uma das estratégias de luta contra a hierarquização das estruturas administrativas das burocracias governamentais. Os vários seminários e instâncias decisórias forma espaços propícios para experiências mais democráticas de gestão. Se bem exercitadas e aperfeiçoadas elas podem avançar muito mais na construção de novas formas de relacionamento dos gestores também com a população. Inclusive a própria disposição de enfrentar uma experiência de pesquisa-ação, que implica em socialização constante de informações e poder já indicam uma larga vontade de mudança de postura e atitude gestora.

Para a ciência isso pode significar também uma alternativa de emancipação do conhecimento da condição de propriedade privada, a serviço do capital. Pode significar colocá-lo mais próximo e acessível às classes populares e mais ainda a serviço de sua luta hegemônica. Uma outra concepção de ciência, que nasce da prática dos homens e mulheres em luta, que precisa travar a batalha científico-cultural e ganhar espaço nos centros universitários, cada vez mais distantes da luta do povo.

A aproximação de uma educação emancipatória da juventude radical, permitiu uma série de indícios também de que os Círculos Populares de Esporte e Lazer e, particularmente, o projeto Esporte do Manguê contribuíram para o fortalecimento das classes populares na luta por uma nova hegemonia. Os indicadores dessa argumentação são os seguintes:

- (1) O fortalecimento ou surgimento de novos organismos juvenis de hegemonia com forte identidade popular como contraponto aos tradicionais organismos do setor esportivos tais como as federações.
- (2) Formação cultural de quadros orgânicos das comunidades tanto entre os jovens como entre os educadores sociais e gestores.
- (3) Ampliação e conquistas de direitos no que se refere ao lazer, implicando na inversão de recursos com prioridade para as classes populares.
- (4) Elevação política e da consciência de classe que se manifestou de várias formas durante a gestão, mas que teve sua forma mais expressiva na recondução das forças políticas democráticas e populares para mais um mandato governamental.

A conclusão que chegamos a partir das lições que aprendemos foi que é possível uma educação da juventude através das políticas públicas de esporte e lazer. Entretanto essa possibilidade está ligada a determinadas condições objetivas e subjetivas, determinadas pelo tempo e espaço na história, que sempre a luta de classes. Os elementos fundamentais no contexto do Esporte do Mangue foram:

- (1) PROJETO POLÍTICO DEMOCRÁTICO E POPULAR PARA A CIDADE.
O projeto setorial foi bem entendido e apoiado pelas instâncias superiores de governo. Isso pode ser constatado nas diversas presenças do chefe do executivo e de secretários de outras pastas e nas parcerias e ações intersetoriais que foram desenvolvidas. Isso

revelou uma suficiente sintonia entre o referencial setorial e o referencial global de gestão, ambos inspirados no propósito de promover a inversão de prioridades, a elevação da consciência política da população e a participação popular.

- (1) O APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS SUFICIENTES AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES. Os recursos disponíveis impossibilitaram uma amplitude e alcance maior das ações do projeto, mas permitiu a realização de uma experiência que crescendo fez crescer também os investimentos. Por outro lado a ausência de mecanismos administrativos mais ágeis na execução orçamentária, dificultou bastante o andamento do projeto. Isso foi superado pelo empenho e competência técnica da equipe gestora.
- (2) PERFIL GESTOR/MILITANTE DA EQUIPE. Disposta e motivada a realizar o trabalho de modo a fazer sacrifícios possíveis para o sucesso do projeto. Isso foi observado o tempo todo pelos colaboradores externos. Característicos mais fortes foram estarem abertos à formação continuada.
- (3) MODELO DE FORMAÇÃO CONTINUADA. Mais do que um espaço de capacitação a Formação Continuada consistiu num espaço de reflexão sistemática e permanente sobre a prática e de tomada de decisão que incidia sempre na reorientação das ações do projeto. A formação continuada se deu nos tempos e espaços construídos no trabalho não se resumindo aos modelos de capacitação desconectadas do trabalho. Compôs também essa formação, os inúmeros espaços e tempos “informais”, próprios ao ambiente político que com certeza influenciou

bastante na formação continuada da equipe. Foram reuniões políticas junto aos movimentos sociais, nas comunidades e no partido político.

- (4) CONTATO COM A PRODUÇÃO ACADÊMICA. A formação continuada permitiu o contato com a produção científica contemporânea nos vários temas o que possibilitou o amadurecimento teórico do projeto, permitindo também que a equipe se enxergasse diante do cenário o que lhe serviu também de motivação.
- (5) SISTEMATIZAÇÃO DE UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA CLARA E REFERENCIADA COLETIVAMENTE. Garantiu a unidade de ação dos membros da equipe, aspecto também muito comentado pelos colaboradores externos. Entretanto o mais importante nisso é que a proposta pedagógica foi sempre um campo aberto para novas experiências e idéias.
- (6) OS OUTROS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E ELEVAÇÃO DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA NO INTERIOR DA GESTÃO. Os mecanismos de participação existentes no interior do projeto foram ampliados e reforçados pelos demais espaços de participação política da juventude, o que permitiu uma intensificação da formação política.

Obviamente que nesse processo as contradições foram inúmeras e grande parte delas ainda continuam existindo. A mais fundamental delas está relacionada com os limites estruturais impostos pelo *imperialismo hegemônico global* e que as forças democráticas e populares terão de enfrentar no sentido da universalização dos bens materiais e espirituais necessários a uma vida

digna para todos. Em Recife, para universalizar o lazer para a juventude ainda reserva um longo caminho a ser percorrido e temos a clareza que isso depende de uma mudança mais abrangente na ordem econômica brasileira e mundial.

No entanto, não podemos enquadrar políticas como a que acabamos de apresentar no velho esquema políticas compensatórias x estruturadoras. As compensatórias são aquelas que segundo Zaidan Filho (1998):

“(...) não levam em consideração as causas estruturais da miséria e da pobreza, como também a falta de políticas de renda e emprego ou políticas estruturadoras como educação, saúde, habitação etc. que tem um efeito direto na distribuição de renda da sociedade. Mas tocam apenas em questões emergenciais. Dessa forma, só contribuem para reforçar do estado de pobreza e miséria da população carente (...) ao prescrever estratégias de convivência com a pobreza” (Zaidan Filho 1998, p. 58).

A esse esquema gostaríamos de acrescentar a noção de políticas de acumulação proletária, que são aquelas que mesmo focalizadas em determinados segmentos sociais, pelo seu corte de classe, contribuição para formação cultural de base e de quadros, incentivo ao surgimento de organismo de luta proletária, servem ao processo de acumulação de forças comentados por Casanova (1997). Essa definição tem uma importância tática para as políticas setoriais e para sabermos que mesmos os poucos recursos de que dispõem se não vão resolver o problema diretamente pode ajudar a incrementar a luta do povo por transformações mais profundas na ordem social.

BIBLIOGRAFIA

- ABAD, M. Crítica política das políticas de juventude. In: FREITAS, M. V. e PAPA, F. C. (Orgs). Políticas Públicas: juventude em pauta. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedch Ebert, 2003.
- ANDERSON, P. As antinomias de Gramsci – A estratégia revolucionária na atualidade. Tradução de Juarez Guimarães e Felix Sanchez. São Paulo: Joruês, 1986.
- ANDRÉ, M. Etnografia da prática escolar. Campinas, SP: Papyrus, 1995.
- AZEVEDO, J. M. L. de. Educação como política pública. Campinas: São Paulo: Autores Associados, 1997.
- ANTUNES, Ricardo. A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula). Campina, SP: Autores Associados, 2004.
- BRACHT, V. Sociologia crítica do esporte: uma introdução. Vitória, Es: UFES – Centro de Educação Física e Desportos, 1997.
- CANCLINE, N. G. As culturas populares no capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CARRANO, Paulo Cezar Rodrigues. Juventudes e Cidades Educadoras. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

CASANOVA, P. G. O colonialismo global e a democracia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

CHAUÍ, M. (e outros). Política cultural. Porto Alegre, RS: Mercado aberto, 1985.

_____. Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. Cultura política em lugar da política cultural. In: Teoria & debate. n.8-out/nov/dez São Paulo, SP:(Revista Trimestral do partido dos trabalhadores), 1989.

_____. Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas. (7ª ed.) São Paulo: Cortez, 1992

COGIOLLA, Osvaldo (org.). Globalização e socialismo. São Paulo: Xamã, 1997.

_____. Universidade e ciência na crise global. São Paulo: Xamã, 2001.

DIAS, E. (et. al.). O outro Gramsci. São Paulo: Xamã, 1996.

EAGLETON, T. A ideologia e suas vicissitudes no marxismo ocidental. In: ZIZEK, S.(org.) Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

FRIEDMANN, G. O lazer e a civilização tecnicista. In: OLIVEIRA, P.S. O lúdico na cultura solidária. São Paulo: Hucitec, 2005.

GRAMSCI, A. Cartas do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

_____. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRUPPI, L. O conceito de hegemonia em Gramsci. Rio de Janeiro: Fral, 1978.

JACOBI, P. Movimentos sociais e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1993.

JOBERT, B. Code, controverses et debates dans la conduite des politiques publiques. Grenoble, CERAT, Université des Sciences Sociales, 1988.

_____. Mode de médiation sociale et politiques publiques. Grenoble, CERAT, Université des Sciences Sociales, 1989a.

KUNZ, E. Transformações didático-pedagógicas do Esporte. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 1994.

LIMA, L.C. Começar do novo: a moderna escravidão capitalista e a “velha” libertação do trabalho. São Paulo: Biblioteca Movimento do Trabalho, 1997.

MARCELINO, N. C. Lazer e humanização. Campinas: Papyrus, 1983.

_____. Lazer e educação. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

MELO, V. A. Lazer e minorias sociais. São Paulo: IBRASA, 2003.

MÉSZÁROS, I. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. O século XXI: socialismo ou barbárie. São Paulo: Boitempo, 2003.

MARX, K. & ENGELS, F. A ideologia Alemã. 9.^a ed. São Paulo: hucitec, 1993.

MORIN, A. Pesquisa-ação integral e sistêmica: uma antropopedagogia renovada. Rio de Janeiro: DP & A, 2004.

MULLER, P. "Un schéma d'analyse des politiques sectorielles", Revue Française de Science Politique, vol. 35, n.2, 1985.

MUSTARD, R. Desporto e Ideologia. In: Leontiev, A. (e outros). Desporto e desenvolvimento humano. Lisboa: Editions Sociales e Seara Nova, 1977.

OFFE, C. Dominação de classe e sistema político sobre a seletividade da instituições públicas. In: _____ Problemas estruturais do Estado capitalista. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

PISTRAK. *Fundamentos da Escola do Trabalho*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

ROUYER, J. Pesquisas sobre o significado Humano do Desporto e dos tempos livres e problemas da história da Educação Física. In: Leontiev, A. (e outros). Desporto e desenvolvimento humano. Lisboa: Editions Sociales e Seara Nova, 1977.

SADER, E. Tempo livre, apatia política e liberdade. In: Revista Caros Amigos, ano VI, nº 65, agosto de 2002.

SAVIANI, D.. Escola e democracia. Campinas: Autores Associados, 1995.

SEMERARO, G. Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SIMIONATTO, I.. Gramsci: sua teoria, incidência do Brasil, influência no Serviço Social – Florianópolis: Ed. Da UFSC; São Paulo: Cortez, 1995.

SIQUEIRA, J. Fundamentos para uma política cultural. In Princípios, n 25. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1992.

SILVA, Jamerson A. de Almeida da. Políticas Públicas de Esporte e Lazer: resistência e dominação no Governo de Pernambuco, entre 1995 e 1998 (Dissertação de Mestrado). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

SILVA, J. e SILVA, K. Círculos Populares de Esporte e Lazer: fundamentos da educação para o tempo livre. Recife: Bagaço, 2004.

THIOLLENT, M. Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.

VASCONCELOS, Eduardo. Estado y políticas sociales em el capitalismo: um abordaje marxista. In: BORGIANNI, Elisabete; MONTANO Carlos. La política social hoy. São Paulo: Cortez, 2000.

VIEITEZ, C. G. Marx, o trabalho e a evolução do lazer. In: BRUHNS, H, T. Lazer e ciências sociais. São Paulo: Chronos, 2002.

WAICHMAN, Pablo. *Tempo Livre e Recreação*. Campinas: Papyrus, 1997.

ZAIDAN FILHO, M. Pedagogia do Desejo – Sociedade e cultura, numa época de exclusão social. Recife, PE: Editora Pindorama, 1998.